



NOVOS ESTUDOS é uma publicação quadrimestral (jan.-abr., mai.-ago., set.-dez.) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

MISSÃO

Publicar estudos relevantes sobre temas das ciências sociais e humanidades, contribuindo para o debate de ideias em âmbito nacional e internacional com discussões em áreas diversas, desde crítica de arte até implementação de políticas econômica e social.

CONSELHO EDITORIAL

ADALBERTO CARDOSO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), ADAM PRZEWORSKI (NEW YORK UNIVERSITY, NOVA YORK, EUA), ADRIÁN GURZA LAVALLE (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), AFRANIO GARCIA (ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES, PARIS, FRANÇA), ALBERTO TASSINARI (AUTÔNOMO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), ÁLVARO COMIN (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), ANDRÉ BOTELHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), ANGELA ALONSO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), CARLOS ANTONIO COSTA RIBEIRO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), EDWARD TELLES (UNIVERSITY OF CALIFORNIA, SANTA BARBARA, EUA), ELISA REIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), ERIC HERSHBERG (AMERICAN UNIVERSITY, WASHINGTON, EUA), FLÁVIO MOURA (TODAVIA, SÃO PAULO, SP, BRASIL), FRANCISCO DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), GLAUCO ÁRBIX (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), HELENA HIRATA (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, PARIS, FRANÇA), ISMAIL XAVIER (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), JEFFREY LESSER (EMORY UNIVERSITY, ATLANTA, EUA), JERRY DAVILA (UNIVERSITY OF ILLINOIS, CHICAGO, EUA), JOÃO DE PINA CABRAL (UNIVERSIDADE DE LISBOA, LISBOA, PORTUGAL), JOÃO JOSÉ REIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR, BA, BRASIL), JOAQUIM TOLEDO JR. (CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), JOSÉ ÁRTHUR GIANNOTTI (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), JOSÉ RICARDO RAMALHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), JUAN PABLO PEREZ-SAINZ (FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES, SAN JOSÉ, COSTA RICA), LAURA DE MELLO E SOUZA (UNIVERSIDADE DE PARIS IV – SORBONNE, PARIS, FRANÇA), LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, SÃO PAULO, SP, BRASIL), MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, BRASÍLIA, DF, BRASIL), MARCOS NOBRE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, SP, BRASIL), MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), MARIA HERMINIA TAVARES DE ALMEIDA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), MIRIAM DOLHNIKOFF (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), MIRIAM RABELO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR, BA, BRASIL), OMAR RIBEIRO THOMAZ (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, SP, BRASIL), ORLANDINA DE OLIVEIRA (EL COLEGIO DEL MEXICO, CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO), PAULA MONTERO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, SÃO PAULO, SP, BRASIL), PETER WADE (UNIVERSITY OF MANCHESTER, REINO

UNIDO), RICARDO RIBEIRO TERRA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), RICARDO TEPPERMAN (COMPANHIA DAS LETRAS), ROBERTO SCHWARZ (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, SP, BRASIL), SAMUEL TITAN JR. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), SÉRGIO COSTA (UNIVERSIDADE LIVRE DE BERLIM, ALEMANHA), SERGE PAUGAM (ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES, PARIS, FRANÇA), THOMAS A. DIPRETE (COLUMBIA UNIVERSITY, NOVA YORK, EUA), VILMA ARÊAS (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, SP, BRASIL).

IN MEMORIAM

ANTÔNIO FLÁVIO PIERUCCI (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), JUAREZ RUBENS BRANDÃO LOPES (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), RUTH CARDOSO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL).

EDITORA

RITA PALMEIRA

EDITORA-ASSISTENTE

FERNANDA GUIMARÃES

PREPARAÇÃO E REVISÃO

ANDRÉ ALBERT, ALYNE AZUMA, CACILDA GUERRA e IEDA LEBENSZTAYN

PROJETO GRÁFICO

CARLOS FAJARDO, DANIEL TRENCH e EDU MARIN KESSEDIAN

EDIÇÃO DE ARTE E EDITORAÇÃO

CARLA CASTILHO

IMPRESSÃO

PIGMA

www.novosestudios.com.br

© Copyright Mundial Cebrap
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
Rua Morgado de Mateus, 615
CEP 04015-902 — São Paulo, Brasil
Telefone: 55-11-5574-0399
Fax: 55-11-5574-5928
e-mail: novosestudios@cebap.org.br
Nº 113 — JAN.-ABR. de 2019

AOS COLABORADORES

Os artigos e resenhas enviados a **NOVOS ESTUDOS** são submetidos ao Conselho Editorial e a pareceristas ad hoc. O Conselho Editorial reserva-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar os artigos às dimensões da revista ou ao seu padrão editorial e gráfico. As notas de rodapé e referências bibliográficas devem ser restritas ao mínimo indispensável. A publicação de um artigo não exprime endosso do Conselho a todas as afirmações feitas pelo autor.

- 5 ■ CEBRAP: 50 ANOS PENSANDO O BRASIL** CEBRAP: 50 YEARS THINKING BRAZIL
ANGELA ALONSO
- CONVIVIALITY DOSSIER** DOSSIÊ CONVIVIALIDADE
- 9 ■ INTRODUCTION: CONVIVIALITY IN UNEQUAL SOCIETIES: A PROPOSAL FOR INTERDISCIPLINARY COLLABORATION** APRESENTAÇÃO: CONVIVIALIDADE EM SOCIEDADES DESIGUAIS: UMA PROPOSTA PARA COLABORAÇÃO INTERDISCIPLINAR
MARCOS NOBRE AND SÉRGIO COSTA
- 15 ■ THE NEGLECTED NEXUS BETWEEN CONVIVIALITY AND INEQUALITY** O NEXO NEGLIGENCIADO ENTRE CONVIVIALIDADE E DESIGUALDADE
SÉRGIO COSTA
- 35 ■ PRACTICES OF CONVIVIALITY AND THE SOCIAL AND POLITICAL THEORY OF CONVIVIALISM** PRÁTICAS DE CONVIVIALIDADE E A TEORIA SOCIAL E POLÍTICA DO CONVIVIALISMO
FRANK ADLOFF
- 49 ■ CONVIVIALITY IN (POST) COLONIAL SOCIETIES: CARIBBEAN LITERATURE IN THE NINETEENTH CENTURY** CONVIVIALIDADE NAS SOCIEDADES (PÓS) COLONIAIS: LITERATURA CARIBENHA NO SÉCULO XIX
GESINE MÜLLER
- 67 ■ IMPERIAL CONVIVIALITY: WHAT MEDIEVAL SPANISH LEGAL PRACTICE CAN TEACH US ABOUT COLONIAL LATIN AMERICA** CONVIVIALIDADE IMPERIAL: O QUE A PRÁTICA JURÍDICA ESPANHOLA MEDIEVAL PODE NOS ENSINAR SOBRE A AMÉRICA LATINA COLONIAL
KAREN GRAUBART
- ARTIGOS** ARTICLES
- 85 ■ REVOLUÇÕES NO CAMPO RELIGIOSO** REVOLUTIONS IN THE RELIGIOUS FIELD
LUIZ EDUARDO SOARES
- 109 ■ NEOLIBERALISMO: CRISE ECONÔMICA, CRISE DE REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICA E REFORÇO DE GOVERNAMENTALIDADE** NEOLIBERALISM: ECONOMIC CRISIS, CRISIS OF DEMOCRATIC REPRESENTATIVENESS AND STRENGTHENING OF GOVERNMENTALITY
DANIEL PEREIRA ANDRADE
- 137 ■ DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 À ELEIÇÃO DE 2018 NO BRASIL: BUSCANDO UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL** FROM THE 2013 RIOTS TO THE 2018 ELECTION IN BRAZIL: SEARCHING FOR AN INSTITUTIONAL APPROACH
ANDRÉA FREITAS E GLAUCO PERES DA SILVA
- 157 ■ A DIREITA MORA DO MESMO LADO DA CIDADE: ESPECIALISTAS, POLEMISTAS E JORNALISTAS** THE RIGHT WING LIVES ON THE SAME SIDE OF THE CITY: EXPERTS, POLEMICISTS AND JOURNALISTS
DMITRI CERBONCINI FERNANDES E ALLANA MEIRELLES VIEIRA
- 185 ■ BOLSONARO PRESIDENTE: CONSERVADORISMO, EVANGELISMO E A CRISE BRASILEIRA** BOLSONARO PRESIDENT: CONSERVATISM, EVANGELISM AND THE BRAZILIAN CRISIS
RONALDO DE ALMEIDA
- 215 ■ O BRASIL DE BOLSONARO** BOLSONARO'S BRAZIL
PERRY ANDERSON
- ENSAIO VISUAL** VISUAL ESSAY
MARIA LAET



CEBRAP: 50 ANOS PENSANDO O BRASIL

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010007>

ANGELA ALONSO

Meio século não é pouco. Para quem nasceu nas trevas do regime de exceção, a longevidade em si é um feito. As cinco décadas do Cebrap foram como as do país, de avanços e crises, acordos e conflitos, esperanças e agonias.

Vingamos, não de parto natural, mas a fórceps. Foi no ano em que os americanos chegaram à Lua; a razão, porém, foi mais terrena. Os cebrapianos iniciais foram alguns dos muitos expulsos das entranhas universitárias ou do espaço público em 1968. Gente variada, caso do economista Paul Singer, dos sociólogos Juarez Brandão Lopes e Fernando Henrique Cardoso, do filósofo José Arthur Giannotti e dos demógrafos Elza Berquó e Cândido Procópio, nosso primeiro presidente.

Assim, o Cebrap nasceu interdisciplinar por obra da ditadura. A intervenção na universidade obrigou profissionais dessemelhantes em estilo, métodos e objetos a buscarem novo teto sob o qual pensar. Instalaram-se na rua Bahia, onde, de quando em quando, vinham visitá-los as intimidades, os interrogatórios e mesmo uma bomba. O sossego chegou com a redemocratização. Já na rua Morgado de Mateus, agregaram-se novos pesquisadores, sem que se perdessem os traços de origem: a reflexão sobre os rumos do país e o desrespeito às fronteiras das especialidades. Desde o início, o sarrafo foi alto. A discussão franca até os limites da civilidade intimidou uns, mas formou muitos.

O Cebrap é um lapidador de cérebros. Durante mais de vinte anos, o Programa de Formação de Quadros Profissionais, dirigido por Giannotti, educou a pensar problemas e a pensar por conta própria. Seus egressos ficaram na Casa ou foram para universidades, instituições de pesquisa, a diplomacia ou a burocracia pública. Depois, o programa se reinventou em nível de pós-doutorado e, há dois anos, ganhou outra escala, como International Postdoctoral Program-IPP, em acordo com instituições estrangeiras, caso da Universidade de Princeton.

Aliás, as parcerias internacionais são traço perene da vida cebrapiana. Apenas nos últimos cinco anos, tivemos projetos com BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), British Council, OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), OIT (Organização Internacional do Trabalho), UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) e as universidades de Cambridge, Sussex e Universidade Livre de Berlim. Com a Universidade de São Paulo (USP), nos tornamos sede de um centro de altos estudos, o Mecila, em conjunto com universidades alemãs e latino-americanas, que caminha para seu terceiro ano.

O engajamento no debate público é outra marca do Cebrap, no que são chave os seminários próprios e os eventos conjuntos com parceiros estratégicos, caso da *Folha de S.Paulo* e do Sesc. Por nosso “mesão” passaram e passam a nata da inteligência nacional, intelectuais estrangeiros de ponta e atores públicos.

Os tempos mudaram, mudamos com eles. Enquanto os pioneiros discutiam com giz e lápis, os novos cebrapianos navegam na galáxia digital. O Cebrap se modernizou, atua em várias plataformas, fala por blogs e sites, como o desta revista, por vídeos, caso da série #CebrapPesquisa, além de manter um arquivo digital vivo, a Biblioteca Virtual.

Dos 27 fundadores crescemos para 140 pesquisadores vinculados a 26 projetos em andamento neste ano. Os núcleos de pesquisa se multiplicaram, viraram celeiros de novos profissionais. Nosso arco temático mantém agendas que vêm desde os começos, com estudos sobre democracia, desigualdades, desenvolvimento, movimentos sociais, religião, políticas de saúde, mudanças demográficas e questões urbanas, mas também se alargou para tratar de crime, política externa, mobilidade urbana, inovação e internet.

Toda casa tem seus problemas de sucessão. O Cebrap é êxito raro de renovação interna, uma resultante quase inadvertida da constante convivência intergeracional. Manter a casa aberta com sua independência de pensamento é que tem sido o maior desafio. Os financiamentos iniciais secaram, quando, nos anos 1990, as grandes fundações internacionais, como a Ford, a Tinker, a Hewlett, a MacArthur, tiraram seu foco da América Latina. Desde então, o esforço coletivo tem sido o da diversificação. Contamos com o apoio fundamental da Fapesp, por meio de um cepid (centro de pesquisa, inovação e difusão) — o Centro de Estudos da Metrópole —, quatro projetos temáticos, além de vários auxílios a pesquisa e bolsas de pós-doc, e da Fundação Carlos Chagas, que mantém a *Novos Estudos Cebrap*. Ampliamos as parcerias no estudo de políticas públicas para além dos órgãos governamentais, em acordos com instituições privadas, caso do *Valor*

Econômico e do Itaú. Além disso, a *expertise* em desenhos de pesquisa e em metodologias qualitativas e quantitativas gerou o cebrap.lab, que oferece cursos de curta duração.

Na maturidade, viramos uma instituição sólida, que envelheceu sem perder as feições de origem. Mantemos o olho agudo no presente, a conjuntura contemporânea apenas atiza a brasa fundacional.

O legado da geração pioneira é uma agenda e um *ethos*. A agenda é entender este país. Escritos, debates e investigações cebrapianas seguem focalizando problemas estruturais, conjunturas críticas, dilemas brasileiros. O *ethos* é a busca da excelência do pensamento e a defesa de uma sociedade justa e democrática. Nascemos na resistência ao obscurantismo e ao autoritarismo. Meio século depois, é ainda este espírito que nos anima e ilumina.

ANGELA ALONSO é professora do departamento de sociologia da Universidade de São Paulo e presidente do Cebrap.





INTRODUCTION

CONVIVIALITY IN UNEQUAL SOCIETIES

A Proposal for Interdisciplinary Collaboration

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010001>

MARCOS NOBRE*

SÉRGIO COSTA**

[*] Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brazil. E-mail: marcos.nobre@gmail.com

[**] Freie Universität Berlin, Berlin, Berlin, Germany. E-mail: sergio.costa@fu-berlin.de

Conviviality emerged in the 1970s as a theoretical and practical programme with the book *Tools for Conviviality*, by Ivan Illich (1973). From the 2000s on its use has spread throughout various disciplines and themes, resulting in a quite polysemic understanding of the notion. On the one hand, there is much debate about how it should be understood and applied. On the other hand, it has served different purposes, both theoretical and practical, normative and analytical. In general, one could fairly say that it appears more as a platform for new interdisciplinary approaches in cultural studies, humanities and social sciences rather than as a given canon linked to an already established tradition.

The present dossier can be read as an overview of exemplary uses of the notion of conviviality in current debates following the creation of a new centre for advanced studies in Latin America around such a notion (Mecila, 2017). We refer to the Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America, constituted by seven institutions, three from Germany (FU Berlin, Ibero-Amerikanisches Institut, Universität zu Köln), four in Latin America (USP, Colmex, Cebrap, IdICHS/La Plata), and funded by the German Federal Ministry of Education and Research. Far from being exhaustive, this dossier claims that the variety of uses of conviviality presented here may well illustrate the rationale for building up an intellectual environment for interdisciplinary collaboration around this notion.

There are not many examples of intellectual institutions that have tried to bring together Latin American social experiences and to translate them into theoretical terms. The most prominent case is that of the Economic Commission for Latin America (later to expand its denomination so as to include “and the Caribbean”), ECLAC (or CEPAL, in Spanish and Portuguese), created in 1948 by the Economic and Social Council of the United Nations. Under the intellectual leadership of Raúl Prebisch, for at least three decades, from the late 1940s to the late 1970s, ECLAC has

been the focal point of a theoretical reflection on social and economic development elaborated in Latin America. ECLAC's approaches went far beyond Latin America itself, not only in terms of its influence in the debates, but also in their theoretical reach. Both supporters and critics were obliged to refer to the simultaneous theoretical elaboration and institutional building that characterized the activity of ECLAC.

It is very rare that an institution comes to play such a major role in the intellectual and institutional history of any region, like ECLAC did. That was the time when modernization theory was a virtually unchallenged paradigm, in a way that would rather allow for such a broad forced theoretical convergence. Today it is much more likely that such effort will be carried on by a network of institutions and scholars, rather than just one institution. This network may also reflect the variety of experiences and the variety of ways in which such experiences may be put together and elaborated in Latin America. It may also include new cooperation formats in order to overcome regional, generational, ethnic and gender hierarchies which characterize conventional forms of knowledge production and circulation.

Our impression is that the lack of such institution or network of institutions remained, even after the decline of the authoritarian regimes in Latin America in the 1980s. Mecila represents a singular opportunity to contribute to this institution building, so urgently needed.

For the rather very open purposes of the Mecila Project, conviviality is the name of constellations structured by inequality and difference. This means that conflict, violence, and domination in their many forms are, from the beginning, structuring features of conviviality, since they de facto accompany inequality and difference. In the sense of the Mecila project, conviviality is much less a given starting point than the name of the results that may emerge from looking at reality from this perspective. It is a way of looking at the various disciplinary perspectives from a point of view that makes inequality and difference the structuring elements of existing patterns of coexistence. That is why conviviality may also be understood as a tool for empirical as well as for theoretical inquiries to overcoming obstacles that emerge from rigid categorizations and even conceptual ontologizations in current debates.

Therefore, to say that conviviality is understood in the context of the Mecila Project as a result rather than a given starting point is also to say that its meaning will be the result of the many inquiries made in such an intellectual environment. It is meant to be a permanent work in progress. That is also why it does not assume any previously given normative directive, even if it does not prevent normative conceptions of "conviviality" to be present.

The avoidance of a previous normative starting point becomes evident in Sérgio Costa's essay that opens this dossier. After providing an encompassing review of current uses of the concept conviviality and other etymologically related terms in different disciplinary fields, it argues that the available studies — apart from a few exceptions — present a common blind spot: all of them neglect the nexus between conviviality and inequality. In order to overcome this deficit, the essay develops an analytical framework, according to which conviviality addresses the interactive core of relations both among humans and among human beings and non-human beings, including animals, spirits, and artefacts. Given the mutually co-constitutive character of conviviality and inequality, convivial configurations, comprehending interactions and their context of development, may build the unity of analysis for the study of conviviality. It is superfluous to mention that, in consonance with the disciplinary and theoretical openness characteristic of the Mecila project, the analytical approach to conviviality developed in the essay should not be seen as a sort of guide to be followed by individual and joint research projects associated to Mecila. It merely aims at highlighting the potentiality of applying the concept of conviviality to theoretical and empirical research.

Frank Adloff's contribution to this issue has the "Convivialist Manifesto" as its background and starting point. Launched in 2013, the manifesto expressed a positive vision of living together after the end of the Cold War and of the systemic rivalry and division belonging to that period. Such explicit normative starting point is combined in the text with the analytical concern about the logic of action that would go along with convivialism. Linked to a utopian ideal of self-government grounded on interdependence and cooperation, conviviality is seen in analytical terms as a telos of human coexistence that is anthropologically inscribed, as the structure of human orders of interaction. That is where and when Marcel Mauss's notion of the "gift" emerges as the pattern of moral and social interaction and of economic exchange. Due to its radical anti-utilitarianism and its attachment to a form of solidarity that presupposes mutual respect, Mauss's theory is seen as basis for the development of a social theory that would correspond to the normative ideals of convivialism. Such perspective is compatible, on the one side, with the projection in the future that Castoriadis called "imaginary", and, on the other, with Dewey's "experimental moments" characteristic of convivial associations.

The case examined by Gesine Müller is that of the nineteenth century Caribbean literatures. Following Ottmar Ette, the author looks for the particular content of literary potential for conviviality

that could be presented in such literatures in this complex phase of Caribbean colonialism. Since the institution of slavery occupies the central place in such societies, the question of having the right to call oneself a human being is decisive, not to mention the subsequent dispute about who may be called a citizen. The main challenge of the paper is in the question it raises: Can the representations of conviviality in these literatures allow for a new reading of established essentialist parameters regarding the nineteenth century, such as race and nation? To explore this possibility, the author examines the presence of convivial representations in Caribbean literatures in two ways: as normative attempts and as forms of knowledge. The result is that a convivial perspective allows one to see that boundaries are being challenged in a way that makes shadow zones in normative forms of cultural representation visible. That is why Müller also sees the discourses of “Caribeidad” as early forms of debates that today take conviviality as their key notion.

Karen Graubart’s article examines the production and management of *convivencia* in Iberian kingdoms, focusing on the articulation of sameness and difference between dominant and subordinate populations. She presents such articulation as one between day to day life and its juridical and jurisdictional regulations. This allows the different ways of producing identity to emerge in their internal and mutual bond relatively to the dominant and subordinate own juridical positions among the general population. At first sight, her approach may follow a solid and a consolidated trend in present historiography, in which law and jurisdictional instances are seen as arenas of negotiation and/or contestation. But the peculiar and most interesting way that she found to express such processes is exactly the use of *convivencia* as the main theoretical and empirical reference. This allows her not only to articulate history and law in an original way, but also the various contexts proper to a colonial and global project.

Conviviality in the sense of the Mecila Project intends to be an open conceptual framework and not a concept. This is also what the present dossier wants to stress with its variety of uses of conviviality, with its multiple disciplinary and interdisciplinary approaches. Conviviality as understood in the terms of the Mecila project aims at being a constructive tool and not a previously established methodology. Conviviality means to accept to entering in a kind of conversation — even a risky one, as in Appadurai’s (2018) version of dialogue. It also means that inequality and difference are the structuring features found in current discussions in the different disciplines and fields of research encompassed by the Mecila project.

MARCOS NOBRE [<https://orcid.org/0000-0001-6377-0668>] is professor of philosophy at the University of Campinas, senior researcher of the Brazilian Center of Analysis and Planning (Cebap), and Co-Speaker of the Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila). SÉRGIO COSTA [<https://orcid.org/0000-0001-6347-0614>], graduated in economics and sociology from Brazil and Germany, is professor of sociology at the Institute of Latin American Studies and the Institute of Sociology at Freie Universität Berlin, Germany.

REFERENCES

- Appadurai, Arjun. "The Risks of Dialogue". *Mecila Working Paper Series*, No. 5, São Paulo: The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, 2018.
- Illich, Ivan. *Tools for Conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.
- Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies. "Conviviality in Unequal Societies: Perspectives from Latin America Thematic Scope and Preliminary Research Programme". *Mecila Working Paper Series*, No. 1, São Paulo: Mecila, 2017.





THE NEGLECTED NEXUS BETWEEN CONVIVIALITY AND INEQUALITY

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010003>

SÉRGIO COSTA*

ABSTRACT

Starting from a detailed review of recent publications oriented by the concept of *conviviality* and etymologically related expressions (*convivialisme*, *Konvivenz*, *Konvivialität*), the article explores a common analytical deficit in these different contributions: the disregard of the reciprocal constitution of conviviality and inequality. To overcome this deficiency, the essay develops an analytical framework, according to which inequalities defined along four complementary and interdependent axes (material, power, environmental and epistemological asymmetries) are always signified, reproduced, and negotiated within convivial interactions.

KEYWORDS: *conviviality; inequality; critique to sociocentrism; critique to anthropocentrism.*

O nexó negligenciado entre convivialidade e desigualdade

RESUMO

A partir de uma resenha minuciosa de publicações recentes orientadas pelo conceito de *conviviality* e outras expressões etimologicamente afins (*convivialisme*, *Konvivenz*, *Konvivialität*), o artigo explora um déficit analítico comum a essas diferentes contribuições: a desconsideração da relação de constituição recíproca entre desigualdade e convivialidade. Para superar essa deficiência, o ensaio desenvolve um marco analítico, de acordo com o qual desigualdades definidas a partir de quatro eixos complementares e interdependentes (desigualdades materiais, de poder, ecológicas e epistemológicas) são sempre significadas, reproduzidas e negociadas no âmbito de relações conviviais.

PALAVRAS-CHAVE: *convivialidade; desigualdade; crítica ao sociocentrismo; crítica ao antropocentrismo.*

[*] Freie Universität Berlin, Berlin, Germany. E-mail: sergio.costa@fu-berlin.de

Until the lions invent their own stories, the hunters will always be the heroes of the hunting narratives.
(African proverb cited by Couto 2012, p.9)

INTRODUCTION

Since the incorporation of the term *conviviality* to the humanities vocabulary by Ivan Illich (1973), a wide variety of heterogeneous contributions have applied the categories and tools developed by Illich to various fields of knowledge or have even expanded and reformed his concepts to adapted them to the study of contem-

porary problems. This article has two objectives: the first is to systematize this vast discussion, seeking to grasp in its various currents and forms, useful ideas that could support a research program dedicated to studying the nexus of the reciprocal constitution between conviviality and inequality; the second objective stems from the first. In dialog with the literature reviewed, the article seeks to specify the nexus between inequality and conviviality and offer some methodological suggestions on how to study this nexus. The structure of this article is determined by its objectives. While the first and longer section reviews the debate about conviviality, the second discusses the nexus between conviviality and inequality, and the third and final section focuses on methodological aspects.¹

CONVIVIALITY: STATE OF THE ART

Based on three etymologically related concepts, *Konvivenz*, *convivialisme* and *conviviality*, a varied group of analytical and normative programs has recently emerged. Despite their affinities and overlappings, these programs have developed independently, motivated by theoretical and political impulses that are not always congruent and compatible with each other. Nevertheless, their etymological kinship reveals common concerns. This involves, in all the cases, the analysis and search for ways to live together in society. In some approaches, “living together” is understood not only as ordinary life among human beings, but also between humans and non-humans such as plants and animals, spirits and artefacts.

Convivialisme

Discussions on *convivialisme* began in the French journal *M.A.U.S.S.* (Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales) and sociologist Alain Caillé at the University Paris-Nanterre. With the publication of the Convivialist Manifesto in 2013 (*Les Convivialistes*, 2013) and its translation into various languages, the discussions about *convivialisme* began spreading far beyond France. From a theoretical perspective, *convivialisme* relates to the work of French anthropologist and sociologist Marcel Mauss (1872-1950), specifically on his argument that the gift — and not utilitarian reason — is the primordial and foundational element of social interactions. Another important fundament of *convivialisme* is the critique of economic growth developed by thinkers such as economist Serge Latouche and philosopher Patrick Viveret (2014). According to this critique, the living standard attained by the richest countries in the 1970s should serve as a worldwide standard of material wealth to be made universal. This implies a global redistribution of wealth and the development of sus-

[1] This essay benefited from discussions, suggestions and criticisms provided by Mecila’s researchers during different discussions conducted in São Paulo and also via teleconference from August to November 2018. I especially thank Marcos Nobre, whose unpublished paper “Convivial Constellations and Inequality” delivered at a Mecila International Workshop in São Paulo in 2017 inspired the approach to the literature and the choice of the categories used in this article. Jeffrey Hoff translated this article from Portuguese into English, including all quotations from works published in other languages than English. Puo-An Wu Fu revised the translation. I am alone responsible for all remaining deficiencies.

tainable production technologies dedicated to a new form of relating to nature and with other living beings (Les Convivialistes, 2013, p. 32).

Politically speaking, *convivialisme* is a doctrine that, according to Caillé (2011, p. 8), “simultaneously synthesizes and goes beyond the four grand ideologies of modernity: liberalism, socialism, anarchism and communism.”

According to the diagnosis of the convivialists (Les Convivialistes, 2013, p. 26), capitalism, especially in its current configuration of financial capitalism, destroys the greatest human asset which is “the richness of its social relations.” By disrupting conviviality among human beings, capitalism also undermines their relationship with nature. Accordingly, capitalism produces social inequalities among people, countries and regions, which, ethically unacceptable, prevent establishing an equilibrium between working and living, thus destroying solidarity and the ecological basis of our existence. Based on this diagnosis, the convivialists defend a change of course that would lead towards the creation of a convivial society, which should be constructed under democratic conditions and through respect for social, cultural and existential plurality (Caillé; Chaniel, 2014). Although the Convivialists themselves can be seen a transnational social movement, *convivialisme* as a concept is used to articulate a diverse range of other social movements, including movements critical of economic growth and the acceleration of daily life (*décroissance*, degrowth, slow food etc.), as well as ecological movements (Adloff, 2018).

Konvivenz

The neologism *Konvivenz* was coined in the realm of the *Lebenswissen* (Life Knowledge) research program, led, in the past two decades, by the literary scholar Ottmar Ette from the German university of Potsdam. Today, the program has adepts in various universities in Germany, Latin America and the Caribbean, at research centers with which Ette and his group collaborate. According to the Life Knowledge program, the concept of *Konvivenz* articulates the very idea of what it is to live and its irreversible, indivisible and unforeseeable nature. To live together in society thus represents the context of experience in which knowledge about living is generated and exchanged. Literature, and particularly literature “without a fixed abode”, which is understood as the only legitimate “science of life” as the vehicle that transports the “knowledge about living together”. At the same time, however, literature is more than a vehicle. In contact with its contemporary and future readers, literature itself produces knowledge about and for living together: “Literature makes available knowledge that is important to coexistence and survival, and this is because it thinks in an integrated

manner about the logics of the different forms of living, having them become livable and ‘relivable’” (Ette, 2010, p. 62).

The ability of literature to generate and transform polylogical forms of knowledge about living together becomes clear if living is no longer conceived in terms of a binary distinction between fiction and reality, but is rather understood as a complex and open concept, in which the preexisting, that is, the repertoires inherited through history and “the invented (therefore ‘fictional’) find themselves linked with the lived (and which is to be lived)” (Ette, 2012, p. 76).

According to Ette, the pre-existent, the invented and the lived have a certain correspondence with the interaction between burden, cunning and pleasure (in German: *der Last, die List, die Lust*), as analyzed by Roland Barthes in his book *Le Plaisir du texte*, of 1973. Ette’s reconstruction of Barthes’s work contributes decisively to the epistemic and theoretical positioning adopted by the program that he created. It involves a post-deconstructivist approach to difference, that deconstructs the logocentric philosophy of the subject and its dichotomies (man/woman, white/black, dominant/dominated, etc.), but without arriving at the immeasurability of differences and *differances*, as Derrida would have it ([1967] 1972). It involves a “paradoxal dissimulation” that “does not deny or attack the signs of the discourse of the other, but rather disfigures them” (Ette, 2010, pp. 288-9; 2012, p. 94).²

The semantic subversion operated by the disfiguration of signs inspires the political project inherent to the Life Knowledge program. The concept of culture related to this disfiguration of signs denies the idea of cultures as closed containers that coexist, multiculturally, alongside each other. It also does not involve an intercultural relationship, in which stable cultural units communicate with each other. Instead, the establishment of polylogical structures of thinking, understanding and translation should originate a transcultural mixture, characterized largely by the mutual transformation of cultures that interpenetrate and merge with each other (Ette, 2012, p. 89).

This semantic of cultural mixing that uses metaphors such as *cultural archipelagos* and *kaleidoscopes* connects the Life Knowledge program with the environments, theoretical lines and concepts developed by intellectuals from the former French and Spanish colonies in the Caribbean. This is particularly clear in the discussion undertaken by Gesine Müller (2018) on concepts such as *creolité* and *caribbeanidad*.

Conviviality

The term *conviviality*³ is currently associated with various analytical and theoretical programs. Some are closer, others are farther from the definition coined when the term was introduced into the

[2] Post-deconstructivism here means—like other concepts composed in a similar manner, such as post-structuralism and post-colonialism—not a renunciation of deconstructive methods, but internalizing and surpassing them. That is, in keeping with post-structuralism, post-deconstructivism deconstructs the national and multicultural identities respectively celebrated by assimilationism and multiculturalism. At the same time, by seeking opportunities for the coexistence of these thus dereified differences, the post-deconstructivist approaches transcend post-structuralism.

[3] Writing in German, Adloff (2018) uses the neologism *Konvivialität* (literally conviviality) for the French term *convivialisme*. Even if the word chosen by the author translates literally as conviviality, Adloff is not included here among the lines that use the term *conviviality* because his work is theoretically and programatically more directly associated to *convivialisme*, in the definition of the program led by Allain Caillé.

humanities vocabulary in *Tools for Conviviality* published in 1973 by the Catholic priest, Viennese theologian and philosopher Ivan Illich 1973. At that time, Illich was leading in Cuernavaca, Mexico, the Centro Intercultural de Documentación (CIDOC), a space where intellectuals from Latin America and from various parts of the world gathered to exchange ideas. The book is theoretically and politically inspired by at least two important sources. The first is generically called the third-worldist movement of the 1960s, which incorporated elements from the African decolonial movements as well as the highly diverse voices in support of the oppressed that spread through Latin America at the time — from the local reconstructions of Marxism to the liberation theology of Gustavo Gutiérrez and Hélder Câmara, and the pedagogy of the oppressed developed by Paulo Freire. Illich not only read them but was a regular interlocutor close to all of these intellectuals (Hartch, 2015). Illich's second inspiration comes from the radical humanism of thinkers such as Eric Fromm, who was also a friend and interlocutor, with whom Illich shared the interpretation that human talent and virtues are systematically scorned by instrumentalist capitalist rationality and by various totalitarianisms (political, religious, pedagogical, etc.). Because of these inspirations, it is not surprising that Illich's book from 1973 contains a normative appeal to a self-limitation (of consumption and material welfare) despite the increasing possibilities raised by technical and industrial development. For Illich, only by a renunciation of instrumental and unidimensional rationality, which is intrinsic to industrial capitalism, can human beings reach convivial life, which is synonymous with emancipation:

I choose the term “conviviality” to designate the opposite of industrial productivity. I intend it to mean autonomous and creative intercourse among persons, and the intercourse of persons with their environment; and this in contrast with the conditioned response of persons to the demands made upon them by others, and by a man-made environment. (Illich, 1973, p. 11)

It would not be an exaggeration to say that after being forgotten for decades, since the first years of this century a true revival of Illich's work can be noted, given the recurrence and enthusiasm with which his tools for conviviality have been reinvented and rediscovered in various fields. Illich was the inspiration behind the first articulations of *convivialisme* in 2010 (Adloff, 2018, p. 11), although, as shown above, since its rise, the movement has aggregated various references, so that Illich's influence is no longer clearly visible in its contemporary discussions. Currently, it is the field of *posthumanism* that has most decidedly revived and expanded Illich's work, as detailed below.

Posthuman conviviality

In the field of so-called *posthumanism* or the *posthuman*,⁴ Illich became a repeated reference because of his insistence on the interdependence among living beings. To exemplify this trend, various works from two distinct disciplines can be mentioned that are illustrative of similar developments in various fields of knowledge. The first example comes from urban geography and is materialized in the work of Hinchliffe and Whatmore (2006) who conduct an important expansion and refinement of the theses of *Tools of Conviviality*, building on a variety of inspirations that range from the Deleuzian theory of *minoritarian politics*, feminist philosophy and the actor-network theory of Bruno Latour and Isabelle Stengers. From these influences arise the concept of *living cities* that, contrary to the effort of planners to plan and construct modern ascetic and sterile cities, are living spaces of interaction between humans and non-humans:

Indeed, we want to suggest that non-humans don't just exist in cities, precariously clinging to the towers and edifices of modernity, but potentially shape and are shaped by their urban relations. Nor do we see these inhabitants as a threat to modernity [...]. Rather, we would like to suggest that the demography of the city, its populace of human and the nonhuman inhabitants, unsettles the geography of modernity and its forebears. (Hinchliffe; Whatmore, 2006, pp. 27-8)

For urban planning, this understanding precisely implies treating cities as *multispecies entanglements* (Houston et al., 2018), that is, as spaces shared by human and non-human living beings, which are not in relationships based on competition or cooperation, but conduct interdependent lives.

The second example is the study of the archeologist Given (2017) about conviviality in soil. Starting from the finding that a gram of fertile soil can contain 200 million bacteria, Given argues that the soil constitutes a paradigmatic case to reveal the interdependencies between human beings that populate, nurture and release detritus onto soil and the non-human beings that contributed in the past and continue to contribute daily to transform the sterile ground into fertile and living soil. According to this interpretation, instead of being seen as occupants, users, predators and, less frequently, those who recuperate the soil, human beings come to be understood as part of the network of “players” who, living in symbiosis, make the soil what it is. Given affirms that the emphasis on symbiosis should not imply reducing conviviality to relations of cooperation, given that tension and conflict are a constitutive and necessary part of the convivial relations

[4] *Posthumanism* is used here to characterize different trends and currents that in recent years have been insisting on the need to break with anthropocentrism and the nature-society dualism at the foundation of modern social sciences and humanities in favor of interpretations that emphasize and explore the inter-relations between human and non-human living beings and other entities such as spirits and artefacts. In the generic form that it is used here, the term also encompasses what has been called *new materialism*, which, guided by the change of focus on observation and analysis, moves away from non-material social relations for the materiality of interdependence among various beings, which can be analyzed in metabolic processes and in the transformations of the physical state of matter (for an introduction to the *posthuman*, see Braidotti, 2013).

[5] The example that Given presents to illustrate interdependent life above moral human judgements is suggestive: "When a goat eats a cyclamen flower, it is irrelevant that this is 'good' for the goat and 'bad' for the flower: what matters is the continuance of the cycles of matter, nutrients and life. A goat eating a flower and returning its nutrients to the soil by defecation and decay maintains the conviviality; it works within the limits of the symbiosis. Spreading tarmac and concrete over once lively soil does not." (Given, 2017, p. 131).

between humans and non-humans, and even among non-humans, on which depend the maintenance of the life cycle of the soil.⁵

From a theoretical perspective, Given focuses on the combination of conviviality in the terms proposed by Illich, with the Deleuze and Guattari's *assemblage* theory and Latour's actor-network theory:

What conviviality brings to this [assemblage theory and actor-network theory], other than a certain expressive power driven by the popular connotations of the term, is a commitment to the central role of non-human and non-human-made players. In this sense it moves on from Illich's own main interests in the establishment of a just society based on individual human freedom, autonomy and responsibility. In another way, however, it brings precisely this practical, future-oriented and ethical approach to our engagement with the landscape. Conviviality is a physical practice, a deep and sensory engagement with the landscape and the world. (Given, 2017, p. 131)

Through the incorporation of the idea of conviviality to the paradigm of post-humanism, important discussions have been undertaken about the role and form of knowledge and technique that stem from the thesis of irremediable interdependence between human and non-human living beings and artefacts. Authors involved in these debates insist that the modern division of disciplines between the natural sciences and the humanities and social sciences as well as the distinction between lay knowledge and specialized knowledge and the separation between scientific and sensorial apprehension of the world, constitute gigantic impediments to understanding the networks of interdependences that are involved here. After all, in the case of the *living cities*, gardeners, amateur ornithologists and entomologists, and even people living in the streets, contribute as much to the understanding of the interactions in question as professional environmentalists and scientists do (Hinchliffe; Whatmore, 2006, p. 131). Concerning soils, Given (2017, p. 133) calls attention to the limits of theoretical-analytical understanding and for the need that this be complemented by sensorial experience such as touching and feeling the soil: "people's material engagement with the conviviality of soil has to target what is perceptible as they engage in their various soil tasks: texture, colour, smell, stones, larger pieces of vegetable matter [...]"

Current discussions on the consequences of post-humanism for the reflection on technology revives and in some way deepens Illich's concerns. Arguments in this vein warn that technological innovation cannot be limited to reducing the impact of technology on nature, and operate under the assumption that human beings and the artefacts they create are part of a universe exterior to nature. Accordingly, it is mandatory to accept the inseparability between humans and non-hu-

man beings in order to create technologies capable of interacting with nature: “the ideal of convivial technologies is clearly that of being useful in an ecological cycle” (Vetter, 2017, p. 6).

Fragile convivialities

In addition to its use in efforts to update and give continuity to Illich’s reflections, the term conviviality has also been widely used in contemporary debate, in other contexts and with other meanings, without necessarily referring to the pioneering work of the Austrian theologian. This is the case of British sociologist Paul Gilroy (2004, 2006), who turns to the concept of conviviality to respond to various challenges that have a common origin: the reification of identity. This involves, in the first place, a criticism of the mobilization of the vocabulary that celebrates individual or collective identities for the simple purpose of aggregating market value to various products, as in “ethnic tourism” or “identity goods”:

The term “identity” has recently acquired great resonance, both inside and outside the academic world. It offers far more than an obvious, common-sense way of talking about individuality, community, and solidarity and has provided a means to understand the interplay between subjective experiences of the world and the cultural and historical settings in which those fragile, meaningful subjectivities are formed. Identity has even been taken into the viscera of postmodern commerce, where the goal of planetary marketing promotes not just the targeting of objects and services to the identities of particular consumers, but the idea that any product whatsoever can be suffused with identity. Any commodity is open to being “branded” in ways that solicit identification and try to orchestrate identity. (Gilroy, 2000, pp. 97-8)

The other challenges confronted by Gilroy are associated with the incorporation of the idea of identity into politics. This is the case of the anti-racist politics that reify the idea of race and of multicultural policies of a liberal nature implemented in England during the 1980s and 1990s that, according to Gilroy, by celebrating diversity, produced a freezing of essentialized and compartmentalized identities (Gilroy, 2004, 2010).

According to Gilroy, the responses to the failure of policies of liberal multiculturalism should not lead to the rejection of multiculturalism, that is, the existing social and cultural diversity. Also, the response should not involve, according to Gilroy, an appeal to the supposed virtues of Enlightenment universalism, while ignoring its own position in the context of local and global asymmetries of power. For this reason, Gilroy resists the Neo-Kantian cosmopolitanism of intellectuals that dissolve the differences in the abstract ideal of a global

society of altruist and virtuous citizens (Habermas, 2004). Instead of a philosophical appeal to the anticipation of the cosmopolitan condition, a Gilroy seeks a “cosmopolitanism from below”, articulated in the negotiations of daily coexistence with and in difference (Gilroy, 2004, 2013). By exalting the virtues of this trivial and everyday cosmopolitanism, Gilroy, does not deny the existence of racisms, sexism and other forms of violence against those considered to be different, the author only seeks to acknowledge the emergence of urban environments in which cultural or physical traits normally used to discriminate against people and groups lose, at least in part, their dehumanizing force:

Conviviality is a social pattern in which different metropolitan groups dwell in close proximity, but where their racial, linguistic and religious particularities do not — as the logic of ethnic absolutism suggests they must — add up to discontinuities of experience or insuperable problems of communication. (Gilroy, 2006, p. 40)

Gilroy draws on multiple theoretical sources to develop the concept of conviviality. Particularly visible is the post-structuralist interpretation of differences (in terms of culture, gender, etc.), which lacking any ontology, whether material or metaphysical, are conceived as circumstantial and contingent articulations between traits (physical, cultural, etc.), social positions and discourses. Contingent here does not mean random or arbitrary. History and politics, as Gilroy shows, particularly in keeping with the interpretation of so-called Black British Cultural Studies, demarcate the limits and contexts of meaning in which differences are articulated.⁶

An important group of recent studies in the field of migration, mainly in Europe, have implicitly or explicitly adopted the definition coined by Paul Gilroy, according to which conviviality corresponds to articulation and negotiated coexistence of differences in the realm of daily life (see Nowicka; Vertovec, 2014). In these studies, conviviality also assumes the character of a social resource for dealing with diversity in the context of situations marked by both cooperation and conflict:

On analysing cooperative and conflictual situations in negotiation and translation processes, convivialities emerge as fragile and changing and only able to lead to minimal forms of sociality. Local policies as well as emic discourses in neighbourhoods use various terms to address the everyday living together, which under the conditions of diversification, is pragmatically reformulated as living with differences. (Heil, 2015, pp. 317-8, emphasis in original).

[6] Unlike the conceptualization originally developed by Illich, which offers a clear criticism of industrial capitalism, conviviality in Paul Gilroy's definition does not clearly incorporate a normative-political program. Gilroy focuses only on already existing interactions and experiences, which are by definition fragile and mutant. Nevertheless, the vision of interactions no longer structured by dichotomous cultural frontiers has played an important role in the articulations of Queer movements and immigrants associations critical of current integration policies, particularly in Europe. Moreover, the idea has inspired expressive cultural manifestations in various European countries, articulated around denominations such as postmigrant theatre or postmigrant performance (e.g.: Stewart, 2017).

A similar interpretation of the idea of conviviality in contemporary migration studies about but that precedes the use coined by Gilroy was developed in the collection *The Anthropology of Love and Anger: The Aesthetics of Conviviality in Native Amazonia* (Overing; Passes, 2000). The starting point here is the critique of the Western sociological grand narrative, according to which the idea of society is based on “social-structural imperatives (through roles, statuses and juridical rules)” and on the separation between the public and private, between the formal and informal, the domestic and the public sphere (Overing; Passes, 2000, p. 14). Accordingly, among the indigenous groups studied, social conviviality is not guaranteed by rights or by any other impersonal structure or institution that could, at the limit, prescind or even substitute strong personal ties. To the contrary, it is personal virtues and mutual trust that assure the sociability guided by the inseparability between the public and private spheres.

For the “anthropology of the everyday” that the authors develop, the term conviviality fulfills a fundamental function to the degree that it seeks to describe a type of sociability based on affect, on the indistinctiveness of social spheres, and moreover, on the permanent conversion of potentially disruptive non-human forces such as spirits, catastrophes and divinities, into sources of social life. For the authors, these characteristics make indigenous sociability invisible to sociology, because they are not compatible with the concept of society that the discipline created for itself and that is based on the separation between macrostructures and daily relations.⁷ For this reason, instead of society, under its sociological definition, the concept chosen by the authors

to translate Amazonian sociality or collectivity is “conviviality”, a term that can overlap in many respects with the earlier [previous to sociology] understanding of “society” as amiable, intimate sets of relationships which carry, as well, a notion of peace and equality. Conviviality seems best to fit the Amazonian stress upon the affective side of sociality. [...] Amazonian sociality could not be understood without paying attention to it, in that affect, and especially the establishment of a state of convivial affect, is what it is all about. The social, interactive, intersubjective side of Amazonian collectivity is there from the start, so much so that if relationships are not convivial, then there is no sociality. (Overing; Passes, 2000, p.14, emphasis in original)

Arguing in a line similar to that developed by Overing and Passes, Rosengren (2006) also makes use of the concept of conviviality to interpret his experiences and ethnographic observations of the animism among the indigenous Matsigen people who live in the Peruvian Amazon. Dialoging mainly with Philippe Descola and Eduardo

[7] It is not only in the case of indigenous sociability that the limits of the idea of society on which sociology is based have been questioned. Researching contexts marked by a significant presence of immigrants in the English city of Birmingham, Karner and Parker (2011) show that classic distinctions such as Durkheim’s differentiation between mechanical solidarity and organic solidarity or Tönnies distinction between *Gemeinschaft* and *Gesellschaft* do not apply to the local forms of sociability that they find there. It is a complex sociability marked both by cooperation that the authors give the name of conviviality and by conflict and that is manifest in various social spheres. For Karner and Parker, it is not the social sphere, the institutions or the previous values that generate convivial relations, but the interaction itself: “It is not shared values but involvement in the material practices of daily life and struggles for resources that generate a stake in a locality” (p. 370). According to this logic, the local economy is one of the spheres where the authors identify strong convivial relations, that is, those of cooperation.

Viveiros de Castro, he seeks to demonstrate that the relations between spirits and humans he observed represent neither an instrumentalization of the humans by the spirits nor an instrumentalization of the spirits by the humans. According to Rosengren, these relations are horizontally structured, thus the Matsigen cosmogony conceives of a common origin for people, spirits and certain animals and plants. The distinction between these beings appeared later, when humans became tired of being immortal and asked the god Tasorinmas, the common creator, to make them mortal. Tasorinmas then cut the vine that connected the worlds of the spirits and the humans and made the humans mortal and, therefore, subject to hunger and disease. The separation does not represent, however, an hierarchy between spirits and humans who can return to the condition of spirits if they are able to live according to the convivial ideas that shape the Matsigen ethos:

To achieve this goal [becoming a spirit] requires not only the repression of hierarchy but also the obliteration of structures of distinction in order to be consonant with the ideal of good living where mutual trust and the sharing of common assets are guiding principles. At this point, when individuals “fuse” to become part of a community that straddles ontological borders, the present constitutive differences between humans and spirits are dissolved and humans return to the pristine conditions that once were lost. (Rosengren, 2006, pp. 813-4)

Domesticating conviviality

In an article originally published in 1992 and later integrated to a book that was born as a classic of post-colonial studies, “On the Postcolony” (Mbembe, 2001), Cameroonian political scientist and historian Achille Mbembe developed a different interpretation of conviviality. Mbembe’s central concern is to understand the structures of domination that were established in Africa both during colonialism and after national independences. He argues that Africa became integrated to modernity through the trafficking in African slaves. Since then, the continent and its inhabitants appear in the Western imaginary, Mbembe affirms, either as an expression of the absence of progress or as an hyperbolized representation of everything that is repulsive and abject.

The societies formed in the emancipated African nation states are marked, according to Mbembe, by a radical plurality that is not governed within the parameters of an ordered and legitimate political system. In this context, the authoritarian power (*commandement*) assumes an obscene and grotesque form. In a critical reading of Bakhtin’s idea that the obscene and the grotesque are specific to the sphere of “ordinary people”, Mbembe shows that in the Cameroonian post-colonial

type of regime of domination the excessive and the obscene are a constitutive part of the rituals of domination established by the *commandement*. Power here is not something that is legitimated by rules or procedures and that is crystalized in institutions. To the contrary, power is exercised by the involvement of the masses in the public rituals and ceremonies that construct the *commandement* as fetish. The participation of ordinary people in these ceremonies is not marked by any aspiration to subvert or contestat, as can be gathered from an interpretation guided by Bakhtin. To the contrary, these rituals establish the bond, at least in terms of meanings, between those who are subordinated and the actors who control power. It is to refer to this dissimulated familiarity between the sovereign and the subordinates that Mbembe (2001, p. 110) applies the term *conviviality*:

[...] *in its desire for majesty, the popular world borrows the ideological repertoire of officialdom, along with its idioms and forms; conversely, the official world mimics popular vulgarity, inserting it at the core of the procedures by which it takes on grandeur. It is unnecessary, then, to insist, as does Bakhtin, on oppositions (dédoublement) or, as does conventional analysis, on the purported logic of resistance, disengagement, or disjunction. Instead, the emphasis should be on the logic of conviviality, on the dynamics of domesticity and familiarity, inscribing the dominant and the dominated within the same episteme.*

In her work about domestic labor of non-documented migrants, Encarnación Gutiérrez Rodríguez (2011), a sociologist at the University of Gießen, in Germany, also develops a concept of conviviality focussing on the tie between convivial relations and asymmetries of power.⁸ For Gutiérrez Rodríguez (2011),⁹ a domestic worker provides an unpaid affective labor to people and environments in which she acts to the degree that her presence “contributes to the re-creation of the apartment as a space of potential conviviality”. Gutiérrez Rodríguez’s proposes the idea of “transversal conviviality” to articulate the interdependencies condensed in domestic labor. To make these interdependencies visible, Gutiérrez Rodríguez (2011) claims for *politics of affects*, understood as “a visionary political project emphasizing caring for ourselves as communal beings, embracing solidarity, responsibility, generosity and reciprocity.”

CONVIVALITY-INEQUALITY

The brief overview conducted thus far reveals the exponential growth of recent studies about conviviality, covering various fields of knowledge. The existing studies are also quite heterogeneous in terms

[8] The affinity between the definition of conviviality adopted by Mbembe and Gutiérrez-Rodríguez may come from the effort in both cases to understand convivial relations through the multiple discussions of Hegel’s dialectic of the master-slave. While Mbembe directly discusses Hegel’s formulation, Gutiérrez-Rodríguez (2011) supports her work on Fanon’s concept of “lived existence”: “Reversing Hegel’s dialectic of master/slave, Fanon insists on the ‘lived experience’ resulting from the relationship between the presupposed ‘authentic Being’ (the master) and the abjected Other, the ‘non-Being’ (the enslaved subject).” It can be inferred from this reading that for the author, in domestic labor, a non-documented migrant lives the experience of “non-beingness.” Mbembe (2001, p. 182) refers to colonial violence as “the violence of being reduced to nothingness.”

[9] Page numbers are not available in this online publication.

of their theoretical ambitions. While some programs seek to develop new analytical frameworks in which there is no space for obsolete distinctions between disciplines and spheres of life, the intention of other contributions is more clearly political: to associate conviviality to the project of constructing more vigorous and solidary societies. The contributions share an emphasis on interdependence and interpenetration between processes, spaces and interactions that take place in distinct geographic and social contexts. Common to all the contributions is also the centrality conferred to daily relations in detriment to the macrostructural social relations.

From a normative perspective, there is a clear division between the group of contributions examined. With a single exception, all of the programs, whether, *convivialisme*, *Konvivenz*, posthuman convivialities and fragile convivialities, even if they emphasize, in some cases, that conviviality also implies conflict and competition, tend to emphasize the dimension of cooperation (at times symbiosis) inherent to conviviality. The sole exception is found in the domesticating conviviality program that emphasizes the functionality of conviviality and social relations guided by affect and proximity to sustain asymmetries of power.

This normative bias in favor of “good conviviality” explains, at least in part, an important theoretical and analytical deficit found in the discussions about conviviality in the various fields of knowledge: the lack of attention to inequalities. It is not that inequalities are not mentioned. They emerge in various studies. They appear, however, as an empiric finding. Except for few exceptions, there is no conceptual elaboration about inequalities and their meaning for convivial relations.

The notion of conviviality that guides our own investigations is based on this critical assessment of the available bibliography. Firstly, conviviality refers to the relational dimension of social life, or simply life, depending on the field in question. That is, unlike concepts such as living together/cohabitation, *Zusammenleben/Miteinander*, *vivre ensemble/cohabitation*, *vida em comum/convivência*, which generically refer to shared life in its complete scope, conviviality refers specifically to the interactions observed in the realm of common life. They obviously include not only interactions based on cooperation but also those marked by competition, conflicts and violence. To specify that conviviality refers to interactions obviously does not imply affirming that convivial interactions take place in a vacuum and that the surroundings are not important. To the contrary, convivial interactions are inserted in the webs of interdependence that shape (social) life. This statement has certain methodological implications that will be discussed below.

Another premiss is the inseparable nexus between conviviality and inequality. Even if it is empirically evident, the fact that conviviality always takes place in contexts marked by inequality is not trivial in its analytical consequences, given that it requires study of the specific nature of the relation between conviviality and inequality, in each particular context.

Inequality here refers to distances between the positions occupied by individuals or groups in the social hierarchies in relation to at least four levels:

i) The material level: this involves distances in terms of income, wealth or more generically, possession of objects or socially valued symbols.

ii) Power: inequalities or asymmetries of power refer to the distinct opportunities to shape one's own life and collective life according to one's own plans and interests. It therefore involves distances in the quality and effectiveness of current collective and individual rights and the possibilities to influence the formation of political will. The reference to distance between capacities and opportunities should not obfuscate the fact that power is always relational and contingent. That is, power is not an act of will of a person or group that possesses and mobilizes an arsenal of instruments and resources to influence people. Guided by the tradition inaugurated by Elias (1971, pp. 142-3) who, disagreeing with Weber, desubstantializes power, transforming it into a relational category (*Beziehungsbegriff*, Elias), power is not understood here as something that is possessed, but rather exercised or acquired in concrete interactions whose results always involve some unpredictability.

iii) Environment: given the mutual and interdependent constitution of nature and society, socio-ecological inequalities concern the consequences of the dominant forms of representing, transforming and appropriating nature for different individuals and groups (Dietz, 2017).

iv) Episteme: Foucault (1980, p. 197) defines episteme as "the 'apparatus' which makes possible the separation, not of the true from the false, but of what may from what may not be characterised as scientific." Expanding this definition, we can define epistemological inequalities as differences in the ability to influence the processes that distinguish not the false from the true, but the knowledge recognized as valid and valuable from knowledge considered to be trivial or superfluous.

As a relationship, inequality, in the four levels mentioned above, assumes meaning and consequences in the realm of conviviality, that is, in the context of social interactions which, in turn, reflect existing inequalities. This is the basis of the inseparable nexus between inequality and conviviality: they are reciprocally constituted.

FINAL CONSIDERATIONS: HOW TO STUDY CONVIVIAL FIGURATIONS?

To study the interactional dimension of common life based on a relational and interdependent perspective requires methodological accuracy and also important challenges, beginning with the definition of the unit of observation or analysis. What is a suitable unit? A neighborhood or an indigenous community, as in most of the studies on *fragile convivialities*? A corpus of specific texts as used by the authors linked to *Konvivenz*, or the entire planet as the *convivialistes* prefer? These examples clearly show that the specific unit of reference to study conviviality varies for each case and individual study conducted.

Nevertheless, there are some common requirements for defining this unit of analysis. Given the relational perspective, the units cannot be previously defined based on geographic or political-administrative references (a country, a city, a village, etc.) since it is not known in advance what is the web of relationships that is relevant to shaping the conviviality observed. That is, the study of conviviality requires relational units that precisely allow adjusting the scope of the observation to the spectrum of the relationships relevant to each specific study. The unit chosen should also allow incorporating relevant relations that are not face-to-face given that conviviality is also shaped by communications mediated by artefacts such as letters, telegraphs, telephones, computers, etc., obviously not including a few cases such as ethnic or religious groups that reject technological innovations or historic contexts in which communication technologies were still not available. In addition, the unit adopted should also permit the temporal flexibility to allow integrating a diachronic perspective to the study of conviviality. That is, even if the different programs analyzed insist on the contingent and even fleeting character of convivial relations, conviviality is certainly not a-historic, it is historically constituted. This creates the need to develop tools to study the process of constitution and transformation of conviviality over time.

In addition to the unit of investigation, another important methodological aspect to be considered is the focus of analysis, given that the emphasis on relations and interdependence implies that the starting point are not actors or structures but the interactions themselves. When effectuated in its radicality, the relational and interdependent analysis first implies considering that actors do not exist prior to interactions, but are only constituted through them and second, that structures and interactions are mutually constituted.

Before the recent group of studies characterized in their whole as a “relational turn” (Dépelteau, 2013), it was Norbert Elias who, in the tradition of the social sciences, best explored and developed instruments for studying societies from a relational and interdependent

perspective. Particularly suggestive and useful for our proposals is his category of *figuration*. Figuration is a resource that is simultaneously theoretical and methodological with which Elias seeks to mark his distance from both methodological individualism and structural-functionalism, since he affirms that these approaches represent the individual and society as “distinct and, moreover, antagonistic figures” (Elias, 1971, p. 141). Figuration seeks to reconcile these figures separated by traditional sociology in order to emphasize the relations of interdependence, whether they are of cooperation or competition, between the various individuals. Working with the recurring image in his work of society as a game, Elias defines figuration as:

a changing construction developed by the players not only with their intellect but with their whole person, acting and leaving others acting in their mutual relations. As we can see, figuration is tension field [Spannungsgefüge]. The interdependence among the players is the condition for them for building a specific figuration. Interdependence means both, interdependence as allies and as adversaries. (Elias, 1971, p. 142, my translation)

For Elias, as relational units of reference, figurations are flexible in scope and can refer to small groups or even entire societies in which millions of people are found linked by interdependent ties. If we expand the concept of figuration to incorporate not only people but also other living beings, as well as spirits and artifacts involved in a single web of interdependence, we reach the definition of a unit of observation or analysis that is useful to the various investigations guided by the notion of conviviality—from the more anthropocentric studies to those decidedly guided by post-humanism.¹⁰ After all, a figuration, or in our specific case a convivial figuration, is a relational and dynamic unit of reference that is constituted and adjusted during the research process. Convivial figurations can also circumscribe interactions that do not imply face-to-face contact and can be studied both from a synchronic or diachronic perspective. In addition, in figurations, the actors are not prior to the interactions studied but are constituted in the realm of the interactions—as are the structures. That is, structures only become real—in the sense of having practical effects—in the realm of the actions and relations of interdependence between the various participants of a figuration. In the image of the players, the structures are, for Elias, the game to which properties are attributed (such as good, slow, etc.) as if it had its own existence. It is obvious, however, that the game only exists to the degree to which people interact as players.

Convivial figurations are, by definition, dynamic, that is, they are found in a permanent process of reconfiguration and trans-

[10] Müller (2018, p.1) also refers in a very suggestive way to *figurations of conviviality*. The reference, for this author, however, is not the sociology of Elias but his dialogue with Caribbean writers and intellectuals.

formation. Considered from a perspective of a long duration, the convivial figurations know both diuturnal transformations as well as moments of inflection motivated by the accumulation of smaller transformations or by ruptures (catastrophe, revolution, radical institutional change, etc.) in the relationship between inequality and conviviality. To identify the different stages (pre-and post-inflection) with a single convivial figuration we refer to regimes. Thus, if the convivial figuration studied involves, for example, racial relations in South Africa, we would say that the end of Apartheid marked a change in regime given that the character of the nexus between inequality and conviviality changed. Combined, convivial figurations and convivial regimes constitute the nucleus of the methodological resources that we use to study the nexus between inequality and conviviality. As a whole, these resources allow studying the link between conviviality and inequality from a perspective that captures the historicity of (social) life and emphasizes the relations and interdependencies between: individuals and other individuals; individuals and society; society and nature; human and non-human entities; different regions of the world; and various forms of knowledge.

Received for publication
on January 3, 2019.

Approved for publication
on March 22, 2019.

NOVOS ESTUDOS
CEBRAP

113, Jan.–Apr. 2019
pp. 15-32

SÉRGIO COSTA [<https://orcid.org/0000-0001-6347-0614>], graduated in economics and sociology from Brazil and Germany, is professor of sociology, director of the Institute of Latin American Studies at Freie Universität Berlin, Germany, and speaker of the Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila).

REFERENCES

- Adloff, Frank. *Politik der Gabe. Für ein anderes Zusammenleben*. Hamburg: Edition Nautilus, 2018.
- Braidotti, Rosi. *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- Caillé, Alain. *Pour un manifeste du convivialisme*. Lormont: Le Bord de l'Eau, 2011.
- Caillé, Alain; Chaniat, Philippe. "Présentation". *Revue du MAUSS*, 43: 5-22, 2014.
- Couto, Mia. *A confissão da leoa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Dépelteau, François. "What Is the Direction of the 'Relational Turn'?" In: Powell, Christopher; Dépelteau, François (eds.). *Conceptualizing Relational Sociology*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 163-86, 2013.
- Derrida, Jacques. *Die Schrift und die Differenz*. Frankfurt M.: Suhrkamp, 1972.
- Dietz, Kristina. "Researching Inequalities from a Socio-ecological Perspective". In: Jelin, Elizabeth; Motta, Renata C.; Costa, Sérgio (eds.). *Global entangled inequalities: Conceptual debates and evidence from Latin America*. London: Routledge, 2017, pp. 76-92.
- Elias, Norbert. *Was ist Soziologie?*. Munique: Juventa, 1971.
- Ette, Otmar. *ZusammenLebensWissen. List, Last und Lust literarischer Konvivenz im globalen Maßstab*. Berlin: Kadmos, 2010.
- _____. "Áreas de tránsito y saber con/vivir: reflexiones teórico-literarias en torno a Centroamérica y el Caribe." In: Ette, Otmar et al. (eds.). *Trans(it)Areas. Convivencias en Centroamérica y el Caribe. Un simposio transareal*. Berlin: Tranvia, 2011, pp. 17-59.
- _____. *Konvivenz. Literatur und Leben nach dem Paradies*. Berlin: Kadmos, 2012.
- Foucault, Michel. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. New York: Pantheon Books, 1980.
- Gilroy, Paul. *Against Race. Imagining Political Culture beyond the Color Line*. Cambridge (MA): Harvard, 2000.
- _____. *After Empire. Melancholia or Convivial Cultures*. London/ New York: Routledge, 2004.
- _____. "Multiculture in Times of War. An Inaugural Lecture Given at the London School of Economics". *Critical Quarterly*, 2006, 48(4): 27-45.
- _____. *Darker Than Blue: On the Moral Economies of Black Atlantic Cultures*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2010.

- . “Postcolonialism and Cosmopolitanism: Towards a Worldly Understanding of Fascism and Europe’s Colonial Crimes.” In: Braidotti, Rosi et al. (eds.). *After Cosmopolitanism*. London/New York: Routledge, 2013, pp. 111-31.
- Given, Michael. “Conviviality and the Life of Soil”. *Cambridge Archaeological Journal*, 28:1, pp. 127-43, 2017.
- Gutiérrez Rodríguez, Encarnación. “Politics of Affects. Transversal Conviviality”. *European Institute for Progressive Cultural Policies*, 2011. <http://eipcp.net/>.
- Habermas, Jürgen. *Der gespaltene Westen. Kleine politische Schriften X*. Frankfurt M.: Suhrkamp, 2004, pp. 113-93.
- Hartch, Todd. *The Prophet of Cuernavaca. Ivan Illich and the Crisis of the West*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- Heil, Tilmann. “Conviviality. (Re-)Negotiating Minimal Consensus”. In: Vertovec, Steven (ed.). *Routledge International Handbook of Diversity Studies*. Oxford: Routledge, 2015, pp. 317-24.
- Hinchliffe, Steve; Whatmore, Sarah. “Living Cities: Towards a Politics of Conviviality”. *Science as Culture*, v. 15, n. 2, pp. 123-38, June, 2006.
- Houston, Donna; Helier, Jean; MacCallum, Diana; Steele, Wendy; Byrnie, Jason. “Make Kin, not Cities! Multi-species Entanglements and ‘Becoming-World’ in Planning Theory”. *Planning Theory*, 17(2): 190-212, 2018.
- Illich, Ivan. *Tools for Conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.
- Karner, Christian; Parker, David. “Conviviality and Conflict: Pluralism, Resilience and Hope in Inner-City Birmingham”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 37, n. 3, pp. 355-72, 2011.
- Les Convivialistes. *Manifeste convivialiste. Déclaration d’interdépendance*. Lormont: Le Bord de l’Eau, 2013.
- Mbembe, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- Mecila. *Conviviality in Unequal Societies: Perspectives from Latin America Thematic Scope and Preliminary Research Programme*. São Paulo: Mecila Working Paper 1, 2017.
- Müller, Gesine. *Conviviality in (Post)Colonial Societies: Caribbean Literature in the Nineteenth Century*. São Paulo: Mecila Working Paper 2, 2018.
- Nowicka, Magdalena; Vertovec, Steven. “Comparing Convivialities: Dreams and Realities of Living-with-Difference”. *European Journal of Cultural Studies* 17, 4: 357-74, 2014.
- Overing, Joanna. “Elogio do cotidiano: A confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica”. *Mana* 5(1): 81-107, 1999.
- Overing, Joanna; Passes, Alan. “Introduction: Conviviality and the Opening up of Amazonian Anthropology”. In: Overing, Joanna; Passes, Alan (ed.). *The Anthropology of Love and Anger. The Aesthetics of Conviviality in Native Amazonia*. London: Routledge, 2000, pp. 1-30.
- Rosengren, Dan. “Transdimensional Relations: On Human-Spirit Interaction in the Amazon”. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 12(4): 803-16, 2006.
- Stewart, Lizzie. “Postmigrant Theatre: the Ballhaus Naunynstraße Takes on Sexual Nationalism”. *Journal of Aesthetics & Culture* 9(2): 56-68, 2017.
- Sundermeier, Theo. *Konvivenz und Differenz: Studien zu einer verstehenden Missionswissenschaft*. Erlangen: Erlanger Verlag für Mission und Ökumene, 1995.
- Vetter, Andrea. “The Matrix of Convivial Technology Assessing Technologies for Degrowth”. *Journal of Cleaner Production* 2017: 1-9.
- Viveret, Patrick. “Les Tâches d’un mouvement convivialiste”. *Revue du MAUSS* 43, pp. 25-30, 2014.



54 anos dedicados à educação

CADERNOS DE PESQUISA (CP)
ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (EAE)
e TEXTOS FCC são publicações da FCC
que divulgam a produção científica
do campo educacional.

Além dessas publicações, a FCC apoia
e financia a revista **NOVOS ESTUDOS CEBRAP.**

fcc.org.br

 **Fundação
Carlos Chagas**



PRACTICES OF CONVIVIALITY AND THE SOCIAL AND POLITICAL THEORY OF CONVIVIALISM

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010002>

FRANK ADLOFF*

ABSTRACT

The article firstly discusses the Convivialist Manifesto which was published by a group of French academics in 2013. Secondly, the concepts of *convivialism* as a social and political theory and *conviviality* as a lived practice are compared. Finally, a normative model of modes of conviviality is developed.

KEYWORDS: *convivialism; conviviality; social theory; civil society.*

Práticas de convivialidade e a teoria social e política do convivialismo

RESUMO

O artigo discute o Manifesto Convivialista publicado por um grupo de acadêmicos franceses em 2013, comparando, em seguida, os conceitos de *convivialismo*, como teoria social e política, e *convivialidade*, como prática vivida. Desenvolve, por fim, um modelo normativo de modos de convivência.

PALAVRAS-CHAVE: *convivialismo; convivialidade; teoria social; sociedade civil.*

[*] Universität Hamburg, Hamburg, Germany. E-mail: Frank.Adloff@uni-hamburg.de

Twenty-five years after the end of the Cold War and the systemic rivalry between capitalism and real-existing socialism, the global community is confronted with a number of crises: wars, new nationalisms, social inequalities and cultural divisions, as well as climate change and other ecological dangers. To be sure, we can hardly speak of the prophesied ‘end of history’ (Francis Fukuyama) in democracy and human rights. Given this situation, a group of mainly French academics and intellectuals released a manifesto in 2013 which speaks of a reversal and, what is more, a positive vision of living together: the *Convivialist Manifesto*. The term *convivialism* is used to show that it is essential to develop a new philosophy and practical forms of peaceful coexistence. The manifesto attempts to make clear that another world is not only possible—because we can already see many forms of *conviviality*—but is absolutely necessary. Is this just another tawdry critique of society and well-meaning appeal for change? What effect will the call to action of some philosophers and social scientists have, one will—and must—ask.

THE CONVIVALIST MANIFESTO

The uniqueness of the present manifesto (*Convivialist Manifesto*, 2014) is that a large group of 64 academics with very different political convictions put their differences aside and consensually point out the undesirable developments of contemporary societies. The manifesto identifies two main causes here: the primacy of utilitarian, ergo, selfish thinking and acting, and the absolutisation of the belief in the almost holy power of economic growth. On the other hand, these developments are juxtaposed with a positive vision of a good life: It is first and foremost important to direct our attention to the quality of social relationships and our relation to nature. Various well-known academics and intellectuals have worked on this vision, including Alain Caillé, Chantal Mouffe, Edgar Morin, Serge Latouche, Eva Illouz and Ève Chiapello. On the theoretical level, convivialism ambitiously strives for a synthesis of various political ideologies: liberalism, socialism, communism and anarchism. Civil liberties, state social policies, radical universal equality and self-government should all be linked to one another. Politically, the spectrum ranges from leftist Catholicism to socialistic and alternative economic perspectives, to the members of Attac and intellectuals from the area of poststructuralism. The group of signers now includes internationally influential public intellectuals like Jeffrey Alexander, Robert Bellah, Luc Boltanski, Axel Honneth and Hans Joas. Moreover, and this seems to be particularly relevant for the political reverberation of the text, the manifesto was also discussed and signed by many civil society organisations and initiatives in France.

Convivialism denotes a theoretical position that is based on a basic tendency toward human cooperation and emphasises the necessity of democratic understanding by means of its social realisation. Conviviality, by contrast, is the lived praxis of this idea. Therefore, the convivialist manifesto goes beyond the previous uses of the term conviviality by making it into an “-ism”. Out of an attribute of social relations which was born at cheerful dinner parties and in the idea of hospitality, something new has emerged. While the term conviviality names a praxis of living together, the “-ism” makes clear that, on a theoretical level, the systematisation of social and political-theoretical perspectives must stand in the foreground. In this way, similar differences like those existing between the terms “liberal” and “liberalism” can be grasped. The focus is consequently a dual one: We can address convivialism as a social scientific or political idea on the one hand, and conviviality as a lived praxis on the other.

The proximity to the term *civil society* is obvious: This term describes not only a practice of voluntary association, but also nor-

matively labels it with the attribute of civility and even refers to a utopian project of self-government (cf. Adloff, 2017). The thesis asserted in this contribution is thus that conviviality is inscribed in human coexistence as a telos—anthropologically, it is inscribed in the structure of human orders of interaction. This also means that one can find conviviality at all times and in all cultures—even if it is never realised completely.

Both terms (conviviality and convivialism) demonstrate that, from the perspective of the authors, we are especially social beings who depend on one another. The subhead of the French original is “Declaration d’interdépendance,” in allusion to the American *Declaration of Independence*. Consequently, the authors ask the question of how we really want to coexist with one another: The quality of social relations, that of greater communities, and the question of how we want to organise society politically, are at the heart of their considerations. In doing so, social relations are not only seen as a mere means to an end, but above all as an end in themselves. The manifesto tries to formulate principles of a new convivial order and centrally highlights (p. 30): “The only legitimate kind of politics is one that is inspired by principles of common humanity, common sociality, individuation, and managed conflict.” The convivialist “test”, as it were, thus consists in boiling social and political modes of organisation down to four questions:

- a) Is the principle of common humanity and equal human dignity respected, or do some groups place themselves above others and externalise the negative effects of their actions onto others?
- b) Is the principle of a common sociality realised, based on the idea that our greatest good lies in the quality of social relations? These two somewhat communitarian perspectives are contrasted with two somewhat disassociating principles:
- c) Is the principle of individuation respected, i.e., that we all are different from each other, that we should be recognised and respected in our individuality?
- d) Lastly, are conflicts allowed on the one hand, but on the other controlled so that they do not escalate?

Therefore, convivialism formulates decidedly normative principles for the evaluation of social and political orders. These are based on the reflexivisation and normativisation of everyday practices of conviviality.

CONVIVIALITY AND THE ROOTS OF THE MANIFESTO

The term conviviality, as it is used by the writers of the manifesto, originated in 19th-century France. *Convivialité* is very common in con-

temporary French and has also established itself in English as a common loan word, as well as more recently as a term in discussions about cohabitation in immigrant societies. Its coinage can be traced back to Jean Anthelme Brillat-Savarin and his book *Physiologie du goût* from the year 1825. The gastrophilosopher understood conviviality as the situation, common at the table, when different people come together over a good long meal, and time passes swiftly in excited conversations.

The initiative for the manifesto goes back to a 2010 colloquium in Japan, where the terms conviviality and convivialism were discussed with particular reference to Ivan Illich. The Austrian-American philosopher and author was a radical critic of technology and growth, and in his 1973 book *Tools for Conviviality* introduced precisely this term. The book was well received internationally and was brought to general attention in France by André Gorz. Illich uses the term “convivial” to describe a society which places sensible barriers on the growth of its tools, be they technology-based or institutions. If the growth of a technology is not limited, according to Illich, we see the tendency of its benefits to reverse and lead to consequential societal problems (atomic energy springs to mind). Illich contends that control over societal tools should not lie in the hands of infrastructures and expert systems, but rather with the community—it is only in this way can conviviality be reached. Yet, in order for this to happen, a radical reshaping of societal institutions along convivial criteria is needed.

The volume *Delaconvivialité*, written by Caillé, Humbert, Latouche and Viveret in 2011, produces two more threads of discourse which flow into the formulation of the convivialist vision. One of them is the anti-utilitarian thinking of Alain Caillé (and Marcel Mauss), and the other is the growth and economic critique of Patrick Viveret and Serge Latouche.

The most prominent advocate of the demand for degrowth (*décroissance*) is the economist Serge Latouche. He calls for a society of simple prosperity (*société d'abondance frugale*) and (with Viveret) for a redefinition of wealth, which should overcome the logic of economic quantification used by the GDP (Latouche, 2009, 2010). In his view, a convivial society must radically question the idea of economic growth and limit itself. New forms of economic activity are demanded that break the cycle of the permanent creation of more and more, and principally unlimited needs. He is moreover interested in overcoming the “religion of economics” and the concept of the *homo oeconomicus*. The irrationality of this belief is shown in the fact that there is no clear positive correlation between monetary prosperity, and happiness and satisfaction.

The question as to which logic of action a convivial society could draw upon beyond the pressure to grow is primarily addressed by

Alain Caillé, who can be seen as the real *spiritus rector* of the convivialist manifesto (cf. Caillé, 2011). For him, the most decisive question is how humans can live together free of community and conformity pressure without (in Mauss and Caillé's words) butchering each other. Caillé sees an answer in the "paradigm of the gift", whose development he has played a decisive role in in the last 20 years and which can be traced back to the sociologist and ethnologist Marcel Mauss. Mauss described how the exchange of gifts between groups of people makes them allies without removing their "agonality," i.e., their militant conflict. In the agonal gift, humans see each other as just that, humans, and acknowledge each other. Convivialism takes up this idea and stresses that, alone, the acknowledgement of a common humanity and a common sociality can be the basis for convivial global coexistence. Radical and universal equality is thus a condition of convivial coexistence, which in the manifesto leads to the demand for two income restrictions (Manifesto, p. 32): a minimum and a maximum. No one should fall under a minimum income, and no one has the right to accumulate unlimited wealth.

Caillé can also be seen as the intellectual head of the so-called M.A.U.S.S. movement ("Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales" or "Anti-Utilitarian Movement in the Social Sciences"). Most of the theoretical ideas developed there are based on Marcel Mauss' essay "The Gift" from the year 1925. The character of the gift—according to Mauss—is ambivalent, as the exchange of gifts moves between the pole of voluntariness and spontaneity on the one hand, and the pole of social obligation on the other. Giving a gift is a deeply equivocal process which is neither understood by Mauss as being economicistic in the sense of selfishness, nor as moralistic in the sense of pure altruistic giving. Instead, Mauss emphasises the agonal side of giving: one cannot ignore the gift, one must react to it as a challenge to which one either answers or refuses to answer (which is as well equal to a response, only a negative one, cf. Bedorf, 2010). The motive to give, according to Caillé (2008) may span a coordinate cross made up of interest vs. empathy/friendship (*aimance*) as well as duty vs. spontaneity. The motivation to give a gift cannot be reduced to one of these poles. At the same time, every form of sociality is dependent on the gift. Without it, in other words, without trust and "advance payments" of which one does not know exactly whether they will be required or not, no sociality can be formed.

With his essay, Mauss by no means wanted to deliver simple descriptions and explanations of the structures of premodern societies. His ambitions were higher, he pursued a kind of archaeology: firstly, to examine the surrounding contemporary "premodern societies;" secondly, to describe the predecessors of our modern soci-

ety; and thirdly, to prove on sociological grounds that the moral and economy of the gift “still function in our own societies, in unchanging fashion and, so to speak, hidden, below the surface, and as we believe that in this we have found one of the human foundations on which our societies are built” (Mauss, 1990, p. 4). Consequently, Mauss indeed had questions that pertained to the present as well, though he stood in the French tradition of the critique of utilitarianism and sympathised strongly with the cooperative movement and other concepts and practices of autonomous self-administration (Fournier, 2006, 106ff). In doing so, he based his political interventions on the double critique of utilitarian individualism, on the one hand, and Bolshevik state-centrism, on the other.

A third principle was important to Mauss: solidarity as a form of mutual respect by means of exchanging gifts, which itself is based on social ties and reciprocal indebtedness. For him, the crux of the matter lay in the fact that modern social ties increasingly follow the model of exchange, the market and the contract: “It is our western societies who have recently made man an ‘economic animal’. But we are not yet all creatures of this genus. [...] *Homo oeconomicus* is not behind us, but lies ahead [...]” (Mauss, 1990, p. 76). In contrast to the later theoretical approaches of modernisation and differentiation, Mauss presumed that, even in modern market societies, the practical logic of the gift cannot be completely erased and that it forms a “rock” of morality.

Caillé developed more and more from a social theoretician of the gift to a reformed political protagonist of the M.A.U.S.S. movement to a champion of a “third way” beyond the absolutisation of state and market. Since the 1990s he has voiced his views in political debates, in particular because he is convinced of the relevance of the gift discourse to address practical sociopolitical problems, such as how they are discussed in the debate about universal basic income, the shortening of the workday, the strengthening of civil society or in the context of globalisation criticism. He sees, for example, in alternative, civilly organised economic forms the possibility to link non-capitalist modes of transferring goods with the traits of respect and bonding inherent to the gift. Here, he is not interested in replacing the capitalist economic form but rather supplementing it with alternative forms of exchange. For Caillé, a voluntary association lies in two or more individuals pooling their material resources, their knowledge and their activity for a common end which is not primarily geared toward profit-making (Caillé, 2000). In this way, the area of civil society is connected with the possibility to transfer forms of the primary sociality of the gift to the public sphere. After all, the political sphere is also dependent on relations where gifts are necessary.

In this way, Caillé and the other authors of the manifesto contribute to a specific line of political thinking in France. French democracy theorists Claude Lefort and Cornelius Castoriadis, in their analysis of Soviet-style totalitarianism, moved toward theories on libertarian democracy, or the autonomous society. Starting in the 1940s, they worked (alongside Lyotard) on the journal *Socialisme ou Barbarie* on a critique of Stalinist totalitarianism and Marxist theory (cf. Rödel, 1990, 8 ff.) and, in doing so, came to the idea of an autonomous, self-generating civil society able to emancipate itself from the subjugation of a single powerholder. Both authors have in common the critique of a state-centred political understanding which views civil society as a depoliticised sphere. Power should remain in civil society, and not merge in the independent institutions of the state. Democratic processes and institutions rule how civil society can exercise power over itself on the basis of conflicts. Furthermore, in Lefort's words (1990, p. 293), the place of power must "remain empty" in democracy. Sovereigns used to literally embody political power. However, a democracy must not try to occupy the former place of the sovereigns with new symbolic instances such as "the people," "class" or "nation", as we then face the threat of an antidemocratic fiction of totality. The surmounting of social and political antagonisms—as totalitarian societies claimed for themselves—de facto means the totalitarian elimination of democracy.

Neither does the political idea of the manifesto presume a state-centred concept of politics; instead, the idea of civic self-organisation shifts into focus here. This can be linked to the so-called political difference between the political (*le politique*) and politics (*la politique*) which has been discussed intensely in recent years (cf. Marchart, 2010): The political is, for Claude Lefort, Alain Caillé and the other authors, clearly not to be reduced to the instituted sphere of politics (the right to vote, state institutions, etc.) (cf. Caillé, 2014).

In this context, Cornelius Castoriadis's concept of a societal imaginary takes on significant meaning. Castoriadis's blueprint (1984) of a theory of the imaginary states that society is based on processes of institutionalisation which also always arise out of new cultural creations. This is due to the fact that society, in its conceptions, always refers to images of the future, ideas which Castoriadis terms the "imaginary." These new creations of meaning reach beyond existing societal forms and symbolisations. Imaginary meanings give responses to questions like "Who are we as a community?", "What do we want?", "What are we missing?". Societies constitute themselves by delivering in their actions factual, and thus, frequently, only implicit answers to these questions. The imaginary of modern contemporary societies for Castoriadis consists of

considering oneself entirely rational. Yet, the aims connected with this—growth, rationalisation and world domination—are arbitrary and pseudo-rational; they take on almost threatening forms when one considers, for instance, how independent unbridled technology has become. Here, the instituted (i.e. technology) has become independent *vis-à-vis* instituted society.

To consider another—convivial—society thus means, in line with Castoriadis's thought, to consider new forms of the societal imaginary, to imagine, and to create new societal blueprints. In this sense, the current neoliberal imaginary can almost be viewed as the mirror image of totalitarianism. Totalitarianism eliminated civil and political liberties in the name of a total society. Neoliberalism eliminates solidarities and social ties in the name of civil liberties and market decisions. Caillé (2014a, p. 76) therefore speaks of global “parcellitarisme.” In the view of the convivialists, collective alternatives must be striven for. For that, a battle of opinion must be fought for hegemony, entirely à la Gramsci's understanding. Indeed, the theses and topics of the convivialists are geared toward becoming practical, i.e., being heard and finding resonance in civil society. The convivialist perspective thus politically, affectively and symbolically aims at the big picture, and not at overly detailed problem-solving, at individual policies. To develop from this idea, a systematic social and political theory in the stricter sense is, however, still pending.

PRACTICES OF CONVIVIALITY

Yet the manifesto also contains indications that lived and shared practices are of great importance for the development of conviviality. It is a lived morality and habitualised practices of evaluation that are in mind when the manifesto speaks of *common decency*, for example. This expression of George Orwell's, which political philosopher Jean-Claude Michéa (2014 [2007]) reintroduced into the debate, refers to the idea that humans are not primarily rational egoists, but rather show a psychological and cultural disposition toward generosity and solidarity, which the normative structures of politics and society can be founded upon. At the same time, Michéa invokes the paradigm of the gift à la Caillé and the other M.A.U.S.S. authors in order to demonstrate that people show specific virtues or dispositions toward generosity and loyalty. Socialism should be anchored in these basic virtues (according to Michéa and Orwell). To disregard or overlook them was always the trademark of “ideologies and traditional powerholders,” Michéa contends (*ibid.*, p. 126)

However, much follows from this accentuation, this positive anthropological conception of humans. Modern liberalism for

Michéa is built on the opposite conception of humans. A war of all against all is famously hindered in liberalism by channelling private sins into the economic realm; otherwise, one is subjugated to the impersonal mechanism of law. Questions of morals and values, for their part, are banished from the public arena. The human image of the utilitarians provides the fundament for this—the “axiomatized formed by self-interest in Europe” in the 17th century (ibid., p. 123). Seeing as such a society robs itself of all normative structures, it destroys the conditions for developing a sense of community and citizenship. Michéa thus appeals for the establishment of the socialist primate of decency before that of justice. This also includes recognition of the fact that one should take seriously the lower classes in their insistence on decency, tradition, morals and order, and understand these tendencies as potentially socialist and anti-economic virtues. Both totalitarianism and liberalism drown the *common man* “in the icy waters of egotistical calculation” (ibid., p. 148). This is because both are based on the same negative image of humans. While liberalism takes people “as they are,” totalitarianism wants to create new humans. Yet, this negative image can become a self-fulfilling prophecy in as much as (neo)liberalism has now been training egoism for decades and has created a context in which egoism is recommended and is a generally accepted pattern of behaviour.

The great strength of the manifesto, in my view, lies in the fact that the above philosophies are not being handed down to Northern societies from the outside by the theoreticians of convivialism; they are already omnipresent, and simply need to be strengthened. Practically speaking, conviviality is in fact already being lived in a variety of social constellations: most notably in the context of family and friendships, in which the logic of the gift and not that of utilitarian calculation still counts. Outside of it, we see conviviality in hundreds of thousands of civic associative projects worldwide: in volunteering, the third sector, in the solidarity-based economy, in cooperatives and communes, in moral consumption, in NGOs, in peer-to-peer networks, Wikipedia, social movements, fair trade, the commons movement and many more. People are not only interested in themselves, they are also interested in others, they can stand up for others spontaneously and empathetically.

Cultural anthropologist David Graeber says that people are actually already living “communism” in their everyday manifestation of esteem, offering of aid and their non-calculated generosity. Even modern (capitalist) societies are built on a foundation of “communist” relations: “*Communism is the fundament of human coexistence*” (Graeber, 2012, p. 102, italicised in the original). Relationships among family,

friends and colleagues, spontaneous cooperations, friendly gestures and conversations—for Graeber, all of these are examples of an everyday communist morality that cannot be adequately grasped by utilitarian or normativist social theories. Whenever we are not keeping a tally of the exchange that took place, we are dealing with forms of giving, trust, community spirit, commitment, and love that are decoupled from the principle of *do ut des*.

Empirically speaking, this form of conviviality is currently under investigation in the area of multiculturalism. Present studies (e.g. Laurier; Philo, 2006; Wessendorf, 2014) are interested in, for example, how people in multi-ethnic districts structure and organise their cohabitation each and every day. It has been discovered here that there are a variety of practices of respectful dealings between people who have their origin precisely in the dispositions described by Caillé, Graeber and Michéa: “Conviviality is established in different routine practices of giving and taking, talking and sharing, exchanging news and goods and so on [...]. The banal interactions across social and ethnic boundaries give a sense of togetherness” (Nowicka; Vertovec, 2014, p. 346). Tensions and conflicts are not disregarded here, on the contrary: They occur permanently and must be negotiated and translated. In contrast to the concept of cosmopolitanism, it is not the elites who are the centre of analysis, but daily interactions, mainly in urban spaces, “where local residents engage in practices and discourses of living together, engaging with, confronting and embracing differences” (Heil, 2015, p. 319). In this sense, conviviality represents a form of minimal sociality and minimal consensus that functions as a competence of intracultural, daily negotiation. It is not a coincidence that in these discussions conceptual support is found in the Castilian term *convivencia*, which characterises the coexistence of Jews, Muslims and Christians in Spain in the Middle Ages.

AN ANALYTICAL AND NORMATIVE MODEL OF CONVIVIALITY

The way convivial exchanges are organised *par excellence* is free association, in which the principle of non-remuneration, of reciprocal giving and taking come into effect (cf. Adloff, 2016). Associative, civic self-organisation is decisive for the theory and practice of conviviality. Free exchange without remuneration, self-organised gathering can be seen as the basis of a convivial social order which is differentiated from a solely material and quantitative-monetarily defined version of prosperity and the good life. For Caillé and other convivialists, the following is crucial: One must not (as the traditional versions of socialism did) solely count on state institutions;

political changes do not merely happen through parties and states. Even liberalism, with its emphasis on markets, overlooks the possibilities of societal self-organisation.

Convivial associations show an experimental moment (John Dewey) and revolve around the question of how we want to live with one another—the quality of social relations and coexistence in the greater sense, or the question of how we want to organise society politically, are the central consideration. Here, social relations are not only seen as a means to an end, but above all, also, from an anti-utilitarian point of view, as an end in themselves (Caillé, 2014). Following concepts of civility and “civic action” (cf. Lichterman; Eliasoph, 2014), convivial practices are understood as not being limited to one sector (for instance civil society), but can be found in societal fields which aim to intentionally shape social change and social organisation, and, at the same time, to organise themselves primarily democratically and to imagine a current as well as a future desired “us”: “Participants are coordinating action to improve some aspect of common life in society, as they imagine society” (ibid., p. 809).

These practices differ in their aspects of self-organisation, reflexive forming and flexibility from practices in more rigid settings, like organisational hierarchies and highly competitive market relations. At the same time, convivial practices primarily differ from the logic of functional differentiation, which identifies logics of action for societal functional systems that are very specific and selective in meaning (cf. Beckert, 2014). They moreover try to create modes of living that are not based on exclusivity and the externalisation of costs, but rather are socially and ecologically generalisable (cf. Brand; Wissen, 2017).

Convivial ways of life are, thus, not primarily interest-based or oriented toward self-interest; they show a certain aversion to both hierarchies as well as market-based forms of socialisation. Conviviality is based on forms of self-organisation that can range from minimal standards of civility to forms of solidarity that hinge on relations of giving and respect.

To summarise the previous discussion and elevate it to the level of an analytical and normative model of conviviality, one must differentiate between various dimensions of conviviality which can be understood as a sort of graduated model on the way to a comprehensive, possibly never reachable conviviality. Conviviality requires minimal civil standards of nonviolence and tolerance of difference (a). Conviviality means forms of interaction in which people encounter people, and not mutual stereotyping; reifications and denigrative attributions of others are avoided (b). Conviviality stresses equality and self-organisation and calls for non-hierarchical and democratic forms

of organisation (c). In convivial relations, one strives to not live at the expense of others, i.e., the externalisation of negative consequences of actions should be avoided (d).

In such a model, the social sciences would be left with the task of empirically identifying various forms of conviviality and asking what the preconditions of these forms are. Yet, it would be just as important to analyse what stands in the way of different forms of conviviality. The *Convivialist Manifesto* in particular points to a ubiquitous utilitarian culture which undermines forms of conviviality. This may be an important dimension, yet one will still be able to identify many more causes—if they are sought empirically and analytically—as to why human proclivity to and ability of conviviality is hindered again and again by all kinds of institutional orders. Therefore, in order to develop a theoretical programme out of empirical studies on conviviality which represents a political and social theory of conviviality, there remains a long road ahead.

FRANK ADLOFF [<https://orcid.org/0000-0002-8750-6973>] teaches sociology at the Department of Socioeconomics of the University of Hamburg. In his research he focuses on the theory of the gift, on civil society, convivialism, sustainability and degrowth.

REFERENCES

- Adloff, Frank. *Gifts of Cooperation, Mauss and Pragmatism*. London: Routledge, 2016.
- . “Civil Society”. In: Outhwaite, William; Turner, Stephen P. (eds.). *The Sage Handbook of Political Sociology*. London: Sage, 2017, pp. 398–412.
- Beckert, Jens. “Die sitliche Einbettung der Wirtschaft. Von der Effizienz- und Differenzierungstheorie zu einer Theorie wirtschaftlicher Felder”. In: Herzog, Lisa; Honneth, Axel (eds.). *Der Wert des Marktes. Ein ökonomisch-philosophischer Diskurs vom 18. Jahrhundert bis zur Gegenwart*. Berlin: Suhrkamp, pp. 548–576, 2014.
- Bedorf, Thomas. *Verkennende Anerkennung*. Berlin: Suhrkamp, 2010.
- Brand, Ulrich; Wissen, Markus. *Imperiale Lebensweise. Zur Ausbeutung von Mensch und Natur im globalen Kapitalismus*. München: oekom, 2017.
- Caillé, Alain. “Gift and Association”. In: Vandavelde, Antoon (ed.). *Gifts and Interests*. Leuven: Peeters, 2000, pp. 47–55.
- . *Anthropologie der Gabe*. Frankfurt/New York: Campus, 2008.
- . *Pour un manifeste du convivialisme*. Lormont: Le Bord de l'eau, 2011.
- . *Anti-utilitarisme et paradigme du don. Pour quoi?* Lormont: Le Bord de l'eau, 2014.
- Caillé, Alain; Humbert, Marc; Latouche, Serge; Viveret, Patrick. *De la convivialité. Dialogues sur la société conviviale à venir*. Paris: Éditions La Découverte, 2011.
- Castoriadis, Cornelius. *Gesellschaft als imaginäre Institution*, Frankfurt: Suhrkamp, 1984 [1975].
- Convivialist Manifesto. A Declaration of Interdependence*, Duisburg: Centre for Global Cooperation, 2014.
- Fournier, Marcel. *Marcel Mauss. A Biography*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- Graeber, David. *Schulden. Die ersten 5000 Jahre*. Stuttgart: Klett-Cotta, 2012.
- Heil, Timann. “Conviviality. (Re-)Negotiating Minimal Consensus”. In: Vertovec, Steven (ed.). *Routledge International Handbook of Diversity Studies*. London: Routledge, 2015, pp. 317–24.
- Illich, Ivan. *Tools for Conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.
- Latouche, Serge. *Farewell to Growth*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- . “Degrowth”. *Journal of Cleaner Production* 18, pp. 519–22, 2010.
- Laurier, Eric; Philo, Chris. “Cold Shoulders and Napkins Handed: Gestures of Responsibility”. *Transactions of the Institute of British Geographers* 31, pp. 193–207, 2006.
- Lefort, Claude. “Die Frage der Demokratie”. In: Rödel, Ulrich (ed.). *Autonome Gesellschaft und libertäre Demokratie*. Frankfurt/M., pp. 281–97, 1990.
- Lichterhan, Paul; Eliasoph, Nina. “Civic Action”. *American Journal of Sociology* 120, n. 3, pp. 798–863, 2014.
- Marchart, Oliver. *Die politische Differenz*. Berlin: Suhrkamp, 2010.

Received for publication
on December 10, 2018.

Approved for publication
on March 4, 2019.

NOVOS ESTUDOS

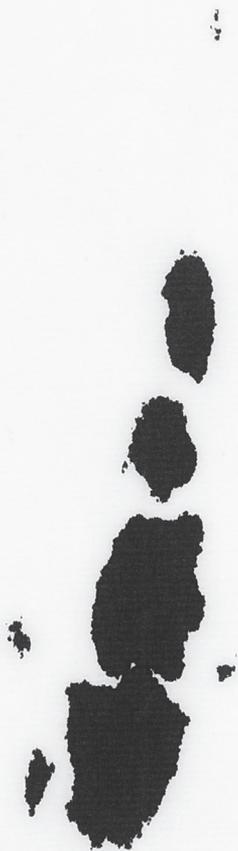
CEBRAP

113, Jan.–Apr. 2019

pp. 35–47

- Mauss, Marcel. *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. London: W.W. Norton, 1990.
- Michéa, Jean-Claude. *Das Reich des kleineren Übels. Über die liberale Gesellschaft*. Berlin: Matthes & Seitz, 2014.
- Nowicka, Magdalena; Vertovec, Steven. "Comparing Convivialities: Dreams and Realities of Living-with-Difference". *European Journal of Cultural Studies* 17, n. 4, pp. 341-56.
- Rödel, Ulrich (1990). "Einleitung". In: Rödel, Ulrich (ed.). *Autonome Gesellschaft und libertäre Demokratie*. Frankfurt, pp. 7-29, 1990.
- Wessendorf, Susanne. "'Being Open, but Sometimes Closed'. Conviviality in a super-diverse London neighborhood". *European Journal of Cultural Studies* 17, 4, pp. 392-405, 2014.





CONVIVIALITY IN (POST) COLONIAL SOCIETIES

Caribbean Literature in the Nineteenth Century

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010008>

GESINE MÜLLER*

ABSTRACT

This article asks about the norms and the forms of knowledge about conviviality in Caribbean literatures of the 19th century, as the discourses of racism were being established and the question of conviviality was negotiated very intensely. To what degree it is possible to critically challenge essentialist constructions in an era that has gone down in history as the heyday of racism? Can a sharper look at representations of conviviality lead us to relativize canonized frames of 19th century reference, such as race and nation?

KEYWORDS: *conviviality; Caribbean literature; 19th century literature.*

Convivialidade nas sociedades (pós)coloniais: literatura caribenha no século XIX

RESUMO

O presente artigo questiona as normas e as formas de conhecimento sobre convivialidade nas literaturas caribenhas do século XIX, com o estabelecimento dos discursos de racismo e com a intensa negociação em torno da questão da convivialidade. Até que ponto é possível desafiar criticamente as construções essencialistas em uma época que ficou marcada na história como o auge do racismo? Pode uma observação mais apurada das representações de convivialidade nos levar a relativizar as referências canonizadas do século XIX, como raça e nação?

PALAVRAS-CHAVE: *convivialidade; literatura caribenha; literatura do século XIX.*

[*] Universität zu Köln, Cologne, North Rhine-Westphalia, Germany.
E-mail: gesine.mueller@uni-koeln.de

[1] These island worlds always operate according to their own rules of logic. See Ette's theories about islands (2016, p. 135). See also Ette 2009, p. 32; and Müller, 2011.

INTRODUCTION

The nineteenth-century world of the Caribbean islands can be read as a kaleidoscope of colonial structures and dynamics,¹ in which colonial experiences come together in a dense network within the sphere of influence of a great variety of hegemonic and peripheral systems and give rise to dependence and separation, to exchange and confrontation. A look at this kaleidoscope-like world can give us completely new insights into the early processes of cultural globalization. Migration, circulation, and interconnections among the most diverse geographical areas, along with rootlessness and a lack of direction, are considered to be characteristics of our societies

of today. But these phenomena of deterritorialization can already be observed in the Caribbean islands in the nineteenth century, where, for example, pirates and slave traders sailed back and forth between empires and continents; writers fled from one exile to the next; and illiterate peddlers served as messengers between worlds. This is what makes the nineteenth-century Caribbean a fascinating starting point for the examination of different figurations of conviviality.

It is mostly not until the early twenty-first century that there have been attempts within cultural theory to programmatically understand a conviviality in peace and difference.² These attempts have come about as a response to an unsuccessful labeling of multiculturalism or as a rejection of an essentialist concept of identity. For the indicated reasons, it makes sense that the current debates on this topic include vigorous contributions by Caribbean intellectuals and intellectuals of the Caribbean diaspora. This region, which is so rich in literature,³ has in recent decades consistently been one of the privileged sites for theoretical production: one has to think only of negritude, *créolité*, and relationalism, to begin with. Within this chronological sequence, there has also been an attempt to look concretely at conviviality in the Caribbean and its diaspora and to use that as a basis for developing universal categories, as Édouard Glissant (*Poetics of Relation*) and Antonio Benítez Rojo (*The Repeating Island*), first and foremost, have done. In the process, one question that is still being asked is how to grasp ethnic differences without falling back into essentialisms. In a way that is similar to the critique of multiculturalism by leading intellectuals in the Anglo-Saxon tradition, such as Arjun Appadurai and Paul Gilroy, Walter D. Mignolo looks back quite critically on the discourses of *créolité*:

Creoles, Caribbeanness, and Creoleness are still categories that overlap but belong to different levels. Being or defining oneself as Creole means identifying a group of people, differentiating them from others. Thus, to say that “neither Europeans, nor Africans, nor Asians, we proclaim ourselves Creoles” is an identification in relation to a territory, and to the historical processes that created that territory. (Mignolo, 2012, p. 241; citation from Bernabé et al., 1990, p. 886)

But what response is there to this critique? Glissant calls his alternative model “creolization”,

an encounter between cultural elements coming from completely different horizons and which in actuality creolize themselves [...] in order to produce something completely unpredictable [...] The creolization that takes place in the New America, and the creolization that is taking over the other Americas, is the same one that operates in the entire world. The thesis that I will

[2] The following explanations are taken in passages from a translation of my article (Müller, 2012). I am grateful to Mary Deer for the translation. On the particularly significant challenges of establishing the basic principles of conditions of conviviality on the worldwide scale in the fourth phase of accelerated globalization, see Ette, 2010a, pp. 169-70, 183.

[3] The Caribbean has made a particular name for itself as a privileged region for “literatures without a fixed abode”, see Ette, 2016, 126-56.

defend [...] is that the world is becoming creolized, that is to say that the cultures of the world, connected with each other today in an electrifying and totally conscious way, change themselves by exchanging themselves through irremediable clashes and pitiless wars but also advances of conscience and hope. (Glissant, 1996, p. 15)⁴

[4] “[...] une rencontre d’éléments culturels venus d’horizons absolument divers et qui réellement se créolisent [...] pour donner quelque chose d’absolument imprévisible. [...] [L]a créolisation qui se fait dans la Néo-Amérique, et la créolisation qui gagne les autres Amériques, est la même qui opère dans le monde entier. La thèse que je défendrai [...] est que le monde se créolise, c’est-à-dire que les cultures du monde mises en contact de manière foudroyante et absolument consciente aujourd’hui les unes avec les autres se changent en s’échangeant à travers des heurts irrémédiables, des guerres sans pitié mais aussi des avancées de conscience et d’espoir”. Unless otherwise indicated, translations of passages quoted in this article are by Gesine Müller and Marie Deer.

[5] In his classic essay *La isla que se repite* [this passage is absent from the English translation], Cuban cultural theorist Antonio Benítez Rojo describes how it is necessary to confront the system of plantation society in order for any understanding of *créolité* to take place: “Well then, what connections do I see between the plantation and creolization? First of all, of course, a relation of cause and effect: without one we would not have the other. But I also see other connections” (“Bien, entonces, ¿qué relaciones veo entre plantación y criollización? Naturalmente, en primer término, una relación de causa y efecto; sin una no tendríamos la otra. Pero también veo otras relaciones”, Benítez Rojo, 1998, p. 396).

[6] This involves a knowledge “that is constantly in contact with the extra-literary living world, that can be understood [...] from the specific autonomy and internal meaning of literature” (“das stets im Kontakt mit der außerliterarischen Lebenswelt steht, [das] aus der spezifischen Eigengesetzlichkeit und dem Eigen-Sinn der Literatur heraus verstanden [...] werden kann”, Ette, 2010a, p. 114).

Because it is not possible to understand the specific postcolonial situation in which Caribbean societies find themselves today without examining their colonial dimensions—Benítez Rojo, in *The Repeating Island*, already referred to the mutual conditionality of today’s discourses of *créolité* and the historic plantation economy⁵—I would like to take a look now at a particularly interesting and complex phase of Caribbean colonialism, namely the nineteenth century. What is the particular content of the literary potential for conviviality in nineteenth-century Caribbean literatures (cf. Ette, 2010a, p. 80)? There are two levels to be distinguished:

- (1) The norms of knowledge about conviviality. By this I understand the explicit communication of a program of good or ideal conviviality.
- (2) The forms of knowledge about conviviality. By this I understand the communication of a literary content of conviviality,⁶ a level that can be either explicitly or implicitly legible (cf. Ette, 2010b, p. 989).

It goes without saying that in the nineteenth century, as the discourses of racism were being established, the question of conviviality was negotiated very intensely, given that the concept of race was a decisive one for the shaping of that century’s political anatomy. As the concept was made scientific, it remained an important aspect of European geopolitics on their way to a global domination supported and legitimized by Darwin’s recognitions (Gilroy, 2004, p. 6). Considering the dominance of this ubiquitous expression of ethnic difference in that epoch, I would like now to look at conviviality from an ethnographic standpoint. While current approaches, such as those of Mignolo or Glissant, attempt to expose earlier concepts of identity as essentialist, the most challenging question with respect to the nineteenth century is to what degree it is possible to critically challenge essentialist constructions in an era that has gone down in history as the heyday of racism.

If we turn to the height of the Caribbean plantation economy, on the eve of the French Revolution, we can see that the decisive issue in the problem of human conviviality was not so much the how of it as the question of who was even allowed to call themselves human (see

Meyer-Krentler, 2012). Hans Blumenberg (2010) has vividly shown, in connection with the French Revolution, how ungraspable the concept of life is. Michel-Rolph Trouillot describes how, in July 1789, just a few days before the storming of the Bastille, plantation owners from Saint-Domingue came together in Paris to ask the new French National Assembly to include twenty deputies from the Caribbean among their ranks (Trouillot, 2002, p. 90).⁷ The growers had arrived at this number by using the exact same methods used in France as well to calculate the distribution of representatives, but the growers had deliberately included the black slaves and the *gens de couleur* in their calculation of the island population, while never for a moment considering giving the vote to the nonwhites. Honoré Gabriel Riquetti, the Count of Mirabeau, took the floor in the session of July 3, 1789, to expose the absurdity of the growers' calculations:

Do the colonies count their Negroes and their gens de couleur as belonging to the category of human beings or to that of the beasts of burden? If the colonies would like to see the Negroes and the gens de couleur counted as human beings, they should first give them the right to vote, so that all could vote and all could be counted. If not, however, we would like to point out to them that in distributing the number of deputies across the population of France, we have taken neither the numbers of our horses nor those of our mules into consideration. (Archives Parlementaires, 1789, 8; 186, cited in Trouillot, 2002, p. 90)

Mirabeau wanted to convince the French National Assembly to reconcile the philosophical position of the declaration of human rights with the assembly's political position towards the colonies. However, the declaration spoke of the "rights of the human being and of the citizen", a title that was contradictory in itself.

Trouillot shows how, in the case at hand, the citizen triumphed over the human being, or at least over the nonwhite human being. The National Assembly allowed the Caribbean sugar colonies only six representatives. This was more than they would have been allotted on the basis of their white inhabitants alone, but significantly less than their numbers would have come to if the Assembly had recognized the full political rights of blacks and *gens de couleur*. Their pragmatic political calculations meant that the half a million slaves on Saint-Domingue/Haiti and several hundred thousand in the other colonies yielded exactly three deputies, who were of course white (Trouillot, 2002, p. 91).

If the very definition of a person is already such a challenge, then the concept of life, which lies at the foundation of being, becomes even more complicated, leading directly to the question of conviviality. Can a sharper look at representations of conviviality lead us to

[7] On this particular point, I rely directly on Michel-Rolph Trouillot's exposition.

relativize canonized frames of nineteenth-century reference, such as race and nation? The question of conviviality requires more differentiated answers than simply emphasizing an abolitionist novel's ethnic dimension and its contribution to the abolition of slavery. Nor, if we look at the question globally, can we just emphasize (for example) the evocation of a transcultural Cuba through a foundational fiction such as *Cecilia Valdés*. In other words, this is about more than just literature with a social agenda.

The examples I use extend across a little more than the nineteenth century; concretely, they are from the years 1789 to 1886, spanning the time from the launching of the French Revolution's idea of equality to the abolition of slavery on the last Caribbean island, namely Cuba. This period of time thus corresponds to the fundamental shift in the image of humankind and of society that took place over the course of the nineteenth century and that was also transported to the colonial realms. The year 1848, when slavery was ended in the French colonial empire, represents a central dividing line. Thus, the texts are grouped around an event that radically changed societies or, in the case of the Spanish colonies, brought the question of abolition much closer to the surface again because of what was happening in the immediate vicinity.

The question of the forms and norms of knowledge about conviviality always includes the act of reading. Without attempting here to undertake a reception-oriented investigation, I do want to note that almost all of the textual examples are the literary documentations of a writing Creole upper class, which, while it is not even close to mirroring the overall state of a society, did however bear the sole decisive responsibility for the establishment of the dominant discourses and therefore can be said to have been writing an *écriture blanche* (Bremer, 1982, p. 336) and therefore being read by a small minority.

NORMS OF KNOWLEDGE ABOUT CONVIVIALITY, OR UTOPIAN SOCIETAL MODELS

Outre-mer, the 1835 novel by the *Béké* author Louis de Maynard de Queilhe, a member of the Creole upper class from the French colony of Martinique, sketches the utopia of a peaceful slave society. The protagonist, Marius, a mulatto, parrots the slogans about equality that he picked up during his time in Paris and gets worked up over the racial fanaticism in his country of origin, only to realize, little by little, after his return home, how unrealistic the French Revolution's egalitarian ideas are and how completely they ignore the colonial reality and the actual inequality and unequal worth of people of different skin colors and backgrounds. At first, his words almost anticipate the later positions of negritude, and he even goes so far as to buy a black woman and free her in order to marry her. But he is soon brought back to hard

facts and realizes that there are worlds of separation between them. It becomes clear to Marius that he can only love a “real woman”: in other words, a white woman.

In a process of clarification, along the lines of the classical coming-of-age novel, Marius painstakingly comes to the realization that the philanthropic ideas coming out of certain circles in Paris and London are wrong to discredit the well-established plantation system.

He had been told that they were exposed to the elements in all seasons and weathers, defenseless and without clothes; what he learned was that these men received two jackets and two pairs of pants every year, the women two jackets and two skirts, and that if one sometimes saw them half-naked, it was because they found that more pleasant [...]. Their work brought with it no suffering nor pains. It is true that at certain intervals, the whip rang out, but in the air and not on the slave's back, and it was only to incite the zeal of those who had fallen asleep or to be heard by those who were farther away. The earth was by no means drenched in their sweat, but perhaps it was drenched in the syrup that they were never refused and were accustomed to drink diluted in water [...]. He had been told there would be many cries and groans, and all he heard was laughing and chatter. (Maynard de Queilhe, 1835, v. 1, pp. 105-6)⁸

This example represents the model of an ideal conviviality based on a societal order in which everyone has his or her place and in which the slaves are treated very well. A similar worldview is expressed in *Les amours de Zémédare et Carina*, a colonial pro-slavery novel by Auguste Prévost de Sansac. It develops the picture of a Creole slave owner who is primarily a protector:

The fair master is always well served by his slaves, esteemed by his compatriots, and protected by the government. The cruel master [...] there isn't any among the white men on Martinique; looked on with horror by all, he would soon be forced to leave the island. Without trying to justify slavery here, I simply observe that the world's earliest records speak of its existence: we have seen it persist across all the centuries, and even in Sparta, the most republican of all governments. It has never been possible to successfully entrust the cultivation of the soil in the tropics to white men; they cannot endure this arduous work. The Negroes, all across the vast expanse of the coast of Africa, only use their freedom to satisfy their stupid ferocity, to make war on each other, to destroy and devour each other. In our colonies, in contrast, see their gaiety, their pleasures, and the moderation of their work; they are without worries for the future; they know love and can freely enjoy the happiness of being fathers [...]. Laborers of Europe, [...] and you especially, you serfs attached to the land in

[8] “On lui avait dit qu'on les exposait aux intempéries des saisons, sans défense, sans vêtements; et il apprenait que ces hommes recevaient par an deux casaques et deux caleçons, les femmes deux casaques et deux jupes: que si parfois on les voyait à moitié nus c'est que cela leur était plus agréable [...]. A ces travaux ne se joignaient ni douleurs ni peines. Par intervalles certes le fouet retentissait, mais en l'air et non sur le dos de l'esclave et c'était uniquement pour exciter l'ardeur des endormis ou pour se faire entendre des plus éloignés. La terre n'était point arrosée de leurs sueurs mais peut-être du sirop qu'on ne leur refuse en aucun temps, et qu'ils ont l'habitude de boire délayé dans l'eau [...]. On lui avait annoncé beaucoup de cris et de gémissements, et il ne les entendait que rire et jaser.”

Poland and in Russia; you whom we so often see anxious about your existence and that of your family: tell us whether the Negroes in the colonies are the unhappiest beings on earth. (Prévost de Sansac, 1977, p. 61)⁹

[9] “Le maître juste est toujours bien servi par ses esclaves, estimé de ses compatriotes et protégé par le gouvernement. Le maître inhumain [...] il n'en existe point parmi les hommes blancs, à la Martinique, vu avec horreur par tous, on le forcerait bientôt à sortir de l'île. Sans vouloir chercher à justifier ici l'esclavage, j'observai seulement que les premiers annales du monde parlent de son existence: on l'a vue se maintenir dans tous les siècles, et même à Sparte, le plus républicain de tous les gouvernements. La culture des terres, entre les tropiques, n'a jamais pu être confiée, avec succès, à des hommes blancs; ils n'y peuvent résister à ce travail pénible. Les nègres, dans toutes la vaste étendue de la côte d'Afrique, n'usent de leur liberté que pour assouvir leur stupide férocité, se faire la guerre, se détruire et se dévorer entr'eux. Dans nos colonies, au contraire, voyez leur gaité, leurs plaisirs et la modération de leur travail; ils sont sans souci sur l'avenir; ils connaissent l'amour, et jouissent librement du bonheur d'être pères [...]. Journaliers d'Europe, [...] et vous surtout, serfs attachés à la glèbe en Pologne et en Russie; vous que l'on voit si souvent inquiets sur votre existence et sur celle de votre famille, dites-nous si les nègres, dans les colonies, sont les êtres les plus malheureux sur la terre”.

[10] “De ces blancs, de ces noirs, de ces rouges, il se fondera une race mélangée d'Européens, d'Africains et d'Américains, qui en quelques générations et au travers des croisements divers, arrivera, par le brun, le carmelite, le prune—monsieur, l'orangé — à un jaune pâle, légèrement cuivré. Toutes ces singularités, toutes ces merveilles de civilisation qui élèvent et intéressent notre cœur et notre esprit, sont plus ou moins prochaines”.

[11] Here I rely directly on Bongie's fundamental analysis of the first issues of the *Revue des Colonies*, to which I did not have access.

[12] More than a century later, the Barbadian poet and cultural historian Kamau Brathwaite analyzes the development of such a Caribbean society in his pioneering study of processes of creolization. Cf. Bongie, 2002, p. 450.

While the pro-slavery attitude of someone like Maynard de Queilhe and Prévost de Sansac is symptomatic of the writers of the plantation-owner class in the French Antilles, there are certainly also utopian future-oriented projects that have a positive view of the mixture of the “races”. It is not a coincidence that these often arise in the colonial centers. Thus, a year after the publication of *Outre-mer*, one could read about the utopia of a new mixed race in the anti-slavery journal *Revue des colonies*:

From these whites, from these blacks, from these reds, there will be founded a mixed race of Europeans, Africans, and Americans, which within several generations and through various interminglings will arrive, by way of brown, caramel, plum—dear sir, orange-ish—at a pale yellow, lightly coppered. All of these singularities, all these marvels of civilization that elevate and interest our heart and our spirit, are more or less near. (*Revue des Colonies*, July, 1836, pp. 20-1)¹⁰

This quotation communicates a very unusual norm of knowledge about conviviality for that time: the intermixing that is soon to come, with its unpredictable results, will lead to marvels of civilization. The word that best encapsulates the *Revue's* revolutionary project is “fusion”: as expressed in its foreword, the *Revue* was founded with the goal of influencing public opinion through “an always sensible and straightforward, but vigorous and never timid, discussion of the causes, whatever they might be, that are hindering the desirable fusion of the colonies' various peoples (*Revue des Colonies*, I.i, p. 3, cited in Bongie, 2002, p. 449).¹¹

It wants to break down the racial segregation that structures colonial society. This is shown particularly clearly in Bissette's article on the English colonies: “De l'émancipation des esclaves, considérée comme premier élément du progrès social aux colonies” (On the emancipation of slaves, considered as the first element of social progress in the colonies; *Revue des Colonies*, I.vii, pp. 3-14, and cf. Bongie, 2002, p. 449). In that article, he notes that “production and material prosperity are moving ahead there and, in a very limited number of years, the fusion of the black and white races will turn these lands [...] into a country enjoying civil and political liberty and equality (*Revue des Colonies*, I.vii, pp. 3-4, cited in Bongie, 2002, p. 449).”

But, as Bongie points out, the idea of fusion is primarily concerned with the formation of a Caribbean society with its own customs (2002, p. 450).¹² In the article “De la fusion des deux races aux colonies et des

causes qui la retardent” (On the fusion of the two races in the colonies and on the causes that are delaying it; *Revue des Colonies*, I.vi, pp. 3-7; cf. Bongie, 2002, p. 450), most likely written by Bissette, the creation of a post-racial “shared homeland” is also advocated:

In effect, it is impossible that, once legitimate grievances have been satisfied, resentments assuaged, the playing-field leveled out, the oppressors disarmed and punished, in a word, equal rights proclaimed and adequately protected by the public authorities, it is impossible, we say, that the white and black populations in the colonies should not fraternize and join together, in everybody's best interests, to work the land in common, their shared homeland today, in which a better organization of labor and the development of an eminently social feeling of the fraternity of man will turn it for them into a homeland that is as beloved as it is free, industrious and prosperous. (Revue des Colonies, I.vi, p. 3, cited in Bongie, 2002, p. 450).

In a representative example from the Spanish Caribbean, we find yet a different look at ethnic constellations. This is a quotation from a correspondence between Domingo del Monte and Félix Tanco y Bosmeniel, and it could be considered as paradigmatic of the categories that organized the thought and discussion of the first half of the century. It shows that in Cuba, too, clearly defined racial attributions still worked, but that unlike in the French-speaking Caribbean, the positive potential of the blacks was emphasized as a source of Romantic literature. Thus, in 1850, Tanco writes to del Monte:

And what do you say to Bug Jargal? I would like us to use the style of that novel for writing among ourselves. Think about it. The Negroes of the island of Cuba are our poetry, and we must not think about anything else; but not just the Negroes but the Negroes with the whites, all mixed up together, and then to make up the paintings, the scenes, which must of necessity be infernal and diabolical; but also certain and evident. This emerged through our Victor Hugo, and all of a sudden we know what we are, painted with the truth of poetry, since we already know the sad misery in which we live through numbers and philosophical analysis. (Letter from Félix Tanco to Domingo del Monte, dated February 13th, 1836, in Gómez de Avellaneda, 1976, p. 46)¹³

Starting in about 1860, a new group appeared in the Spanish Caribbean: the Puerto Rican intellectuals Ramón Emeterio Betances and Eugenio María de Hostos and the Cuban writer Antonio Maceo discovered that they shared the same history (Gaztambide-Géigel, 2011).¹⁴ Maceo was a committed anti-racist (Maceo Grajales, 1948, 1950; cf. Zacair, 2005). He was against slavery, the inequality of the

[13] “Y qué dice V. de *Bug Jargal*? Por el estilo de esta novelita quisiera yo que se escribiese entre nosotros. Piénselo bien. Los negros en la isla de Cuba son nuestra poesía, y no hay que pensar en otra cosa; pero no los negros solos, sino los negros con los blancos, todos revueltos, y formar luego los cuadros, las escenas, que a la fuerza han de ser infernales y diabólicas; pero ciertas y evidentes. Nazca por nuestro Victor Hugo, y sepamos de una vez lo que somos, pintados con la verdad de la poesía, ya que conocemos por los números y el análisis filosófico la triste miseria en que vivimos”.

[14] The three intellectuals named here were not the only ones carrying on the kinds of debates that we will be describing, but these three were particularly prominent.

racas, and every form of oppression. His activism on behalf of better humanitarian conditions was linked to the struggle for colonial independence from Spain. For him, that implied an engagement on behalf of the “dignity of the black race”. And this in turn led Maceo, just like Betances, to a stronger orientation towards Haiti. Haiti, too, was supposed to become part of the new Caribbean federation. For Maceo, anti-racist and pro-Caribbean positions merged into one agenda, called *Caribbeanidad*, Caribbeanness.

For the Puerto Rican Eugenio María de Hostos, the Antilles constituted an abstract scenario in which he was not to set foot again until his return from Spain. His 1868 speech at the Ateneo de Madrid shows his definitive break with the Spanish liberals. He merges *Puertorriqueñismo*, *Antillanismo*, *Latinoamericanismo*, and *Americanismo*, speaking of the federation as the “absolute republic” (*república absoluta*) and the “absolutely free alliance of all national biases” (*alianza libérrima de todas las parcialidades nacionales*). What all of these concepts have in common for Hostos is that they do not refer only to a purely geographical territory but can also be understood as a utopian construct (Gaztambide-Géigel, 2011): “What are the Antilles? The link, the point of union between the fusion of European types and ideas from North America, and the fusion of races and disparate characters that Colombia (Latin America) painfully realizes.” (Hostos, 1988a, cited in Gaztambide-Géigel, 2011, p. 436)¹⁵

[15] “¿Qué son las Antillas? El lazo, el medio de unión entre la fusión de tipos y de ideas europeas de Norte América y la fusión de razas y caracteres dispares que penosamente realiza Colombia [la América Latina]”.

During his stay in New York, he gives a clear geopolitical definition:

the natural geographic midpoint between one part and another of the Continent, manufacturer also of a transcendental fusion of races, the Antilles are, politically, the scale's pointer, the true federal bond of the gigantic federation of the future, socially, humanly, the natural center of the fusions, the definitive crucible for the races. (Hostos, 1988a, cited in Gaztambide-Géigel, 2011, pp. 436-7)¹⁶

[16] “[...] medio geográfico natural entre una y otra parte del Continente, elaborador también de una fusión trascendental de razas, las Antillas, son, políticamente, el fiel de la balanza, el verdadero lazo federal de la gigantesca federación del porvenir; social, humanamente, el centro natural de las fusiones, el crisol definitivo de las razas”.

For Hostos, the idea of a conviviality of the races has both a political and a cultural aspect: “The unity of liberty for the federation of nations; the unity of the races for the fusion of all of them”. He proclaims the “confederation of all of the Antilles and, as a future goal, the fusion of the Latin race in the new continent and in the archipelago of the Caribbean Sea” (Letter to J.M. Mestre, November 7, 1870, cited in Gaztambide-Géigel, 2011, p. 437).¹⁷

[17] “Unidad de la libertad por la federación de las naciones; unidad de las razas por la fusión de todas ellas”; “la confederación de todas las Antillas y, como fin por venir, la liga de la raza latina en el nuevo continente y en el archipiélago del Mar Caribe”.

The idea of the peaceful conviviality of ethnic groups is completely merged with that of the Antillean confederation (cf. Gewecke, 1996, p. 111) in Hostos’s speech “En el Istmo” (In the isthmus). For Hostos, as for his colleagues, the idea of race is not developed in any differentiated way and is internally contradictory. For Hostos, too, the essential-

ist dimension remains the basis for a conviviality. On the one hand, he identifies a “true Antillean race” (*verdadera raza de las Antillas*) as a fusion of African, Latin, and American elements. On the other hand, however, his discourse of the “white race” and “subraces” partakes of the racist discourse coming from Europe.

So, while discourses of difference are what mark the thinking of Hostos, Betances, and Maceo, these discourses are productively implemented here, in contrast to earlier texts. The Caribbeanness of someone like Maceo is intended to dissolve difference. The fact that this idea, as a utopia, very much along the lines of Hostos’s thinking, reaches beyond the Caribbean archipelago speaks for its universal dimension.

**FORMS OF KNOWLEDGE ABOUT CONVIVIALITY. AN ETHNOGRAPHIC SEARCH,
OR THE QUESTION OF THE DISTANCE AND SEPARATION FROM THE OTHER**

Let us now turn our gaze away from normative attempts to project conviviality and concentrate instead on forms of knowledge (Ette, 2010b, p. 990). These are manifested in explicit or implicit attempts at self-positioning or positioning of the Other. Thus J. Levilloux, a colleague writer of Maynard de Queilhe’s from Martinique, for example, takes a decidedly critical look at the ethnic caste system in his *Les créoles ou la vie aux Antilles* (Creoles or life in the Antilles, 1835).

The whites rain contempt on the mulattos. These leave the hatred of envy to their fathers and take revenge on the blacks for the degrading nuance of skin to which they are heir. On their side, the Negroes, recognizing the superiority of the whites, reject the pretensions of the colored class, conspiring against the ones because they are the masters and hating the others because they want to be that. (Levilloux, 1977 [1835], pp. 9-10)¹⁸

Here it becomes clear that the ethnic caste system, which is often proclaimed to be normative, is in fact constantly called into question by all the groups involved. From every side, people try to break down the barriers. Levilloux’s depiction of the whites is also revealing: “the Creoles, descendants of the European colonists: intellectual lightweights, generally uncultivated, but lively, penetrating, passionate about marvels and disdainful of Europe’s philosophical knowledge (Levilloux, 1977, p. 19).”¹⁹

The actual situation, involving a self-evident definitional clarity, is relativized by the astonishing self-critique of a white author from Guadeloupe who acknowledges a lack of intelligence. We see very clearly here that whiteness does not always mean the same thing. Who are the Creoles? Which white person is writing for which whites?

[18] “Les blancs laissent tomber le mépris sur les mulâtres. Ceux-ci laissent à leurs pères la haine de l’envie et se vengent sur les noirs de la nuance dégradante d’épiderme dont ils sont héritiers. De leur côté, les nègres reconnaissant la supériorité des blancs repoussent les prétentions de la classe de couleur, conspirent contre les uns parce qu’ils sont maîtres, et haïssent les autres parce qu’ils aspirent à le devenir.”

[19] “Les créoles, descendants des colons européens: intelligences légères, en général incultes, mais vives, pénétrantes, enthousiastes du merveilleux, dédaigneuses des connaissances philosophiques de l’Europe.”

[20] “Les hommes sentaient le vieux monde s’abîmer sous leur pieds et se jetaient déjà vers cet avenir si prochain où devait se reconstruire une nouvelle société.”

At one point in Levilloux, it becomes evident to what degree the uncertainty of whiteness is directly related to the Creole upper class’s fear, usually a fear of losing the privileges of the good old days: “Men felt the old world wearing away under their feet and were already throwing themselves towards that future, already so near, in which a new society was to be rebuilt” (Levilloux, 1977, p. 21).²⁰ The good old days are the prerevolutionary days, and in an echo of the trauma of the French Revolution, on the eve of the abolition of slavery in the French colonial empire, people are reminded of the eve of 1789. People are afraid that in the future, new forms of conviviality will be developed. The unpredictable is frightening.

It is precisely in the attempt to grasp the indefinable in-betweenness of the mulatto’s social position and self-positioning with respect to identity that the strenuous efforts on the part of whites to be white become visible:

We must not forget that the mulatto was not a man like other men but instead a reflection of those strong natural landscapes where precipices, poisonous plants, and nefarious animals abound but where one has to go, nevertheless, to find the most esteemed marvels of this universe. (Maynard de Queilhe, 1835, v. 2, p. 16)²¹

[21] “Le mulâtre, il ne faut pas l’oublier, ce n’était pas un homme comme un autre. C’était une image de ces fortes natures où les précipices, les plantes vénéneuses et les animaux mal-faisants abondent, mais où néanmoins on doit aller chercher les merveilles les plus estimées de cet univers.”

Even the blacks pity the mulattos and perceive them as caught in a miserable in-between situation: the herbalist Iviane, in *Les Créoles ou la Vie aux Antilles*, shows compassion for the protagonist, Estève, which Levilloux stages through a deliberately flawed French, thus relativizing the position of standard French as the single normative authority. It is interesting to note that the concept of the nation plays a role here as well. “‘Me possessed of God alone’, the old woman replied. ‘You mulatto, me Negress. My nation large in a large country. You not have a nation, you’” (Levilloux, 1977, p. 104).²²

[22] “‘Moi possédée de Dieu seul’, répliqua la vieille. ‘Vous mulâtre, moi negresse. Nation à moi est grande dans un grand pays. Vous pas avoir une nation, vous’.”

Similarly searching for an appropriate description of the mulatto, the *Revue des colonies* expresses it this way:

The Negro stems from pure blood; the mulatto, on the contrary, comes from mixed blood; he is a composite of the black and the white, a bastardized species. From this truth it is as obvious that the Negro is above the mulatto as it is that pure gold is above mixed, impure gold. (*Revue des Colonies* November, 1838, 277)²³

[23] “Le nègre est issu d’un sang pur; le mulâtre est au contraire issu d’un sang mélangé; c’est un composé du noir et du blanc, c’est une espèce abâtardie. D’après cette vérité, il est aussi évident que le nègre est au-dessus du mulâtre, qu’il est que l’or pur est au-dessus de l’or mélange.”

A strained requirement of purity has to do the job of drawing a barrier between blacks and mulattos by way of “blood”.

The literary passage in the pro-slavery quotation from Maynard de Queilhe on the theme of the impossibility of transferring ideas

between the metropolis and the colony, which has already been introduced as a norm of knowledge about conviviality, takes on a new aspect as a form of knowledge about conviviality in *Les Créoles ou la Vie aux Antilles*. In a letter to his son, the father issues a warning about the ideas of the French Revolution. In the colonies, there can be no equality:

It is important, my son, to guard against the maxims and the theories that now invade all minds and to which the candor of your age makes you more vulnerable. Remember that you will soon have to return to Guadeloupe, where you will find a society that, although it allows one to feed oneself speculatively on these ideas of equality, forbids one to openly scorn conservative prejudices. I think I have seen, in your letters, a marked tendency to praise yourself for subscribing to those dogmas that you call regenerative, but which can only be that after they have killed us. This is now the time for me to say a word to you about connections that chance might cause you to form with young people of color that whites send to Europe. Do not stop at outward signs; they are often misleading. Sound out and question all of the Creoles, your comrades. The number of them must not be too large, and thus it will be easy to discover their origins and to escape from dangerous friendships which would become a source of regrets and vexations in the future, because you would not be able to enjoy a complete liberty in your connections when you return to the colonies. However great the energy of your will in this respect, you will not be able to fight against society, which will lay all of the weight of its customs and of its embodied ideas upon you. Remember that, my son, and while granting your benevolence, be careful not to match yourself, by bonds of friendship, with compatriots of color. I will not say more; may your reason light your way. (Levilloux, 1977, p. 23)²⁴

For our investigation, it is telling here that the form of a knowledge of a conviviality between ethnic groups, but also between white philanthropists in Paris and white Creoles who live in the colonies, is represented as a balancing act between norms and forms of knowledge about conviviality. Only in death can the dogmas of those philanthropic ideas be foreseen to be compatible with the living conditions in the colony. The clarity of the vision that stages the opposite of conviviality can be experienced as predictable, by definition, in the act of reading.

Finally, let us turn again to the Spanish Caribbean, or to be more exact, to Eugenio María de Hostos, whom we have already mentioned. In the novel *La peregrinación de Bayoán*, just as in the speeches I have already quoted, the idea of a Pan-Antillean confederation is fundamental. This idea is staged through a quest and odyssey that remains open to the end and is never clearly resolved. Thus, the protagonist sees himself as a constantly searching pilgrim

[24] “Il est important, mon fils, de te prémunir contre les maximes et les théories qui envahissent maintenant tous les esprits, et auxquelles la candeur de ton âge te rend plus accessible. Songe que tu dois retourner bientôt à la Guadeloupe, où tu trouveras une société, qui, tout en permettant de se nourrir spéculativement de ces idées d'égalité, défend de mépriser ouvertement des préjugés conservateurs. J'ai cru deviner, par tes lettres, une tendance marquée à t'exalter pour ces dogmes que tu nommes régénérateurs, mais qui ne peuvent l'être qu'après nous avoir tués. C'est ici le moment de te dire un mot des liaisons que le hasard pourrait te faire contracter avec des jeunes gens de couleur que des blancs envoient en Europe. Ne t'arrête pas aux signes extérieurs, ils sont souvent trompeurs. Sonde, questionne tous les créoles, tes camarades. Le nombre ne doit pas être grand ainsi sera-t-il plus facile de découvrir les origines et d'échapper à des dangereuses amitiés qui deviendraient une source de regrets et de contrariétés à venir, ne pouvant jouir d'une entière liberté dans vos rapports à votre retour dans les colonies. Quelle que soit l'énergie de ta volonté à cet égard, tu ne pourras lutter contre la société qui pèsera sur toi de tout le poids de ses usages et de ses idées incarnées. Songes-y, mon fils, et tout en accordant ta bienveillance, garde-toi de t'égaliser par des liens d'amitié à des compatriotes de couleur. Je n'en dis pas d'avantages; que ta raison t'éclaire”.

[25] “Yo soy un hombre errante en un desierto, y mi único oasis eres tú. Yo soy un peregrino [...]. ¿Necesito peregrinar? Pues, ¡adelante!”

[26] “El viento empujaba a la fragata, y la fragata andaba como ando yo, empujado por un viento que aún no sé si lleva a puerto.”

in an in-between space: “I am a man wandering in a desert, and you are my only oasis [he is speaking to his home island]. I am a pilgrim [...]. Must I go on this pilgrimage? All right then, onward!” (Hostos, 1988b, p. 18).²⁵

The pilgrimage here is a multidimensional quest; an expression of openness, but also of alienation; it is goal-directedness but also makes the journey into the goal; a circular structure that is broken in many places. Bayoán writes some of his journal entries on board ship, which is why it is called *Diario de a bordo* (Logbook), with a reference to Columbus. Thus, the ship represents a sort of threshold space. It can also be seen as a vehicle that crosses temporal boundaries and transports the protagonist from one level to another—so that he is almost commuting between regions of time and of space: “The wind pushed the frigate, and the frigate moved the way that I move, pushed by a wind about which I still do not know whether it leads to port” (Hostos, 1988b, p. 192).²⁶ The oscillation between the waves and also between open spaces relativizes the determinacy of a discourse of *Caribeanidad*.

CONCLUSION

In an era in which it is first necessary to discuss who may even call themselves human beings in the first place, a conscious affirmation of the unpredictable potential inherent in every conviviality would be impossible. And yet, against the background of today’s discussions of conviviality, new ways of reading historical texts become possible. The examples have shown that cultural forms of representation of the nineteenth-century Caribbean offer an entire arsenal of norms of knowledge about conviviality: for example, Maynard de Queilhe’s utopian model of a slave society or the outline of a mixed-race society in the *Revue des Colonies*. Our focus on these constellations of conviviality has brought out a new productive dimension: the kinds of strenuous efforts that whites found it necessary to undertake in order to defend their whiteness.

Whereas ethnic differences before 1848 primarily reproduce binary structures—whether as a system of slavery that works very well for everyone involved, or as an early utopia of a melting pot—after 1848, the normative models change: especially in the Spanish-speaking Caribbean, visions of a future Pan-Caribbean confederation are developed. For all normative projections of conviviality, what remains crucial is that in spite of utopian constellations of relationality, the defining constructions of identity are essentialist.

But what about the various forms of knowledge about conviviality? They can be found more often in literary texts than in other

genres. Conviviality often takes the shape of an uncertain testing ground (Ette, 2010b, p. 989), of an exploration of boundaries, of an in-between that is much less capable of being clearly defined than in normative forms of cultural representation. Thus, it is no coincidence that in the context of an ideal of whiteness that only appears to be susceptible to a clear articulation, there is often a struggle over the definition of the mulatto: the indeterminability of the Other provokes fear. In addition, there is an expression of uncertainty and fear of losing the old privileges.

If we take a closer look at the topic of the “impossibility of the transfer of ideas”, it becomes clear how necessarily connected the norms and the forms of knowledge are to each other. This can be seen most clearly in Hostos, who formulates a Pan-Antillean confederation as a normative ideal but in his novel, which appeared at the same time, depicts a quest for *Caribbeanidad* whose end is much more vaguely expressed than in his speeches. Even though nineteenth-century programmatic texts are unimaginable without the essentialisms they contain, the established frame of reference, including race and nation, is nevertheless relativized through the focus on forms of knowledge. Significantly, it is in the literary texts that a clear division between norms and forms of knowledge about conviviality is not always possible. Literature lives up to its role as an interactive storage medium for knowledge about conviviality (Ette, 2007, p. 31). It is therefore not surprising that Hostos so clearly demonstrates this interwovenness of norms and of forms of knowledge about conviviality, given that he wrote so explicitly, in *Moral social*:

The novel, a genre that still has life in it because it still contains contrasts between what human society is and what it should be, can contribute to the completion of art, being true and being good. Then it will be an element of social morality. If it fulfills its responsibility, it will be. In the meantime, however, it is not, for this ultimate reason: because it is not fulfilling its responsibility. (Hostos, 1982, p. 248)²⁷

The discourses of *Caribbeanidad* can be understood as the precursors to today’s conceptual debates over conviviality. Even though valuable approaches to thinking about knowledge about conviviality have come from the Caribbean, the concept has so far not been used in a defined way in current debates. After all, in January of 2009, during the agricultural crisis in Martinique and Guadeloupe an organization was founded with the Creole name *Lyannaj kont pwofitasyon* (LKP). *Lyannaj* means “conviviality”.²⁸ Thus, it is not surprising that Glissant took this concept as an occasion to think about *vivre-ensemble* (conviviality): “Let us project our imaginaries into these high necessities until

[27] “La novela, género que aún dispone de vida, porque aún dispone de contrastes entre lo que es y lo que debe ser la sociedad humana, puede contribuir a que el arte, siendo verdadero y siendo bueno, sea completo. Entonces será un elemento de moral social. Cumpla con su deber, y lo será. Mientras tanto, no lo es, entre otros, por ese motivo final: porque no cumple con su deber.”

[28] The general strike in Guadeloupe was carried out by a coalition of fifty organizations and movements; *Lyannaj kont pwofitasyon* (LKP) was the name of the strikers’ league: the process of become unified in battle recalls the act of love, and ‘Liane’ is the male sex. See Breleur et al., 2009.

[29] “Projetons nos imaginaires dans ces hautes nécessités jusqu’à ce que la force du *Lyannaj* ou bien du vivre-ensemble, ne soit plus un ‘panier de ménagère’, mais le souci démultiplié d’une plénitude de l’idée de l’humain.”

Received for publication
on December 10, 2018.

Approved for publication
on March 22, 2019.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP
113, Jan.–Apr. 2019
pp. 49–64

the strength of *Lyannaj*, or of conviviality, is no longer a ‘housewife’s basket’ but, instead, the plentifully amplified concern with the idea of the human” (Breleur et al., 2009).²⁹

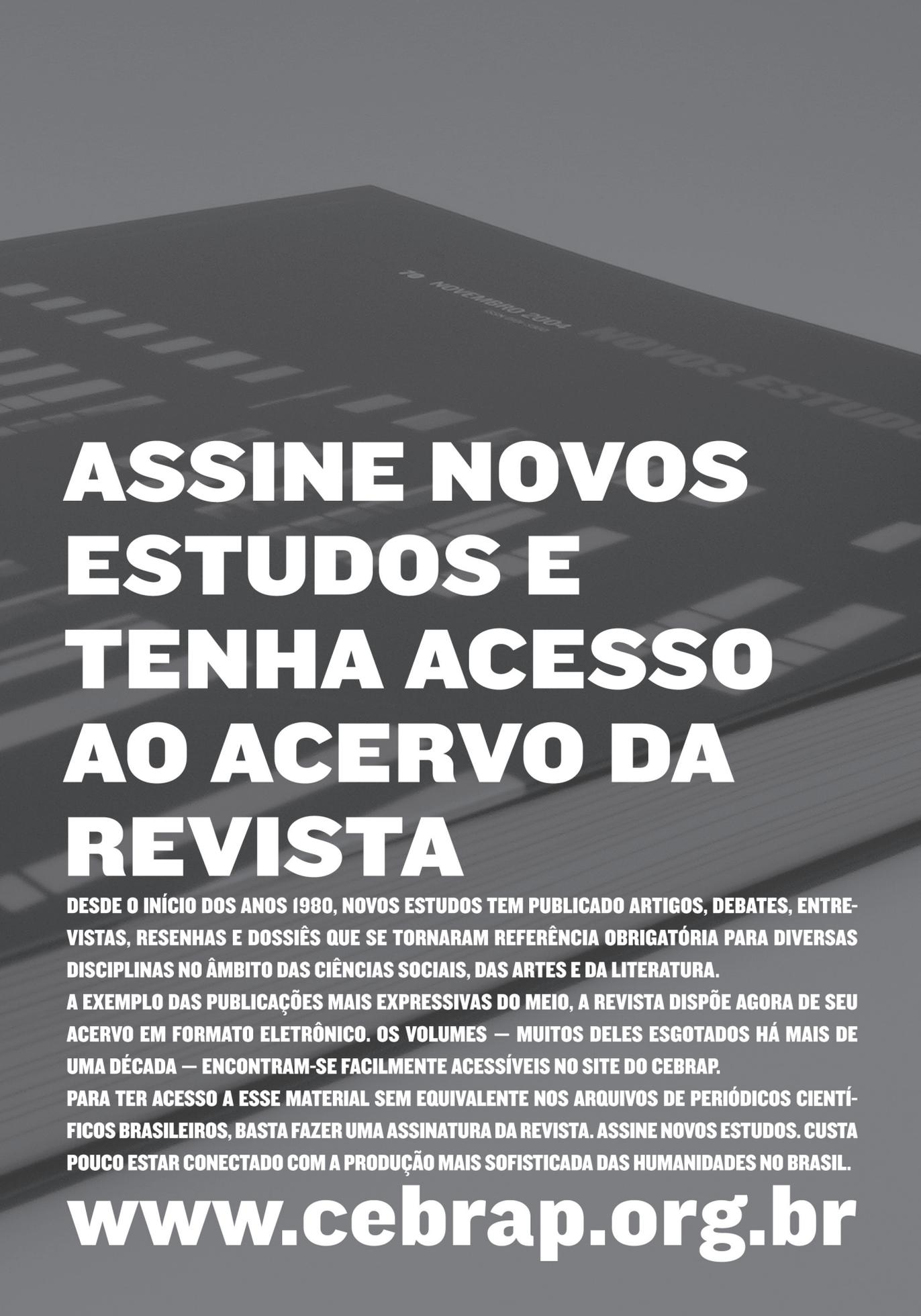
GESINE MÜLLER [<https://orcid.org/0000-0002-6473-5191>] is a full professor of Romance Studies at the University of Cologne, Germany. Her areas of research include literatures of French and Spanish Romanticism, Latin American contemporary literature, Latin American culture theory, literatures of the Caribbean, literary transfer processes and transcultural studies.

REFERENCES

- Appadurai, Arjun. *Fear of Small Numbers: An Essay on the Geography of Anger*. Durham: Duke University Press, 2006.
- Benítez Rojo, Antonio. *The Repeating Island: The Caribbean and the Postmodern Perspective*. Translated by James E. Maraniss. Durham, NC: Duke University Press, 1996.
- _____. *La isla que se repite*. Barcelona: Casiopea, 1998.
- Bernabé, Jean et al. “In Praise of Creoleness”. *Callaloo*, v. 13, n. 4, pp. 886–909, 1990. At: www.jstor.org/stable/2931390. Accessed 20/10/2017.
- Blumenberg, Hans. *Theorie der Lebenswelt*. Edited by Manfred Sommer. Berlin: Suhrkamp, 2010.
- Bongie, Chris. “‘C’est du papier ou de l’Histoire en Marche?’ The Revolutionary Compromises of a Martiniquan Homme de Couleur, Cyrille-Charles-August Bissette”. *Nineteenth Century Contexts*, 23, pp. 439–73, 2002.
- Breleur, Ernest et al. *Manifeste pour les “produits” de haute nécessité, Martinique-Guadeloupe-Guyane-Réunion, signataires: Ernest Breleur, Patrick Chamoiseau, Serge Domi, Gérard Delper, Édouard Glissant, Guillaume Pigéard de Gurbert, Olivier Portecop, Olivier Pulvar, Jean-Claude William*. Paris: Éditions Galaade and Institut du Tout-Monde, 2009.
- Bremer, Thomas. “Haiti als Paradigma. Karibische Sklavemenanzipation und europäische Literatur”. In: Steger, Hanns-Albert; Schneider, Jürgen (eds.). *Karibik. Wirtschaft, Gesellschaft, Geschichte*. Frankfurt am Main: Vervuert, pp. 319–40, 1982.
- Ette, Ottmar. “Literaturwissenschaft als Lebenswissenschaft”. *Lendemains* 125, pp. 7–32, 2007.
- _____. *Alexander von Humboldt und die Globalisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009.
- _____. *ZusammenLebensWissen. List, Last und Lust literarischer Konvivenz im globalen Maßstab*. Berlin: Kadmos, 2010a.
- _____. “Literature as Knowledge for Living, Literary Studies as Science for Living”. *PMLA*, 125, v. 4, pp. 977–93, 2010b.
- _____. *Writing-between-Worlds: Transarea Studies and the Literatures-without-a-Fixed-Abode*. Translated by Vera M. Kutzenski. Boston: De Gruyter, 2016.
- Gaztambide-Géigel, Antonio. “The Rise and Geopolitics of Antilleanism”. In: *General History of the Caribbean. Volume 4: The Long Nineteenth Century: Nineteenth Century Transformations*. Edited by K.O. Laurence and Jorge Ibarra Cuesta. Paris: Unesco, 2011, pp. 430–52.
- Gewecke, Frauke. *Der Wille zur Nation. Nationsbildung und Entwürfe nationaler Identität in der Dominikanischen Republik*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1996.
- Gilroy, Paul. *After Empire. Melancholia or Convivial Culture?* London: Routledge, 2004.
- Glissant, Édouard. *Introduction à une poétique du divers*. Paris: Gallimard, 1996.
- _____. *Poetics of Relation*. Translated by Betsy Wing. Ann Arbor: University of Michigan, 1997.
- Gómez de Avellaneda, Gertrudis. *Sab*. Edited by Mary Cruz. Havana: Instituto del Libro Cubano, 1976.
- Hostos, Eugenio María de. *Moral social, sociología*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1982. At: http://www.tlaxcala.es/detail__artistes.asp?lg=fr&reference=300. Accessed 20/07/2010.
- _____. “Diario, 28 de marzo de 1870”. In: *Obras completas*. Edited by Julio López. Río Piedras: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1988a, pp. 284–5.
- _____. *La peregrinación de Bayoán [1863]* [Complete works, v. 1: Literature, edited by Julio César López]. Río Piedras: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1988b.
- Levilloux, J. *Les Créoles ou la vie aux Antilles [1835]*. Morne-Rouge, Martinique: Éd. des Horizons Caraïbes, 1977.
- Maceo Grajales, Antonio. *Ideología política: Cartas y otros documentos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1950.
- Maceo Grajales, Antonio. *Papeles de Maceo*. Havana: El Siglo XX, 1948.
- Maynard de Queilhe, Louis de. *Outre-mer*. Paris: Renduel, 1835.
- Meyer-Krentler, Leonie. “Los perros ingleses y los perros esclavos. Exclusión, animalización y convivencia en Cecilia Valdés de Cirilo Villaverde”. In: Ette, Ottmar; Müller, Gesine (eds.). *Worldwide. Archipels de la mondialisation. Archipiélagos de la globalización*, Frankfurt am Main. Madrid: Vervuert, Iberoamericana, 2012, pp. 194–210.
- Mignolo, Walter D. *Historias Locales/Diseños Globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

- . *Local Histories/Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- Müller, Gesine. "El Caribe como caleidoscopio de dinámicas coloniales (1789-1886)". In: Gómez, Liliana; Müller, Gesine (eds.). *Relaciones caribeñas. Entrecruzamientos de dos siglos = Relations caribéennes*. Frankfurt am Main: Lang, 2011, pp. 13-36.
- . "'Nunca se llega a ser caribeño de todo.' *ZusammenLebensWissen* in transkolonialer Dimension. Oder: karibische Literaturen im 19. Jahrhundert". In: Ette, Ottmar (ed.). *Wissensformen und Wissensnormen des Zusammenlebens. Literatur – Kultur – Geschichte – Gesellschaft*. Berlin: De Gruyter, 2012, pp. 192-205.
- Revue des colonies* [Journal]. Paris, 1834-42.
- Prévost de Sansac, Auguste. *Les amours de Zémédare et Carina et description de l'île de Martinique* [1806] [followed by Eyma, Louis-Xavier: *Emmanuel*]. Edited by Auguste Joyau. Morne-Rouge: Edition des Horizons Caraïbes, 1977.
- Trouillot, Michel-Rolph. "Zur Bagatellisierung der haitianischen Revolution". In: Conrad, Sebastian (ed.). *Jenseits des Eurozentrismus. Postkoloniale Perspektiven in den Geschichts- und Kulturwissenschaften*. Frankfurt am Main: Campus, 2002, pp. 84-115.
- Zacair, Philippe. "Haiti on His Mind: Antonio Maceo and Caribbeanness". *Caribbean Studies*, 33, pp. 47-78, 2005.





ASSINE NOVOS ESTUDOS E TENHA ACESSO AO ACERVO DA REVISTA

DESDE O INÍCIO DOS ANOS 1980, NOVOS ESTUDOS TEM PUBLICADO ARTIGOS, DEBATES, ENTREVISTAS, RESENHAS E DOSSIÊS QUE SE TORNARAM REFERÊNCIA OBRIGATÓRIA PARA DIVERSAS DISCIPLINAS NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DAS ARTES E DA LITERATURA.

A EXEMPLO DAS PUBLICAÇÕES MAIS EXPRESSIVAS DO MEIO, A REVISTA DISPÕE AGORA DE SEU ACERVO EM FORMATO ELETRÔNICO. OS VOLUMES — MUITOS DELES ESGOTADOS HÁ MAIS DE UMA DÉCADA — ENCONTRAM-SE FACILMENTE ACESSÍVEIS NO SITE DO CEBRAP.

PARA TER ACESSO A ESSE MATERIAL SEM EQUIVALENTE NOS ARQUIVOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS, BASTA FAZER UMA ASSINATURA DA REVISTA. ASSINE NOVOS ESTUDOS. CUSTA POUCO ESTAR CONECTADO COM A PRODUÇÃO MAIS SOFISTICADA DAS HUMANIDADES NO BRASIL.

www.cebrap.org.br



IMPERIAL CONVIVIALITY

What Medieval Spanish Legal Practice Can Teach Us About Colonial Latin America

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010004>

KAREN GRAUBART*

ABSTRACT

Late medieval and early modern Iberian monarchs governed through a competitive delegation of certain forms of jurisdiction. This created a tense form of everyday conviviality, wherein group members were intimately knowledgeable about aspects of the laws of other groups. The analytic of conviviality reveals the ways that consensus had to be constantly renegotiated within multiple group dynamics rather than imposed or achieved.

KEYWORDS: *law; republics; indigenous peoples.*

Convivialidade imperial: o que a prática jurídica espanhola medieval pode nos ensinar sobre a América Latina colonial

RESUMO

Monarcas ibéricos medievais e do início da era moderna governavam por meio de uma delegação competitiva de certas formas de jurisdição. Isso criou uma forma tensa de convivência cotidiana, na qual os membros do grupo estavam muito cientes de aspectos das leis de outros grupos. O quadro analítico da convivialidade revela as maneiras pelas quais o consenso tinha que ser constantemente renegociado nas múltiplas dinâmicas de grupo, em vez de imposto ou alcançado.

PALAVRAS-CHAVE: *direito; repúblicas; povos indígenas.*

[*] University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana, United States of America. E-mail: kgraubar@nd.edu

In 1475, two Jewish men, Rabbi Mosé Matutel and his son-in-law, Maestre Muysé, and a Christian, Alfonso de Córdoba, walked into the office of one of Seville's many Christian notaries. The two Jewish men "renounced the law of Moses," thereby placing themselves subject to the law written by the notary and enforced by the municipality for this particular occasion and announced their business. Along with some other Jews, they had abandoned their synagogue and were praying together in another house. The document they asked the notary to draw up obligated them all to return to the synagogue and not to pray or hold cabildo meetings elsewhere with any other Jews, under a substantial cash penalty. The one who violated the agreement would pay the sum to the third party, Alfonso

de Córdoba, a member of the household of a powerful Castilian nobleman.¹ The Rabbi and his son-in-law gave authority to “whatever judges of this city” to exact the penalty, renouncing as well their right to appeal and their right to customary law.²

In the fifteenth-century, the Castilian kingdom was largely governed through a web of corporate units, often called republics, which enjoyed constrained self-governance under their own customary laws and authorities, while ultimately subject to the monarch and the Catholic church. Town government, in *concejos* or *cabildos*, was an instance of this governance: monarchs granted towns status under *fueros* or legal terms that set out those constraints, including taxation schedules, market arrangements, and the like. This was largely done to attract settlers, but also to act as a political constraint on local aristocrats (Nader, 1990). Artisan guilds also functioned as republics, as did groups of resident foreigners. Muslim and Jewish populations were also received as republics of a sort, granted the right to live under the monarch but to be judged by their own religious authorities according to their own law, within constraints. Jews and Muslims were also subject to the king’s law, and occasionally that of local authorities. In these cases, they had certain responsibilities and obligations, for example as *vecinos* of a particular place, but could venue-shop between their religious judges and the Christian authorities of the town or region. The Muslim or Jewish republic was commonly known as *aljama*, representing the political authority of the religious community’s interests rather than the sum of its congregants: that is, not all Jews or Muslims were members of an *aljama* (Catlos, 2007, pp. 126-8).

Rabbi Matutel was one of those religious authorities in Seville. Whatever controversy had precipitated his exit with at least nine other Jewish men—the minyan or ten required to set up prayer services—they had now come to an understanding with the rest of the Jewish congregants. Rabbi Matutel and his son-in-law sought to prevent another split in the congregation. But enforcement of the penalties for splintering would best come from outside the community: not only could an outsider better enforce the penalty, but perhaps the shame of paying a Christian for failure to carry out a Jewish obligation would confer additional punishment. He would invite the Christian to enforce a Jewish obligation in the public space of the Christian notary’s office.

This eccentric episode illustrates an important aspect of what is sometimes termed *convivencia* in late medieval Castile. That term has lost much of its power in recent years, as historians have called into question the uniqueness of the interactions between Christians, Muslims, and Jews on the Iberian peninsula (Soifer, 2009). Coined in 1948 by Américo Castro, its recognition that members of the three religions often coexisted peacefully was seen as a political

[1] Pedro de Astúñiga was the son of the man who had been awarded all of Seville’s remaining synagogues after the pogrom of 1391. It is possible that Córdoba was a convert to Christianity from Judaism.

[2] Archivo de Protocolos de Sevilla (APS) Oficio 4, Pedro Alvarez, leg 2154 (1475) ff 220-221r.

redemption for Spain's intolerant past. But through its translation into the English "conviviality," scholars have used the term to analyze normative "living together," not necessarily unique to Spanish history or the medieval world, problematizing civility within tense circumstances (Nowicka; Vertovec, 2014). Bringing conviviality back to the history of medieval, Castile allows for a fresh analysis of its cosmopolitanism without the preciousness of a White Legend. It was not only that peoples coexisted, but that their differentiated existences were interdependent.

Tension and consensus often went hand-in-hand in Castilian cities. Everyday life in fifteenth-century Seville included both moments of conflict and violence against religious minorities as well as long periods of mundane collegiality and interdependence. But both were premised on the very real fact that Muslim, Jewish, and Christian residents knew one another well, interacted regularly, and largely shared a cosmopolitan worldview. That knowledge allowed them to use tension and differentiation as a strategy for getting along. What the anecdote reveals is that the mundane world of conviviality was premised on a difference that was mutually constructed by all practitioners. After centuries of living side by side, Jews, Muslims and Christians shared many values but they also differentiated themselves, and their others, in ways that could be characterized as threatening or useful according to circumstances (Nirenberg, 1996; Constable, 2017; Echevarría Arsuaga, 2011; Meyerson, 2004; Soifer Irish, 2016; Soifer, 2009).

Law was a key way through which Iberian kingdoms managed conviviality, particularly by marking and articulating sameness and difference between dominant and subordinate populations. Using law to understand this articulation also sheds light on the ways that identity was coevally produced: subaltern juridical difference was not inherent or isolated from the dominant class's juridical position, and vice versa. Instead, conviviality had to do with the ways that knowledge of the other was constructed from daily interactions which could occasion mutual understandings of sameness and difference.

Muslims, Christians, and Jews had lived side by side for centuries on the Iberian Peninsula. While their religious and legal practices differed, most of their everyday life activities overlapped in a shared habitus. They hired one another, bought and sold goods from one another, and lived in the many of the same neighborhoods. Seville's notarial archives—which only hold documents left by Christian notaries—demonstrate that when Muslims or Jews interacted with Christians they did so with perfect knowledge of one another's economic and social practices. Their difference was associated with religious practices, with religious law, and with cultural practices associated with religion, like diet. That very intimacy fueled tensions

in the fifteenth and sixteenth centuries, culminating with the expulsions first of anyone who refused to convert to Catholicism, and then suspicion of those who did convert.

The New World was, at least initially, different. Spanish travelers noted religious or spiritual difference (or what they considered its absence) in native peoples of the Americas, but they also identified social practices that they found exotic or esoteric. While these differences were often exaggerated or invented, there is no doubt that Spaniards and indigenous peoples were often mystified by each other's everyday practices, from the way work and governance were structured to gender roles to forms of exchange and property relations. Those chasms were bridged, as Spanish and indigenous agents came to work and live together. But those differences were nonetheless exaggerated, generalized, or mystified as part of the Spanish imperial project.

This obscurity could lend itself to all sorts of projections while parties dealt with their learning curves, affecting the ways that native peoples, Africans, and Spaniards produced their own identities. I will end with the case of the Jesuit-controlled Indian town called Santiago del Cercado, outside Lima. Within its walls, the Jesuits, the Spanish *corregidor*, its indigenous officials, and indigenous permanent and temporary residents co-invented new practices which were packaged as an instance of indigenous customary law, producing difference even in an urbanized and cosmopolitan setting.

INCORPORATING DIFFERENCE

Muslims and Jews posed a threat to Christian society in late medieval Castile due to what Christina Lee calls the anxiety of sameness, the inability to detect an interloper by visual inspection (Lee, 2016). A Spaniard of noble blood and unblemished heritage could not necessarily recognize a plebeian or a non-Christian at a mere glance, particularly if they were dressed in the same style as everyone around them. This was the reason for the existence of sumptuary laws: some items, usually expensive fabrics and jewelry, had to be reserved for elites to distinguish themselves from the upwardly mobile. Precisely because of the closeness of Jewish, Muslim and Christian communities—made even more complicated by conversion and thus familial relationships that crossed confessional categories—authorities attempted to legislate distinction.

Iberian rulers sought to require Muslims and Jews to physically differentiate themselves from Christians through clothing and hairstyles. Henry I of Castile rejected the Fourth Lateran Council's demand (1215) that European Jews and Muslims wear distinctive insignia on their clothes, as a mark of humiliation, arguing that the

wealthy Jews whose taxes supported his kingdom would flee. But Iberian monarchs did attempt to control the physical appearance of resident religious minorities. Muslims were sometimes required to wear beards and cut their hair in particular styles, though as fashion changed, Christians might adopt the Muslim haircut and ban it from Muslim heads (Constable, 2017, p. 36). Indeed, many fashions were shared or transformed across the lines of religious difference: from veils to waistcoats to riding shoes.³

[3] The Spanish *jubón* or fitted waistcoat derived from the *aljuba* or *burnus*, a looser tunic that was associated with Muslim men. Likewise, buskins were *borceguines* (Anderson, 1979, pp. 53-4, 227-8).

But most of this legislation derived from the difficulty of telling a Christian from a Muslim or Jew, as when the Council of Valladolid in 1228 complained that Jews were wearing “closed capes like those worn by clerics,” or the Cortes of Madrigal denounced in 1476, “it is not possible to tell if the Jews are Jews or if they are clerics or learned men of great estate and authority, or if the Moors are Moors, or if they are gently bred courtiers” (Constable, 2017, p. 41). Of course, some Jews and Muslims were learned men of great estate, suggesting the true problem. There is little evidence that, other than at particularly tense moments of conflict, such rules were followed. But the law sought clarity.

That differentiation also crept into language. The honorifics and titles of Spanish elites were diluted by the upwardly mobile. “Don,” according to Covarrubias’ dictionary of 1611, was a designation offered by a lesser man to a more noble one, from *dominus*, and in medieval Castile “many seignorial houses refused it, and did not use it; and from these few who leave it aside, it has been taken up by many to whom it does not pertain” (Covarrubias Horozco, 2006, p. 726). The king issued the honorific to members of the high nobility, though the lower nobility—*hidalgos*—appropriated it. So also did elite Jews, as well as *conversos* inventing a noble Christian past for themselves (Lee, 2016, chap. 1). This usage survives in Golden Age literature in ironic commentary on social climbing and Jewishness. Fray Juan Guardiola wrote in 1591, “others came to call themselves Don [...] as the Jews did in Spain such that one can hardly find an old document of theirs in which they do not call themselves Don” (Ferrer-Chivite, 1985, p. 133). In my own fifteenth-century study, Seville’s elite Jews—some members of the royal court, others men of high status within the Jewish community—represented themselves as *don* to Christian notaries, who did not contradict them.

Seville’s Muslims, however, were largely of a plebeian social class and did not use the “don.” Instead, they invented another differentiation. Most of the Muslims who are recorded in Seville’s archives in the 15th century were skilled artisans and craftsmen. Because guilds were largely closed to them, they could not call themselves *maestros*, master artisans, with few exceptions.⁴ Instead they took the title *maestre*, possibly coined from the Arabic term *mu’allim*, teacher or master, and

[4] One Muslim architect was appointed the city’s *maestro mayor* to maintain the Alcázar and Atarazanas, the Muslim-built palace and shipyards. APS Oficio 15, Juan Rodríguez de Vallecillo, Libro de 1480-90, f. 98v (27 March, 1484).

close enough to the Castilian to be suggestive of an equivalence. Not all Muslim laborers used the title—subordinates did not, but every member of Seville’s Muslim *cabildo* did—which suggests that they coined the term to differentiate within their own community and make a claim parallel to that of Christians. *Maestre* suggested a level of competence in arts associated with Muslims, as a form of branding. It was the very proximity of Muslims, Christians, and Jews that made sameness a source of anxiety across groups as well as a site from which in-group status could be carved out.

By the end of the fifteenth-century, as we know, conviviality was refused. In 1480, the first Inquisitors arrived in Seville, where they largely policed the city’s wealthier converts from Judaism to Catholicism.⁵ Between 1483 and 1484, they condemned 47 men and women to death by burning, and 456 to perpetual imprisonment in their first *autos de fe* (Wagner, 1973, p. 6). In 1483 the monarchs also expelled Jews from Andalucía, judging them to be the cause of the backsliding of so many Christian converts. Without Jewish support, the city’s Muslim community was powerless to prevent its mass relocation to a site within the parish of San Pedro. In 1492, Jews were expelled from the rest of Castile as Muslim Granada was brought into the kingdom—under restrictive conditions—and by 1501, Muslims except those in Granada or enslaved were expelled or forced to convert (Coleman, 2003). This was the end as well of juridical difference: converts were now subject to the laws of the church, the crown, and their local Christian officials. Their incorporation into the Catholic world was accompanied by an insistence that they were still different, resulting in new ways of measuring conformity that emerged in codes of *limpieza de sangre*, as well as cultural representation (Martínez, 2011).

NEW WORLD DIFFERENCE

Although it did not allow the continued practice of pre-conquest religions, the crown used its pluri-jurisdictional approach to incorporate the indigenous peoples conquered in the Americas (Benton, 2001; Graubart, 2015, 2016). The king sought to constrain the power of its new nobility through the creation of town councils, much as monarchs had carved new municipalities out of aristocratic holdings in Castile. Further, the crown recognized most native hereditary nobles as natural lords, receiving their polities as republics, removing them from the juridical sphere of their *encomenderos* and *cabildos* though not from that of the monarch himself.⁶

As Spain consolidated those settlements and exercised some control over native peoples, they required them to convert to Catholicism—their customary law could not be religious law, though the

[5] We know little of the first inquisitorial processes in Seville, as that documentation has been lost. See Dominguez Ortiz (2010).

[6] The king’s insistence on this jurisdictional separation was repeated when Philip II refused the terms of the *encomenderos*’ bribe in the perpetuity negotiations—they demanded criminal jurisdiction over native peoples, but Philip held fast (Mumford, 2012, pp. 53-71).

distinction could seem arbitrary. Viceroy ordered indigenous communities reorganized, both physically into *reducciones* or urbanized, concentrated towns, and politically into *pueblos de indios* governed by elected indigenous officials. The crown placed its own royal officials—*corregidores* or magistrates—over them, but continued to require that local civil law be carried out by Christian indigenous authorities according to their custom.

In the New World, however, the encounter with difference produced new material effects. While chroniclers persisted in seeing “*mezquitas*” in all prominent buildings, and drew upon anti-Semitic and anti-Muslim stereotypes when they critiqued indigenous practices, in truth they (mostly) knew they had not stumbled upon lost tribes of Muslims and Jews roaming the Caribbean (Pagden, 1987, p. 156). Instead they found peoples whose practices they could not read, and who could not always decipher European intentions. Consider Columbus’s logbook entries on his first voyage. While he claimed that he immediately understood that the native peoples of the island he called “Guanahani” could be converted with love, avoiding force, despite substantial linguistic barriers, he also noted that they failed to understand the value system he brought from Europe. Indians expressed fascination with bits and bobs of leather and glass and were willing to trade their gold for anything on offer (Colón, 1992, pp. 62-3, 123, 135, 151; Vilches, 2010, p. 207). Indeed, he states that he had to prevent his crew from trading their worthless junk for indigenous wealth, a line which acted as a safeguard against the fact that Columbus would be returning to the crown without the gold and spices that he promised. His descriptions of Caribbean natives are predicated on the idea that they misunderstand and yet are somehow capable of understanding under proper circumstances.

Columbus was not alone in characterizing indigenous natives as naïfs who failed to comprehend intertwined economic and moral concepts. Indigenous men’s and women’s failure to use markets, to hold property individually, and to embrace wage labor became the standard line, particularly among reformers who wanted to place Indians in *reducciones* in order to train them in proper social and economic behavior, or *policía*. Some Spaniards, like the jurist Polo Ondegardo, warned against stripping them of their customs and rendering them simply poor replicas of Spaniards’ worst characteristics (Ondegardo, 1916, v. III: pp. 47, 60-1; Graubart, 2018). But both these visions were predicated on a belief that indigenous people were utterly different from Spaniards, from the ways their bodies worked in their environments to their conceptualizations of money, society, and property (Vilches, 2010; Earle, 2007, 2010).

For example, many chroniclers of the Andes repeated a similar tale about how the Incas demanded forms of tribute correlated with

a collective ownership of land. It was not only Spaniards who bought into this story, the mestizo chronicler Garcilaso de la Vega also told it. According to him, when the Incas—his ancestors on his mother’s side—conquered a territory, they sent engineers to extend the amount of land under cultivation. Once terraced, irrigated and measured, arable lands were divided into three parts, “one for the Sun, one for the king [Inca], and one for the inhabitants.” The lands cultivated for the Sun and the Inca were tilled collectively and their bounty set aside as tribute. The community’s lands were subdivided into measures for each family, assigned according to family size, as well as land for the *curaca* or chief. Garcilaso pauses in his telling of this imperial claim to quote from the Jesuit José de Acosta regarding the community land:

No one owned any of this third as personal property, for the Indians never possessed anything as their own, but always as a special concession from the Inca. The land could thus not be alienated or divided as an inheritance. The communal land was divided annually, and everyone was apportioned a piece sufficient for the maintenance of himself, his wife, and his children. He therefore received more or less from year to year in accordance with the size of his family and with a predetermined scale [...]. (Garcilaso de la Vega, 1966, pp. 241-50)

This story was a bit of an imperial fairy tale, a simplification of diverse practices across the Andes to make a claim about Inca rule. For some, like Garcilaso, it established the Inca’s dominance and fairness; for others it demonstrated Inca tyranny and the naiveté of the native peoples, who were too ignorant and oppressed to hold property individually. In whatever form, it became central to the conceptualization of land policy in the Spanish viceroyalty of Peru. The Inca’s divisions, and the commoners’ inability to possess, were the foundation for Spanish expropriation of land and imposition of rule. Land that had been set aside for royal and religious tribute was now the property of the King and church. Some of the rest could be assigned to the community as a concession, and some titled to their natural lords. This formed part of an emerging narrative about indigenous men and women as backward, naive, and in need of protection and civilization (Graubart, 2017a, 2017b).

In reality, native peoples rapidly added Spanish practices to their own understandings of land tenancy, which were assuredly neither homogeneous nor naive. For example, Don Gonzalo Taulichusco, the cacique of Lima, wrote a rambling will in 1562 that demonstrated not only a heterogeneous approach to property, but an energetic—if misguided—agenda of joint ventures (Lohmann Villena, 1984). He described vast holdings, mostly outside the city of Lima, which his father had conceded to Pizarro under contested circumstances. Some of these

lands he characterized as pertaining to the office of cacique, others were personal lands inherited from his father, and others still belonged to his subjects in the Lima valley. He had entered into partnerships with a number of Spaniards, offering land and labor to their seeds, expertise and marketing; he argued that those Spaniards should be compensated for “their labor, whatever might be merited,” while the land and the rest of the harvest should be returned to don Gonzalo’s subjects. He clearly worried that Spaniards might seize the lands, and in defense he assigned them directly to the community, inventing collective agricultural holdings that probably had not existed before the Spanish conquest.

Much of his will, however, amounted to a confession of his misuse of property and an attempt to provide restitutions. Like most coastal caciques in Peru, Don Gonzalo considered himself the owner of his territory, with no gesture towards the Inca tripartite collective division. But he contrasted his personal lands, which could be sold, with those belonging to his office or the community, which could be used but not alienated. He had, in fact, sold off large parcels to Spaniards which were not his to sell—one belonged to the subjects of a subordinate cacique, others were assigned to his own community. His will called for restitution, reclassifying some sales as rentals and offering to return the sales price of others. Don Gonzalo might have acted naively, but more likely he acted in self-interest by extending Spanish mores onto property previously defined in other ways, and came to regret his bad acts as he watched his community diminish and grow poor. His solution seems to have been to reinvent collective holdings and protect them from future alienation.

Thus the colonial legal conundrum was that indigenous people had to have a kind of triple consciousness. They had to craft legal personalities that understood not only the ways that they and that Spanish people used law, but also they had to understand how Spanish courts expected Indians to use law. There is no doubt that many learned this lesson—indigenous litigants were often successful (Puentes Luna, 2018). But Spaniards had a great deal at stake in maintaining the fiction that Indians were inherently different from, and thus lesser than, them. Indian legal identities were co-created by indigenous and Spanish actors to serve a variety of purposes, but ultimately were predicated on a mutually understood difference.

ENCLOSING CUSTOMARY LAW

In 1571 Peruvian viceroy Francisco de Toledo inaugurated Santiago del Cercado, an Indian town on the outskirts of the city of Lima.⁷ It was surrounded by a high wall and breached by three doors, one of the few walled Indian towns outside of frontier missions. There, in

[7] The following draws upon Graubart, 2017a.

the words of the Jesuits charged with overseeing the town's Catholic mission, "the Indians who are dispersed around the city and the new immigrants might be brought together" and "the Prelate and those who govern this Republic will assure that they do not sin as much as they have on their own" (Egaña, 1954, v. I, p. 416). The Cercado, as it was popularly known, became a significant indigenous neighborhood in the vice-regal capital. Its initial residents were men carrying out the forced labor draft (*mita*) in the region, but they were quickly joined by permanent settlers who built homes and formed an Indian cabildo for its governance. Spaniards and Africans were theoretically excluded from residence there, as it was intended to separate Indians and thereby protect and indoctrinate them.⁸

The Cercado was a kind of halfway point between the two most common statuses for Indians in sixteenth-century Peru. The majority lived in *pueblos de indios*, usually relocated, concentrated settlements in rural areas where they were governed by their own officials and collectively produced tribute either through agriculture and ranching, or by selling their labor. Another large group left those *pueblos* to live in cities like Lima, founded by Spanish settlers. Lima's population in 1613 was about 25,000, of which about 40% was of African descent, a slightly smaller percentage was Spanish, and the rest indigenous (Salinas y Córdoba, 1957, p. 245). The city was surrounded by rural Indian towns in the Rimac valley, which provided more temporary and permanent indigenous migration into the center.

While rural indigenous communities theoretically lived under customary law and their own leaders, Lima's Indians did not. They were served by a variety of Spanish officials, including a royal *corregidor* and various attorneys and defenders. But, other than a few figure heads, they could not call upon customary law or their own officers to defend their world view. The Cercado changed this. Its wall instantiated an Indian republic that was largely integrated with the city, and delimited a specific legal regime enforced by its own political agents. But because the Cercado was not a pre-existing indigenous settlement—it was a heterogeneous collection of men and women from across the viceroyalty—its customary law was not tied to any local practice or any collective beliefs. Its walls delimited a legal Indianness that was neither allowed to determine its own self-interests nor to fully assimilate into Spanish citizenship.

The Cercado was a *reducción*, a resettlement intended to civilize indigenous spiritual practices and behaviors, to create "*policía*". The architects of *reducción*, such as the jurist Juan de Matienzo, were explicit: "Given the laziness of the Indians and their condition and that danger that follows from it, it is understood that to incline

[8] A census of the Cercado taken in 1812 shows that Spaniards and Africans came to outnumber Indians in the late colonial period. Lynn Lowry attributes this to the 1767 expulsion of the Jesuits, ending the phase of protectionism (Lowry, 1991, p. 147).

and compel them towards work is a good thing” (Matienzo, 1910, p. 15). The requirement that Indians learn to love work and desire wages and *policía* meant that they had to be treated as neophytes not only spiritually but legally. They were collectively assigned to a limited version of the legal category of *miserables* or wretches, a protected class, like minor dependents (Premo, 2005; Borah, 1983). The jurist Solórzano Pereira noted that Indians have the qualities of “frailty, gullibility [*facilidad*] and lack of constancy,” like children and women, and they must be sheltered from the treachery of the ill-intentioned (Solórzano Pereira, 1648, p. 122). This was done by assigning them a protector general, as well as a network of judges, solicitors, notaries and other sources of *amparo* or support.

Who were the ill-intentioned from whom Indians needed protection? For the most part, officials understood this to be Spaniards who would take advantage of their natures. Spanish farmers and entrepreneurs were feverishly acquiring agricultural property from shrinking communities in the Lima valley, and royal officials were eager to stem this loss of lands intended to provide indigenous tribute (Graubart, 2016). Authorities also assumed malevolence on the part of the large and growing population of Africans in the city and its environs—approximately as large as the Spanish population—who were also targeted with laws and curfews.⁹ But in their extreme innocence and gullibility, Indians even had to be protected from their own caciques, of whom one viceroy memorably noted “these will rob them and not even leave them the wax in their ears” (Levillier, 1921, v. I, pp. 529-30).

Thus the Cercado was envisioned to enclose urban Indians in a protected space, where they could learn *policía* and Catholic doctrine. It was not really intended to segregate Indians from Spaniards and Africans. Indeed, the vast majority of the city’s indigenous permanent residents lived outside it. And even for those who lived within the walls, it was a pretty porous arrangement: residents left its gates every morning to attend to work; they purchased African slaves who likely lived in their homes or workshops; and its churches welcomed a multi-ethnic parish.¹⁰ Instead, part of what they were protecting was a form of Indian law. The Cercado created a physical space within which an indigenous jurisdiction could enforce customary law, producing its residents as distinct from the neighbors with whom they were increasingly sharing and co-creating a colonial world.

The *corregidor*’s office was intended to oversee the ways that Indians intersected with property law, in particular protecting them from adopting certain forms of tenancy which might worsen their already immiserated condition. Even within the city of Lima and its environs, Indians were not supposed to buy and sell houses or land without the *corregidor*’s license. Within the Cercado’s walls, new property

[9] Ordenanzas de la ciudad de Lima, Archivo General de Indias (AGI), Patronato 187 r14 (1550). Stereotypes about Indians and Blacks, often in counterpoint, were commonly deployed to deter unity (O’Toole, 2012, chap. 1).

[10] Archivo Arzobispal de Lima, Co-fradías 10:2 (1605-6); 70:1 (1607-20); see also the list of witnesses in AGI Patronato 248, r24.

relations were invented that were intended to mimic the collectivity Spaniards associated with indigenous culture but also train Indians for life outside. These relations were overseen by elected indigenous officeholders, by the *corregidor*, and by the Jesuits.

The Cercado was founded in 1580 upon agricultural land appropriated (with compensation) from Spanish *encomenderos*; after it was walled the site was divided into plots called *solares*. The indigenous communities already required to send *mita* workers to the city had to purchase enough *solares* to house them: the *solares* came to be known by the names of these communities. *Mitayos* stayed for as long as a year, and many remained even after their term ended. They invested time and money in building shelter, fencing in gardens and planting fruit trees, and they considered themselves owners at least of the material structures and plants. In practice, the collective *solares* owned by communities mutated into private property, as shown in a number of wills that Cercado residents left between 1605-10, a generation after its founding.¹¹ Four testators called themselves owners of houses on *solares* associated with the communities of Pisco and Huarochirí, though none of them hailed from these places. Permanent residents had built structures and then placed those into an emerging real estate market. For example, Diego Sedeño had originally purchased his house for 24 pesos from Juan Paichucama, adding a bedroom and living room with draperies and unfinished roof, a locked door to the street, and many fruit trees. These improvements, then, marked the residence as his property even if he had no title to the solar on which it was constructed. Other Cercado residents did not claim to own homes in their wills, suggesting that claims to title were not made until structures changed hands, through sale or inheritance.

These physical and titular changes, which increased over time, took place with full knowledge of the Cercado's authorities. Indigenous notaries drew up and indigenous *alcaldes* witnessed these exchanges, lending tacit and explicit approval to the process. Indigenous leaders officiated, as when, in 1687, a brother and sister appealed to *alferez* Hernando de Rivera, the *alcalde ordinario* of the Cercado, to have a *solar* and house they inherited from their parents legally divided in two.¹² The community's indigenous office-holders gathered at the solar, measured out two equal sectors, and had their notary document the acts for posterity; he kept them in a locked box in the town for safety.

So to a degree, the division of the Cercado into collectively-owned lots gave way to the development of private property in built structures, on the model of the real estate market in nearby Lima. But these changes happened informally and unevenly, leading to confusion. In 1686, the *alcalde ordinario* was called to adjudicate the ownership of a solar claimed by Diego Tobar and his wife Ynes Lázaro.¹³ Lázaro claimed to have inherited the solar from her late father Cap-

[11] "Testamento de Diego Lastara," "Testamento de Magdalena Yauri Chumbi," "Testamento de Catalina Carguay Chumbi," all in AGN Testamentos de Indios (hereafter TI) leg 1A; "Testamento de Diego Sedeño," TI legajo 1.

[12] AGN, Corregimiento del Santiago del Cercado (hereafter CSC) leg 1 doc 4, 02.10.1687, Lima.

[13] AGN, CSC leg 1 doc 3, 1686, Cercado.

tain Gerónimo Cansinos, but had no papers to prove her case. She was challenged by a man who had rented the property from the family after the Captain's death. Lázaro's witnesses, some of whom titled themselves *vecinos* [or permanent residents with political rights] of the Cercado, testified to Captain Cansinos's long occupation of the site, interrupted only by a period of rental to the third party before Cansinos's son "displaced" him and moved in with his own family. At the son's death, the former tenant claimed possession, and was challenged by Lázaro, as Cansinos's remaining heir. The indigenous cabildo found Ynes Lázaro and her husband to have legitimate possession of the solar by virtue of direct inheritance, apparently taking Cansinos's long term possession as establishing ownership, and his heirs as having legitimate claims on that title.

But other incidents show that the Cercado was considered something other than simple private property.¹⁴ Concern about the Cercado's lots was tied up with ongoing debates about Spanish encroachment on indigenous lands. The crown protected rural property associated with indigenous communities against sale, at least in theory, placing its use subject to the customary law of the polity. *Reducciones* usually involved the creation of a new residential town, which could be divided and distributed in ways consonant with the desires of the community. The Cercado was, then, a hybrid: set next to a city where most property could be bought and sold, it invented a special case of collective property that sometimes transformed into a kind of alienable individual commodity, but not alienable to just anyone or under all conditions. The walls around the Cercado delineated a space where indigenous people were managed in their self-governance, offering them incentives to live as Spaniards did but restraining their ability to do so freely.

A final example will show how indigenous customary law was invented and protected as a signifier of difference. In 1652, the highland community of the Yauyos filed a complaint with the Viceroy to evict the widow Juana Ñusta, aka Juana de Avalos, from their solar in the Cercado.¹⁵ The Yauyos had purchased their site in the Cercado in 1580 to house their *mitayos* but lost control of part of it, leaving them without a place to live while they rented farmlands in the Lima valley.

Through their lawyer, the Yauyos argued that the loss of their solar in the Cercado meant that they had difficulties meeting tribute and *mita* obligations, and moreover that their children "lacked Christian doctrine and were being raised like barbarians" outside the Cercado's walls.¹⁶ They drew deftly upon the rhetoric of the *reducción*, which was intended to provide stability as they farmed and became Christians, and noted that the Crown was required to "give protection [*amparo*] to these poor ones." They also identified themselves as *forasteros* or mi-

[14] There was no "simple" private property in the New World, insofar as the crown reserved ownership to itself of all land, but simultaneously understood native peoples to be legitimate (communal) owners of parts of the land. Nevertheless, the Cercado appears to be treated differently than the *traza* of Lima, and more like rural towns where local custom could govern how property was distributed and transferred.

[15] "Autos que siguieron los indios Yauyos," AGN, Derecho Indígena, leg.9, cuad. 130, 1653.

[16] "Autos que siguieron los indios Yauyos," f. 2v.

grants rather than *vecinos* or permanent residents, highlighting their transitory occupation of the site for the sole purposes of *mita* and tribute production. This language was key to the appeal they were making to the Cercado's original function.

The rector of the Cercado, the Jesuit Luis de Teruel, gave testimony that

*the Yauyos have a site of two or three blocks, purchased with their community's funds, which, because it was unused, some have planted with gardens, but this is done with the knowledge of the caciques of said province, and thus whenever they have wished to take residence in it, it must be restored to them as their own property.*¹⁷

[17] "Autos que siguieron los indios Yauyos," f. 2v.

The *corregidor*, under direction of the Viceroy, restored the property to the Yauyos in August 1653, in a ceremony with Father Teruel present. They established the boundaries and then walked through it, "they closed and opened the doors, they broke branches and did other acts all in sign of the said possession which they took quietly and peacefully without contradiction and in this the said *corregidor* gave them protection."¹⁸

[18] "Autos que siguieron los indios Yauyos," f. 3v.

But in September, they returned to court. A lawyer representing Juana Ñusta, who called herself *vecina* and widow of Captain Domingo Francisco, and their children asked the *corregidor* to assert their ownership of the solar in question. According to that account, Captain Domingo Francisco, recently deceased, had spent 6,000 pesos improving the site, which he left to his widow and children. The couple had occupied the site for more than fifty years continuously, and the story the Yauyos had presented just months before was a sinister, if convincing, fiction. Juana Ñusta, who used a Quechua title of nobility rather than her family name of de Avalos, presented her late husband's will into evidence.¹⁹

[19] "Autos que siguieron los indios Yauyos," f. 4.

The will helps explain the contested transformation of the Cercado. The son of don Luis Santa Cocha, Captain Domingo Francisco had risen through the indigenous militia, and acquired a large portfolio of lands in the nearby Late valley, most of which he rented to Indian farmers on annual contracts. He paid fees to receive titles to those lands from the king during a land *composición* or official legal titling.

He understood his ownership of the *solar* in the Cercado to emanate from the fact that he had transformed uncleared territory into cultivated land, a *huerta*, which he had fenced in after winning a lawsuit over the land. Among the other goods he noted as his personal property were five African slaves, four horses with saddles, two *arcabuces* (muskets), a sword and dagger, a helmet and buckler, all the privileges associated with service in the militia and correlated economic success.

Captain Domingo Francisco, in other words, was a man of complete *policía*. He was an active Christian, requesting burial in the Cercado's church shrouded in a Franciscan habit and leaving bequests to numerous confraternities. He had risen to a position of status by becoming captain of the city's Indian militia, and gained the privilege denied to plebeian Indians of wearing a sword and dagger, riding a saddled horse, and having a wardrobe of imported finery. He had purchased a number of African slaves, the most powerful symbol of colonial authority available to him. And most to the point, he had bought the lands that indigenous communities were placing in desperation on the market and was provisioning Lima by renting them back to now-landless Indians to farm. He had had these lands officially titled by the crown, removing them from indigenous patrimony, and he had cultivated and fenced them. He was the very model of a colonial Indian, exactly what religious and jurists had hoped to produce by requiring Indians to learn Spanish ways.

And yet, the Viceroy and the *corregidor* ruled against him, returning the solar to the Yauyos as a collective. The *corregidor's* decision reveals the Cercado's status as a space where Indians were differentiated in their path to becoming colonial subjects. The depredations against indigenous territories in the valleys surrounding the city worried the crown. While royal officials sought to expropriate "excess" lands from shrinking communities for their own purposes, they acted aggressively to monopolize privatization. While some of the community *solares* of the Cercado had almost immediately been transformed into private residences through acts of physical improvement, the crown reserved its preference for collective use of the land as part and parcel of the legal definition of its Indian subjects: Indians are those who do not hold private property. The Viceroy's final word on the subject in August had been to tell the *corregidor* to "demand that the *alcaldes* of the Cercado turn the *solares* over to [the Yauyos], wherein they can have a house and from there take care of their fields, where they find lands for rent, and charge the Jesuits to admit them and enroll them, like others, in the said town."²⁰

[20] "Autos que siguieron los indios Yauyos," f. 2.

The Cercado's walls marked boundaries between property regimes, which are part of the ways that peoples are culturally defined. The walls indicated Indian space and non-Indian space, an insurmountable difference between Indian and Spaniard, and the association of collective property regimes with indigenous law, whether or not it actually had this pedigree. It was part of the marking of the liminal status of urban Indians.

Convivial relations in the Iberian empire produced legal markers of difference between groups that interacted regularly. That difference could reflect the way that superior powers dominated, but subaltern

actors could also use those differentiations strategically. Jews could use the threat of Christian law enforcement to bring their own community into line. Indians could claim an invented past that allowed them to control valuable property. The courts provided a key venue for this contestation, and indigenous actors, like religious minorities and people of African descent, became adept in using the ways they were perceived for their own ends. The analytic of conviviality, as a way to focus on the ways that difference functioned within everyday life rather than acted solely as a barrier, reveals the ways that consensus had to be constantly renegotiated within multiple group dynamics rather than imposed or achieved.

KAREN B. GRAUBART [<https://orcid.org/0000-0002-2919-6794>] is Associate Professor of History at the University of Notre Dame. She is a founder of La Patrona Collective for Colonial Latin American Scholarship, and a collective member of the Tepoztlán Institute for the Transnational History of the Americas.

REFERENCES

- Anderson, Ruth Matilda. *Hispanic Costume 1480-1530*. New York: Hispanic Society of America, 1979.
- Benton, Lauren. *Law and Colonial Cultures: Legal Regimes in World History, 1400-1900*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2001.
- Borah, Woodrow. *Justice by Insurance. The General Indian Court of Colonial Mexico and the Legal Aides of the Half-Real*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- Catlos, Brian A. *The Victors and the Vanquished: Christians and Muslims of Catalonia and Aragon, 1050-1300*. Cambridge University Press, 2007.
- Coleman, David. *Creating Christian Granada: Society and Religious Culture in an Old-World Frontier City, 1492-1600*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.
- Colón, Cristóbal. *Los Cuatro Viajes, Testamento*. Edited by Consuelo Varela. Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- Constable, Olivia Remie. *To Live Like a Moor: Christian Perceptions of Muslim Identity in Medieval and Early Modern Spain*. Edited by Robin Vose. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.
- Covarrubias Horozco, Sebastián de. *Tesoro de La Lengua Castellana o Española [1611]*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2006.
- Domínguez Ortiz, Antonio. *Estudios de La Inquisición Española*. Granada: Comares, 2010.
- Earle, Rebecca. *The Return of the Native. Indians and Myth-Making in Spanish America, 1810-1930*. Durham NC: Duke University Press, 2007.
- . “‘If You Eat Their Food’: Diets and Bodies in Early Colonial Spanish America.” *American Historical Review* 115 (3): 688-713, 2010.
- Echevarría Arsuaga, Ana. *The City of the Three Mosques: Ávila and Its Muslims in the Middle Ages*. Wiesbaden: Reichert Verlag Wiesbaden, 2011.
- Egaña, Antonio de (ed.). *Monumenta Peruana*. Monumenta Missionum Societatis Iesu. Rome: Monumenta Historica Soc. Iesu, 1954.
- Ferrer-Chivite, Manuel. “El Factor Judeo-Convertido En El Proceso de Consolidación Del Título ‘Don.’” *Sefarad* 45: 131-74, 1985.
- Garcilaso de la Vega. *Royal Commentaries of the Incas and General History of Peru*. Austin: University of Texas Press, 1966.
- Graubart, Karen B. “‘Ynuvaciones Malas e Rreprovdas’: Justice and Jurisdiction in the Lima Valley.” In: Owensby, Brian; Ross, Richard J. *Justice in a New World. Negotiating Legal Intelligibility in British, Iberian, and Indigenous America*. New York: New York University Press: 2018, pp. 151-82.
- . “Learning From the Qadi: The Jurisdiction of Local Rule in the Early Colonial Andes.” *Hispanic American Historical Review* 95 (2): 195-228, 2015.
- . “Competing Spanish and Indigenous Jurisdictions in Early Colonial Lima.” In: *Oxford Online Encyclopedia in Latin American and Caribbean History*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- . “Containing Law Within the Walls: The Protection of Customary Law in Santiago Del Cercado, Peru.” In: Attwood, Bain; Benton, Lauren; Clulow, Adam (eds.). *Protection and Empire: A Global History*. Cambridge: Cambridge University Press: 2017a, pp. 29-46.

Received for publication
on January 3, 2019.

Approved for publication
on February 20, 2019.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

113, Jan.–Apr. 2019
pp. 67-83

- . “Shifting Landscapes. Heterogeneous Conceptions of Land Use and Land Tenure in the Lima Valley”. *Colonial Latin American Review* 26 (1): 62-84, 2017b.
- Lee, Christina. *The Anxiety of Sameness in Early Modern Spain*. Manchester: Manchester University Press, 2016.
- Levillier, Roberto. *Gobernantes del Perú, cartas y papeles, siglo XVI; documentos del Archivo de Indias*. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1921.
- Lohmann Villena, Guillermo. “Testamento Del Curaca Don Gonzalo Taulichusco (1562)”. *Revista Del Archivo General de La Nación* 7: 267-75, 1984.
- Lowry, Lyn Brandon. “Forging an Indian Nation: Urban Indians under Spanish Colonial Control, Lima, Peru 1535-1765”. Ph.D. Dissertation, University of California, Berkeley, 1991.
- Martínez, María Elena. *Genealogical Fictions: Limpieza de Sangre, Religion, and Gender in Colonial Mexico*. Stanford: Stanford University Press, 2011.
- Matienzo, Juan de. *Gobierno del Perú [1567]*. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1910.
- Meyerson, Mark D. *A Jewish Renaissance in Fifteenth-Century Spain*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2004.
- Mumford, Jeremy Ravi. *Vertical Empire. The General Resettlement of Indians in the Colonial Andes*. Durham: Duke University Press, 2012.
- Nader, Helen. *Liberty in Absolutist Spain: The Habsburg Sale of Towns, 1516-1700*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.
- Nirenberg, David. *Communities of Violence: Persecution of Minorities in the Middle Ages*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1996.
- Nowicka, Magdalena; Vertovec, Steven. “Comparing Convivialities: Dreams and Realities of Living-with-Difference”. *European Journal of Cultural Studies* 17:(4): 341-356, 2014.
- Ondegardo, Polo. “Informaciones Acerca de La Religión y Gobierno de Los Incas (1571)”. In: Romero, Carlos A. (ed.). *Colección de Libros y Documentos Referentes a La Historia Del Perú* 3, 1916, pp. 45-188.
- O’Toole, Rachel Sarah. *Bound Lives: Africans, Indians, and the Making of Race in Colonial Peru*. University of Pittsburgh Press, 2012.
- Pagden, Anthony. *The Fall of Natural Man: The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 1987.
- Premo, Bianca. *Children of the Father King: Youth, Authority, and Legal Minority in Colonial Lima*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.
- Puente Luna, José Carlos de la. *Andean Cosmopolitans: Seeking Justice and Reward at the Spanish Royal Court*. Austin: University of Texas Press, 2018.
- Salinas y Córdoba, Buenaventura de. *Memorial de Las Historias Del Nuevo Mundo Piru*. Edited by Warren L Cook. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1957.
- Soifer Irish, Maya. “Beyond Convivencia: Critical Reflections on the Historiography of Interfaith Relations in Christian Spain.” *Journal of Medieval Iberian Studies* 1: 19-35, 2009.
- . *Jews and Christians in Medieval Castile. Tradition, Coexistence, and Change*. Washington, DC: Catholic University of America Press, 2016.
- Solórzano Pereira, Juan de. *Política Indiana*. Madrid: Diego Díaz de la Carrera, 1648.
- Vilches, Elvira. *New World Gold. Cultural Anxiety and Monetary Disorder in Early Modern Spain*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- Wagner, Klaus. “La Inquisición En Sevilla (1481-1524). Notas Al Margen de Las Actas Notariales Del Archivo de Protocolos de Sevilla Referentes a Los Autos de Fe Celebrados En Dicha Ciudad”. In: *Homenaje Al Profesor Carriazo*. Sevilla: Facultad de Filosofía y Letras, 1973, pp. 439-60.





REVOLUÇÕES NO CAMPO RELIGIOSO¹

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010009>

LUIZ EDUARDO SOARES*

RESUMO

As transformações que vêm ocorrendo no campo religioso, indissociáveis das grandes mudanças sociais, são: (a) o declínio da hegemonia católica e a expansão do pentecostalismo evangélico; (b) o crescimento dos sem religião, interessados na espiritualidade; (c) a valorização da individualidade e do nomadismo espiritual; (d) a conjugação entre Teologia da Prosperidade e desenvolvimento econômico, agora ameaçada pela crise.

PALAVRAS-CHAVE: *nomadismo espiritual; Teologia da Prosperidade; mudança social.*

Revolutions in the Religious Field

ABSTRACT

These are the major transformations that have been happening within the religious field, inseparable from deep social changes: (a) the decline of catholic hegemony and the expansion of evangelical Pentecostalism; (b) the growing number of those who don't have a religion, though interested in spirituality; (c) the valorization of individuality and spiritual nomadism; (d) the articulation of the Theology of Prosperity and economic development, now challenged by the crisis.

KEYWORDS: *spiritual nomadism; Theology of Prosperity; social change.*

[*] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: luizeduardosoares09@gmail.com.

[1] O presente ensaio é parte do livro *O Brasil e seu duplo*, a ser publicado pela editora Todavia em 2019.

Uma tentação ronda a sociologia brasileira desde que o movimento rumo ao urbano tornou-se tema central: a ideia de que os migrantes empobrecidos e perdidos nas cidades constituiriam fontes potenciais de anomia. Vítimas da desordem econômica, tornar-se-iam agentes da desordem social. Seus valores se perderiam ante a grande confusão de crenças na babel urbana. Os padrões familiares e as referências tradicionais seriam anulados pela selva das cidades. Vivendo a humilhação do declínio e a angústia das mudanças velozes e profundas, sem acesso a condições materiais minimamente decentes, inseguros diante de si e dos próximos, eles talvez se sentissem instados a usar a violência a que haviam sido submetidos sob outra forma para alcançar alguma recompensa, valorizando-se e arrancando pela força o que lhes era negado. O crime seria a resposta “natural” à disfuncionalidade (relativa) de sua posição na sociedade.

Felizmente, os cientistas sociais temos sido capazes de resistir a esse clichê, graças sobretudo ao alerta precoce de Alba Zaluar.² Evitamos, assim, um erro analítico e a projeção de estigmas sobre uma ampla camada da população já onerada por preconceitos e dificuldades de todo tipo. O que estou dizendo em nada diminui a magnitude da reviravolta que embaralhou suas vidas em tramas inesperadas, nem a profundidade das mudanças, como Ingold (2000) nos levou a perceber. Meu objetivo é apenas demonstrar que as conexões na vida social não são mecânicas, nem circunstâncias anteriores devem ser entendidas como determinantes das subsequentes, porque entre umas e outras está a ação humana, que contém o brilho da liberdade, ainda que restrita, mesmo sob pressões.

Isso não significa que não haja condições mais ou menos favoráveis a tais ou quais linhas de ação. Favorecer determinada linha de ação implica fortalecer o potencial de recrutamento dos empreendedores dispostos a investir em atividades que estejam em sintonia com expectativas e aptidões disseminadas na área onde vigoram as referidas condições. Circunstâncias potencialmente favoráveis só atualizam seu potencial se empreendedores agirem como intermediários entre os recrutáveis e o empreendimento, beneficiando-se dessa facilidade e conectando demandas e ofertas, desejos e seus alvos, mesmo que demandas e desejos tenham de ser traduzidos para o idioma próprio ao empreendimento. Por exemplo, que condições sociais e econômicas seriam mais propícias ao empresário criminoso que planeja montar o negócio das drogas em uma favela carioca, nos anos 1980? Supondo-se que ele tenha boas razões para esperar uma demanda suficiente e apta a pagar o preço lucrativo, em territórios contíguos, os bairros de classe média, e que seu acesso à provisão atacadista do produto esteja garantido a custos compatíveis, e que os gastos com a corrupção policial caibam no orçamento, restar-lhe-ia avaliar o custo de recrutamento e reprodução da força de trabalho para formar sua equipe: um grupo armado para operar o negócio em razoável segurança. Dadas as condições conhecidas nas quais se processavam tais operações, o que lhe pareceria mais conveniente: um contexto local em que os jovens em idade apropriada para o recrutamento estivessem engajados em trajetórias escolares proveitosas e promissoras, educados em uma cultura que valorizasse a paz, os direitos humanos e métodos não violentos de resolução de conflitos, imersos em relações familiares e comunitárias solidárias e afetuosas, nas quais se sentissem valorizados, acolhidos, admirados e queridos, não lhes faltando perspectivas futuras de inserção gratificante no mercado de trabalho, nem lazer ou acesso à criação cultural e a redes de interlocução com diferentes grupos na cidade? Esse seria o cenário ideal para o empreendedor do crime? Ou ele optaria por um quadro que fosse o inverso do primeiro? O empreendedor

[2] Deve-se a Alba Zaluar a crítica pioneira a essas associações mecânicas entre pobreza, desfuncionalidade social, anomia e criminalidade. Em sua obra-prima *A máquina e a revolta*, já um clássico, ela demonstrou quão perverso pode ser esse tipo de raciocínio equivocado, cujo efeito é estigmatizar os atores sociais oriundos das classes subalternas (Zaluar, 1985).

[3] Observe-se que, na experiência social, há um contínuo entre práticas e relações, diluindo fronteiras formalmente delineadas, na letra da lei. *A posteriori*, a ação de agências da Justiça criminal (das polícias aos tribunais e ao sistema penitenciário) é que, retrospectivamente, classificará em categorias os eventos empíricos, mediados por narrativas que lhes atribuem possíveis significações, acusando e estigmatizando alguns indivíduos e os punindo, enquanto outros atores e suas práticas permanecem intocados. A aplicação das leis, em todas as instâncias, é submetida à refração de filtros seletivos, que impõem vieses de classe, cor e território, entre outros. Um bom modo de abordar esse complexo, formado por continuidades e descontinuidades, é “seguir o dinheiro”, acompanhar a dinâmica do capital. Roberto Saviano (2014) mostrou como os negócios legais, nas mais diversas áreas da economia e países, tornaram-se indissociáveis dos ilegais, em especial do tráfico de cocaína (por isso, mesmo com o sacrifício do bom senso e de direitos individuais elementares, o proibicionismo continua em vigência, trazendo consigo todo um cortejo de violência, corrupção e degradação de instituições públicas). Por esse motivo, além da ignorância e da manipulação demagógica, a legalização das drogas não ingressa de vez na agenda política.

não hesitaria em escolher o segundo cenário por motivos óbvios. E a sociologia não tem por que discordar. Não há motivo para divergir de seu cálculo. A avaliação nada tem a ver com teorias deterministas ou visões mecânicas do ser humano e da vida social. Ela é precisa e pragmática. Apoiar-se na observação cotidiana e repetida.

Examinar uma hipótese explicativa isolada para ilustrar minha compreensão do tema: “processos de degradação da autoestima de um adolescente induzem ao crime”. O postulado é falso. Está errado. Até porque são crimes a evasão fiscal, o feminicídio, a homofobia, o latrocínio, a lavagem de dinheiro, o homicídio doloso etc. De que é que se está falando, afinal? E autoestima? De que se trata, exatamente? E o que significa “indução”? Por essas e outras razões, seria um equívoco afirmar o referido postulado. O erro não estaria na imprecisão do conceito de autoestima ou no psicologismo da tese, mas em sua arbitrariedade, em seu artificialismo, em seu formalismo abstrato, em sua absoluta impertinência empírica. Seria igualmente absurdo atribuir a qualquer outro fator o papel de fonte de uma relação de causalidade: fome, desemprego, crises familiares, desordem moral, escolaridade precária, valorização cultural da violência. Não faz sentido, sociologicamente, declarar que há causas para determinada modalidade de ação violenta ou criminosa. Se A causa B na circunstância C, a fórmula teria de explicar os fatos já observados e prever o futuro: onde houvesse A em circunstância C, na sequência haveria B. Essa configuração dinâmica não é aplicável às sociedades, porque a equação faz *tabula rasa* do indivíduo como agente, protagonista, sujeito da ação. Nem sob limitações extremas, como a tortura, o ser humano é previsível ou responde da mesma maneira. Em outras palavras, as condições são sempre pertinentes se o propósito for conhecer, prever (pelo menos no sentido limitado da redução da incerteza) e influir, via políticas públicas. O ponto fundamental a reter, no entanto, é este: o rendimento das condições propiciadoras depende do dinamismo criativo dos mediadores ou da qualidade do investimento dos empreendedores que se esforçam por fazer os fatores operar a seu favor. Fatores estáticos como cordas de violão só produzem som quando tocados. Há sempre uma política (ou um empreendimento) transformando estruturas em processos, fatores em ações, “causas” em “efeitos”.

Por outro lado, insisto: o cálculo do empreendedor está certo. O potencial de êxito de seu recrutamento será maior quanto mais numeroso for o contingente local dos jovens vulneráveis, isto é, receptivos a seu chamado. Essa receptividade tende a crescer à medida que a nova forma de vida oferecida soar atraente, o que por sua vez dependerá de inúmeros fatores, em todas as esferas da experiência individual, entre os quais aqueles referidos na descrição inicial da comunidade ideal virados de ponta-cabeça. Em síntese, soará sedutora uma forma de vida que faça um

jovem sentir-se visível, reconhecido, valorizado e alvo de afeto, ele que se sente socialmente invisível, exilado em sua casa e em sua comunidade, que abandonou a escola e não encontra nos outros reconhecimento de seu valor, e que tampouco imagina meio mais acessível do que a violência para reverter a situação (material, moral, simbólica e afetiva de desalento, desamparo e desesperança). O porte de uma arma e o pertencimento a um grupo coeso de guerreiros, temidos, admirados, desejados, pode representar a reversão desejada, a despeito de seus riscos e custos — inclusive psicológicos, porque matar não é simples.

Por isso, as políticas preventivas que logram reduzir a violência associada ao tráfico de drogas — organizado como pequena força armada — estruturaram-se para disputar com os empreendedores criminosos o recrutamento dos jovens, identificando os benefícios oferecidos e dobrando a aposta, claro que em direção oposta, dialogando com os desejos legítimos dos jovens e cumprindo as obrigações do Estado antes negligenciadas — além de mobilizar famílias, escolas e comunidades (Soares, 2001; Soares e Guindani, 2006; Rolim, 2006; P. Mesquita, 2011).

Em outras palavras: a pauperização em massa e o deslocamento rural-urbano em grande escala e acelerado, sob ditadura durante a maior parte do período, sem o acolhimento nas cidades que políticas sociais e de moradia deveriam ter garantido, não podem ser definidos como causas do aumento da violência urbana como se tivessem derramado sobre as cidades potenciais criminosos, espelhos e fontes de anomia, mas certamente constituíram em si mesmos manifestação dramática de violência urbana. Ou melhor, a urbanização realizou-se no Brasil como violência.⁴ Além disso, os filhos e netos dos migrantes estenderam o processo de vulnerabilização de que foram vítimas seus pais e avós. Afinal, no rastro do *boom* econômico dos anos 1970, cujos frutos não chegaram aos trabalhadores, sobretudo aos homens e mulheres que sobreviviam da informalidade ou de serviços domésticos, veio a chamada “década perdida”, do ponto de vista econômico: os anos 1980. Não parece ser um acaso a escalada da violência letal e da criminalidade nos centros metropolitanos nessa conjuntura crítica, quando o país mergulhou na estagnação e o desemprego avançou.⁵ Migrantes, herdeiros de migrantes, moradores de favelas e bairros periféricos das metrópoles, particularmente daquelas que foram os destinos principais do fluxo migratório, em especial o Rio de Janeiro: é plausível supor que não tenha sido mera coincidência a concentração sobre esses contingentes populacionais dos ônus da vulnerabilização à violência, envolvendo-os nas duas pontas do processo de vitimização.⁶

Esse excuro reflexivo que tangenciou a violência e a teoria social não foi uma digressão, mas uma etapa necessária ao argumento sobre o destino dos migrantes.

[4] Obra muito importante sobre a urbanização é a de Milton Santos (2005).

[5] Em certo sentido, é bastante discutível a tese de que o Brasil é mais violento atualmente do que foi no passado. Bastaria mencionar a escravidão e a incensurável violência que representa para sustentar a ideia. Entretanto, se nos detivermos na experiência dos homens livres, no século XIX, em pleno Brasil rural, encontraremos, graças à pesquisa clássica de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), um universo humano extraordinariamente brutal, aleatoriamente violento. As informações historiográficas não são suficientes para a construção de séries diacrônicas extensas que nos permitam estabelecer uma comparação precisa — aliás, em matéria de violência, o que não há nem antes nem hoje são dados precisos. De todo modo, independentemente dos cálculos que façamos, seria razoável questionar a convicção de que a violência brasileira explodiu nas últimas duas décadas do século XX depois de séculos de relativa tranquilidade, depois de décadas serenas. A paz nunca foi uma qualidade da sociedade brasileira. Muito pelo contrário. A brutalidade sempre foi a regra. O que havia era mais obscuridade e desleixo, e manipulação, nas práticas de registro. A modernização administrativa do aparelho de Estado aprimora os instrumentos de aferição e a valoriza como parte das estratégias de controle. À medida que os registros se tornam um pouco menos precários, os indicadores sobem. De qualquer forma, em sendo inviável formar uma convicção definitiva sobre quando fomos mais ou menos violentos, o que podemos fazer é esclarecer de que modos distintos temos sido violentos.

[6] Sobre associação entre pobreza extrema e homicídio, ver G. Soares (2008) e Soares e Saporì (2014).

Para quem como eu mantém um olho na violência — entendida pelo ângulo dos direitos humanos — e outro nas reações da sociedade à violência, as quais dependem dos valores e das formas coletivas de entendimento do que seja a violência, o grande fluxo migratório interno e a urbanização constituem fenômenos da maior importância, sem cuja compreensão é inviável avançar. Defendi duas hipóteses sobre essa temática: (1) a mudança radical do ambiente envolve alteração do sujeito, sobretudo quando muda também todo o universo de relações sociais; (2) o indivíduo que se desloca do campo para a cidade, impedido pela precarização das condições rurais ou diretamente expulso, sob constrangimento da pauperização urbana e de limitações à participação democrática, atravessa uma experiência radical que exige mais do que adaptação: mutação adaptativa. A simples adaptação dar-se-ia se o indivíduo pudesse manter-se subjetivamente inalterado e apenas tivesse de empenhar-se em aprender novos códigos para credenciar-se a agir em conformidade com as novas regras do jogo, as novas possibilidades e limitações. Quando a mudança é transversal, no sentido descrito no primeiro item, a dinâmica é muito mais complexa e imprevisível. O caráter multidimensional da mudança, que transcorre em distintas esferas e temporalidades, expõe mais radicalmente os grupos sociais e os indivíduos a incertezas, dificuldades, sofrimentos, mal-entendidos, desperdício de energia, perda de oportunidades. Por consequência, o sujeito — plano subjetivo do indivíduo — torna-se mais vulnerável a sofrimento psíquico, ansiedades, insegurança, depressão (da autoestima) e intervenções externas, entre as quais a violência e a criminalização. O conjunto das observações anteriores justifica a adoção do conceito de Marcel Mauss *fato social total* para lidar com a problemática.

Por tudo que vimos, é complicada a ação sincrética defensiva, adaptativa, por meio da qual o ator social fragilizado — social, econômica, afetiva, culturalmente — junta a seu modo as peças separadas pelo *terremoto* da migração, inserindo aqui e ali os elementos de sua tradição, guardados em sua bagagem. O jogo de armar não serve como metáfora, nesse caso, porque faltava ao jogador conhecimento da *gestalt*, da forma final que deveria ser restaurada. Ele tampouco tinha acesso a todas as peças. No ensaio e erro do cotidiano, na velocidade das decisões entre opções escassas, o jogo poderia ser mortal e infiltrava no espírito menos adrenalina do que medo e suspeição.

O cenário é propício para outro tipo de sincretismo que afeta o jogador em vez das peças para armar. O sujeito converte-se, ele mesmo, no espaço da montagem. É ele que tem de se (re)fazer, combinando os pedaços que ficaram no caminho com as expectativas que identifica na cidade — expectativas que chegam à consciência filtradas por sua percepção. Cada caso é um caso, repito, as trajetórias foram as mais varia-

das e também houve itinerários virtuosos e felizes para os que sofriam a exploração econômica no campo e a opressão moralista na comunidade rural de origem, e vivenciaram a chegada à cidade grande como a chance de oxigenação, recomeço e liberdade. De todo modo, o balanço foi intenso e fundo: o título do filme de Glauber Rocha, *terra em transe*, descreveria muito bem a gravidade do fenômeno. A religiosidade não poderia ficar de fora, assim como não foram poupadas as formas de organização familiar, as relações entre os gêneros e com os filhos.

É natural que pesquisadores tenham procurado estabelecer correlações entre migrações, urbanização e religiosidade. As perguntas mais razoáveis incidiram sobre o impacto desse processo social tão significativo sobre as crenças religiosas (cf. César, 1974; Souza, 1969). Conexões desse tipo são sempre problemáticas, e não se consolidou na área de estudos nenhum consenso a respeito, conforme demonstra a análise crítica primorosa de Ronaldo de Almeida em seu brilhante estudo etnográfico *A Igreja Universal e seus demônios* (2009, pp. 44ss). Com grande sensibilidade, Almeida refuta as hipóteses que estabelecem relações causais diretas e mecânicas, chamando a atenção para as complexas mediações que intervêm sobre as adesões, a formação de redes e os processos sociais implicados. Por concordar com o ponto de vista crítico de Almeida e de tantos outros pesquisadores avessos aos reducionismos sociológicos, proponho que se pense a transformação em curso no campo religioso brasileiro, perceptível desde o final dos anos 1980, ainda que lhe fosse anterior, não como efeito da grande transição demográfico-sociológica, mas como parte desse processo, isto é, como uma de suas dimensões.

A ideia pode parecer um truque metodológico: ante a impossibilidade de demonstrar relações de causa e efeito ou vínculos significativos entre as duas variáveis, suspende-se a hipótese sobre o impacto espiritual da migração para que a implicação religiosa seja concebida como um pressuposto da análise. De meu ponto de vista, não é esse o movimento lógico. Simplesmente concebo a migração — em grande escala e curto período, nas condições em que se efetivou — como um *fato social total* estendido no tempo, conforme já assinalado. Descrita assim a grande transição migratória, a esfera religiosa inscreve-se no fenômeno com os mesmos créditos metodológicos que a economia, a política e a demografia.

Diz-nos Mauss: fatos sociais totais são aqueles que “põem em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições [...] e, em outros casos, somente um grande número de instituições, em particular quando [as] trocas e contratos [isto é, as relações] dizem respeito de preferência ao indivíduo” (Mauss, 1974, p. 179, colchetes meus). Espero que, graças à ajuda de Tim Ingold, este artigo logre reunir elementos suficientes para justificar o emprego da

[7] O sociólogo José de Souza Martins propõe uma interpretação que parece, à primeira vista, radicalmente oposta àquela aqui enunciada, mas que talvez esteja próxima, se a compreendermos como a afirmação de que há continuidades na descontinuidade e vice-versa, além e aquém das relações causais: “Na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas, sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho” (Martins, 1999, *apud* Passos, 2006). A tese pode deixar-se ler pelo avesso: a continuidade aparentemente conservadora e estável pode revelar-se disruptiva, se filtrada por determinada ótica, em certo contexto. Na complexidade da articulação entre as distintas temporalidades dos fenômenos, as imagens são prismáticas: simultâneas e contrastantes, quando não contraditórias.

[8] Para o período anterior, consulte-se C. R. Jacob (2003; 2006). Sobre a participação política dos evangélicos, leitura fundamental é Machado (2006).

categoria maussiana. Por seu intermédio, as religiões saltam para o centro da migração, qualificando-a e configurando-a como momento constitutivo de sua realidade. Em outras palavras, por esse prisma, a migração não provocou a revolução religiosa em curso no país: ela é essa revolução, em um de seus níveis, assim como a revolução religiosa é a grande migração, em um de seus níveis.⁷

Concentremo-nos, então, no campo religioso brasileiro. O que aconteceu de mais significativo nas últimas décadas, até 2010?⁸ Vejamos os dados.

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Católicos	39.177.880	48.558.854	65.329.520	85.472.022	105.862.113	121.812.771	124.980.132	123.840.953
Protestantes	1.074.857	1.741.430	2.824.775	4.814.728	7.885.946	14.618.453	26.184.941	42.275.440
Ortodoxos	37.953	41.426	48.401	-	-	-	-	-
Israelitas	55.666	69.957	96.199	-	91.795	86.416	86.825	107.329
Maometanos	3.053	3.454	7.745	-	-	-	-	-
Budistas	123.353	152.572	179.464	-	-	368.578	214.873	243.966
Xintoístas	2.358	-	-	-	-	-	-	-
Espíritas	463.400	824.553	977.561	1.178.293	1.538.230	1.644.355	2.262.401	3.848.876
Positivistas	1.099	-	-	-	-	-	-	-
Outra religião	107.392	140.379	339.579	954.747	381.286	743.045	3.293.633	4.460.127
Sem religião	87.330	274.236	353.607	701.701	1.953.096	6.946.221	12.492.403	15.335.510
Religião não declarada	101.974	137.807	34.519	13.355	299.686	595.979	357.648	643.598

A seguir, destaco, em percentuais, as variações experimentadas pelos grupos que pretendo destacar:

	1970	1980	1991	2000	2010
Católicos	91,8%	89,7%	82,9%	73,6%	64,6%
Protestantes	5,16%	6,6%	9,0%	15,4%	22,2%
Sem religião	0,75%	1,65%	4,7%	7,35%	8,03%

O mundo evangélico, em sua complexa diversidade, vem crescendo celeremente. O universo católico contraiu-se, embora ainda predomine. Expandiu-se o grupo dos sem religião porém não ateus — o dos ateus, também. Ampliou-se o contingente que denominei, em 1994, errante, nômade. Esse contingente frequentemente se diz “sem religião”, apesar de prezar a religiosidade. Referia-me ao personagem típico dessa tribo como “um peregrino muito especial”. Escrevi o seguinte:

O religioso alternativo brasileiro é também um andarilho. Faz parte de sua agenda um deslocamento permanente entre formas de trabalhar a espiritualidade, em nome de uma busca sempre renovada de experiências místicas. Nada mais coerente, portanto, que a inconstância e a volubilidade. A devoção a crenças e rituais se dá, geralmente, sob o signo da experimentação.

Itinerário indefinido, montado na travessia, o errante da nova era caminha solitário, raramente se une a procissões e, mais raramente ainda, identifica sua viagem a uma cruzada. Em certo sentido, deseja o repouso de uma adesão definitiva, de vínculos estáveis. Mas tende a reconhecer na própria busca a essência de sua utopia e a natureza de sua devoção.

O pêndulo da religiosidade, grosseiramente homogeneizada sob o rótulo precário “alternativa”, oscila entre movimento e repouso; solidão e comunhão; experiências fragmentárias e a idealização da unidade e do pertencimento.

É verdade que esses temas polares e a oscilação entre eles estão quase sempre presentes em nossa cultura. Exatamente por isso, cumpre destacar as formas específicas e os significados que adquirem no contexto do nomadismo religioso,⁹ característico do que denominamos misticismo ecológico. (Soares, 1994, p. 205)

Adiante:

É graças à mediação da cultura alternativa que os engajamentos religiosos, representativos da “nova consciência”, são percebidos e vividos como “trabalhos espirituais” que pontuam trajetórias, irredutíveis aos portos de baldeação e aos sentidos que cada um dos portos projeta sobre o itinerário, sua meta e o repouso [...]. Não está nas religiões a eventual novidade, mas no modo de relacionar-se com elas. (idem, p. 206)

Na sequência: “[...] a *bricolage* parece ser o modo de a ‘cultura alternativa’ realizar-se — inclusive a si própria” (idem, p. 207).

Alguns dos traços que minha pesquisa identificara na “cultura alternativa” se disseminariam por todo o campo religioso: a errância na sequência de escolhas e experiências, a *bricolage*, a pluralidade nos modos de relacionar-se com as religiões e suas instituições. Da perspectiva dos religiosos sem religião, cujo número cresce, não há

[9] Para interpretações mais recentes de fenômenos análogos, vale consultar Sanchis (1995), Amaral (2003), Novaes (2004), Hervieu-Léger (2005), Fernandes e Pitta (2006) e Coelho (2009).

mais a adesão a um sistema completo e coerente de crenças. Quem totaliza (se é que sente a necessidade de fazê-lo, conscientemente) é o fiel nômade e *bricoleur*, que tece experiências, descobertas, crenças, narrativas, imagens, mitologias, valores, comunhões provisórias e adesões parciais. Pode não haver o desejo de integrar os componentes rituais, valorativos e cosmológicos em totalidades sistêmicas, sendo suficientemente gratificante conviver com a série de crenças assistemáticas, colhidas na peregrinação existencial. Elas não necessariamente se incluem em estruturas coerentes, porque o importante é que se inscreveram no plano das extensões metonímicas, eventualmente interrompidas e retomadas. Esses cortes são editados pela narrativa que desfoca a religião e focaliza o indivíduo, para retornar à religião em seguida. O que conecta os pontos apartados pelo corte são o tempo e o percurso, é o sujeito (lugar de edição, cortes e montagem). Quando há saltos desse tipo, a visão de mundo do indivíduo cede lugar ao relato biográfico e aos testemunhos de passagens, visitas e vivências. Portanto, o destaque é o indivíduo. Eis a grande novidade. Com a ênfase em sua movimentação entre adesões e (re)conversões, destaca-se o viajante, o protagonista, o indivíduo dotado de subjetividade na qual se destilam as experiências que se traduzem em memória e narrativa. Os laços sociais e afetivos são também muito importantes, mas fazem parte do equipamento que o viajante transporta. Ele (ou ela) é o centro, a usina em que se forjam os hibridismos. Por isso, disse que o sincretismo — como lógica e procedimento — deslocou-se da cosmologia para a subjetividade, dos ritos e das crenças para o sujeito. Registre-se que o sujeito não só metaboliza significados e decisões, experiências e redes sociais, liberdade e compromisso, repouso e nomadismo, como constitui a si mesmo por meio da narrativa que dá os nós nas linhas de continuidade, puxa os fios e corta as pontas.

A análise do mestre Pierre Sanchis sobre o quadro identificado pelo Censo de 2010 parece confirmar essa hipótese:

Um dos grandes problemas religiosos do próximo século será o da relação do indivíduo com a instituição que lhe propicia uma identidade religiosa. Dizer-se católico ou umbandista, até proclamar-se evangélico, não será mais unívoco [...]. No caso de uma identidade tradicional, a situação está clara: continua-se aderindo a uma identidade, mas escolhe-se o conteúdo desta adesão [...]. E mesmo no caso de uma conversão, à medida que o tempo vai passando, a iniciativa individual na bricolagem de uma cosmovisão de fé e de um mapa de vida tende a se alargar. Neste sentido, as pesquisas deverão afinar as suas perspectivas. (Sanchis, 2012)

Em artigo publicado nos *Cadernos CERU*, diz-nos Sanchis:

Seria preciso encontrar a fórmula que conservasse a ambivalência analítica da situação. Uma adesão emocional profunda, não a uma religião, mas a uma “cultura enquanto religiosa”, já que está em jogo uma concepção de Deus e do gênero de relação que o homem deve cultivar em relação a Ele. Falência do(s) “sistema(s)”, mas presença de uma lógica subjetiva que redistribui as cartas, criando um cenário inédito. (Sanchis, 2008)

O que era alternativo nos anos 1970 referia-se sobretudo à juventude, ainda que não exclusivamente. Os alternativos nessa década eram grupos das camadas médias, críticos da ditadura e do que chamavam “sistema” — categoria análoga ao que os *hippies* norte-americanos denominavam *establishment* —, mas refratários ao engajamento político clandestino à esquerda. Herdeiros dos *beatniks* e dos movimentos libertários de 1968 ao redor do mundo, sintonizados com as lutas dos negros e das mulheres americanos, contrários à Guerra do Vietnã, cultores da natureza, da paz e do amor, avessos à carestia (o conservadorismo moral hipócrita) nos hábitos e no figurino, e ao confinamento da vida espiritual nas disciplinas burocratizadas das igrejas tradicionais, antipáticos à institucionalização do afeto e do sexo no matrimônio, céticos quanto a carreiras convencionais e projetos de vida burgueses, inimigos do materialismo consumista e da ordem capitalista, amantes da espontaneidade autêntica que a gramática das boas maneiras reprime, contrários ao que denominavam “racionalismo ocidental moderno” que subestima o corpo, adeptos de experiências extáticas e dispostos a alterar a consciência, ingerindo substâncias psicoativas, fiéis a medicinas alternativas, saberes esotéricos, práticas divinatórias, ioga, meditação e alimentação vegetariana, resistentes à vida urbana competitiva e repetitiva — em ambiente industrial onde reinam ambições e necessidades artificiais —, atraídos pela utopia comunitarista de um retorno às origens e da volta ao campo, encantados pela pureza primitiva, pela simplicidade romântica e pelo convívio com a natureza, sempre alerta contra a poluição que devasta o planeta Terra, representado pela deusa Gaia.¹⁰

Na década seguinte, anos 1980, os alternativos voltaram-se mais para o misticismo e a contemplação, afastando-se gradualmente de sua anterior vocação libertária radical. A conjuntura histórica mudava para melhor, na atmosfera política que se respirava, e os alternativos adaptaram-se, inventando maneiras de compatibilizar sua busca espiritual com o trabalho na sociedade de consumo. Reaproximaram-se da família burguesa, com reservas, e passaram a buscar um lugar ao sol no “sistema”. Afinal, era preciso pagar as contas no final do mês, os filhos nasciam e o pé na estrada já não preenchia a ânsia por uma vida saudável de novo tipo. A era de Aquarius frustrou esperanças escatológicas. Ninguém aguentava mais viver de improviso e gambiarra. O adjetivo

[10] Vale a pena consultar Magnani (1999), para uma interpretação do mundo “alternativo”, assim como Montero e Almeida (2000), Pierucci e Prandi (1996) e Pierucci (2004) para uma análise geral.

“alternativo” deixou de implicar separação da sociedade ou opção pela margem. Passou a significar soluções de compromisso e convívio com a ordem instituída — ainda que sob tensão. Paralelamente, parte do segmento *hippie* vinha sendo cooptado pelo canto de sereia do individualismo darwiniano neoliberal, metia-se no terno-e-gravata à imagem e semelhança dos pais, ou no *tailleur* das mães, e engolia em seco a ideologia *yuppie*, enquanto cheirava uma carreira de pó. Maconha (haxixe, cogumelos e LSD) e cocaína (álcool) eram totens de grupos opostos (quase sinais diacríticos), cujos membros, em alguma medida, provinham das mesmas camadas sociais (Velho, 1998; Soares, 2012).

São esses alternativos integrados, pós-*hippies*, mas firmes em seus valores, homens e mulheres críticos do “sistema” (não *yuppies*, portanto), embora capazes de sublimar sua disposição rebelde nos mergulhos místicos, que constituem os personagens para os quais a religiosidade pervasiva será vivida como errância e *bricolage*. Eles vão apurar a experiência da individualidade, trazendo para o coração da classe média brasileira, sobretudo jovem, a oportunidade de plantar os pilares da sacralização da pessoa como esteio dos direitos humanos. Os *yuppies* votariam em Fernando Collor para presidente. Esses *yuppies* estavam mais perto do individualismo liberal, contudo dessa tradição rejeitaram o legado humanista igualitário e retiveram a racionalização das desigualdades, a idealização do mercado e a idolatria do utilitarismo.

Nesse período que coincide com a etapa conclusiva da transição democrática, a década de 1980, há sem dúvida a expansão do segmento social que se identifica com os direitos humanos e a valorização plena da individualidade, mantendo-se equidistante das tradições religiosas. O que lhe importa e o que o caracteriza como grupo é a devoção à cultura democrática da cidadania. Desnecessário acrescentar que se trata de segmento minoritário, ainda que bastante influente.

Por outro lado, há os que saem da ditadura, defrontam-se com as transformações da sociedade, a globalização e a queda do Muro de Berlim, e buscam avidamente o rumo oposto ao da errância: um destino estável, uma identidade, um continente para sua insegurança, um lugar e um sentido. Ninguém interpretou tão bem quanto Pierre Sanchis essa conjuntura, os sentimentos que despertou e o movimento que inspirou:

Motivos assim sobrepostos: por um lado, coexistência de ofertas culturais dilacerantes, que opõem os indivíduos entre si e os dividem no interior deles próprios, por outro lado, uniformização tendencialmente compulsória, acaba produzindo simultaneamente, na condição pós-moderna, junto com a euforia da livre escolha e da autoconstrução das identidades, o vetor diametralmente oposto: uma procura das raízes, uma saudade das origens, um

refúgio no reconhecimento apaziguador de uma identidade que se proclama como recebida. Uma volta dos povos para a “sua cultura” (exatamente, aliás, quando os antropólogos põem em questão a existência desta). Uma cultura, no entanto, que não será mais simplesmente recebida, mas ativa e autonomamente escolhida, indissolivelmente reencontrada e “inventada”. Perfil de “resistência”, muitas vezes de “retorno”. Pode se discutir, por exemplo, o futuro da ideia de “nação” — para alguns, ameaçada, por dentro, pela reemergência de suas partes (as regiões), ou por fora, pela exigência de maiores conjuntos (federações ou uniões) — mas algo no mundo está hoje a remobilizar homens e mulheres, em geral em movimentos pacíficos de efervescência ideológica, mas às vezes até a violência, pela ressurgência, a difusão, o fascínio, às vezes a criação de uma referência grupal que signifique uma origem, uma tradição, uma terra, uma pertença: nação, cultura, etnia. E também religião. (Sanchis, 2008)

No campo religioso brasileiro nos anos 1980, dois impulsos opostos predominavam: a errância cujo centro era a individualidade, em busca da experiência espiritual, e a fixação identitária cujo centro era a comunhão coletiva e mesmo institucional, à procura do pertencimento. Registre-se que esses impulsos não se excluem, combinam-se. Toda a questão está em identificar qual deles predomina em cada caso. Ambos os impulsos intensificaram-se nos anos 1990, seguiram polarizando o dinamismo religioso na década seguinte e até hoje não cessam de produzir mudanças em um universo que, historicamente, parecia estabilizado sob ampla hegemonia católica. As características de cada tendência e o choque entre elas diversificaram as trajetórias de grupos e indivíduos, os tipos de adesão, as crenças, os valores, os ritos e os conteúdos que os fiéis emprestam à sua fé e a seus respectivos engajamentos. Portanto, o campo religioso vem se tornando mais diversificado e tem sido marcado pela expansão incessante das adesões evangélicas (correspondentes à valorização de identidades coletivas e do pertencimento) e pelo crescimento dos engajamentos múltiplos, simultâneos ou sucessivos (correspondentes à valorização do nomadismo individualizado).

A diversificação resulta também do crescimento do mundo evangélico, cuja evolução tradicionalmente segue a dinâmica da cissiparidade, ao contrário do que acontece no universo católico, cuja lógica predominante é a da absorção hierarquizante das diferenças sob a égide da unidade institucional, reproduzindo a supremacia dos estratos dirigentes.

Atentemos para o fato, destacado por Sanchis, de que, atualmente, mesmo a adesão a uma organização religiosa institucionalizada não garante uniformidade de crenças e valores nem permanência do vínculo. Eu acrescentaria a seguinte hipótese explicativa: a energia precipitada pela individualização é de tal modo potente que iman-

ta inclusive as estruturas que se destinam à fixação de lealdades e à homogeneização moral e teológica. Em outras palavras, o processo cultural brasileiro, histórica e politicamente moldado, vinha sendo marcado, até a grande crise que eclode em 2015, pela afirmação predominante de tendências democráticas, em todas as esferas da vida social. Nesse contexto, a individualidade vinha se tornando o principal alvo de investimento de valor e poder, tornando-se o espaço mais importante de experimentação das possibilidades oferecidas pela sociedade brasileira a seus membros, assim como o principal ativo social, porque gerador de protagonismo cidadão e empreendedorismo econômico e cultural. Necessitaremos de distância histórica para aquilatar os efeitos regressivos da crise e do fortalecimento do conservadorismo entre nós. Retornemos, porém, ao processo dominante, que caracterizou as últimas décadas.

Por mais estranho que pareça, as escavações tropicalistas na alma tradicional, abrindo espaço para o cuidado de si em versão contemporânea, e a construção de uma subjetividade de novo tipo cruzam o caminho da deriva religiosa rumo à individualização. O fenômeno não é o mesmo, nem o personagem individual que vem sendo gestado é o mesmo, mas a confluência em linhas gerais me parece inegável, ainda que os pontos de parada sejam distintos e os significados, contraditórios. Uma das rotas da navegação em busca de experiência religiosa pode conduzir a portos regressivos, cujos pilares sejam dogmas classificatórios e preconceitos violentos. Não há garantias nesses deslocamentos. Leituras unilaterais seriam equivocadas e induziriam a previsões insustentáveis.

O modelo da errância individualizada não exclui adesões de tipo evangélico, ainda que deixe sua marca forte sobre a natureza do vínculo porventura estabelecido e, portanto, sobre o próprio sentido que se empresta nesse caso ao verbo aderir, afastando-o do substantivo conversão.¹¹ A mediação se encontra no universo da autoajuda. Indivíduos caminhando sob neblina, acuados por pressões diversas, procuram na cultura da autoajuda a motivação e as orientações que os animem a seguir adiante, enfrentando as dificuldades com energia, sem se desesperar, aprendendo a valorizar-se e a decifrar os enigmas de um cotidiano complexo e opaco, segundo um vocabulário de manejo simples e compatível com quase qualquer tipo de formação anterior, nos mais variados graus de dificuldade. Assim como livros, programas e cursos de autoajuda, também algumas modalidades religiosas oferecem uma psicologia *prêt-à-porter*, um *kit* de ferramentas intelectuais de aplicação imediata e universal para a solução de conflitos. Em lugar de práticas divinatórias ou oráculos misteriosos, e mesmo de intermediações mágicas para a cura dos males,¹² que continuam prestigiados, mas não suprem todas as necessidades e correm o risco da infirmação no dia a

[11] Um exemplo interessante é analisado por Fonseca (2000).

[12] Para análises muito ricas sobre o lugar do mal (não só, nem principalmente, dos males) na sociedade brasileira, vale a leitura de Birman, Novaes e Crespo (1997).

dia, surgem e se disseminam as mais variadas fórmulas de autoajuda, inclusive e com destaque em alguns segmentos religiosos do universo evangélico, cuja pujança decorre da habilidade em fornecer, via TV ou em ritos presenciais, bússolas bastante acessíveis a todo tipo de interessado e mapas muito simples para uso rápido e direto.

Dois tipos de individualidades nômades percorrem o espaço religioso: aqueles que buscam o contato com a esfera extramundana, a experiência do sagrado, para elevar-se acima do materialismo e do imediatismo impostos pelo cotidiano, e aqueles que procuram orientação intramundana, porque precisam lidar com uma realidade cotidiana, material e imediata, mas também emocional e subjetiva, tremendamente desafiadora e em constante mudança — realidade tão precária quanto as novas relações de trabalho e tão efêmera quanto os relacionamentos amorosos de novo tipo e os novos arranjos familiares.¹³ Nesse sentido, a instrumentalidade da autoajuda e de suas versões religiosas corresponde a novas abordagens para problemas análogos aos que, no passado, suscitavam respostas curativas e divinatórias. Claro que não há substituição plena e irreversível de umas pelas outras, e sim variadas combinações. Mais uma vez, e weberianamente, trata-se de identificar predominâncias tendenciais e não optar por modelos descritivos unívocos, estáticos e mutuamente excludentes. Sobretudo, importa reter a centralidade do *indivíduo em trânsito* como o operador de decisões, o protagonista por excelência dessas distintas sagas religiosas. Além disso, vale sublinhar a continuidade entre as dúvidas e a ansiedade vividas por atores sociais diante de dilemas práticos em uma sociedade dinâmica que se complexifica — atravessada por contradições e violência, exploração e iniquidades, mas também caracterizada por promessas de salvação e oportunidades de superação — e a cultura da autoajuda em seu conjunto, laica ou religiosa, as diferenças sendo nesse caso talvez menos relevantes do que as similitudes.

Em outro estudo que realizei na passagem da década de 1980 para a de 1990, identifiquei algumas características do que se passava no campo religioso brasileiro que me pareciam extremamente importantes e originais, e projetei consequências benéficas da “guerra santa” dos evangélicos pentecostais, especialmente a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, contra a religiosidade afro-brasileira, mas a história subsequente demonstrou que eu estava errado. Os efeitos foram desastrosos. Naquele momento, como hoje, as organizações religiosas que mais cresciam eram exatamente aquelas que provocavam a guerra. O resultado tem sido devastador para as tradições afro-brasileiras, alvo de perseguições, estigmas e acusações que chegam ao cúmulo de violar direitos e se manifestar de formas fisicamente violentas.

[13] Os conceitos *intramundano* e *extramundano* foram originalmente concebidos por Max Weber em seus estudos sobre as religiões mundiais (1991; 2010).

Contudo, as características que descrevi permanecem atuais e relevantes. Ousaria dizer que sua identificação é indispensável para o conhecimento dos processos em curso na esfera religiosa. Cito trecho da análise publicada em 1993:

O exorcismo (realizado nos templos da Igreja Universal do Reino de Deus, em determinadas etapas de seus rituais) constitui o momento crucial do confronto; e a exibição de sua face verdadeiramente dramática [...]. Por seu intermédio, os pentecostais expulsam os demônios da vida dos fiéis em processo de conversão e afirmam seu domínio religioso no embate entre o bem e o mal. O extraordinário é que, representando a culminância da luta contra o “povo do santo” ou, mais exatamente, contra sua fé “espúria” (“ilusão”; “ignorância”; “obra do demônio”), atualiza uma integração orgânica com o antagonista, orquestrando uma espécie de harmonia contrapontística. Orando com o inimigo, poder-se-ia denominar, com alguma ironia, este impressionante paradoxo [...].

Em meio à cerimônia religiosa dos santos guerreiros em luta contra os dragões (espirituais) da maldade, conversões são declaradas, estilizando-se uma tradição cara a Igrejas reformadas. Ocorrem aí os notáveis episódios de exorcismo, em que as entidades da Umbanda são invocadas para serem detratadas e reenviadas ao inferno, de onde não deveriam voltar a perturbar a boa alma recuperada. O “cavalo” volta a sê-lo pela última vez e a incorporação é vivida com enorme sobrecarga de emoções. A intensidade resulta da sobreposição de dois movimentos, em si mesmos plenos de som e fúria: o “santo” é recebido e, a seguir, expulso. O esforço da convocação e da abertura indispensável à acolhida é acompanhado de uma reação violenta à própria incorporação e de uma luta desesperada contra o “santo” e tudo o que ele significa. Crenças, relações, práticas, rotinas, valores e linguagens são suprimidos no ritual que recusa o passado, inverte o sinal de antigas fidelidades e exige a reconstrução retrospectiva da biografia moral. É de alternância que se trata.

Suprimidas e negadas, mas reconhecidas, mencionadas, incorporadas. Este ponto é decisivo: o pentecostalismo exige a pureza doutrinária e rejeita práticas e crenças que as camadas populares cultivam sobretudo na umbanda, na quimbanda, no candomblé. Entretanto, invocam as presenças de Exu e Pombagira nos rituais de exorcismo que promovem. [...] Em outras palavras, a existência das entidades espirituais que povoam os credos afro-brasileiros é reconhecida [assim como] as performances corporais dos ritos de incorporação [...].

Há, na guerra santa brasileira em curso, um diálogo, ainda que áspero, com as crenças criticadas e seus objetos são tidos como reais. [...] A continuidade entre os planos representados pelos universos simbólico-axiológicos em confronto constitui a característica mais importante do conflito, responsável inclusive pela determinação de sua natureza sociológica, que poderia ser

assim definida: neste caso, o conflito separa com radicalidade para unir, estabelecer relações, construir pontes, fundar as bases de uma nova experiência de sociabilidade, identificada por um renovador igualitarismo, associado a uma postura cultural excludente e diferenciadora, oposta à nossa tradição inclusiva e neutralizadora de diferenças, que o sincretismo expressa de modo ímpar. (Soares, 1993, pp. 204-5)

Algumas páginas adiante, depois de sublinhar a origem social dos pastores e o sistemático recrutamento de lideranças religiosas nas classes populares, a análise concluía o seguinte:

No plano da religiosidade, os brasileiros pobres começam a prescindir da direção católica, da hegemonia tradicional que se exerce, fundamentalmente, no plano simbólico. Pentecostais ou não, os evangélicos crescem, empurrando o próprio catolicismo para a via carismática, no afã de recuperar o tempo (e as almas) perdido (as). A população pobre começa a descobrir uma nova linguagem e uma outra forma de disciplina, outra maneira de conceber a ordem do mundo e de experimentar a subjetividade, valores distintos, perspectivas diferentes. Lutando contra seus próprios pares, do ponto de vista da estrutura de classes, vivem seus desígnios e identificações com ardor inusitado, tomando-se mutuamente como referência e invertendo a ordem brasileira multissecular: o igualitarismo segmentar popular substitui o patrimonialismo e a verticalidade estamental. As implicações políticas desse processo não devem ser subestimadas. Quando elites deixam de dirigir a cultura, correm o risco de ceder o comando político. (Idem, pp. 213-4)

Contemplando, hoje, retrospectivamente, os mais de 25 anos que me separam da publicação daquelas reflexões, concluo que a interpretação otimista se equivocou, mas o diagnóstico de fundo mostrou-se correto.¹⁴ O deslocamento da hegemonia católica prosseguiu e intensificou-se, e de fato proporcionou uma interação mais direta, menos tutelada, entre os segmentos populares. Não por acaso, conforme a previsão, o igualitarismo vinha sendo a tônica, crescentemente, na consciência popular, pelo menos até a irrupção da crise. O erro do prognóstico estava em supor que a interação igualitária, tensionada pela “guerra santa”, promoveria naturalmente o equilíbrio, o reconhecimento recíproco e o convívio pacífico nas diferenças, induzindo à geração democrática de novos mediadores, egressos dos próprios grupos envolvidos no conflito. Nada disso: igualdade sem mediações redundou em intensificação do confronto, que visa extinguir o polo fragilizado, o afro-brasileiro. O desdobramento belicoso deveu-se provavelmente à importância estratégica que a oposição a um Outro significativo (no caso, à umbanda) assumiu para a formação da identidade e para a coesão interna dos grupos evangélicos. Em certo sen-

[14] Creio não abusar da liberdade interpretativa se tomar as seguintes afirmações de Ronaldo de Almeida como a confirmação da atualidade de minha tese: “O culto de libertação, portanto, pode ser lido como uma inversão simbólica dos rituais encontrados nos terreiros. Logo, se por um lado a relação entre os universos religiosos está fundada sobre uma situação inicial de oposição e de confronto, por outro a Igreja Universal não deixa de reconhecer a veracidade do que ocorre na Umbanda e no Candomblé. Assim, o reconhecimento garante que a possessão efetivada num terreiro se reproduza também no templo; contudo, no templo, a ‘manifestação’ das entidades tem a função de revelar as estratégias do diabo para a escravização espiritual, física e material do homem” (Almeida, 2009, p. 105). Em outra passagem: “A Igreja Universal acabou estabelecendo [...] uma continuidade entre o ritual de incorporação das entidades e o ritual de exorcismo. Inversão e continuidade que se caracterizam pela aceitação do que ocorreu no terreiro como verdadeiro [...]” (p. 112). Mais um trecho: “Acima de tudo, o confronto simbólico é mais acentuado com as religiões afro-brasileiras. A hipótese deste trabalho é de que, nesse processo de confronto, a Igreja Universal constituiu-se em relação ao universo simbólico de seus adversários, ficando parecida com as religiões combatidas” (p. 57; consultem-se também pp. 83 e ss., e 93 e ss.).

tido, mais importante do que combater as tradições afro-brasileiras era combater. Como se sabe, a coesão interna de um grupo não raro depende da rivalidade com outros grupos. Além disso, quanto mais intensa a hostilidade, mais vigoroso tenderá a ser o gregarismo interno. Portanto, a dialogia eu-tu não prosperou nesse terreno. Por outro lado, a hostilização ostensiva associada ao estabelecimento de pontes e de uma realidade comum terá sido fundamental para o sucesso do recrutamento de adeptos. Como afirmara na primeira parte deste texto, o empreendedorismo é condição *sine qua non* para que condições de possibilidade e fatores facilitadores se transformem em realidade. No campo religioso, a competência empreendedora corresponde à aptidão para o proselitismo. Estou me referindo a algo maior que liderança e talento persuasivo: estratégias de sedução que combinem verossimilhança das crenças e linhas de continuidade com a adesão anterior, nas quais a ruptura faça sentido, infundindo inteligibilidade e coerência às mudanças. Além disso, são necessários outros ingredientes: liturgias atraentes em que emoções, música e o movimento integral do corpo participem. Porém, nada é mais importante, nesse universo de adesões religiosas, do que a garantia de que a organização do grupo ofereça acolhida a seus membros em dificuldade e funcione como uma rede confiável de cooperação em todos os níveis para os indivíduos e suas famílias.

Em resumo, as transformações que vêm ocorrendo no campo religioso brasileiro nos últimos trinta anos, pelo menos, inscrevem-se nas grandes mudanças pelas quais vem passando a sociedade brasileira, no centro das quais se encontra a grande migração, contraface do processo de urbanização acelerada que virou o país de cabeça para baixo. As principais alterações verificadas no plano religioso são provavelmente as seguintes: (a) a diversificação de um universo que antes se caracterizava por certa homogeneidade; (b) o dinamismo em lugar da estabilidade anterior; (c) o declínio da ampla e tradicional hegemonia católica; (d) a expansão veloz e em grande escala, sobretudo nas camadas mais pobres da população,¹⁵ do pentecostalismo evangélico, conjunto heterogêneo que impactou o próprio catolicismo, provocando a valorização do segmento católico carismático; (e) a centralidade dos rituais-espetáculo e da mediatização da fé, transformando pastores estrelas e padres cantores (e escritores) em fenômenos pop; (f) o crescimento do grupo dos sem religião, que prefiro definir, assim como Pierre Sanchis e outros pesquisadores, como o grupo dos sem Igreja, sem vínculos permanentes institucionalizados, entretanto interessados em práticas espirituais e pertencentes ao universo religioso; (g) a valorização da individualidade e de seus trajetos no campo religioso, em busca de experiências místicas e contato com o sagrado, gerando múltiplas adesões ou adesões sucessivas, e mudando o sentido que

[15] Ronaldo de Almeida observa essa concentração do crescimento evangélico entre os mais pobres, comparando os censos de 1991 e 2000, na Região Metropolitana de São Paulo (Almeida, 2009, p. 41). O censo de 2010 parece confirmar suas conclusões e justificar sua generalização. Consulte-se também, do mesmo autor, “Religião na metrópole paulista” (2004). Para uma refinada e profunda apresentação geral do quadro religioso brasileiro contemporâneo, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, vale consultar Mafra e Almeida, 2009.

se atribuía no passado à adesão a uma Igreja ou a uma religião; (h) os cruzamentos entre a cultura da autoajuda e a procura espiritual, deslocando, ainda que não substituindo, as práticas terapêuticas alternativas e divinatórias; (i) a constituição de um terreno comum entre universos religiosos populares em conflito, promovendo as diferenças sobre o pano de fundo da igualdade, ainda que a guerra entre evangélicos e adeptos da umbanda não tenha sido obstada por isso e que seus efeitos deletérios para as tradições afro-brasileiras continuem a se produzir; (j) a predominância de escolhas religiosas intramundanas, que não excluem as opções extramundanas, mas as redistribuem no campo ou revogam sua antiga centralidade; (k) o fortalecimento de redes sociais de apoio mútuo entre os evangélicos; (l) a conjugação histórica nas últimas duas décadas entre as promessas intramundanas das teologias da prosperidade e o desenvolvimento econômico, envolvendo a redução da pobreza e a elevação da renda para os mais pobres. A conjugação é posta em xeque pela crise econômica e política que emerge em 2015.

Para facilitar a compreensão do último item, que me parece decisivo e talvez insuficientemente destacado, passo a descrever seus pressupostos e suas consequências, recapitulando o enredo desde o começo.

Bombardados pela desconcertante realidade dos anos 1970 e 1980 — vividos, a maior parte do tempo, sem democracia e sob crescente crise econômica — que incidiu sobre suas sensibilidades coletivas em transição, e ainda em busca de novas narrativas que dessem conta de sua acidentada história recente, os segmentos populares não pareciam suficientemente atendidos pelos repertórios religiosos disponíveis.¹⁶ A grande narrativa católica talvez se revelasse incapaz de suscitar uma postura apta a fruir o que a vida — como ela era — oferecia, enfrentando-se as dificuldades para vencê-las, em vez de resignar-se. A versão tradicional tendia a ser interpretada como um estímulo a aceitar o sofrimento como forma de purgar os pecados e, sacrificando-se, alcançar a salvação espiritual. A versão progressista, inspirada na teologia da libertação, propunha um posicionamento ativo, cujo fundamento era a crítica da sociedade capitalista e a recusa à vida como ela era, ao mundo como se apresentava. Nos dois casos, o fiel popular era descrito como vítima, seja do enigmático capricho divino, seja da exploração econômica. As diferenças diziam respeito ao dilema: conformar-se ou empenhar-se na mudança? Observe-se que, no credo socialista da teologia da libertação, não se tratava de mudança das condições objetivas de vida, mas de transformação das estruturas que determinavam a existência de tais condições, o que envolveria a renúncia aos bens materiais, aos valores materialistas e consumistas, e aos critérios de julgamento sobre a realização pessoal desejável. Essa grande mudança só seria alcançada coletivamente.

[16] As reflexões sobre as vantagens de opções religiosas intramundanas para a massa da população e sua coincidência histórica com a ampliação de oportunidades, conferindo verossimilhança às crenças, foram incluídas, em versão anterior, em meu ensaio “Raízes do imobilismo político na segurança pública” (Soares, 2013).

Na versão católica tradicional, a redenção dá-se no reino do espírito, fora do mundo material. Na versão heterodoxa politicamente engajada, a salvação dá-se fora do mundo materialista. Em ambos os casos, os símbolos estratégicos focalizam renúncia e vitimização, insinuando a necessidade de que se recuse a vida como ela é, ou como ela era aos olhos dos fiéis mais pobres. Em um caso, seria preciso morrer em graça para alcançar a recompensa eterna. No outro, seria necessário fazer a revolução, o que não estava no horizonte histórico biográfico de ninguém. O fato constante em ambas as narrativas teológicas era a inviabilidade da realização pessoal neste mundo, nesta vida, qualquer que fosse o sentido que se atribuísse à ideia de realização. Para quem sofre carências de todo tipo, é desolador negar que haja possibilidade de mudanças no tempo que o destino concede à vida individual.

Por outro lado, faltava à cultura cívica laica o encantamento profético do carisma, fonte de promessas e esperanças. Não viriam dessa outra fonte, portanto, garantias que justificassem a esperança em uma redenção intramundana.

Sem prejuízo de todos os fatores previamente discutidos, talvez esteja aí a principal razão para a emergência de um dos fenômenos mais importantes na cultura popular brasileira das últimas décadas: a revolução no campo religioso, em especial a adesão em massa a igrejas evangélicas.¹⁷ A despeito da imensa diversidade escondida sob um mesmo título — de resto já suficientemente complexificado na análise que expus —, arrisco uma hipótese interpretativa sintética: o trabalhador, sobretudo a trabalhadora que assume a liderança familiar, onerada pela multiplicidade de obrigações domésticas e profissionais, precisa contar com uma narrativa que atribua sentido positivo, afirmativo, ao mundo real e à vida como ela é, de tal modo que as eventuais conquistas sejam percebidas como acessíveis em seu tempo de vida útil. Precisa contar a si mesma uma história em que não figure como vítima, na qual os objetos de seu desejo não sejam depreciados, em que atue como protagonista e mereça reconhecimento. Precisa de uma crença que a impulsione para dentro do mundo e a reassure. Precisa que a vida como ela lhe aparece não seja reduzida a uma torpe indignidade dos poderosos ou a uma arbitrária e malévola maldição divina. Se a vida material — o dinheiro e os bens materiais — for maculada, o indivíduo e sua família estarão inapelavelmente conspurcados enquanto viverem. Ou, na clave revolucionário-sebastianista: enquanto a grande mudança não vier. Pois bem, a salvação neste mundo, a possibilidade de realização pessoal ainda em seu tempo de vida útil, a chance de tocar a felicidade, tudo isso lhe é facultado pela Teologia da Prosperidade difundida no mundo evangélico pentecostal.

Essa leitura faz do mundo evangélico uma grande conspiração conservadora? Não necessariamente, ainda que as religiões intramunda-

[17] É preciso destacar a importância histórica, para o conhecimento desse fenômeno, do Censo Institucional Evangélico, publicado em 1993 pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser), sob coordenação de Rubem César Fernandes. Os números surpreenderam, à época: em 1992, já havia quase 3.500 espaços de culto, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e se registravam, a cada semana, oito novas organizações religiosas. Não por acaso, o estado do Rio de Janeiro é aquele em que o crescimento evangélico tem sido o mais pronunciado, segundo os dados do IBGE relativos a 2010.

nas sejam, por sua natureza, mais próximas da ética do trabalho e das orientações pragmáticas, como nos ensinou Max Weber. Tudo se passa como se parte expressiva do povo brasileiro dissesse a si mesma: se o capitalismo veio para ficar, joguemos o jogo e empreguemos seu vocabulário, desde que amparados por parâmetros morais que imponham limites aos apetites vorazes, à soberba, à ostentação e ao abuso dos outros. Afinal, talvez o dinheiro nem sempre seja sujo e “vencer na vida” não seja uma blasfêmia competitiva e egoísta. Respondamos à dubiedade do Estado — que proclama a igualdade de todos perante a lei e pratica a mais despuorada iniquidade — com nossa postura severa e reta. Enfrentemos a plasticidade de situações informais e amorfas, tão próprias às manipulações iníquas, com o rigor de nossa disciplina. Não nos detenhamos, porém, à espera da redenção utópica, nem nos postemos à beira do caminho clamando por piedosa indulgência e caridade paternal: avancemos para o interior desse mundo com nossa energia e muita ambição. É provável que o exorcismo, envolvendo possessão, como forma de combate à umbanda guarde relação com a natureza intramundana da religiosidade evangélica — refiro-me em particular à Igreja Universal. O diabo dá as caras no centro do ritual, no meio do povo de Deus, sob o disfarce de uma ou outra entidade. Para uma religião que fala a linguagem deste mundo, que negocia os caminhos deste mundo, é importante que o mal esteja encarnado. Vencê-lo ou expulsá-lo requer um enfrentamento direto no espaço e no tempo deste mundo.

Nem tudo foi fruto da virtude no sucesso evangélico. O tempero foi espargido pela fortuna, tornando a crença intramundana saborosamente verossímil: crescimento econômico, redução da pobreza, aumento da renda, expansão das oportunidades, acesso ao consumo e disseminação de expectativas favoráveis. Se a promessa de prosperidade não encontrasse estruturas de plausibilidade na vida real, talvez o balão desinflasse, perfurado por ceticismo e desânimo. No entanto, uma corrente benfazeja soprou por aqui, até 2015. O que era hipótese desejável tornou-se projeto realista. O dízimo valeu a pena. Os sacrifícios não foram em vão. Nada levaria a crer que sobreviesse alguma reversão inesperada no fluxo de adesões à Teologia da Prosperidade na diversidade de suas versões, enquanto a vida levasse adiante o sonho de virar cidadão pleno. Ocorre que a grave crise pela qual o Brasil vem passando desde 2015 impôs uma inflexão no ciclo socioeconômico ascendente: o desemprego explodiu, a pobreza avançou. Veremos até que ponto a popularidade da Universal resiste ao abalo em suas estruturas empíricas de plausibilidade. Por outro lado, quem sabe a crise torne ainda mais importantes os vínculos comunitários de solidariedade?

O grande desafio para os católicos será combinar valores sociais com expectativas intramundanas sem abdicar da crítica ao estado

das coisas na vida como ela é. É possível aderir a seu tempo e cultivar esperanças intramundanas sem fazer dessa adesão compromisso com iniquidades?

Dessa visão de mundo que conquista mais adeptos a cada dia no meio popular, na nova classe média, nas camadas médias tradicionais, deriva um clamor por ordem, estabilização de expectativas, respeito a contratos e regras do jogo, de que a segurança pública constitui o conceito e a síntese prática.

A meu juízo, seria um equívoco de grandes proporções deduzir daí um suposto caráter conservador desses grupos sociais. Primeiro, porque esse caráter não pode ser objeto de dedução com base em condições já consolidadas: ele é objeto de disputa no espaço da política e da cultura política. Por isso mesmo, não é propriamente um caráter ou uma característica intrínseca ao personagem ou a suas condições históricas. Tudo vai depender das interpelações que os atores políticos lhes souberem dirigir, dos diálogos que estabelecerem com eles, que serão mais ou menos fluentes e bem-sucedidos conforme a compreensão de seus valores, expectativas e trajetórias. O projeto “vencer na vida fazendo força” pode implicar adesão acrítica ou participação crítica no sistema político-econômico, e essa distinção faz toda a diferença. Não é nada sutil. O que parece fora de cogitação é a hipótese de que esses grupos venham a se mostrar receptivos a imaginários políticos utópicos, isto é, extramundanos, ou mesmo a linguagens políticas sectárias, que confundam a crítica a iniquidades — as quais traem as próprias regras do jogo constitucionais — com a recusa de “tudo isso que está aí”. O discurso que desqualificar a ideia de vencer na vida no sistema vigente estará ameaçando as bases da ética religiosa intramundana que dá a liga a esses grupos e os impulsiona a seguir vivendo, enfrentando toda sorte de dificuldades. A ânsia por ordem tem as mais diferentes acepções e as escolhas entre elas estão abertas, à espera do processo e da sensibilidade dos empreendedores políticos. Assim como a segurança pública, a ordem desejada pode ou não ser compatível com os direitos humanos. À política e ao dinamismo criativo da cultura, a última palavra.

É curioso observar que a individualidade não se afirma apenas entre os andarilhos da “nova era” ou das religiosidades alternativas, nem apenas entre os errantes que experimentam diferentes religiões institucionalizadas, optando provisoriamente por alguma ou combinando algumas, como um sujeito sincrético, em lugar do antigo fiel cuja crença era sincrética. A individualidade também se constitui no âmbito evangélico pentecostal na medida em que se abraça a religiosidade intramundana. Afinal, o mundo de que se trata é regido pelo individualismo igualitário de raiz liberal, ao menos formalmente, normativamente e cada vez mais na vida real, graças à democratização

participativa cidadã, recentemente bloqueada. Quanto mais o evangélico investe com realismo pragmático no mundo, mais contagiante torna-se o individualismo, o qual, como sabemos, se bifurca em egoísmo utilitário e experiência de autonomia, sintonizada com os princípios que constituem o eixo dos direitos humanos.

Mais um fator a ponderar quando se analisa o sentido da ordem desejada: os direitos humanos e a crença na dignidade da pessoa serão incorporados? Ou essa ordem aceita o convívio com a barbárie? De novo, à política e à criatividade da cultura a resposta. Essa ordem idealizada ainda não existe. Será construída, ou poderá sê-lo. Será, portanto, o que a sociedade, com todas as suas contradições, puder fazer.

Em síntese, mesmo não sendo correto o reducionismo que considera todo esse universo pentecostal conservador, é verdade que as linhas principais apontam para limites às mudanças. Ocorre que, paralelamente, avança a individualidade, o que implica dizer: estão lançadas sementes de transformações muito mais profundas.

LUIZ EDUARDO SOARES [<https://orcid.org/0000-0001-6900-0250>] é professor aposentado do Instituto de Ciências Sociais da UERJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Ronaldo de. *A universalização do Reino de Deus*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — IFCH/Unicamp, Campinas, 1996.
- . “Religião na metrópole paulista”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Edusc/Anpocs, v. 19, n. 56, out. 2004.
- . *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- Amaral, Leila. “Deus é pop: sobre a radicalidade do trânsito religioso na cultura popular de consumo”. In: Siepierski, Paulo D.; Gil, Benedito M. (orgs.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 97-108.
- Birman, Patrícia; Novaes, Regina; Crespo, Samira (orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.
- César, Waldo. “Urbanização e religiosidade popular: um estudo da função da doutrina pentecostal na sociedade urbana”. *Revista de Cultura*, Petrópolis, n. 7, 1974.
- Coelho, Lázara Divina. “Trânsito religioso: uma revisão exploratória do fenômeno brasileiro”. *VoxFajãe: Revista de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas da Fama*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009.
- Fernandes, Rubem César. *Censo Institucional Evangélico*. Rio de Janeiro: Iser, 1993.
- Fernandes, Sílvia Regina; Pitta, Marcelo. “Mapeando as rotas do trânsito religioso no Brasil”. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, pp. 120-54, 2006.
- Fonseca, Alexandre Brasil. “Nova era evangélica, confissão positiva e o crescimento dos sem-religião”. *Numen*, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, 2000.
- Franco, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- Hervieu-Léger, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- Ingold, Tim. *The Perception of Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. Londres: Routledge, 2000.
- Jacob, Cesar Romero (org.). *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2003.
- . *Religião e sociedade em capitais brasileiras*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2006.
- Machado, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- Mafra, Clara; Almeida, Ronaldo (orgs.). *Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- Magnani, José Guilherme. *Mística urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neoesotérico na metrópole*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- Martins, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Mauss, Marcel. *Antropologia e sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 2 v.

Recebido para publicação
em 28 de janeiro de 2019.
Aprovado para publicação
em 28 de fevereiro de 2019.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

113, jan.–abr. 2019
pp. 85-107

- Mesquita Neto, Paulo. *Ensaíos sobre segurança cidadã*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- Montero, Paula; Almeida, Ronaldo de. "O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas". In: Rattner, Henrique (org.). *Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: Edusp, 2000.
- Novaes, Regina. "Os jovens 'sem religião': ventos secularizantes, 'espírito de época' e novos sincretismos — Notas preliminares". *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA-USP, "Dossiê: Religiões no Brasil", n. 52, dez. 2004.
- Passos, João Décio. "Pentecostalismo e modernidade: conceitos sociológicos e religião popular metropolitana". *Núres*, São Paulo, PUC, ano 2, n. 2, 2006. Disponível em: http://www4.pucsp.br/nures/revista2/artigos_joao_decio.pdf.
- Pierucci, Antônio Flávio. "Bye bye, Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000". *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA-USP, v. 18, n. 52, pp. 17-28, 2004.
- Pierucci, Antônio Flávio; Prandi, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Rolim, Marcos. *Asíndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- Sanchis, Pierre. "O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões?". In: Hoornaert, Eduardo (org.). *História da Igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995)*. Petrópolis: Vozes; Cehila, 1995.
- _____. "Cultura brasileira e religião, passado e atualidade". *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 19, n. 2, 2008.
- _____. "Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas". Entrevista a Thamires Magalhães. *IHU On-Line*, São Leopoldo, n. 400, 27/8/2012.
- Santos, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.
- Saviano, Roberto. *Zero, zero, zero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Soares, Gláucio Ary Dillon. *Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- Soares, Gláucio Ary D.; Saporì, Luís Flávio. *Por que cresce a violência no Brasil?*. São Paulo: Autêntica, 2014.
- Soares, Luiz Eduardo. "Dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil: a guerra dos pentecostais contra afro-brasileiro". In: *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- _____. "Religioso por natureza: cultura alternativa e misticismo ecológico no Brasil". In: *O rigor da indisciplina: ensaios de antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. "Violência e invisibilidade social". In: Novaes, Regina; Vanuchi, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- _____. *Tudo ou nada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- _____. "Raízes do imobilismo político na segurança pública". *Revista Interesse Nacional*, São Paulo, ano 5, n. 20, jan./mar. 2013.
- Soares, Luiz Eduardo; Guindani, Miriam. "O caso de Porto Alegre". In: Sento-Sé, João Trajano (org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- Souza, Beatriz Muniz. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969.
- Velho, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- Weber, Max. *Economia e sociedade*, v. 1. Brasília: Ed. UnB, 1991.
- _____. *Sociologia das religiões*. São Paulo: Ícone, 2010.
- Zaluar, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.





NEOLIBERALISMO

Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010006>

DANIEL PEREIRA ANDRADE*

RESUMO

Diante da aceleração das reformas neoliberais que se seguiu à crise financeira de 2008 e aos “movimentos das praças”, o presente artigo procura compreender a relação do neoliberalismo com as crises econômicas e políticas na democracia liberal. A governamentalidade neoliberal instrumentaliza as crises de modo a reforçar seu dispositivo de poder, impossibilitando a transição para outro regime de acumulação e convertendo a instabilidade em estado crônico.

PALAVRAS-CHAVE: *neoliberalismo; governamentalidade; crise econômica; crise de representatividade democrática; governo pela crise.*

Neoliberalism: Economic Crisis, Crisis of Democratic Representativeness and Strengthening of Governmentality

ABSTRACT

Considering the acceleration of neoliberal reforms after the 2008 financial crisis and the “movement of the squares”, this article seeks to understand the relationship between neoliberalism and economic and political crises in liberal democracy. Neoliberal governmentality instrumentalises crises in order to reinforce its power device, making a transition to another regime of accumulation impossible and converting the instability into a chronic condition.

KEYWORDS: *neoliberalism; governmentality; economic crisis; democratic representativeness crisis; government by crisis.*

[*] Fundação Getulio Vargas, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: dpaaa@hotmail.com.

O neoliberalismo não morreu com o colapso financeiro de 2008 nem com os protestos internacionais que lhe seguiram. Contrariando o prognóstico de diversos intelectuais e jornalistas (Mironowski, 2014, pp. 30-3; Peck; Theodore; Brenner, 2012a, pp. 61-4), ele não apenas sobreviveu como se aprofundou e acelerou o ritmo de suas reformas. Eis, então, uma situação singular em que há crise econômica e de representatividade política, mas não de governamentalidade; nela, o dispositivo geral de poder parece se fortalecer fazendo uso das demais crises.

A percepção de que a racionalidade política neoliberal instrumentaliza as crises não é nova. Perry Anderson (1995, p. 21) narra uma história exemplar ocorrida ainda em 1987, quando era consultor do Banco Mundial em missão no hemisfério sul. Segundo Anderson:

um amigo neoliberal da equipe [...] confiou-me que o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta — como a maioria dos funcionários do Banco Mundial tolamente acreditava —, mas uma taxa de inflação demasiado baixa. “Esperemos que os diques rompam”, ele disse, “precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta nesse país”.

Fórmula parecida foi retomada depois da crise de 2008, mas dessa feita no centro do capitalismo mundial. Diante da explosão da dívida pública de alguns países europeus, a OCDE publicou um documento em que propôs, segundo Dardot e Laval (2016), um verdadeiro “manual de uso” político da crise, de modo a contornar as resistências políticas e morais aos ajustes estruturais. Segundo o documento:

As grandes crises não são confortáveis para os responsáveis políticos, mas elas podem favorecer as mudanças. Estudos da OCDE indicam que um gap de produção (a diferença entre produção efetiva e potencial) de 4% aumenta em quase um terço a probabilidade de uma grande reforma estrutural. Foi uma crise marcada por recessão, por uma espiral descendente de salários e por déficits consideráveis que precipitou as mudanças nos Países Baixos nos anos 1980 e no Canadá e na Finlândia no início dos anos 1990, quando as finanças públicas estavam em um impasse. A morosidade da economia também impôs reformas ao Japão. O caso da Europa é instrutivo. Os países que tocaram reformas profundas e difíceis, como a Dinamarca, a Irlanda, os Países Baixos e o Reino Unido, mostram a importância das crises para suscitar apoio às reformas e fazê-las avançar. (OCDE apud Dardot; Laval, 2016, pp.169-70)

A mesma instrumentalização neoliberal parece valer para crises de representatividade política. O caso do governo brasileiro sob Michel Temer é paradigmático nesse aspecto. O presidente afirmou no final de 2016: “Estou aproveitando essa suposta baixa popularidade para tomar medidas impopulares, que, caso contrário, não tomaríamos” (Castro, 2017). Membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, como o publicitário Nizan Guanaes e a empresária Luiza Trajano, também propuseram que se aproveitasse a reduzida popularidade do governo para levar as reformas adiante, pois a despreocupação com isso facilitaria a aprovação delas (BBC

Brasil, 2017; *Época Negócios*, 2016). Livre da “jaula” da popularidade (Guanaes em *Época Negócios*, 2016), o governo pôde deixar de ser um “cartório carimbador de opiniões de parte da sociedade” para assumir, segundo Rodrigo Maia, “a defesa da agenda do mercado” (Amorim, 2017; Agostine; Mendonça, 2017). Como o presidente da Câmara dos Deputados afirmou em discurso proferido no Fórum de Investimentos Brasil 2017:

A agenda da Câmara, em sintonia com a do presidente Michel Temer, tem como foco o mercado, o setor privado [...]. A agenda da Câmara é de reformas. [...] Em pouco tempo teremos nova legislação trabalhista e novo sistema de previdência para dar tranquilidade a quem quer investir no Brasil. (Agostine; Mendonça, 2017)

A crise de popularidade se apresenta como ocasião propícia para radicalizar o neoliberalismo, sempre em nome de respostas emergenciais à crise econômica. Por isso, a despeito de 95% dos brasileiros considerarem que o governo está no rumo errado e de Temer bater recordes sucessivos de rejeição,¹ as reformas seguem adiante. Mais que isso, inverte-se a equação democrática, e as eleições de 2018 são apresentadas por economistas e empresários como uma ameaça às reformas (Martins, 2017).

Diante desse cenário nacional e global, o presente artigo tem por objetivo distinguir teoricamente três tipos de crise: econômica, de representatividade política e de governamentalidade. O propósito é mostrar, com base na bibliografia contemporânea, o arranjo singular que há entre as crises e a racionalidade política neoliberal. Na primeira parte do texto, analiso como as ciências sociais definem o neoliberalismo, esclarecendo a opção pela via da “economização”. Na segunda parte, apresento a hipótese, em seguida matizada, de que o neoliberalismo estaria passando por uma crise orgânica no sentido gramsciano, com uma dimensão econômica e outra de representatividade política. Defendo, então, a hipótese de que a crise de governamentalidade é relativamente autônoma em relação à crise econômica (parte três) e de que esta última (parte quatro), bem como a crise de representatividade (parte cinco) não põem em xeque o neoliberalismo como arte de governo, mas antes são instrumentalizadas por ele. Na parte final, analiso algumas consequências do uso das crises pelo neoliberalismo e as dificuldades que ele impõe à transição política para um novo regime de acumulação.

O QUE É O NEOLIBERALISMO? MERCADORIZAÇÃO × ECONOMIZAÇÃO

O neoliberalismo é um conceito difícil de definir porque historicamente nunca teve sentido unívoco. Desde o Colóquio Walter

[1] Segundo pesquisa Pulso Brasil realizada entre 1º e 13 de junho de 2017 e pesquisas Ibope/CNI realizadas entre 22 e 25 de março e entre 21 e 24 de junho de 2018.

Lippmann (1938) e a reunião da Sociedade Mont Pèlerin (1947), ele marcou mais um campo de debate que um consenso entre seus partidários. Após as reformas liberalizantes de Pinochet no Chile, foi utilizado de forma pejorativa por intelectuais e militantes para denominar, primeiramente, a política econômica sintetizada pelo Consenso de Washington; depois, uma série de fenômenos políticos, ideológicos, culturais e espaciais; por fim, a própria época e seu *zeitgeist*. Com isso, o termo deixou de designar um debate entre economistas para ser utilizado apenas por seus críticos, muitos deles não economistas, nem acadêmicos, ganhando um uso amplo e vago (Peck, 2010a; Boas; Gans-Morse, 2009; Venugopal, 2015).

Em razão de seu sucesso e sua imprecisão, o conceito tornou-se alvo de críticas. Ele é quase sempre empregado sem explicações ou, inversamente, em definições muito variadas, designando fenômenos desconexos e por vezes contraditórios (Boas; Gans-Morse, 2009; Venugopal, 2015). É apresentado como onipresente, como uma força estrutural invencível; ao mesmo tempo, não há ninguém que se identifique positivamente com ele (Venugopal, 2015; Clarke, 2008). A pertinência desses argumentos pode ser discutida. Porém, a despeito de eventuais problemas, o conceito tem importância estratégica por se constituir como uma ideia-força capaz de mobilizar atores políticos e permitir uma troca significativa entre acadêmicos e movimentos sociais. Assim, houve nas duas últimas décadas um esforço teórico para elaborar definições mais precisas.

Nessa recuperação recente, delineiam-se duas explicações predominantes nas ciências sociais. A primeira pensa o neoliberalismo como uma política de classe inspirada em uma ideologia econômica que busca ampliar a *mercadorização*, dando origem a formas de “acumulação por espoliação”. Enfatizam-se a expansão e a renovação dos mercados globais, da privatização, da financeirização, dos modelos de gestão e de exploração do trabalho, expandindo as áreas e intensificando as formas de acumulação capitalista. Essa é a posição dos marxistas (Harvey, 2008; Duménil; Lévy, 2014; Anderson, 1995), da qual Pierre Bourdieu não está distante (1998; 2001). A segunda explicação enfatiza, no neoliberalismo, o fenômeno da “*economization*”, ou seja, a promoção não apenas da expansão dos mercados *per se*, mas do *modelo* de mercado, com a difusão da concorrência, da forma empresa e de técnicas econômicas de avaliação e ranqueamento para esferas da vida *fora* do mercado. O foco recai nas lógicas normativas e institucionais, e a dominação de classe e a financeirização são vistas mais como resultado que como causa dessa transformação da racionalidade política. Busca-se compreender assim a reestruturação do Estado, das instituições, das empresas e das disposições subjetivas. Esse é o viés dos foucaultianos (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2009; Brown, 2007), de Loïc Wacquant (2012), da abordagem

weberiana de William Davies (2014) e de neorregulacionistas como Jamie Peck, Nick Theodore e Neil Brenner (2012a; 2012b).

Na crise de 2008, autores que seguiram o viés da mercadorização com enfoque economicista, como Duménil e Lévy (2014) e o novo-keynesiano Joseph Stiglitz (2008), apressaram-se em afirmar o fim do neoliberalismo em função de suas contradições internas e aclamaram o início de uma longa transição para um novo regime de acumulação. Logo traçaram um paralelo entre a crise de Wall Street e a queda do Muro de Berlim, acreditando que o pêndulo de Polanyi havia tomado o sentido progressista, com uma regulação mais humana e sustentável. Já os autores que seguiram o viés da economização, como Dardot e Laval e o trio Peck, Theodore e Brenner, foram mais cautelosos em suas análises. Por sua ênfase no neoliberalismo como forma de governo das condutas ou como modo de regulamentação, lembraram, por exemplo, a inércia das “formas tecnocráticas de memória muscular” e das disposições subjetivas dos agentes (Peck; Theodore; Brenner, 2012b, p. 70). Assim, os teóricos dessa vertente foram mais perspicazes em explicar por que o flerte político com um pensamento alternativo não durou mais que seis meses depois do quase colapso do sistema bancário e, mais, como esse cenário preparou uma contra-ofensiva neoliberal, a despeito de a ideologia utópica de mercado estar desacreditada. Eis que a via da economização se apresenta como a mais interessante para pensar a relação entre crise e neoliberalismo.

O conceito de “economização” se inspira na análise foucaultiana do neoliberalismo norte-americano. Foucault aborda o neoliberalismo no âmbito da história das artes de governo, voltando-se para o exercício da soberania política. Interessa a maneira como se tentou “conceitualizar esta prática que consiste em governar [estabelecendo] o domínio da prática de governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto, a fim de governar da melhor maneira possível” (Foucault, 2008, pp. 3-4). Governar no sentido de “guiar os homens, de dirigir as suas condutas, de constranger suas ações e suas reações” (Idem, p. 3). Não se trata, portanto, da instituição governo, mas da ação de reger a conduta dos seres humanos em um quadro e com instrumentos estatais (Dardot; Laval, 2009, pp. 13-5). Além dessa ação disciplinar, essa racionalidade promove um autogoverno que leva o indivíduo a se conformar a certas normas.

Segundo Foucault, a mudança epistemológica proposta pelos neoliberais norte-americanos buscava deslocar o objeto dos processos econômicos para a racionalidade interna do comportamento humano, concebida como “escolhas substituíveis” por meio das quais “são alocados recursos raros entre fins concorrentes” (2008, p. 228). Nesse cálculo, o trabalho passa a ser pensado do ponto de vista do trabalhador como sujeito econômico ativo. Este deve fazer investimentos nas

competências consideradas produtoras de um salário-rendimento. Ao se equiparar tudo o que produz rendimentos a um capital, as aptidões indissociáveis da própria pessoa convertem-se em capital humano, e o trabalhador torna-se empreendedor de si mesmo. Os campos de investimento em capital humano incluem na análise econômica dimensões que lhe escapavam: desde elementos hereditários até a educação, a criação dos filhos, os cuidados médicos etc. O que os neoliberais fazem é estender de forma logicamente rigorosa as análises econômicas para fenômenos não mercantis, generalizando a forma do mercado para todo o corpo social.

Na economização, a racionalidade econômica é alçada a princípio de inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos humanos, constituindo o ponto pelo qual o indivíduo pode ser governado (Foucault, 2008, p. 258). Do lado do Estado, essa lógica vai permitir uma crítica permanente da ação governamental, o que não quer dizer colocar um limite, mas estabelecer um novo princípio de governo, submetido ao crivo do tribunal econômico (Foucault, 2008, pp. 252-3).

CRISE DO NEOLIBERALISMO?

CRISE ECONÔMICA E CRISE DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

A ideia de que o neoliberalismo estaria em crise surgiu com o colapso financeiro de 2008 e ganhou impulso com os protestos de rua que se espalharam pelo mundo a partir de 2011. Ao analisar o mosaico de manifestações formado pela Primavera Árabe nos países do Oriente Médio e do norte da África, pelos Indignados na Espanha, pelo Occupy Wall Street nos Estados Unidos, pelo movimento da praça Taksim na Turquia, pelas jornadas de junho no Brasil e pelo Nuit Debout na França, o sociólogo Paolo Gerbaudo (2017) propõe uma unidade decorrente não apenas da semelhança da simbologia e da organização tática, mas também da partilha de causas estruturais. Para ele, “os levantes de 2011 em diante refletem a crise do neoliberalismo como doutrina econômica e política” (Gerbaudo, 2017, p. 30).

Os “movimentos das praças”, como o sociólogo italiano os nomeia, apenas poderiam ser compreendidos pela convergência entre crise econômica e crise de legitimidade das instituições políticas, formando uma conjuntura histórica excepcional que se aproxima da noção de “crise orgânica” de Antônio Gramsci. “[A crise orgânica] é uma situação na qual, Gramsci argumenta, como o antigo regime está morrendo, desligando-se de sua base social e conseqüentemente tornando-se incapaz de encaminhar suas demandas, sua morte permite às sementes de uma alternativa brotar” (Gerbaudo, 2017, p. 30). Essas “crises gêmeas” teriam colocado um desafio para o consenso neoliberal em vigor desde a década de 1980.

A crise financeira de 2008, que teve início nos Estados Unidos e depois atingiu a economia real, estendendo-se para a Europa e os países emergentes, desencadeou uma onda de políticas de austeridade com graves consequências humanas. Seus efeitos foram falências, desemprego (atingindo dramaticamente os jovens), redução de salários, precarização do trabalho, endividamento público e privado, desmonte de serviços públicos, aumento da desigualdade social, dificuldades econômicas e sofrimento social. Segundo Gerbaudo (2017, p. 47):

Nessa conjuntura, a maioria da população, incluindo a classe média, sofreu com declínio econômico e escalada da incerteza, levando a um descontentamento generalizado e a uma insatisfação com o sistema econômico, solapando especialmente o argumento a favor do neoliberalismo e seu culto do mercado autorregulado.

A crise econômica, vista como resultado da contradição do atual regime de acumulação, explicitaria o caráter insustentável da estratégia neoliberal. Para Duménil e Lévy (2014), ela derivaria da dinâmica de busca de altos rendimentos, da capacidade reduzida de governar a macroeconomia e de uma trajetória de acumulação decrescente, o que teria promovido uma erosão gradual da hegemonia dos Estados Unidos no cenário econômico internacional. A crise estrutural do capitalismo teria explodido com a crise financeira e a aguda contração da produção, o que não teria ocorrido sem a dramática expansão e desregulamentação da atividade financeira e sem os desajustes macroeconômicos no consumo e no investimento, no comércio externo e nas dívidas doméstica e externa norte-americanas.

Wolfgang Streeck também considera que “a crise atual só pode ser plenamente compreendida à luz das transformações contínuas e inerentemente conflituosas da formação social que chamamos de ‘capitalismo democrático’” (2012, p. 35). A primeira crise do capitalismo democrático teria ocorrido nos anos 1960. Naquele momento, a inflação e o declínio do crescimento econômico passaram a solapar o pacto em que os trabalhadores aceitavam os mercados capitalistas e os direitos de propriedade em troca da democracia política que lhes assegurava seguridade social e melhoria do padrão de vida. A era neoliberal iniciou-se em resposta à crise inflacionária. Para tanto, desfez o pacto com a classe trabalhadora por meio de uma política monetária recessiva, do fim do pleno emprego e do ataque aos sindicatos. Ao contrário do que se esperava, porém, a contenção da inflação não trouxe o fim do desarranjo econômico. De fato, a fase neoliberal do capitalismo democrático tem o desequilíbrio e a instabilidade como regra, o que se pode observar na sucessão histórica de distúrbios da ordem socio-

econômica (Idem, pp. 35, 43). Assim, na década de 1980, a inflação foi substituída pela dívida pública como forma de “estretar a lacuna entre as demandas dos cidadãos e as dos ‘mercados’, [com] o ônus de assegurar a paz social [recaindo] sobre o Estado” (idem, p. 44).

Na década seguinte, com a pressão dos mercados financeiros pela consolidação dos orçamentos públicos e pelo retorno da disciplina fiscal, foram a desregulamentação financeira e a substituição da dívida pública pela privada que permitiram azeitar a relação entre capitalismo e democracia. Os ricos obtiveram altos lucros no sistema financeiro, e os pobres, o acesso a empréstimos com juros baixos como forma de compensar o sucateamento das políticas sociais (idem, pp. 46-7). O fim da pirâmide creditícia resultou na crise financeira de 2008. Os Estados assumiram, então, os créditos podres privados a fim de evitar a desintegração do sistema financeiro global, promovendo um novo aumento dos déficits e da dívida pública. Na sequência, o conflito distributivo sob o capitalismo democrático converteu-se em um cabo de guerra entre investidores financeiros globais e Estados-Nação soberanos. Os mercados financeiros pressionaram os governos a convencer seus cidadãos a aceitar cortes de gastos sem precedentes, distanciando-os cada vez mais das decisões políticas.

Desde o fim do período de crescimento do pós-guerra, portanto, o conflito entre capitalismo e democracia ocasionou uma sequência de distúrbios econômicos para os quais se adotaram expedientes temporários que apenas deslocavam o problema para novas arenas, adiando-o e gerando novas crises. Segundo Streeck, “parece evidente que a capacidade de gestão política do capitalismo democrático declinou acentuadamente nos últimos anos [e] os riscos parecem estar se ampliando” (2012, p. 53).

Streeck acredita que “na atual crise, a democracia está tanto em risco quanto a economia, se não mais” (idem, p. 54). Eis que a crise do neoliberalismo se apresenta também como uma crise de representatividade. Segundo Gerbaudo (2017, pp. 48-53), essa crise política internacional seria atestada pela crescente falta de confiança em governos, parlamentos e partidos, pela alta abstenção em eleições e pela falta de representatividade de organizações da sociedade civil, como sindicatos, ONGs e mídia. Ela se expressaria também pelo descontentamento crescente com a corrupção, com a vigilância e a repressão estatal contra manifestantes, com a “pós-democracia” e com a erosão da cidadania.

A ideia de “pós-democracia” foi desenvolvida por Colin Crouch, que a define como “uma organização política na qual, embora todas as instituições democráticas continuem a funcionar, a energia da ação política mudou-se para outro lugar, em particular para uma pequena elite simultaneamente política e econômica” (Crouch, 2013b, p. 235). Esse

declínio da capacidade democrática seria devido à penetração do poder corporativo no interior da própria formulação da política, o que ocorreria por meio de *lobbies*, da permeabilidade do *new public management* a interesses privados, da definição de normas de comércio e legislações por corporações transnacionais e da terceirização de serviços públicos para grupos empresariais especializados em ganhar contratos. Ocorre assim um sequestro da democracia, que, segundo Streeck (2012, p. 55), também seria promovido pela pressão dos mercados financeiros (credores e agências de classificação de risco) e de organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu – BCE). Toda tentativa de reinserir a participação popular na tomada de decisão política passa a ser tachada de “populismo”, sufocando os desafios lançados contra o consenso neoliberal.

Por isso, para Gerbaudo (2017), essa situação constituiria uma crise política, na qual os vínculos entre as várias organizações e instituições e as bases sociais que elas representam teriam se tornado instáveis. Para o sociólogo, “é precisamente em meio a esses crescentes grupos de cidadãos ‘não representados’ que se sentem frustrados pela falta de representação de suas visões e demandas que o movimento das praças recrutou seus apoiadores” (2017, p. 53).

Crise financeira, crise de representatividade e protestos internacionais de massa. Eis que o neoliberalismo é apresentado como estando em uma “crise orgânica”, com dimensões econômicas, políticas e sociais. Não por acaso, muitos desses autores creem que estaríamos em um momento de transição para outro regime de acumulação. No entanto, não é isso que se verifica. Como notou Philip Mirowski em relação ao período posterior ao colapso financeiro de 2008, “não apenas a percepção da crise passou sem nenhuma tentativa de retificar as falhas que quase levaram a economia à paralisia, mas inesperadamente a direita política emergiu do tumulto mais forte, sem se desculpar e ainda menos contida em sua rapacidade e credulidade do que antes da quebra” (Mirowski, 2014, pp. 1-2). Além de ter feito evaporar o sentido de uma virada progressista, a crise global preparou uma nova contraofensiva neoliberal.

As reformas de regulação das finanças logo cederam lugar a políticas de restrição fiscal e de austeridade que promoveram cortes nos serviços públicos; os gastos estatais de emergência para salvar o mercado financeiro foram interrompidos assim que os lucros foram restaurados, embora o desemprego e a execução de hipotecas continuassem a crescer; os riscos e as responsabilidades foram novamente transferidos pelo governo central para administrações locais, diretorias escolares, autoridades de saúde, entidades filantrópicas e famílias; e os custos da insegurança e da reestruturação foram mais uma vez pagos pelos pobres e vulneráveis (Peck; Theodore; Brenner, 2012b, p. 266).

Politicamente, os movimentos de contestação, em vez de provocar a derrocada de governos e elites neoliberais, tiveram efeito inverso. Como admite o próprio Gerbaudo: “A maioria desses movimentos confrontou governos social-democratas de centro-esquerda de vários matizes (nos Estados Unidos, no Brasil, na Grécia e na França), cujas políticas de direita e corrupção afastaram algumas de suas bases tradicionais de apoio” (2017, p. 40). O problema é que o fim desses governos deu lugar a políticas que aprofundaram em ritmo inédito o neoliberalismo.

A “estranha não morte do neoliberalismo” (Crouch, 2013a) põe então questões sobre a existência, de fato, de uma crise do neoliberalismo e sobre a relação que ele estabelece com as crises econômicas e de representatividade democrática.

CRISE ECONÔMICA * CRISE DE GOVERNAMENTALIDADE

Ao tratar do liberalismo clássico, Foucault (2008, p. 71) já sinalizava a relativa autonomia da crise de governamentalidade diante da crise do capitalismo. Embora admita uma relação entre ambas, o autor sugere que não se trata de simples projeção da economia na política, pois, além de uma defasagem cronológica, não seria possível deduzir do capitalismo a maneira como a crise do dispositivo geral de governamentalidade é gerada, se manifesta e produz reações e rearranjos.

A especificidade da crise de governamentalidade é estratégica, com os efeitos de poder esperados não se realizado, dando origem a resistências ou resultados imprevistos (Foucault, 2008, pp. 69-70). As “disfunções do poder”, as ambiguidades de elementos de seu funcionamento que são simultaneamente princípios de sua desordem, acabam conduzindo a novos arranjos, práticas e racionalizações da economia do poder, de modo a torná-lo mais eficiente no governo das condutas (Foucault, 1999a, pp. 66-9). Ainda que todo dispositivo esteja necessariamente em permanente “processo de sobredeterminação funcional”, pois “cada efeito [...] estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros e exige uma rearticulação [...] dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente” (Foucault, 1999b, p. 245), é a gravidade da incoerência estratégica que define a crise de governamentalidade.

A originalidade de Foucault na clássica questão da relação entre crise econômica e política reside na dimensão em que se situa a última, com sua análise das relações de poder. Já a afirmação de que a crise política não pode ser deduzida diretamente dos aspectos mais imediatos da crise econômica também é compartilhada por Gramsci, por sua vez referência central para Gerbaudo (2017) e Streeck (2017).

Embora trate a crise política como crise de representatividade, e não de governamentalidade, o autor sardo concorda que “se pode excluir que, *per se*, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais; apenas podem criar um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso ulterior da vida estatal” (Gramsci, 1977, p. 1.587). Os movimentos políticos e ideológicos das massas possuem temporalidade própria, e o impulso do fator econômico é afrouxado, travado ou até destruído momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais.

Essa multiplicidade de tempos que se encontram no presente não exclui, contudo, a unidade entre economia e política preconizada pela concepção marxista. Dada a lei da queda tendencial da taxa de lucro, o desenvolvimento de longo prazo da economia capitalista como uma “crise contínua” — ainda que entremeada por contratendências que reconfiguram conjunturalmente os ciclos econômicos — estabelece um vínculo com a crise política na medida em que compromete as bases materiais para a construção do consenso e da legitimação da ordem burguesa. A impossibilidade de o Estado absorver as demandas não antagônicas das classes subalternas abre um hiato entre representantes e representados, com os grupos sociais afastando-se de suas organizações, comprometendo a capacidade dirigente de seus líderes e gerando a divisão em facções. A crise econômica é, portanto, o pressuposto da crise do Estado, mas não a determina automaticamente. Apenas quando crise de acumulação e crise de hegemonia coincidem no tempo é que se tem uma crise orgânica (Gramsci, 1977; Bianchi, 2002).

Da perspectiva foucaultiana, no entanto, é mais complicado derivar a crise do neoliberalismo de uma lei capitalista, seja a da queda tendencial da taxa de lucro, seja a da tendência à concentração dada pela “atração do capital pelo capital”. Essas leis, segundo Dardot e Laval (2014a, pp. 6-9), definiriam a essência de um capitalismo único e sempre igual a si mesmo que nos conduziria de crise em crise até o colapso final. As fases do capitalismo, desse modo, nada mais seriam que o desdobramento dessa lógica autônoma do capital como motor da história, repetindo o mesmo enredo, com os mesmos atores, mas com cenários e figurinos diferentes. Com isso, as leituras marxistas de David Harvey (2008) e de Duménil e Lévy (2014) não enxergariam o que haveria de singular no neoliberalismo: as técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Para Dardot e Laval,

[o neoliberalismo] não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital. Não se trata de ser preciso defender a autonomia relativa da política contra o determinismo monocausal de certo marxismo, simplesmente porque o neoliberalismo, por inúmeros

aspectos doutrinários e pelas políticas que ele desenvolve, não separa de forma alguma a “economia” do quadro jurídico-institucional que determina as práticas próprias à “ordem concorrencial” global e nacional. (2014a, p. 7)

Longe de pertencer à superestrutura que expressa ou se adapta à economia,

o jurídico pertence diretamente às relações de produção, informando a economia do interior. O “inconsciente dos economistas”, como diz Foucault, que é na realidade de todo economicismo, seja liberal seja marxista, é precisamente a instituição, e é justamente à instituição que o neoliberalismo, particularmente em sua versão ordoliberal, pretende atribuir um papel determinante. (2013, p. 10, grifos no original)

Desse modo, a forma atual do capitalismo não é diretamente dedutível da lógica do capital, mas uma “forma econômico-institucional” historicamente singular. O mesmo vale para as crises, que não devem ser deduzidas das contradições das leis de acumulação do capitalismo em qualquer momento, mas consideradas o efeito de certas regras singulares (2013, p. 11).

Dardot e Laval (2014a, p. 10) reivindicam uma aproximação teórica com a Escola da Regulação Francesa. A ideia regulacionista de que o capitalismo é constituído por um “complexo econômico-jurídico” evidencia-se na definição das fases do capitalismo pelos conceitos “regime de acumulação” e “modo de regulamentação”. Segundo Lipietz (1986), cada fase do capitalismo precisa buscar um regime de acumulação cujo esquema de reprodução seja coerente. Para tanto, é preciso fazer com que os comportamentos dos agentes sociais assumam determinadas configuração e regularidade. É preciso, portanto, alguma modalidade de governo das condutas para que o regime de acumulação se materialize socialmente, garantindo “a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e de processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação” (Lipietz, 1986, p. 19).

É possível matizar, no entanto, as críticas de Dardot e Laval ao marxismo por variadas razões: é discutível se o próprio Marx já não reconheceria a importância jurídico-institucional no conceito de modo de produção; é igualmente questionável se a Escola da Regulação não seria ela mesma uma matriz do marxismo, e o conceito de regime de acumulação, um nível de abstração intermediário entre o conceito geral de modo de produção e as formas sociais concretas; por fim, deve-se notar que os próprios autores marxistas criticados reivindicam sua filiação simultânea ao marxismo e à Escola da Re-

gulação (Duménil; Lévy, 2014; Harvey, 1992). O que cabe destacar aqui é a ênfase foucaultiana e neorregulacionista na dimensão aberta e inventiva das relações de poder, das normas e da construção institucional e jurídica do neoliberalismo, em contraste com posições mais economicistas, que acentuam a necessidade e a tendência teleológica ao interpretar os fenômenos históricos.

Dada essa ênfase, a crise de uma fase do capitalismo pode resultar tanto da perda de coerência econômica do regime de acumulação quanto do fracasso estratégico no governo das condutas do modo de regulamentação. As duas crises estão relacionadas, mas também podem ocorrer com relativa autonomia, seja na forma de crise disciplinar sem perda da coerência econômica, seja na de crise econômica sem desarranjo dos dispositivos de governamentalidade.

NEOLIBERALISMO E GESTÃO PELA CRISE ECONÔMICA

O neoliberalismo possui um regime de acumulação incoerente, que gera crises econômicas sucessivas, mas sua singularidade reside no fato de seu modo de regulamentação (ou dispositivo geral de governamentalidade) ser tão eficiente que é capaz de instrumentalizar as crises econômicas em seu favor, impedindo a transição para um novo arranjo normativo-institucional e, conseqüentemente, para uma nova fase do capitalismo. Esse diagnóstico do neoliberalismo é comum a foucaultianos e a neorregulacionistas.

Peck, Theodore e Brenner afirmam que o neoliberalismo se constituiu ideologicamente e se implantou como “uma forma de teoria da crise”. Ele surgiu como resposta liberal à crise do *laisser-faire* do início do século XX, desenvolveu-se nas décadas seguintes como crítica ao keynesianismo, ganhou tração com os fracassos macrorregulatórios dos anos 1970, e, depois de implantado, “as crises recorrentes e os fracassos regulatórios continuariam a estimular o avanço furtivo e irregular da neoliberalização transnacional”. Por isso,

as crises podem ser consideradas um “motor” primordial da transformação do neoliberalismo como projeto regulador, uma vez que crises específicas do bem-estar keynesiano e do desenvolvimentismo estabeleceram as condições e os campos socioinstitucionais de ação para as primeiras rodadas de lutas regulatórias, durante a fase destrutiva do projeto, enquanto crises e contradições criadas pelo próprio neoliberalismo desde então formataram as rodadas cumulativas de (re)construção e reação. (Peck; Theodore; Brenner, 2012b, p. 71)

Por isso mesmo, Peck (2010a) caracteriza o neoliberalismo por sua natureza contraditória de governo de mercado assistido politicamente.

te. O neoliberalismo é crítico ao Estado e, ao mesmo tempo, tem por objetivo principal capturá-lo e transformá-lo. Como a visão utópica de uma sociedade baseada no mercado autorregulável é inatingível, o neoliberalismo constitui-se como zona de audaciosa experimentação e de fracasso, impondo sempre uma rerregulação envergonhada por parte do Estado. O neoliberalismo não consegue existir de maneira pura nem pode desfazer completamente as formações sociais e institucionais que lhe precedem, precisando parasitá-las para sobreviver. Dadas a incompletude necessária de seu processo e sua natureza híbrida, o neoliberalismo pode sempre voltar a colocar a culpa no Estado e nas formações heterogêneas. E assim, como teoria da crise, pode se oferecer novamente como remédio para os males que ele próprio desencadeia, o que lhe permite seguir errando.

Esse foi o caso das políticas de austeridade adotadas na União Europeia em resposta à disseminação internacional da crise financeira norte-americana. Após resgatar alguns de seus bancos que sofreram prejuízos com investimentos em *subprime*, a Alemanha e seus aliados do Banco Central Europeu, ao verem o perigo do colapso financeiro mitigado, não subscreveram os incentivos de tipo de keynesiano, retomando a ideia de promover o crescimento por meio de uma política orçamentária de “criação de confiança”, centrada na redução das dívidas públicas. A consequente decisão alemã de não resgatar a dívida grega promoveu a extensão do risco de insolvência aos países periféricos europeus, fazendo os juros subirem e a dívida desses países disparar. Os empréstimos feitos pela *troika* (BCE, Comissão Europeia e FMI) para o resgate deles foram acompanhados da imposição de drásticas medidas de austeridade, levando à contração econômica e ao aumento ainda maior da dívida, criando a necessidade de novos empréstimos. O exemplo da dívida pública grega, constituída ao longo das décadas de 1980 e 1990 e agravada com as decisões alemãs e europeias após a crise de 2008, foi, no entanto, utilizado como propaganda global contra as alegadas ameaças do keynesianismo e seus riscos orçamentários. Tal fantasma permitiu que as dívidas públicas de diversos governos, constituídas a partir do resgate do setor financeiro privado, fossem rebatizadas como despesas públicas descontroladas, dando origem à radicalização de medidas neoliberais como saída para a crise que elas mesmas tinham desencadeado (Blyth, 2017).

Algo parecido ocorre no Brasil. Fernando Limongi (2018) notou como naufragou a promessa do “*dream team*” econômico do governo Temer — a despeito de todo o apoio do Congresso para sua agenda reformista, de toda a confiança do mercado e de sua blindagem dos escândalos políticos — de entregar uma economia em crescimento e com fundamentos sólidos. No entanto, nada de autocrítica quanto a seu receituário macroeconômico. “Para estes”, afirma Limongi,

“fracassos servem apenas para reforçar convicções”. A culpa foi assim jogada nos outros: a crise do setor de transportes foi atribuída aos subsídios de Dilma Rousseff, que teriam gerado excesso de oferta de fretes, e não à fraca demanda que a prometida recuperação deveria solucionar. Do mesmo modo, a responsabilidade pelo magro desempenho econômico foi depositada na conta da classe política, por sua falta de incentivo eleitoral para apoiar reformas. Como observa Limongi, “os [neo]liberais se eximem de culpa, e a única solução que enxergam para a crise é a radicalização de seu programa”.

Em função dos fracassos recorrentes dos experimentos de livre mercado, o neoliberalismo progride de forma irregular entre momentos de desmonte das instituições herdadas e momentos de rerregulação. Para Peck (2010a, p. 7), o que importa, portanto, é o processo aberto e contraditório de reestruturação “*market-friendly*”. O neoliberalismo é um projeto em permanente reinvenção, pois seu dinamismo é marcado por inovações, correções e crises.

Dardot e Laval (2016) também notam que, diferentemente da crise de 1929, que reorientou as linhas políticas e doutrinárias predominantes, a crise de 2008 reforçou o modelo vigente, a despeito de seu descrédito popular e das manifestações contrárias a ele. Desse modo, em vez de surgir um modo de regulamentação que inaugurasse uma fase de “moderação pós-neoliberal”, ocorreu, inversamente, uma “radicalização neoliberal” (2016, p. 25). Para os autores, o que produziu a crise de 2008 foi tanto o fracasso do modelo híbrido que transferia a regulamentação do mercado financeiro do poder público para atores privados sem visão sistêmica quanto a colocação em concorrência desses atores e de seus empregados, o que os levava a assumir riscos crescentes (Dardot; Laval, 2009; 2014a). A solução para a crise, no entanto, foi dada pelas mesmas oligarquias políticas e econômicas, que, em vez de promover uma mudança regulatória, reforçaram o modelo em vigor.

Os Estados então gastaram enormes cifras para salvar o sistema financeiro e relançar a acumulação capitalista. Como relembra William Davies (2014), essa resposta à crise financeira foi uma exceção à própria racionalidade econômica neoliberal, pois se abriu mão do cálculo para salvar o *status quo* a qualquer custo. Na União Europeia, essa imoderação realizada em nome da urgência e da necessidade suspendeu temporariamente o dever legal de justificar intervenções na economia, conforme determinavam as regras de Auxílio Estatal da Comissão Europeia, o que constituiu verdadeiro estado de exceção (Davies, 2014, pp. 177-84). A responsabilidade da crise financeira privada foi assim transferida para a dívida pública, recaindo finalmente sobre aqueles que jamais a contraíram e retomando então os habituais critérios de austeridade (Dardot; Laval, 2016).

A radicalização do neoliberalismo se alimenta de um autoagravamento das crises. Como até economistas do FMI e teóricos da austeridade já admitem (Ostry; Loungani; Furceri, 2016; Alesina *et al.*, 2017), as economias capitalistas centrais tornam-se cada vez mais instáveis e menos dinâmicas em função da desigualdade e da precariedade crescentes. Isso, por sua vez, decorre da intensificação da concorrência e da acumulação financeira improdutiva, que bloqueiam o crescimento e impedem a reabsorção do desemprego. Porém, os governos, pressionados pela fuga de capital, seguem adotando “políticas de competitividade” que preparam o caminho para novas crises, usando o argumento da salvação desse sistema tóxico para reduzir ainda mais a proteção social e os salários (Dardot; Laval, 2016).

É assim que a crise é assumida como um verdadeiro modo de governo, ainda que em geral não seja produzida propositalmente (Dardot; Laval, 2016). A crise é o efeito das políticas de concorrência e, ao mesmo tempo, o elemento que as justifica. Por isso, ela se torna um estado permanente, uma regularidade, e não a exceção, desse capitalismo financeiramente disciplinado (Streeck, 2012). O sistema neoliberal se encontra em crise crônica e global, mas se nutre e se reforça por meio dela.

Há, de fato, uma afinidade eletiva entre as crises e a lógica normativa neoliberal. Na medida em que reduz orçamentos e demandas e aumenta o risco de dívidas, falências e desemprego, a crise reforça a concorrência e pressiona as instituições, acelerando reformas de gestão e induzindo os indivíduos a internalizar a racionalidade econômica a fim de sobreviver no mercado. Ela também incentiva o empreendedorismo por necessidade, já que as pessoas precisam buscar alternativas de renda. Por fim, apresenta o imaginário heroicizado do empreendedor de si mesmo como única saída, promovendo um ideal romantizado de *self*. Em outras palavras, a crise reforça o caráter disciplinar e imaginário da lógica do mercado, fazendo com que cada instituição ou indivíduo se adapte a seu princípio normativo, tornando-se ainda mais competitivo e aceitando situações de precariedade que obrigam os demais a agir no mesmo sentido, em uma espiral descendente que rebaixa a condição de vida da população. Eis o caráter sistêmico do neoliberalismo:

esse sistema [...] é o efeito global de um conjunto de práticas, de dispositivos e de instituições que progressivamente enquadraram e limitaram as possibilidades de escolha e de ação dos Estados, das organizações econômicas e sociais e dos próprios indivíduos. É um conjunto cristalizado de normas e de regras que acabou por adquirir uma coerência tal que os atores são conduzidos a agir em conformidade com elas. [...] O sistema não faz outra coisa que se reproduzir, se alargar e se reforçar pelas coações que ele impõe aos atores privados e públicos, os quais o normalizam, o rotinizam, o aperfeiçoam e o expandem através de crises e desequilíbrios repetidos. (Dardot; Laval, 2016, p. 77)

É assim que, a despeito da perda de credibilidade do projeto intelectual e da ideologia utópica de mercado depois de 2008, gestores financeiros e líderes políticos, incluindo os que fizeram autocrítica, continuaram atuando na mesma direção. Sem dúvida, muitas dessas autocríticas foram cínicas, e por vezes a manutenção do *status quo* foi uma escolha, como comprova a pressão de *lobbies* poderosos para evitar restrições ao capital. Contudo, também importa reconhecer que o neoliberalismo sobrevive independentemente da crença ingênua dos sujeitos nas virtudes do mercado, e mesmo indivíduos que nunca compartilharam dessa fé acabam por se conduzir como se acreditassem nela, na medida em que dispositivos os fazem incorporar disposições subjetivas. Essa espécie de ação zumbi do neoliberalismo demonstra que ele está fortemente enraizado em “formas tecnocráticas de memória muscular” (Peck; Theodore; Brenner, 2012, p. 70; Peck, 2010b).

NEOLIBERALISMO, CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E ESVAZIAMENTO DA DEMOCRACIA

A crise econômica não é, no entanto, a única crise da qual o neoliberalismo, como arte de governo, pode tirar proveito para reforçar sua lógica. A crise de representatividade política parece ser operada no mesmo sentido.

Ao contrário do capitalismo fordista, cuja crise de legitimidade, no fim dos anos 1960, resultou na implosão tanto do arranjo institucional pactuado entre sindicatos, corporações e Estado quanto da racionalidade de poder, colocando o regime disciplinar em xeque e levando à busca de novas formas de gestão, o mesmo não parece ocorrer no neoliberalismo (Harvey, 1992). De saída, há uma diferença importante entre o poder disciplinar e o neoliberal. O primeiro recorre, entre outras estratégias, a uma estrutura hierárquica de comando e controle, fazendo da autoridade do chefe em qualquer instituição uma dimensão central. A crise de legitimidade expressa por movimentos antidisciplinares atingiu em cheio essa autoridade e levou ao desmonte das estruturas centralizadas de tomada de decisão, que impediam os indivíduos de participar ativamente da definição dos rumos de suas vidas (Stephens, 1998; Debouzy, 1984).

Já no poder neoliberal, o elemento principal não é a hierarquia, mas as situações de concorrência que obrigam os sujeitos a tomar decisões por conta própria. A liberdade de iniciativa converte-se em obrigação de desempenho, em um ativismo passivo típico da servidão voluntária (Dardot; Laval, 2009). Não se trata mais de prescrever como fazer. Por isso, o chefe é substituído pelo líder. Este não possui o conhecimento técnico nem enquadra, dá ordens ou utiliza signos formais de poder. O líder trata as pessoas de modo a mobilizar a “proatividade” e o autocontrole delas (Boltanski; Chiapello,

1999, pp. 119-23). Ao contrário, porém, da apresentação dos textos de gestão, que fazem essa liderança depender do carisma do gestor, sua capacidade de mobilizar os indivíduos não está relacionada a competências excepcionais, mas à disciplina imposta pela concorrência, pelas avaliações e pela ameaça de demissão (Dardot; Laval, 2009, pp. 411-2). A própria avaliação é deslocada para o cliente, para os interlocutores (avaliação 360 graus) ou para meios eletrônicos, dispensando a vigilância hierárquica do chefe. A figura de autoridade do neoliberalismo reduz-se assim a um promotor da competição e a um “facilitador” da auto-organização, pouco importando se o trabalhador reconhece sua competência técnica ou pessoal. Uma vez que a autoridade é esvaziada de sua função de comando e controle, a crise de legitimidade pouco afeta o neoliberalismo no nível das diferentes instituições sociais. A gestão neoliberal pode até criticar e reduzir os níveis de autoridade formal (Boltanski; Chiapello, 1999, p. 133). No Brasil, foram fechados 1 milhão de postos de gerência e supervisão na última década, mais da metade deles após a crise de 2015 (*Folha de S.Paulo*, 2018).

Do ponto de vista das instituições políticas *stricto sensu*, a crise diz respeito mais à representatividade da democracia liberal que ao neoliberalismo. A distinção entre democracia e liberalismo já fora proposta pelo próprio Friedrich von Hayek:

Liberalismo e democracia, embora compatíveis, não são a mesma coisa. O primeiro diz respeito à extensão do poder governamental, o segundo a quem dispõe desse poder. A diferença é mais bem percebida se se consideram seus opostos: o oposto do liberalismo é o totalitarismo, enquanto o oposto da democracia é o autoritarismo. Por consequência, é em última instância possível por princípio que um governo democrático seja totalitário e que um governo autoritário aja de acordo com princípios liberais. (1984, p. 364)

A distinção proposta por Hayek é bastante instrutiva, desde que se substitua na passagem citada o termo “liberalismo” por “neoliberalismo” e se reconheça a diferença que os separa (Dardot; Laval, 2009; Mirowski, 2014; Peck, 2010a). Nela, o autor revela que a relação entre neoliberalismo e democracia não é necessária, mas contingente.

Em termos foucaultianos (2008), a democracia representativa é uma herança da vertente “jurídico-revolucionária” da arte de governo liberal clássica. A democracia advém dessa tradição que recorre aos direitos para pôr um limite ao poder público. Como os cidadãos teriam transferido ao soberano alguns de seus direitos naturais, mas não todos, o soberano poderia exercer seu governo como representante da vontade coletiva apenas dentro dos limites dos direitos que lhe foram concedidos, sem invadir os que os indivíduos retiveram.

Essa linguagem jurídica definiria, assim, um limite externo à arte de governo, traçado pela legitimidade. A democracia liberal é uma extensão dessa tradição: o fundamento de sua legitimidade depende de que os governantes eleitos reconheçam seu dever em relação aos representados, na medida em que é a corroboração destes que permitiria àqueles o exercício do poder. Para Max Weber (1969, p. 214), a legitimidade democrática moderna residiria nessa reinterpretação antiautoritária do carisma decorrente da progressiva racionalização das associações. A questão da representação, no entanto, é um problema central nessa tradição liberal, pois há sempre um hiato entre o representante e os representados.

Já a racionalidade política própria do neoliberalismo não remete a essa concepção do Estado constitucional como universal representativo do povo. Não que o neoliberalismo não se importe com sua legitimidade democrática, mas essa questão é heterogênea à sua forma de governar, podendo ou não compor com ela. A função do Estado neoliberal é promover mercados (ou quase-mercados) e competitividade, criando condições favoráveis para a racionalidade econômica e para o investimento capitalista. Essa versão do Estado não se propõe a representar a sociedade nem poderia fazê-lo, pois na lógica neoliberal a sociedade sequer existe; haveria apenas unidades empresariais em concorrência entre si. Sendo os próprios indivíduos considerados empresas e sendo a sociedade vista como mercado, o sucesso do Estado está ligado à atividade econômica. Com essa função específica, o Estado transfere a responsabilidade pelos direitos sociais para o investimento individual, reduzindo a cidadania a níveis mínimos (Brown, 2007).

Da perspectiva neoliberal, a democracia é vista com desconfiança, especialmente em sua versão do século XX, tida como uma “democracia social” que combinava um modo de seleção dos dirigentes com uma política de redistribuição que, em nome da justiça social, reduzia as desigualdades produzidas pelo mercado (Dardot; Laval, 2016, pp. 47-8). A demanda por direitos sociais seria uma estratégia de grupos de perdedores para se esquivar do rigor da concorrência e buscar privilégios. A democracia, por sua vez, seria o meio usado por tais grupos para chegar ao poder e burlar as leis do mercado, levando este ao desequilíbrio e a sucessivas políticas intervencionistas que acabariam por gerar a tirania. Por isso, a perspectiva neoliberal defende que a democracia deva ser contida dentro de limites rígidos, de modo a esvaziá-la de seu conteúdo de “soberania popular” (idem, p. 49). Isso pode ocorrer de dois modos: primeiro, por meio de uma Constituição que impeça a mudança de política econômica e limite a intervenção estatal; segundo, por meio de uma reforma do Estado em conformidade com o modelo da empresa, de modo que se transfira o poder popular para agentes que não foram eleitos.

No primeiro caso, a proposta neoliberal é que a democracia representativa seja limitada por regras de direito não negociáveis que se imponham a qualquer governante, a despeito da alternância eleitoral. A natureza dessas regras não seriam os direitos humanos fundamentais, como propunha a tradição liberal, mas as regras do direito privado ou penal. O direito privado substituiria o direito público e seria alçado à condição de regra jurídica fundamental e suprema, pois ganharia a condição de universalidade. Ele valeria tanto para atores privados quanto para o próprio Estado, que passaria a ser limitado, como uma empresa, pelas leis que ele mesmo promove. O “Estado de Direito” passa a tratar dos limites *a priori* de toda legislação, de modo “que seu conteúdo seja tal que o mercado possa operar corretamente” (Hayek, 1994, p. 229, *apud* Dardot; Laval, 2016, p. 53).

Na perspectiva do ordoliberalismo alemão, que considera a ordem do mercado não algo espontâneo, mas uma construção jurídica ativa, o Estado ganha a função de proteger a economia de ameaças públicas ou privadas, construindo um quadro institucional destinado a favorecer a concorrência. O ordoliberalismo defende a ideia de uma Constituição econômica por analogia à Constituição política, com regras de direito que visem conciliar as liberdades econômicas individuais e os interesses gerais. A propriedade privada, a liberdade de contrato, a livre concorrência, a estabilidade monetária, o equilíbrio orçamentário e a independência do Banco Central garantem não apenas a economia de mercado, mas igualmente a impermeabilidade da política econômica aos apelos eleitorais. Tal interdição é justificada com base nos interesses comuns dos cidadãos como consumidores; trata-se de constituir uma democracia de consumo pela concorrência, que seria contrária aos grupos de pressão no seio das organizações governamentais. O direito privado destrona assim a política, escapando da deliberação pública para se impor como *ultima ratio* da ordem social (Dardot; Laval, 2016, pp. 45-71).

No Brasil atual, o exemplo mais notório desse tipo de limitação foi oferecido pela PEC do teto dos gastos públicos, que definiu um rígido mecanismo de controle segundo o qual, por vinte anos, os gastos federais só podem aumentar conforme a inflação acumulada nos doze meses anteriores. Essa medida aponta para o que o jurista Ricardo Lodi Ribeiro chamou de “hiperintegração do equilíbrio orçamentário”, ou seja, a conformação da Constituição e de suas leis complementares aos princípios de uma única ideologia, no caso, o imperativo do superávit primário, característico do neoliberalismo. Nesse mesmo sentido, o programa de governo “A travessia social: uma ponte para o futuro”, apresentado pelo PMDB durante as mobilizações pelo *impeachment*, reduz a “agenda social” a “conter, em primeiro lugar: crescimento econômico, redução da inflação às metas do Banco Central e volta

do equilíbrio fiscal”. Assim como a lei da responsabilidade fiscal e a criminalização das “pedaladas fiscais” no momento do *impeachment* (para logo em seguida serem autorizadas), esses projetos apontam na direção de entronizar juridicamente as diretrizes de política econômica, deixando-as fora do controle dos próximos governos eleitos (Andrade, 2016).

A segunda estratégia neoliberal de limitação da democracia é a reforma do Estado segundo o modelo da empresa, importando as regras do mercado para o setor público e transferindo parte da soberania a atores privados. Diversas são as estratégias aqui. Primeiro, a concepção de “boa governança”, que transfere a lógica da governança corporativa para o âmbito público e, assim, submete os governos nacionais, sufocados por dívidas, a normas e avaliações estabelecidas por organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) e por agências de *rating* que representam os interesses de investidores e credores. Como as avaliações acabam por influenciar os fluxos de capital, elas funcionam como um disciplinador das condutas dos governantes. Segundo, corporações transnacionais utilizam suas decisões de investimento para pressionar governos que competem por recursos a aceitar suas demandas por um “bom clima de negócios”. Terceiro, a reforma gerencial do Estado (realizada no Brasil a partir de 1995), que busca remodelar as organizações governamentais segundo a lógica da gestão privada, define critérios contábeis de eficiência estranhos ao setor público e transfere a formulação e execução de políticas públicas para consultores e gestores que integram o mercado ou pretendem retornar a ele. Quarto, a terceirização de serviços públicos e de aspectos legislativos para empresas privadas especializadas em ganhar licitações permite a elas não apenas a execução desses serviços, como também a imposição de parâmetros e leis que os regem (Dardot; Laval, 2009; Crouch, 2013a; 2013b; Mirowski, 2014, pp. 56-7). A transferência da soberania popular para o mundo privado ainda tem como exemplos a privatização, o *lobby*, o financiamento privado de campanhas e a corrupção.

Essa construção do Estado como uma empresa operando em rede com outras empresas, tornando-o permeável a interesses privados, tem como consequências tanto a disciplinarização e a limitação do poder dos governantes eleitos como a transferência do poder de decisão sobre assuntos públicos para atores privados. A consequência aqui é dupla. Em primeiro lugar, governos de partidos de esquerda acabam se curvando à racionalidade política neoliberal. E isso em função não (ou não apenas) de conversão ideológica, mas da lógica prática da gestão e da estrutura híbrida do Estado. A alternância de partidos no poder não altera substancialmente a política adotada. Com isso, a vontade popular não se vê representada e ocorre um descolamento entre discurso eleitoral e prática de governo. O profundo hiato entre

representantes e representados dá origem a crises de confiança que atingem governantes, a democracia e suas instituições associadas. Em segundo lugar, a lógica neoliberal se aproveita da crise de representatividade para promover novas rodadas de transferência de autoridade dos governantes eleitos, acusados de “populistas” e “economicamente irresponsáveis”, para economistas e *managers*. A crise da democracia é assim instrumentalizada para reforçar autoridades propriamente neoliberais, expandindo sua racionalidade política.

Esse foi o caso da gestão recente da Petrobras. Após a exposição, pela operação Lava Jato, de casos de corrupção envolvendo indicados de partidos, Michel Temer designou para o comando da companhia um executivo ligado ao setor privado, alegando a necessidade de salvar a empresa de economia mista da influência política. Embora tenha sido ministro no governo Fernando Henrique Cardoso, Pedro Parente desde então havia passado pela presidência de empresas e vinha atuando como sócio de uma assessoria financeira antes de se licenciar. Enquanto ocupou o cargo na Petrobras, acumulou a posição de presidente do Conselho de Administração da B3 (antiga BM&F Bovespa) e, mais tarde, da BRF (Salomão, 2017; Sorima Neto, 2018). Parente introduziu critérios de gestor empresarial e financeiro que priorizam o lucro dos acionistas privados em detrimento da importância estratégica da empresa para a economia nacional. Com isso, implementou uma política de preços que acabou por se mostrar insustentável no médio prazo, culminando na greve dos caminhoneiros que paralisou o país entre 21 de maio e 1º de junho de 2018.

As novas autoridades políticas do neoliberalismo, afirma William Davies (2014, pp. 29-30), não são os políticos que buscam um planejamento de longo prazo em torno de uma ideia de bem comum sancionada democraticamente; esta, segundo os neoliberais, ameaçaria a liberdade das minorias com a imposição tirânica de um valor moral. As novas autoridades são os *experts* que estabelecem as regras e as arenas de competição, desenvolvem técnicas avaliativas de pontuação e ranqueamento e oferecem consultorias para os competidores navegarem em um ambiente imprevisível. Trata-se do regulador, do *risk manager*, do estrategista, do *coach* e dos gurus. Ao construir situações de mercado, esses economistas e gestores garantiriam, segundo Hayek, que a competição impessoal e anônima e seus resultados imprevisíveis preservassem a liberdade de iniciativa de todos os indivíduos, deixando o futuro em aberto (contrariamente às imposições do democratismo).

O neoliberalismo buscaria, assim, desencantar a política, substituindo os julgamentos políticos em termos de valores por avaliações econômicas quantitativas. Com essa “elevação dos princípios baseados no mercado e das técnicas de avaliação ao nível de normas de

aprovação do Estado” (Davies, 2014, pp. 4-6), o que ocorre é um claro deslocamento da legitimidade. Afinal, o Estado só pode se legitimar no âmbito do neoliberalismo — que promove sua crítica permanente e ao mesmo tempo não pode viver sem ele — se as ações políticas forem justificadas em termos comutáveis com os de formas de racionalidade econômica baseadas no livre mercado.

Eis que a crise de representatividade da democracia liberal acaba por legitimar ainda mais as autoridades do neoliberalismo. Quanto mais Temer e seu grupo de políticos profissionais perdiam popularidade, mais o governo era justificado em nome da equipe econômica de Henrique Meirelles e Ilan Goldfajn. Como afirma Wendy Brown,

a racionalidade neoliberal estendida ao Estado indexa o sucesso do Estado a sua capacidade de sustentar e alimentar o mercado e vincula sua legitimidade a seu sucesso nesse domínio. [...] A liberdade econômica produz a legitimidade de uma forma de soberania cujo único objetivo é a garantia da atividade econômica. (2007, p. 53)

Nem as crises econômicas ameaçam essa autoridade, pois os neoliberais supõem teoricamente a ignorância da totalidade dos processos econômicos e a incerteza como resultado da competição. Por se recusarem a prever resultados, não podem ser acusados de terem errado. Além disso, seguem preconizando que o mercado é a única solução para problemas causados pelo próprio mercado (Mirowski, 2014).

Os teóricos neoliberais, para não abrir mão da legitimidade popular, continuam afirmando que a democracia é a forma política mais apropriada à sociedade de mercado. No entanto, a democracia, além de esvaziada, é relida na chave de uma teoria econômica que trata a política como mercado, o político como gestor e o cidadão como consumidor do Estado-empresa (Mirowski, 2014, pp. 57-8). Eis que a democracia perde seu significado liberal de instituições políticas independentes e de práticas da sociedade civil que incluem a igualdade, a liberdade, a autonomia e o princípio da soberania popular (Brown, 2007, pp. 64, 68). O neoliberalismo, estendendo a lógica econômica a todos os domínios da vida, desfaz a autonomia relativa que a moral e a política possuíam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo produz uma situação em que há crises econômicas do capitalismo e crises de representatividade da democracia liberal, mas simultaneamente reforça sua lógica de governamentalidade. O neoliberalismo é um sistema que se alimenta dos problemas que ele mesmo gera. A tese de Streeck a respeito do capitalismo de-

mocrático, em que os dois lados da equação estariam em tensão e se comprometeriam mutuamente, ganha, então, um terceiro elemento, que impediria a solução política e a transição para um novo regime de acumulação. A crise orgânica torna-se assim crônica. Esperar que crises geradas por contradições econômicas e por fracassos de governança sejam suficientes para levar automaticamente a uma saída do neoliberalismo é, portanto, um equívoco. A famosa passagem de Gramsci segundo a qual a “crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo ainda não pode nascer” (Gramsci, 1977, III, p. 311) ganha com o neoliberalismo um novo sentido, pois o novo já parece abortado por essa racionalidade política. O mundo social destina-se assim à decomposição, com um capitalismo insustentável, instituições políticas representativas em colapso e laços de solidariedade se esgarçando.

As saídas parecem cada vez mais complicadas, na medida em que o neoliberalismo desfaz os recursos estratégicos e organizacionais para sua superação. Os coletivos se esfumam em subjetividades competitivas, as instituições de regulação macroeconômica são desmontadas uma após a outra, a produção de conhecimento crítico se perde no produtivismo acadêmico inócuo, as ondas de protestos parecem se consumir em si mesmas, com raros legados institucionais, e as linguagens e práticas alternativas, como as promessas da economia compartilhada, são capturadas por corporações e convertidas em novos mercados. Por isso, as políticas do “quanto pior melhor”, que acalentam a esperança de que as reformas despertem insurreições populares, mostram-se equivocadas. O avanço da agenda neoliberal, em vez de criar as condições para uma virada radical, mina as possibilidades da ação coletiva.

As iniciativas políticas dispersas, muitas delas incorporando racionalidades alternativas, encontram consideráveis dificuldades de estabelecer vínculos entre si. Pulverizados, os movimentos sociais não logram fazer suas lógicas de organização adentrarem o Estado, a produção nem a vida privada das pessoas, falhando em promover transformações estruturais. Parte deles acaba por se adaptar aos tempos, compondo-se de maneira ambígua com o neoliberalismo. Foi o que mostrou Nancy Fraser (2017) em relação a determinados movimentos identitários que, ao reivindicar igualdade de condições no sistema competitivo e desigual, não fizeram mais que formar elites mais diversas, constituindo uma espécie de “neoliberalismo progressista”.

Diante desse quadro, constata-se a existência de um sentimento de ruína inédito desde os anos 1930 (*Le Monde*, 11/9/2017). Generaliza-se a percepção, a princípio apropriada, de que o futuro trará uma situação pior que a atual, não havendo esperança. Apenas alguns

jovens liberais se apegam à utopia do livre mercado, a qual não promete efetivamente nenhuma transformação, pois apenas estende de maneira idealizada a norma já posta, reforçando-a ideologicamente. Aqueles que vivenciam de maneira isolada a deterioração de suas condições de vida veem as crises políticas e econômicas converterem-se em crises psíquicas e experimentam uma série de sentimentos negativos derivados da competição, do fracasso e da impressão de que o mundo promove uma injustiça pessoal, incapazes que são de perceber o problema coletivamente. Angústia, medo, depressão, agressividade e ressentimento passam a compor a paisagem afetiva cotidiana, retroalimentando as relações sociais (Andrade, 2015).

No interregno perpetuado da crise crônica, “os fenômenos mórbidos mais variados” aparecem (Gramsci, 1977, III, p. 311). Indivíduos atomizados pela competição, frustrados pelo fracasso econômico e decepcionados com a política aderem desesperadamente a princípios conservadores, em busca de reenraizamento. Fazem-no, porém, sem abrir mão do princípio moral da competição, convertendo-o em um novo darwinismo social: assim, culpam imigrantes, classes subalternas, populações minorizadas, movimentos sociais e partidos de esquerda por suas mazelas. O ódio social surge como saída catártica e é explorado pela extrema direita, com seu discurso superficialmente antissistema clamando por saídas nacionalistas autoritárias. Como as velhas receitas do nacional-estatismo não oferecem resposta à concorrência globalizada, o neoliberalismo parece entrar em nova fase. Sem ter relação necessária com a democracia, passa a compor com racionalidades políticas autoritárias, como a da segurança nacional e sua guerra a um conjunto cada vez maior de inimigos internos (Dardot; Laval, 2016, pp. 13-6). A violência se dissemina, assim, de um lado, pela degradação das condições de vida e pelo crime organizado e, de outro, pela violência institucional do Estado, com políticas sociais punitivistas, encarceramento em massa e ações de extermínio (Wacquant, 2012). Trata-se de uma violência autodestrutiva ou autoritária, e não revolucionária ou capaz de produzir alternativas.

Esperar que um novo regime de acumulação brote dessa situação de decomposição parece ser justamente o equívoco atual. O que há de mais dramático nas crises econômicas e de representatividade democrática contemporâneas é que elas alimentam o sistema neoliberal de governamentalidade, acorrentando-nos ao modelo e desfazendo as condições políticas de transformação. Por isso, é preciso definir estratégias deliberadas para fazer convergir as formas dispersas e por vezes invisíveis de resistência já existentes em torno de um projeto emancipatório de racionalidade governamental que promova transformações institucionais e subjetivas sem anular a participação dos

sujeitos (Dardot; Laval, 2014b; Andrade; Ota, 2015). Caso contrário, estaremos condenados a viver a decomposição econômica, política e social encerrados no caixão do neoliberalismo.

DANIEL PEREIRA ANDRADE [<https://orcid.org/0000-0002-5668-0813>] é professor de sociologia na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) e pesquisador associado do Laboratoire Sphiapop.

Recebido para publicação
em 1º de fevereiro de 2018.

Aprovado para publicação
em 11 de junho de 2018.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

113, jan.–abr. 2019

pp.109-135

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostine, Cristiane; Mendonça, Ricardo. “A agenda da Câmara é a do mercado, sustenta Rodrigo Maia”. *Valor Econômico*, 30/5/2017. Disponível em: <www.valor.com.br/politica/4985710/agenda-da-camara-e-do-mercado-sustenta-rodrigo-maia>.
- Alesina, Alberto et al. “The Effects of Fiscal Consolidations: Theory and Evidence”. *NBER Working Paper* n. 23.385, 2017.
- Amorim, Diego. “Checagem de fatos, Presidente da Câmara afirmou que Casa não precisa ouvir o povo? Nós checamos”. *O Globo*, 02/8/2017. Disponível em: <blogs.oglobo.globo.com/eissomesmo/post/amp/presidente-da-camara-afirmou-que-casa-nao-precisa-ouvir-o-povo-nos-checamos.html>.
- Anderson, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.
- Andrade, Daniel Pereira. “Emotional Economic Man: Power and Emotion in the Corporate World”. *Critical Sociology*, v. 41, n. 4-5, 2015, pp. 785-805.
- . “O projeto de Michel Temer: Travessia Social ou travessia para fora do social?” *Blog do Estadão: Gestão, Política & Sociedade*, 18/05/2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/o-projeto-de-michel-temer-travessia-social-ou-travessia-para-fora-do-social/>
- Andrade, Daniel Pereira; Ota, Nilton. “Uma alternativa ao neoliberalismo. Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval”. *Tempo Social*, 27 (1), 2015, pp. 275-316.
- BBC Brasil. “Baixa popularidade dá a Temer ‘grande chance de passar reformas’, diz Luiza Trajano”, 25/4/2017. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/amp/brasil-39695826>.
- Bianchi, Alvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano”. *Novos Rumos*, v. 36, 2002, pp. 28-37.
- Blyth, Mark. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- Boas, Taylor C.; Gans-Morse, Jordan. “Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan”. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, n. 2, 2009, pp. 137-61.
- Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. *Le Nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- Bourdieu, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- . *Las estructuras sociales de la economía*. Buenos Aires: Ediciones Manatí, 2001.
- Brown, Wendy. *Les Habits neufs de la politique mondiale. Néolibéralisme et néo-conservatisme*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2007.
- Castro, José Roberto. “Qual a trajetória de popularidade do governo Temer”. *Nexo Jornal*, 15/2/2017. Disponível em: <www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/15/Qual-a-trajet%C3%B3ria-de-popularidade-do-governo-Temer>.
- Clarke, John. “Living with/in and without Neoliberalism”. *Focaal*, v. 51, n. 1, 2008, pp. 135-47.
- Crouch, Colin. *The Strange Non-Death of Neoliberalism*. Cambridge: Polity Press, 2013a.
- . “From Market versus States to Corporations versus Civil Society?”. In: Schäfer, Armin; Streeck, Wolfgang (orgs.). *Politics in the Age of Austerity*. Cambridge: Polity Press, 2013b, pp. 219-38.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian. *La Nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte, 2009.
- . “Introduction to the English Edition”. In: *The New Way of the World: On Neoliberal Society*. Londres/Nova York: Verso, 2014a.
- . *Commun. Essai sur la révolution au XXème siècle*. Paris: La Découverte, 2014b.
- . *Ce cauchemar qui n'en finit pas. Comment le néolibéralisme défait la démocratie*. Paris: La Découverte, 2016.
- Davies, William. *The Limits of Neoliberalism. Authority, Sovereignty and the Logic of Competition*. Los Angeles/Londres/Nova Délhi: Sage, 2014.
- Debouzy, Marianne. *Travail et travailleurs aux États-Unis*. Paris: La Découverte, 1984.
- Duménil, Gérard; Lévy, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- Época Negócios*. “Temer deve aproveitar impopularidade para fazer reformas, diz Nizan Guanaes”, 21/11/2016. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/11/epoca-negocios-temer-deve-aproveitar-impopularidade-para-fazer-reformas-diz-nizan-guanaes.html>>.
- Folha de São Paulo*. “Um milhão de vagas de gerente foram eliminadas na última década”, 04/02/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/um-milhao-de-vagas-de-gerente-foram-eliminadas-na-ultima-decada.shtml>.

- Foucault, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1999a.
 _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.
 _____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Gerbaudo, Paolo. *The Mask and the Flag*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- Gramsci, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 1977.
- Harvey, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
 _____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- Hayek, Friedrich. "The Principles of a Liberal Social Order". In: Nishiyama, Chiaki; Leube, Kurt (orgs.). *The Essence of Hayek*. Stanford: Hoover Institution Press, 1984.
- Le Monde. "Dystopies: 'Il existe un sentiment de ruine inédit depuis 1930'", 11/9/2017. Disponível em: <www.lemonde.fr/m-perso/article/2017/09/11/dystopies-il-existe-un-sentiment-de-ruine-inedit-depuis-1930__5183928__4497916.html>.
- Limongi, Fernando. "A ficha caiu". *Valor Econômico*, 11/6/2018.
- Lipietz, Alain. "New Tendencies in the International Division of Labor: Regimes of Accumulation and Modes of Regulation". In Scott, Allen; Storper, Michael (eds.). *Production, Work, Territory: the Geographical Anatomy of Industrial Capitalism*. Boston: Allen & Unwin, 1986.
- Martins, Arícia. "Eleição de 2018 ameaça reformas, dizem analistas". *Valor Econômico*, 21/6/2017. Disponível em: <www.valor.com.br/brasil/5011788/eleicao-de-2018-ameaca-reformas-dizem-analistas>.
- Mirowski, Philip. *Never Let a Serious Crisis Go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown*. Londres: Verso, 2014.
- Ostry, Jonathan D.; Loungani, Prakash; Furceri, Davide. "Neoliberalism: Oversold?". *Finance & Development*, v. 53, n. 2, 2016, pp. 38-41.
- Peck, Jamie. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
 _____. "Zombie Neoliberalism and the Ambidextrous State". *Theoretical Criminology*, v. 14, n. 1, 2010b.
- Peck, Jamie; Theodore, Nik; Brenner, Neil. "Neoliberalism Resurgent? Market Rule after the Great Recession". *The South Atlantic Quarterly*, v. 111, n. 2, 2012a, pp. 265-88.
 _____. "Mal-estar no pós-neoliberalismo". *Novos Estudos Cebrap*, n. 92, 2012b, pp. 59-78.
- Salomão, Karin. "Quem é Pedro Parente, o novo presidente da Petrobras". *Exame*, 4/4/2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/quem-e-pedro-parente-o-novo-presidente-da-petrobras/>>.
- Sorima Neto, João et al. "Pedro Parente aceita convite para presidir Conselho de Administração da BRF". *O Globo*, 18/4/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/pedro-parente-aceita-convite-para-presidir-conselho-de-administracao-da-brf-22605143>>.
- Stephens, Julie. *Anti-Disciplinary Protest: Sixties Radicalism and Postmodernism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Stiglitz, Joseph. "The End of Neoliberalism?". *Project Syndicate*, 7/7/2008, disponível em <<https://www.project-syndicate.org/commentary/the-end-of-neo-liberalism>>.
- Streeck, Wolfgang. "As crises do capitalismo democrático". *Novos Estudos Cebrap*, v. 92, 2012, pp. 35-56.
 _____. "The Return of the Repressed". *New Left Review*, n. 104, 2017, pp. 5-18.
- Venugopal, Rajesh. "Neoliberalism as Concept". *Economy and Society*, v. 44, n. 2, 2015, pp. 165-87.
- Wacquant, Loïc. "Three Steps to a Historical Anthropology of Actually Existing Neoliberalism". *Social Anthropology*, v. 20, n. 1, 2012, pp. 66-79.
- Weber, Max. *Economía y sociedad*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1969.





DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 À ELEIÇÃO DE 2018 NO BRASIL

Buscando uma abordagem institucional¹

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010011>

ANDRÉA FREITAS*

GLAUCO PERES DA SILVA**

RESUMO

O texto discute explicações a respeito da atual crise política brasileira. A noção de que a crise não é institucional considera regras específicas e se baseia em uma particular definição de instituição. Isso gera uma explicação contextual ou *ad hoc*. Argumentamos que uma interpretação institucional da crise depende de duas modificações: a possibilidade de mudança institucional e a interação entre um conjunto maior de instituições políticas.

PALAVRAS-CHAVE: *crise política; institucionalismo; presidencialismo de coalizão; mudança institucional.*

From the 2013 Riots to the 2018 Election in Brazil: Searching for an Institutional Approach

ABSTRACT

The paper debates the current explanations about the current Brazilian political crisis. The idea that the crisis has no institutional origins considers specific rules and relies on a particular definition of institution. This approach generates a contextual or *ad hoc* explanation. We argue an institutional interpretation of the crisis depends on two modifications: the possibility of institutional change and the interaction between a larger set of political institutions.

KEYWORDS: *crisis; institutionalism; coalitional presidentialism; institutional change.*

INTRODUÇÃO

O resultado das eleições de 2018 causou espanto. Ninguém foi capaz de prever no início daquele ano que um partido pequeno, como o PSL, seria capaz de conquistar tamanha quantidade de votos. Nem o próprio sistema foi capaz de antever tal fenômeno, considerando o fato de que esse partido teve enormes dificuldades de encontrar um parceiro para compor sua futura vitoriosa chapa à Presidência da República, restando apenas o também modesto PRTB como alternativa. O fato surpreendente pode ser dimensionado pela segunda maior bancada na Câmara formada pelo PSL — que havia eleito apenas um deputado federal em 2014 —, por sua vitória no governo do

[*] Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: amfrei@unicamp.br

[**] Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: glauco.p.silva@gmail.com

[1] Os autores agradecem aos comentários de Andreza Davidian e Gabriela Rosa, e a todos os participantes do encontro NECI-Polbrás e do Seminário do Cebrap “Perspectivas diante dos resultados eleitorais”.

Rio de Janeiro e pelas votações expressivas de seus candidatos em diversos legislativos estaduais. A surpresa, porém, não se resume a esse partido. O principiante Partido Novo vence a eleição para o governo em Minas Gerais; candidatos favoritos ao senado do Partido dos Trabalhadores, como Eduardo Suplicy em São Paulo e Dilma Rousseff em Minas Gerais, amargam votações muito menores do que as esperadas; o PSDB e o MDB têm suas bancadas sensivelmente reduzidas, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal; para além do expressivo número de novos deputados federais que nunca haviam sido sequer políticos, 23,6% dos eleitos (Afonso, 2018). O cenário é absolutamente diverso da previsibilidade que se preconiza como uma das vantagens de um regime democrático e daquele que a ciência política brasileira atribuía ao funcionamento do sistema político nacional entre 1994 e 2014.

Esse resultado surpreendente pode ser colocado na esteira da crise política que se prolonga no país. Podemos caracterizá-la como um processo que incorpora desde as manifestações de junho de 2013, seguidas das disputas eleitorais em 2014, do impeachment da presidente Dilma, da prisão do ex-presidente Lula, para destacar alguns pontos-chave. Esse ambiente turvo tem sido alvo de cientistas políticos para alcançar alguma explicação. Primordialmente, buscou-se identificar se haveria causas institucionais para esse estado de coisas. Limongi e Figueiredo (2017) e Santos e Szwako (2016), por exemplo, se voltam a debater se é possível dizer que essa seja uma crise institucional. A resposta de ambos os trabalhos é que não. Assim observam:

Aqui é fundamental discernir dois elementos que são frequentemente sobrepostos na análise política: atores e instituições. Embora empiricamente e em todos os casos seja difícil identificar onde um ou outro esteja preponderando no desdobramento da conjuntura política, não se pode inferir a legitimidade ou eficiência das instituições a partir do uso que delas fazem os principais atores em cena. [...] Nada inerente ao desenho institucional brasileiro permitiria prever um comportamento desestabilizador assim assumido, desde o resultado das eleições daquele ano [2014], por uma oposição até aquele momento leal à democracia e por lideranças de um partido até aquele momento parceiro na coalizão. (Santos; Szwako, 2016, p. 116)

Limongi e Figueiredo (2017, p. 94) analisam desta forma: “A crise do segundo governo Dilma que levou a seu impeachment e se arrasta ao longo da presidência de Temer, portanto, não tem causas institucionais. Dependeu, basicamente, da estratégia dos atores políticos”.

É interessante que os dois trabalhos fazem uma distinção entre instituição e seus incentivos ao comportamento dos atores diante dessas instituições. Porém, ao estabelecerem tal diferenciação, surge

um problema explicativo: se as instituições deveriam elas próprias limitar ou induzir a ação dos atores políticos, como podem esses atores utilizar as instituições de forma a colocar o sistema em risco? Esse mau uso não seria explicável e caberia apenas à dimensão narrativa dos fatos?

Santos e Szwako entendem a situação desta forma:

Parece-nos fundamental, então, diferenciar lógicas de operação: a lógica interna ao impeachment de Dilma Rousseff não é caudatária de dinâmicas institucionais, mas sim da atuação concatenada e deliberada de atores político-partidários e judiciários (mais abaixo) — atuação, sem dúvida, articulada por intermédio de instituições e a despeito delas, daí o caráter inovador desse tipo de golpe. (Santos; Szwako, 2016, p. 117)

Mesmo estando de acordo com a interpretação geral, as questões que nos mobilizam são: há algo que possa ser chamado de institucional na motivação dos atores para que eles decidam utilizar-se das instituições em voga, alterando o funcionamento observado até então? Para além das questões circunstanciais e contextuais, é possível pensarmos em termos de uma explicação institucional para os fenômenos recentes no Brasil? E, mais importante, estamos diante de uma mudança com consequências permanentes no comportamento dos atores?

É frustrante, para dizer o mínimo, supor que um sistema entendido como estável em torno do que se chama de presidencialismo de coalizão, cuja base de explicação é institucional exatamente por limitar a ação dos atores políticos, venha a ser contestado pelo suposto uso que atores fizeram das instituições. Nesse sentido, o problema se torna menos nos voltarmos para se a crise tem origem nas instituições vigentes e passa para a nossa capacidade, como área do conhecimento, de entender e explicar como podem ser observados os efeitos de um conjunto mais amplo delas. Transferir a explicação para a total capacidade de agência dos atores envolvidos soa como uma explicação *ad hoc*, se comparada com o quadro de persistência preconizado pela literatura comparada que via no presidencialismo de coalizão as razões primeiras para a estabilidade política do país.

No nosso entender, há duas ordens de problemas nas explicações que afirmam que a crise não é institucional: a investigação se volta para certas instituições particulares nas explicações usuais em detrimento de outras; e a não incorporação da percepção dos atores sobre as próprias instituições como um fator que leva à mudança institucional. Ambas as dimensões podem ser suplantadas por uma interpretação mais abrangente do funcionamento do sistema político em termos de seu arranjo institucional.

Essa alternativa não é nova e pode ser encontrada nos trabalhos de mudança institucional, como em Mahoney e Thelen (2009), North (2006), Streeck e Thelen (2005). Tal compreensão nos ajudaria a focar esforços explicativos mais em termos dinâmicos e menos na identificação de um conjunto de instituições cujos efeitos seriam estáveis e duradouros indefinidamente.

A fim de avaliarmos a dimensão institucional da crise, entendemos que é preciso nos voltarmos para o arranjo institucional do sistema político brasileiro de forma mais ampla. A causa da crise não está na dinâmica entre o Executivo e Legislativo, somente, mas residiria em uma combinação mais abrangente. Durante um período de estabilidade, atribuir àquela relação a razão dos resultados observados foi suficiente; porém, diante da ação de outras forças, a dinâmica entre Executivo e Legislativo não foi capaz de garanti-la. Isso não significa que a explicação sobre a estabilidade estivesse equivocada, tampouco que seja o presidencialismo de coalizão a causa para a crise. Faltou-nos considerar como os incentivos institucionais promovidos em outros lugares do sistema político brasileiro produziam forças que colocavam a estabilidade em risco.

Entendemos que a explicação para a ação dos atores, para além dos limites impostos pelas instituições vigentes, passa por compreender um contexto institucionalmente motivado. Neste, a insatisfação da elite política com o atual arranjo de poder permite que os atores sejam coniventes com a ação daqueles que agem para além dos limites institucionais.

A avaliação da fragmentação partidária nos permite ilustrar esse ponto, servindo de exemplo para essa interpretação mais extensiva que nos facultaria entender as razões institucionais da crise. Diante das explicações dadas até o momento, a pretensão aqui é a de defender a necessidade de a ciência política brasileira aplicar esse tipo de abordagem, mostrando uma de suas possibilidades. Assim, para isso, o trabalho inicialmente apresenta a literatura sobre presidencialismo de coalizão, a fim de ilustrar como, nessas posições, os autores se fiam apenas no funcionamento de algumas regras, sem que se considere sua interação com outras instâncias e numa noção de instituição que pressupõe estabilidade. Em seguida, passamos a discorrer sobre as teorias de mudança institucional, com o intuito de apontar caminhos para uma avaliação dinâmica dos arranjos institucionais. Na próxima seção, apresentamos a interação entre instituições a partir da avaliação da fragmentação partidária como exemplo do exercício de aplicação da teoria, em que atores e um arranjo institucional mais amplo são incluídos. Por fim, uma seção de considerações finais fecha o trabalho.

A expressão *presidencialismo de coalizão* se popularizou. Se há muito já estava na mídia, agora também aparece nas conversas informais de grande parte dos brasileiros. A ideia da formação de coalizões nunca foi vista com bons olhos pela maior parte da população (Figueiredo; Limongi, 2017). Porém, seu caráter negativo ganhou força, e não é incomum que ele seja substituído pela frase “toma lá, dá cá”, como se implicasse necessariamente uma troca escusa.

Dadas as dimensões que a crise política assumiu, o presidencialismo de coalizão foi apontado como o primeiro culpado. Seria o arranjo institucional brasileiro, presidencialismo combinado com o multipartidarismo, a causada crise. Seus defensores argumentam que o diagnóstico que responsabiliza o arranjo institucional e, em especial, o presidencialismo de coalizão seria simplista. Uma vez que esse arranjo promoveu a estabilidade política até recentemente, não seria ele o culpado, mas, sim, a vítima.

No entanto, é necessário antes precisar o termo. Quando tratamos do presidencialismo de coalizão, nós nos referimos ao arranjo que possibilita presidentes eleitos por partidos minoritários aprovarem sua agenda política no Legislativo. Sistemas políticos, não só o brasileiro, vivem sob a sombra do imperativo majoritário. Quaisquer decisões sobre políticas públicas necessitam de maioria legislativa para serem aprovadas. As regras específicas variam enormemente entre os sistemas, mas certo é que o Poder Executivo, quando envia uma dada política ao Legislativo, precisa do apoio dos congressistas — que se manifestará através da maioria — para aprovar essa medida.

O Poder Executivo pode ser composto de várias maneiras: em sistemas parlamentaristas, o parlamento elege quem será o chefe do Executivo, o que torna a maioria parlamentar automática. Ou seja, o primeiro-ministro sabe que contará com os votos para a aprovação da sua agenda enquanto tiver a confiança do parlamento. Isso não significa que esse arranjo independe da formação de coalizões. Ao contrário, em sistemas parlamentaristas, quando nenhum partido no parlamento consegue a maioria das cadeiras, em 75% dos casos se formam coalizões (Cheibub; Przeworski; Saiegh, 2004), entendidas como a distribuição de pastas ministeriais para dois ou mais partidos.

Em sistemas presidencialistas, o presidente é eleito de forma independente do Legislativo. Portanto, a maioria no Legislativo não está automaticamente garantida. Quando na eleição o partido do presidente não consegue maioria, algumas escolhas estão postas. Diferentemente de sistemas parlamentaristas em que a ausência de maioria impede a continuidade do governo, o presidente pode escolher, pois

permanecerá no cargo independentemente das preferências do parlamento sobre seu governo.

Assim, cabe ao presidente decidir se formará uma coalizão. Essa definição será tomada pensando na sua agenda política, no número de partidos no parlamento, na quantidade de cadeiras de cada partido, na distribuição de preferências desses partidos etc. O cálculo do presidente é uma decisão de custo-benefício: ele sabe que precisa dos votos do Legislativo caso queira aprovar sua agenda e consegue antecipar tanto as preferências dos legisladores sobre as políticas que proporá como a disposição dos partidos em participar de uma coalizão.

O que Cheibub, Przeworski e Saiegh (2004) demonstram é que em 53% dos governos em sistemas presidencialistas, quando o partido do presidente não tem maioria no parlamento, se formam coalizões. Os autores mostram também que os incentivos para a formação de coalizões em sistemas presidencialistas são maiores em parlamentos com quatro ou mais partidos ou em parlamentos muito fragmentados, nos quais o maior partido detém menos de um terço das cadeiras. Assim, o modelo do presidencialismo de coalizão não é restrito ao caso brasileiro, pois opera na maioria dos presidencialismos, em que o partido do presidente é minoritário no Legislativo. Foi, contudo, da observação do caso brasileiro que se criou esse modelo, tendo em sua origem o trabalho de Figueiredo e Limongi (1999).

Para eles, o presidencialismo de coalizão se apoia em duas bases institucionais. A primeira são os poderes legislativos do presidente, tais como prerrogativas sobre a determinação do orçamento, possibilidade de interferir na pauta do Legislativo ou poderes de agenda (pedido de urgência constitucional, medidas provisórias) e capacidade de veto. A segunda são os poderes dos líderes partidários, distribuição dos cargos no Legislativo e poderes de agenda (capacidade de decidir a pauta legislativa; capacidade de pedir urgência).

Esse conjunto de poderes permite a centralização do processo em torno do presidente e dos líderes partidários, facilitando a coordenação da tomada de decisão. A coalizão estabelece a ponte entre os dois agentes com capacidade de coordenação do processo legislativo. Quando o presidente distribui as pastas ministeriais para os partidos no Legislativo, ele ratifica um acordo de cooperação entre os Poderes. Tal acordo, como todos, envolve troca. O presidente abre mão de parte do seu poder dividindo o ônus e o bônus do governo (Figueiredo; Limongi, 2009). Os partidos que compõem a coalizão conectam os poderes, e porque estão no Executivo, participando do desenho das políticas, cooperam para a aprovação no Legislativo (Freitas, 2016).

A novidade do trabalho de Figueiredo e Limongi (1999) está em considerar na análise da tomada de decisão as regras que a definem e constatar que os incentivos advindos do sistema presidencialista, do

sistema eleitoral e do federalismo eram minorados pelos incentivos advindos do Regimento Interno do Legislativo e da Constituição de 1988. Ou seja, de um lado as macroinstituições do arranjo político brasileiro dispersariam o poder político; de outro, as regras internas do processo legislativo centralizariam o poder decisório, tanto anulando incentivos para a atuação individual dos atores quanto fortalecendo a ação coletiva, através dos partidos políticos. Os autores demonstram que o comportamento no Legislativo é partidário; parlamentares seguem seus partidos nas votações nominais. Como também mostram que não há paralisia decisória, pois o Legislativo coopera com o Executivo para a aprovação da sua agenda. O sistema político seria capaz de sustentar a democracia, pois seria estável o suficiente para garantir que os conflitos fossem resolvidos em seu interior.

Vários autores contribuíram para o desenvolvimento da literatura sobre presidencialismo de coalizão no Brasil, acrescentando novas variáveis a esse modelo ou buscando explicações que enfatizam a importância de outros mecanismos finos de ajustes (Amorim Neto, 2000; Batista, 2013, 2017; Freitas, 2016; Pereira; Melo, 2012; Pereira; Mueller, 2002; Santos, 1997). Ou seja, o modelo do presidencialismo de coalizão brasileiro funcionaria de maneira mais eficiente a depender de como o presidente distribui os ministérios (Amorim Neto, 2000; Batista, 2017); da maneira como gerencia a distribuição de emendas ao orçamento (Pereira; Mueller, 2002); a partir da eficiência dos mecanismos de controle externos, como Ministério Público ou controladoria da União (Pereira; Melo, 2012); ou ainda a partir do processo de coordenação em torno de políticas, através da negociação da alteração dos projetos com origem no Executivo (Freitas, 2016). Olhando pelo retrovisor, o que esses trabalhos têm em comum é uma visão de estabilidade do modelo.

Tal abordagem está em linha com a maior parte dos trabalhos institucionalistas, em qualquer uma de suas versões — sociológica, da escolha racional ou histórica. Como dizem Streeck e Thelen a respeito das explicações institucionais:

Na ausência de ferramentas analíticas que caracterizem e expliquem modos de mudança gradual, muito da literatura institucionalista se apoia — explícita ou implicitamente — em um forte modelo de equilíbrio pontuado que marca uma distinção excessiva entre longos períodos de estase institucional interrompidos por algum tipo de choque exógeno que abre as coisas, permitindo uma reorganização mais ou menos radical. (Streeck; Thelen, 2005, p. 1, tradução nossa)²

[2] “In the absence of analytic tools to characterize and explain modes of gradual change, much of the institutionalist literature relies — explicitly or implicitly — on a strong punctuated equilibrium model that draws an overly sharp distinction between long periods of institutional stasis periodically interrupted by some sort of exogenous shock that open things up, allowing for more or less radical reorganization.”

Ou seja, a abordagem convencional não incorpora a possibilidade de mudança de instituições. Essa perspectiva inviabiliza a avaliação

de rupturas do ponto de vista institucional, a não ser motivada exogenamente. É possível, no entanto, avançar teoricamente na direção de superar essa defasagem.

INSTITUIÇÕES E MUDANÇA INSTITUCIONAL

A preocupação com o papel que as instituições possuem para a compreensão dos fenômenos sociais não é nova, assim como não é novo o foco na evolução dessas instituições. North, em seu trabalho clássico *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* (1990), aponta para estas duas dimensões analíticas. De acordo com o autor, a definição de instituição e a identificação de sua relevância não são suficientes para a compreensão de processos históricos; é preciso apreender o que possibilita a sua variação temporal. Assim, para lidar com a mudança institucional, ele propõe a divisão básica entre organização e instituição. A primeira pode ser entendida como os clubes em um campeonato,³ enquanto a segunda se refere às regras da disputa (Norton, 1990, pp. 4-5). As organizações, criadas por indivíduos e que abarcam entidades tanto políticas como econômicas e sociais (p. 5), buscarão, através de seus empreendedores, atingir os objetivos para os quais foram criadas e para isso alterarão incrementalmente a estrutura institucional (p. 73). Ou seja, se as instituições operam como regras de um jogo, os jogadores e dirigentes por meio de seus clubes tentarão modificar essas regras para seu próprio benefício, criando um processo dinâmico.

Em *Understanding the Process of Economic Change* (North, 2006), o autor reforça a noção de que a explicação institucional se alicerça na decisão dos indivíduos e que se deve considerar o contexto amplo no qual essa decisão ocorre. North apresenta um processo bastante direto: os humanos se apoiam em crenças elaboradas sobre a natureza da “realidade” que vivenciam, criando um modelo sobre como o mundo opera e sobre como ele deveria operar. Tal sistema de crenças é sustentado amplamente em uma dada sociedade. Indivíduos em posição de destaque político ou econômico — que podem servir como empreendedores — têm o poder de criar uma estrutura institucional que determinará a performance econômica e política de uma sociedade. Esse arranjo institucional criará uma série de imposições a todos, inclusive a eles próprios, quando buscarem melhorar suas posições políticas ou econômicas. Em razão da ação desses empreendedores, a mudança institucional continua ocorrendo ao longo do tempo, o que produz uma nova matriz institucional e conseqüentemente leva a revisões sobre a percepção da realidade, conduzindo esses empreendedores a novos esforços para modificar suas posições, num processo sem fim (pp. 2-3). A figura 1 representa essa dinâmica:

[3] North define as organizações como os jogadores. Porém, entendemos que esse termo não é preciso, pois organizações são mais que a soma das ambições de quem as compõe. Embora sejam endógenas, criaturas de seus criadores, têm história, *label* e objetivos próprios, que podem e são modificados pelos atores, mas não se resumem à atuação deles. Assim, as organizações seriam os clubes em campeonato. Os atores seriam os jogadores do time em cada partida, assim como os dirigentes desses clubes. As instituições, as regras que regem o jogo. E é preciso lembrar que por vezes as regras são claras, por vezes dependem da interpretação dos atores que estão atuando na partida, e que, mesmo quando as regras são claras, haverá jogadores desobedecendo a elas.

FIGURA I
Representação da formação e mudança de Instituições



Fonte: North, 2006.

Essa representação básica trata de mudanças institucionais de um ponto de vista bastante abrangente. North trata das alterações que permitem a uma sociedade capitalista evoluir de maneira diferente de sociedades que tenham adotado práticas socialistas, por exemplo. Refere-se, nesse sentido, a avaliações históricas com horizontes temporais vastos, que garantem o devido afastamento para que possamos enxergar as variações. Entretanto, essa interação entre agentes e instituições acontece diariamente; o que falha é nossa capacidade de notar pequenas mudanças de estratégias e na realidade percebida pelos atores, fazendo com que quem as viva perceba-as como abruptas e não como construídas em camadas em que pequenas mudanças cumulativamente levam a uma reestruturação do conjunto das instituições, transformando o comportamento dos atores.

Na busca por uma melhor compreensão desse processo de alteração, Streeck e Thelen (2005) se dedicam a avaliar casos específicos de mudanças institucionais em países desenvolvidos. Argumentam que muito da literatura tem o foco voltado para a estabilidade institucional, sem avaliar os processos que conduzem à modificação. Chamam isso de um problema geral da análise institucional contemporânea (p. 6) que mesmo a noção de *path dependence* não suplanta, porque esta tem servido mais para lidar com a resiliência institucional do que com processos de alteração. Para os autores, seria preciso incorporar a mudança como sendo endógena e não como resultado de um choque abrupto e exógeno. Nesse sentido, os autores propõem que a avaliação de alteração institucional deve ser tal que considere a distinção entre o processo de mudança, classificado como incremental ou abrupto, e o resultado da mudança: continuidade ou descontinuidade. Isso é uma inovação teórica, pois possibilita olhar analiticamente um resultado de transformação institucional gradual que produza descontinuidade. Desse modo, deve-se entender que a promulgação de uma regra social nunca é perfeita e que há sempre distância entre o padrão ideal da regra e seu real funcionamento (p. 14). A força da mudança é, assim, intrínseca e por vezes gerada pelo próprio comportamento que a instituição produz.

Essa variação analítica desloca a investigação exclusivamente voltada para momentos de ruptura abrupta ou descontínua, a fim de

incorporar situações de alterações incrementais ou transformativas. Tal possibilidade analítica ocorre pela associação ativa dos agentes do processo histórico — os empreendedores de North. A agregação das ações de indivíduos ou organizações cria possibilidades de avaliação conjunta sobre o papel das instituições. Dizem Streeck e Thelen que

instituições políticas não são apenas contestadas periodicamente; elas são objeto de disputa constante por atores tentando tirar vantagem pela interpretação ou redirecionamento das instituições na busca de seus objetivos, ou pela subversão ou contorno das regras que conflitam com seus interesses. Em vez de separar o desenvolvimento institucional em períodos nos quais ou a agência importa mais do que a estrutura ou o contrário, o objetivo deve ser o de entender [...] a maneira como os atores cultivam a mudança de dentro do contexto das oportunidades e constrangimentos existentes. (Streeck; Thelen, 2005, p. 19, tradução nossa)⁴

A partir desse ponto, diversos trabalhos voltam-se à mudança gradual das instituições. Destacam-se Mahoney e Thelen, que buscam propor uma teoria que conjugue as discussões até ali. Os autores apontam como característica fundamental da mudança a alteração na balança de poder entre atores ou organizações. Essa proposição teórica transforma o comprometimento dos atores com as instituições de automático para variável, o que é importante para se compreender tanto a mudança quanto a estabilidade (Mahoney; Thelen, 2009, pp. 8, 10).

Essa abordagem traz importantes consequências, segundo os autores, com respeito às possibilidades de transformações institucionais, pois incorporam aspectos significativos da realidade social e que são por vezes promotores de modificações. São ressaltados aspectos como: o fato de que as regras nunca são precisas o suficiente para acomodar a realidade e, por vezes, alterações da realidade levam a mudanças das instituições; o caso de os atores envolvidos possuírem, naturalmente, limites cognitivos e não terem meios de antecipar todas as situações futuras sobre as quais versarão as regras escritas no presente; a existência inevitável de pressupostos implícitos nos contextos nos quais as instituições estão inseridas e que podem ser gatilhos de alterações; e, geralmente, a diferenciação entre aqueles que criam as regras e aqueles que as aplicam, abrindo espaço para variações (Idem, pp. 11-3).

Um dos objetivos dos autores é analisar as alterações graduais, classificando-as em quatro tipos. O primeiro tipo seriam as mudanças por deslocamento (*displacement*), que aconteceriam pela remoção das regras antigas e introdução de novas.⁵ O segundo tipo seriam mudanças por sobreposição (*layering*), que ocorreriam pela introdução de novas regras em um contexto de manutenção das existentes,

[4] “Political institutions are not only periodically contested; they are the object of ongoing skirmishing as actors try to achieve advantage by interpreting or redirecting institutions in pursuit of their goals, or by subverting or circumventing rules that clash with their interests. Instead of separating institutional development into periods in which agency matters more than structure or the other way around, the aim must be to understand [...] the way actors cultivate change from within the context of existing opportunities and constraints.”

[5] Embora esse tipo possa ser caracterizado como uma mudança abrupta, os autores argumentam que isso pode ser feito também de forma gradual, com um período em que regras antigas compitam com as novas.

[6] Um exemplo seriam mudanças realizadas pela modificação nas preferências do eleitorado.

mas com modificação efetiva do comportamento. O terceiro tipo, deslizamento (*drift*), sucederia sem nenhuma variação nas regras formais, mas com mudança efetiva nos resultados. Isso se daria quando os atores políticos escolhem ignorar alternâncias no ambiente e a inação desses atores promove alteração nos resultados.⁶ O quarto e último tipo é a conversão (*conversion*), que também ocorre sem mudança nas regras formais, tendo como base a reinterpretação do uso das regras existentes.

Esses diferentes tipos de mudança gradual só são possíveis através da ação de empreendedores que se utilizam das suas organizações e das instituições em curso para melhor se posicionarem na estrutura de poder. Assim, é fundamental ressaltar, para aquilo que se pretende neste trabalho, o foco que os autores dão ao papel dos atores tanto para a estabilidade quanto para a variabilidade institucional. Para Mahoney e Thelen (2009, pp. 22-8), quatro perfis distintos de atores promovem cada um dos modelos de mudança institucional apontados: os subversivos produzem a sobreposição (*layering*); os simbióticos originam o deslizamento (*drift*); os insurrectos provocam o deslocamento (*displacement*); e os oportunistas, a conversão (*conversion*). São atores em busca de rearranjar o equilíbrio de poder presente que ocasionam mudança institucional.

Nessa discussão, Conran e Thelen (2016) resgatam um importante conceito da literatura que aplica *path dependence* para avançar o debate. Dialogando com o institucionalismo histórico, dizem os autores que

Já que elas [as instituições] emergem de uma sucessão de conflitos e constelações históricas particulares, instituições — tanto individualmente como as constelações — juxtapõem diferentes lógicas de ordens políticas, cada uma com sua sustentação temporal [...]. Por essa razão, as várias peças não formam necessariamente um todo coerente, autorreforçado, muito menos funcional; portanto, mudanças surgem de interações entre diferentes ordens institucionais dentro da sociedade, com a instabilidade em um nível institucional provocando ordem em outros. (apud Orren; Skowronek, 1994, pp. 320-1, tradução nossa)⁷

[7] “Since they emerge from a succession of particular historical conflicts and constellations, institutions — both singly and as constellations — juxtapose different logics of political order, each with their own temporal underpinnings [...]. For this reason, the various pieces do not necessarily fit into a coherent, self-reinforcing, let alone functional, whole; change thus comes from the interactions of different institutional orders within a society, as instability in one institutional layer disrupts order in others.”

A consideração é relevante para o argumento aqui. As instituições estão organizadas em arranjos que criam um sistema de incentivos. Cada uma possui dinâmica própria, mas o efeito de alterações em uma delas provoca mudanças em outras, sem que estas tenham se alterado especificamente. A passagem abaixo deixa bastante clara essa interpretação:

Instituições mudam porque estão indissociavelmente atadas a operações de outras instituições e outras forças que estão, elas próprias, se desenvolvendo de acordo com sua própria lógica. A literatura de path dependence orientada

principalmente para a explicação da estabilidade institucional pode assim se aproveitar da precisão preditiva dos insights de Orren e Skowronek sobre processos temporais diferentes, comumente conflituosos. Nem todas as “colisões” têm consequências, apenas aquelas que interrompem mecanismos específicos de reprodução nos quais instituições específicas se apoiam. Ao contrário dos modelos de equilíbrio pontuado que separam a questão da estabilidade da questão da mudança, essas perspectivas de mudança revelam que a estabilidade e a mudança institucional são faces da mesma moeda: as explicações da mudança política se apoiam nas análises da fundação da estabilidade política. (Conran; Thelen, 2016, p. 62, grifos e tradução nossos)⁸

AS POSSIBILIDADES DE UMA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTEGRADA

A crise política atravessa um período longo. O olhar que justifica os resultados eleitorais de 2018 se volta a um processo que analiticamente teria tido início em 2013, nas manifestações de junho, em que se evidenciou a percepção negativa da sociedade sobre o sistema político, em especial sobre os partidos políticos. De forma isolada, os protestos não explicam a crise, mas são o começo de uma série de importantes ocorrências que se entendem como constitutivas dela, tais como o processo eleitoral polarizado de 2014, cujos resultados pouco manifestaram a insatisfação do ano anterior; a insatisfação social como decorrência da crise econômica que por sua vez também reduz a capacidade de negociação do Executivo com a elite política; a contestação da eleição presidencial pelo partido perdedor; o acirramento da Lava Jato no início do segundo mandato de Dilma Rousseff e sua prevalência, afetando de forma definitiva a capacidade de coordenação do Executivo; o impeachment da presidente, a prisão de diversos atores centrais da política brasileira, inclusive do ex-presidente Lula, dentre outras. Esse conjunto de acontecimentos que conforma um ambiente de variabilidade política reabre o debate institucional sobre o sistema político brasileiro, levando os críticos a tributarem a instabilidade à relação entre Executivo e Legislativo.

Consideramos que as instituições criam limites e incentivos à ação, tornando seus parâmetros previsíveis, mas que os atores serão estratégicos com vistas a alterar a balança de poder, no sentido atribuído por Mahoney e Thelen (2009), e que o condicionamento à ação se dará por diferentes instituições que se afetam mutuamente, tal como apontam Conran e Thelen (2016). Se os incentivos para o comportamento observado não derivam das instituições que gerem o presidencialismo de coalizão, é preciso entender como outras instituições interagem com estas para provocar a conduta que gera instabilidade ao interromper “mecanismos específicos de reprodução no qual instituições específicas se apoiam” (Conran; Thelen, 2016, p. 62). Nesse sentido, nosso esforço está em ilustrar as possibilidades dessa abordagem diante do cenário

[8] “Institutions change because they are inextricably bound up with the operations of other institutions and forces themselves developing according to their own logic. The path dependence literature oriented primarily toward explaining institutional stability can therefore be harnessed to add predictive precision to Orren and Skowronek’s insights about different, often conflictual processes interacting over time. Not all such ‘collisions’ are consequential, only those that disrupt the specific mechanisms of reproduction on which particular institutions rest. In contrast to punctuated equilibrium models that separate the question of stability from the question of change, these perspectives on change reveal institutional stability and institutional change as two sides of the same coin: the explanation of political change rests upon an analysis of the foundations of political stability.”

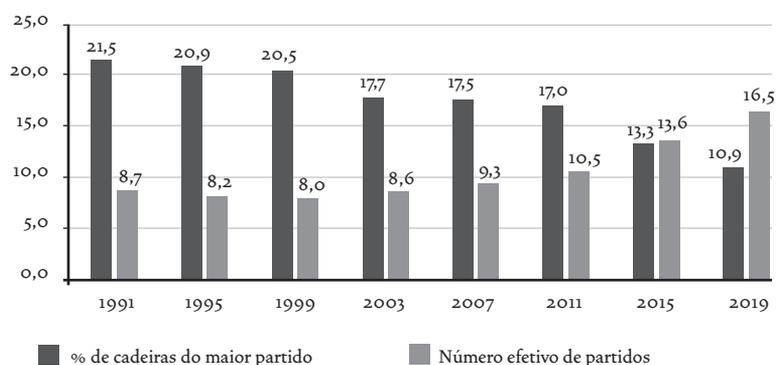
de elevada incerteza a respeito da dimensão institucional das causas da crise. Para isso, nós nos voltamos ao fenômeno da fragmentação partidária. Esse exemplo permite demonstrar que o contexto institucional em que os atores tomam suas decisões não é tão estável, e que essa instabilidade, como reflexo da insatisfação dos atores políticos, pode levar ao aumento da discricionariedade dos atores frente às instituições. Ou seja, a comportamentos não preconizados pela regularidade dos incentivos previamente determinados. E esse comportamento, por sua vez, pode determinar mudança institucional. Só é possível observar tal instabilidade, porém, se olharmos para incentivos vindos de outras arenas, o que a fragmentação também exemplifica.

Se, de um lado, a relação entre Executivo e Legislativo dava mostra de estabilidade, de outro, as bases dessa relação, os partidos políticos, estão em um processo contínuo de mudança. Esse processo não passa despercebido pela ciência política, mas o foco da explicação na estabilidade institucional acaba por não permitir um olhar mais detido sobre o aumento contínuo da fragmentação partidária, ilustrada no gráfico 1, e o que ela evidencia. Nele, podemos notar que o número de cadeiras do maior partido decresce continuamente de 1991 até 2019, passando de 21,5% para 10,9% apenas do Congresso. O número efetivo de partidos se reduz entre 1991 e 1999, caindo de 8,7 para 8,0, porém a partir de então apenas cresce, atingindo elevados 16,5 partidos em 2019.

Entendemos que a fragmentação é causada por estímulos originários de outras arenas que não a legislativa. Tem, contudo, consequências efetivas nessa dimensão, diminuindo a fatia de recursos disponíveis aos atores e elevando sua insatisfação. Isso possibilita um contexto em que a insurreição dos agentes subordinados abre as portas para a reinterpretação das regras, chave para entendermos a conformação de um contexto institucional mais amplo.

GRÁFICO 1

Porcentagem de cadeiras do maior partido e número efetivo de partidos na Câmara dos Deputados



Fonte: Banco de Dados Legislativos do Cebrap

Para compreender a fragmentação, precisamos ter claro que organizações são criadas para atender os objetivos de seus criadores, e isso não é diferente com os partidos políticos. Como afirmam Mer-shon e Shvetsova, “qualquer estabilidade em um sistema partidário não deve ser vista como [...] um estado estabelecido prescrito pelas regras do jogo, mas, sim, como um delicado equilíbrio sustentado por ações racionais de múltiplos jogadores sofisticados” (2013, p. 172).⁹ Esses múltiplos jogadores têm interesses conflitantes e estão lutando diariamente para melhor se posicionarem nas arenas de poder. Os partidos políticos são uma ferramenta para esses agentes, já que lhes permitem alcançar mais facilmente objetivos que só podem ser conquistados pela ação coletiva. O principal recurso que um partido oferece coletivamente aos seus membros é a sua marca. Quaisquer outros recursos que o partido pode fornecer dependem da sua importância no sistema partidário, mensurada pelo número de cargos conquistados, e da intermediação de recursos que são igualmente concedidos a todos os partidos do sistema.¹⁰

No caso do Brasil, os recursos em disputa no interior das siglas são centralizados nas suas lideranças. Esses recursos não estão apenas no Legislativo, mas também na arena eleitoral e partidária. Lideranças no Legislativo controlam cargos, a pauta e ainda as negociações intrapartidárias, entre partidos e com o Executivo. Na arena eleitoral, a questão dos recursos envolve a decisão das estratégias de coligação e o financiamento da campanha, desde as doações que serão redistribuídas — na última eleição também os recursos do fundo eleitoral —, até a distribuição e presença no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE), entre outros fatores. Como se dará a distribuição interna desses recursos é uma decisão mais ou menos centralizada, a depender da legenda; mas passa necessariamente por quem controla os diretórios federal, estadual e municipal.

Nesse cenário, se, de um lado, a concentração de recursos nos partidos políticos incentiva um comportamento disciplinado no Legislativo, de outro, estimula políticos mal posicionados na estrutura partidária a mudarem de partido na busca pelo controle desses recursos,¹¹ dado que há poucas consequências para a migração, do ponto de vista eleitoral. A migração partidária seria, então, uma válvula de escape para um sistema centralizado nos partidos.

No entanto, como sabemos, a migração partidária deixou de ser uma alternativa a partir de 2007 com a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹² que muda o entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1989,¹³ determinando que o mandato pertence ao partido e não ao parlamentar. A resolução do TSE gerou diversos problemas, que suscitaram inúmeros mandados de segurança no STF,¹⁴ bem como outras resoluções do TSE regulando a perda

[9] “Any observed stability in a party system should not be viewed [...] as a settled state prescribed by the rules of the game. Instead, it is a delicate equilibrium balance sustained through the rational actions of multiple sophisticated players.”

[10] Ou seja, em um sistema eleitoral em que eleitores são mais identificados com partidos, em que os estímulos para a busca de uma nova legenda são menores, pois o custo de saída de dado partido pode significar o desalinhamento com o eleitorado. Em um sistema no qual há baixa identificação do eleitorado com os partidos e em que o legislador não é punido por sair de um partido, pesam mais os outros incentivos ou quanto de recurso o legislador consegue capitalizar a partir da sua posição na hierarquia do partido.

[11] Para saber mais, ver: Freitas, 2012.

[12] Resolução n. 22.526, de 27 de março de 2007.

[13] Mandado de segurança n. 20.927, de 1989.

[14] Para citar alguns, a decisão de se o suplente a ser convocado em caso de perda de mandato seria do partido ou da coligação; se os eleitos para cargos majoritários também estariam sujeitos a perda de mandato; se haveria causas justificáveis para migração partidária.

do mandato. Entre as questões disciplinadas posteriormente, está a definição de justa causa para o abandono de partido, que entre suas possibilidades permite a parlamentares trocarem de legenda para novos partidos. Assim, sem a possibilidade de migrar, políticos que acreditam que podem melhor se posicionar no sistema político, em vez de mudarem de legenda, passam a criar novas. São partidos que nascem dentro do sistema político, com indivíduos que já possuem mandato, aumentando de forma explosiva a fragmentação partidária.

Nesse contexto, é preciso destacar que a influência excessiva dos tribunais superiores não deve ser pensada como alheia ao sistema político; ao contrário, constitui um elemento estratégico, disponível para grupos minoritários no Legislativo, uma vez que a ação do TSE e do STF é acionada. Ou seja, o TSE não teria mudado o entendimento sobre o pertencimento do mandato, caso não houvesse sido acionado pelo então PFL. Isso vale para todas as decisões que as cortes superiores vêm tomando e que interferem no sistema eleitoral e partidário. Todas elas são fruto da ação de partidos que, sem maioria para decidir no Legislativo, através de mudanças das regras, buscam o STF para uma nova interpretação das já existentes.

De outra parte, a fragmentação evidencia desconforto dos agentes com o arranjo político-partidário, que também fica explícito pelas inúmeras modificações da legislação eleitoral e partidária. Ao todo, catorze leis ordinárias, três leis complementares, nove emendas constitucionais e oito ações diretas de inconstitucionalidade modificaram aquela legislação. Esse conjunto pode ser entendido como mudanças por sobreposição, já que não tinham a intenção de alterar radicalmente as regras existentes. Porém, pela ação dos grupos perdedores no Legislativo, elas foram sistematicamente contestadas nos tribunais, seja por consultas, seja por ações diretas de inconstitucionalidade que, como no caso das trocas de legenda, acabam por produzir a conversão das normas existentes, cujo resultado são variações institucionais efetivas.

Esforços explicativos que envolvam o papel do judiciário nos parecem fundamentais diante do exposto, uma vez que sua atuação impulsiona a fragmentação partidária e ainda modifica o sistema político em geral. Parte dessa literatura já aponta na direção da construção de um arranjo institucional que incorpore o judiciário para a compreensão do sistema político nacional (Arantes; Couto, 2019), o que os autores chamam de política constitucional. Em certa medida, o efeito das decisões das cortes superiores gera uma transformação, nos termos de Mahoney e Thelen, por conversão: as regras não são alteradas, mas sua reinterpretação tem efeito significativo no comportamento dos atores políticos, abrindo a porta para uma mudança no sistema partidário. O vínculo entre o ambiente jurídico e o funcionamento do legislativo apontado forma uma relação importante para a compreensão da ação individual.

Por sua vez, em outra interação institucional, a fragmentação partidária no Congresso é um fator que afeta seu funcionamento. A divisão do parlamento em inúmeras siglas reduz os efeitos positivos do Colégio de Líderes ao aumentar os custos de negociação e diminuir os retornos que o líder traz para o seu partido. A importância relativa de integrar a coalizão também diminui quando aumenta o número de legendas necessárias para uma coalizão majoritária, ou se diminui o número de parlamentares das bancadas de cada partido. O aumento da fragmentação reduz a importância de cada líder tanto no processo decisório como na sua força de organização interna, já que cada um “receberá” menos por sua fidelidade ao governo, dada a maior oferta de acordos possíveis pelo Executivo. Haveria então menos recursos a serem divididos entre os membros de cada partido, o que reforçaria a insatisfação revelada pela própria fragmentação. Tudo mais constante, a insatisfação dos políticos individualmente propiciaria uma oportunidade de buscar alternativas para conseguirem atender seus interesses. Novamente, a insurreição dos atores subordinados é uma dessas alternativas. A ascensão de figuras como Eduardo Cunha ou as dificuldades de negociação com o Legislativo, impostas pelo Centrão, devem ser percebidas nesse contexto, em que as lideranças partidárias parecem se mostrar menos efetivas na coordenação de suas bancadas.

Nesse sentido, o fenômeno da fragmentação partidária no Congresso decorre dessas relações estabelecidas entre a arena legislativa e a arena eleitoral e da atuação do judiciário. São formadas por instituições diferentes, mas que interagem e se reforçam de maneira intrincada (Thelen; Conran, 2016). E acabam por afetar decisivamente uma das bases do presidencialismo de coalizão. Ainda que as regras formais para a atuação do Colégio de Líderes não sejam diferentes atualmente, estão sob a influência de fatores distintos de outras arenas.

Assim, entendemos que é à luz destas considerações que os eventos a que chamamos de crise devem ser analisados. A fragmentação partidária realça elementos desse ambiente institucional complexo que deve ser incorporado. Como afirmam Mahoney e Thelen, o foco na estabilidade, natural ao neoinstitucionalismo, tende a explicar a mudança pela ação de novos atores “que conseguem desestabilizar práticas dominantes e impor suas alternativas preferidas” (p. 5), mas não podemos desconsiderar certas “propriedades institucionais que as tornam, em alguns momentos, mais vulneráveis” (idem). Devemos ainda conceber que essas mudanças são consequência da insatisfação com a maneira como se dá o processo decisório, que acaba por se refletir no processo legislativo ou estressá-lo. Seus efeitos, porém, não seriam sempre os mesmos, pois estão condicionados pelo ambiente institucional no qual ocorrem, e eles devem, por isso, ser introduzidos para a avaliação desse tipo de fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos aqui que as decisões tomadas pelos atores relevantes no contexto político nacional brasileiro foram feitas não apenas considerando como ponto de apoio os mecanismos que a ciência política indicava como os que garantiriam a governabilidade. Estímulos para suas ações se deram em outros ambientes, também institucionalmente motivados. Nosso argumento é pontuar que a crise pode ter entre suas causas um processo de mudança institucional gradual que seria identificado em diferentes arenas. É difícil incorporar analiticamente esses processos, pois por vezes são sutis de fato, já que não se expressam pela regularidade ou pelo comportamento sistemático dos atores, chave para entender os processos políticos. De outro lado, mudanças no sistema de forças, mesmo naqueles estáveis, podem vir da mudança na percepção dos agentes sobre incentivos e menos da alteração efetiva da regra em si. O fato de que o processo decisório centraliza o poder nas lideranças partidárias e no Executivo, estimulando um comportamento coordenado, não significa que outros incentivos vindos da fragmentação do poder político não atuem; apenas o primeiro conjunto explica bem o suficiente para que não tenhamos que levar o segundo conjunto em consideração. Como lembram Mahoney e Thelen (2009), nem sempre as mudanças institucionais precisam de modificações nas regras.

Nas análises neoinstitucionalistas, buscamos identificar o equilíbrio que é determinado pela regularidade do comportamento humano e que permite termos expectativas sobre o comportamento individual. A interação entre atores/atores, atores/organizações, atores/instituições, contudo, é marcada pela luta por um melhor posicionamento na hierarquia decisória. As estratégias desses agentes passam pela análise de um conjunto de custos e benefícios relativamente comuns nas mesmas arenas, mas nenhum destes age em só uma arena, como também os custos e os benefícios não são constantes, variando a partir da alternância de estratégias dos demais envolvidos. Estender as avaliações institucionais para incorporar essas dimensões nos parece um passo necessário.

Assim, a crise pode ser entendida como um fenômeno institucional no sentido mais geral do termo: as percepções dos atores que compõem e sustentam esse arranjo se alteraram, fazendo com que as previsões a respeito do uso e do funcionamento dessas mesmas instituições se tornassem incertas. Neste caso, não se altera a instituição em si, ao menos aquelas que se associam com o presidencialismo de coalizão. Inclusive, diante desse cenário, talvez não se possa mais falar em crise, pois essa ideia pressupõe que o cenário retornaria a um estado de estabilidade similar àquele do início das mudanças (Streeck;

Thelen, 2005, p. 5). As transformações podem ter criado um novo ambiente institucional de atuação política cuja regularidade seria observada a partir do futuro próximo. A divisão analítica convencional dos estudos das instituições políticas nacionais, em que cada grupo se divide para a avaliação específica, parece completamente distante daquilo que seria preciso para explicarmos fenômenos complexos como esse e também para a mudança institucional. Parece-nos claro que necessitamos alterar nosso aparato analítico para a compreensão de efeitos institucionais mais amplos e temporalmente dinâmicos.

ANDRÉA FREITAS [<https://orcid.org/0000-0002-7084-6672>] é professora do departamento de ciência política da Universidade Estadual de Campinas, coordenadora do Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do Cebrap e pesquisadora do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI) e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP). Ela foi corresponsável pelos argumentos centrais e pela redação do artigo.

GLAUCO PERES DA SILVA [<https://orcid.org/0000-0001-5800-8222>] é professor livre-docente do departamento de ciência política da Universidade de São Paulo, vice-coordenador do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI) e pesquisador associado do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Ele foi corresponsável pelos argumentos centrais e pela redação do artigo.

Recebido para publicação
em 24 de janeiro de 2019.

Aprovado para publicação
em 15 de março de 2019.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

113, jan.–abr. 2019

pp. 137-155

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, Nathália. “Só um a cada quatro deputados eleitos cumprirá mandato pela primeira vez”. Agência Lupa, revista *piauí*, Rio de Janeiro, 10/10/2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/10/deputados-primeiro-mandato>. Acesso em: 4/1/2019.
- Amorim Neto, Octavio. “Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil”. *Dados: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 43/3, 2000, pp. 479-519. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258200000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4/1/2019.
- Arantes, Rogério B.; Couto, Cláudio G. 1988-2018: 30 anos de constitucionalização permanente. In: Menezes Filho, Naércio; Sousa, André Portela (orgs.). *A Carta: para entender a Constituição brasileira*. São Paulo: Todavia, 2019, v. 1, pp. 13-52.
- Batista, Mariana. “O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010)”. *Opinião Pública*, v. 19, n. 2, 2013, pp. 449-73. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000200009>.
- Batista, Mariana. “Taking Portfolios Difference Seriously: A Composite Measure Based on Policy, Office, and Budget in Brazil”. *Brazilian Political Science Review*, v. 11, n. 1, 2017. <https://doi.org/10.1590/1981-382120170001000600>.
- Cheibub, J. A.; Przeworski, A.; Saiegh, S. M. “Government Coalitions and Legislative Success under Presidentialism and Parliamentarism”. *British Journal of Political Science*, v. 34, n. 4, out. 2004, pp. 565-87. <https://doi.org/10.1017/S0007123404000195>
- Conran, James; Thelen, Kathleen. “Institutional Change”. In: Fioretos, Orfeo; Falleti, Tulia Gabriela; Sheingate, Adam (orgs.). *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 51-70. <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199662814.001.0001/oxfordhb-9780199662814-e-3>.
- Figueiredo, Argelina Cheibub; Limongi, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- . “Poder de agenda e políticas substantivas”. In: Rennó, Lucio R.; Inácio, Magna. (orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 77-104.
- . “A crise atual e o debate institucional”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 36, n. 3, 2017, pp. 78-97. <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201700030008>.
- Freitas, Andréa. “Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, 2012, pp. 951-86.
- . *Opresidencialismo da coalizão*. Rio de Janeiro: Editora Konrad Adenauer Stiftung, 2016. <http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/46897>.
- Mahoney, James; Thelen, Kathleen Ann. *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

- Mershon, Carol; Shvetsova, Olga. *Party System Change in Legislatures Worldwide: Moving Outside the Electoral Arena*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- North, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- North, Douglass. *Understanding the Process of Economic Change*. Nova Délhi: Academic Foundation, 2006.
- Orren, Karen & Stephen Skowronek. "Beyond the Iconography of Order: Notes for a 'New Institutionalism'". In: Dodd, Lawrence C.; Jillson, Calvin (orgs.). *The Dynamics of American Politics: Approaches and Interpretations*. Boulder: Westview Press, 1994, pp. 311-30.
- Pereira, Carlos; Melo, Marcus André. "The Surprising Success of Multiparty Presidentialism". *Journal of Democracy*, v. 23, n. 3, 2012, pp. 156-70.
- Pereira, Carlos; Mueller, Bernardo. "Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro". *Dados: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 45, n. 2, 2002, pp. 265-301.
- Santos, Fabiano. "Patronagem e poder de agenda na política brasileira". *Dados: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 40, n. 3, 1997, pp. 465-91.
- Santos, Fabiano; Szwako, José. "Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil". *Saúde em Debate*, v. 40, n. especial, dez. 2016, pp. 114-21. <https://doi.org/10.1590/0103-11042016s10>.
- Streeck, Wolfgang; Thelen, Kathleen. "Institutional Change in Advanced Political Economies". In: Streeck, Wolfgang; Thelen, Kathleen (orgs.). *Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies*. Oxford: Oxford University Press, 2005, pp. 1-39.





A DIREITA MORA DO MESMO LADO DA CIDADE

Especialistas, polemistas e jornalistas¹

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010005>

DMITRI CERBONCINI FERNANDES*
ALLANA MEIRELLES VIEIRA**

RESUMO

Neste artigo, intentamos delimitar o espaço social ocupado pelos intelectuais midiáticos de direita que atuaram em favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff entre 2015 e 2016. Consideramos as relações entabuladas por eles com os poderes político, acadêmico, econômico e midiático. Assim, buscamos dar inteligibilidade à organização interna de um âmbito amiúde desprezado pelas ciências sociais brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: *intelectuais; mídia; impeachment; sociologia dos intelectuais; direita.*

The Right Wing Lives on the Same Side of the City: Experts, Polemicists and Journalists

ABSTRACT

In this paper, we intend to circumscribe the social space occupied by the right-wing mediatic intellectuals that supported the impeachment of former president Dilma Rousseff between 2015 and 2016. We consider the relations established between them and the political, academic, economic and mediatic powers. Therefore, we aim to make intelligible the internal organization of a field often neglected by the Brazilian social sciences.

KEY-WORDS: *intellectuals; media; impeachment; sociology of intellectuals; right-wing.*

[*] Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. E-mail: vivaraiz@gmail.com

[**] Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: alla.nameirelles@hotmail.com

[1] O título faz referência ao artigo em que Pierucci (1989) denominava os direitistas da época como os que “moram do outro lado da cidade”, ou seja, longe da zona central paulista-

I. PARA UMA SOCIOLOGIA DA DIREITA

Um fenômeno vem inquietando acadêmicos e pensadores ao redor do mundo: a chamada ascensão conservadora. Expressa politicamente por meio das vitórias eleitorais de representantes identificados à direita e à extrema direita, escora-se na imposição de receitas econômicas neoliberais articuladas, em termos culturais, com xenofobia, instigação de medos diversos, políticas repressivas e polícalescas, perdas de direitos trabalhistas, nacionalismos de ocasião

e conservadorismos morais diversos (Dardot; Laval, 2016). Em seu movimento característico de reprodução, esse novo espectro que ronda não só a Europa, mas o globo, dota-se de tentáculos intelectuais, dentre os quais os denominados *think tanks* (Carlotto, 2018), algumas instituições de ensino superior — especialmente as instituições privadas e departamentos específicos, como os de economia, no caso do Brasil — e os meios de comunicação — tanto os tradicionais quanto os primordialmente embasados nas redes sociais. O clima advindo dessa nova razão do mundo, que se serve sobretudo das crises econômicas cíclicas, é o da construção imaginária de inimigos que devem ser combatidos e/ou eliminados a todo custo (Hochschild, 2016). Nesse cenário, são erodidos os próprios pilares em que se embasam as democracias ocidentais, quais sejam, a tolerância para com os adversários políticos e a disputa de valores, canalizada pelos meios institucionais.

No Brasil, percebe-se que elementos centrais na imposição desse tipo de visão ainda foram pouco estudados. O interlúdio entre a eleição presidencial de 2014 e o processo de votação do impeachment da presidenta por ela consagrada, Dilma Rousseff, em 2016, evidencia o alto nível de polarização política no país em um contexto de crise. Diversos atores políticos se posicionaram a favor ou contra a deposição, tanto em veículos jornalísticos tradicionais quanto em páginas da internet, complementando (e legitimando) a atuação de movimentos sociais e demais cidadãos em manifestações de rua ou virtuais.²

Nesse meio-tempo, a produção de colunistas identificados à direita no espectro político,³ engajada contra os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e as figuras associadas ou próximas à esquerda, confluiu com a ocupação das ruas por grupos sem histórico de participação em movimentos sociais, quase todos identificados com o teor das mensagens propugnadas por esses colunistas (Tatagiba *et al.*, 2015; Ortellado e Solano, 2015; Telles, 2015).⁴ A denominada “guinada à direita” no país passou então a instigar pesquisadores a traçar análises conjunturais, casos de Singer (2018) e Avritzer (2016), ou até mesmo propor explicações mais detidas a respeito de tal fenômeno, como o livro de Cruz *et al.* (2015) e os artigos de Chaloub e Perlatto (2015) e de Messenberg (2017). Ainda que tais estudos apontem para uma tentativa de sistematização das ideias defendidas por esses colunistas,⁵ no mais das vezes limitaram-se a tomar como objeto estruturante da análise tão somente seus discursos. Escapa-lhes, destarte, o essencial para a inteligibilidade das tomadas de posição dos agentes, qual seja, o escrutínio da organização interna e das propriedades sociais desse conjunto de colunistas identificados à direita. Âmbito que, aliás, embora amiúde ignorado pelas ciências sociais brasileiras (Fernandes; Messenberg, 2018), em muito contribui para a conformação do ideário político nacional, dada a relevância de cargos e prebendas

na, repleta de aparelhos culturais, ou mesmo da Universidade de São Paulo (USP), conforme sua análise deixava clara. Salientamos a possível mudança ocorrida nesse interim, com o título-homenagem.

[2] A polarização política se expressou também na forma de se referir ao processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff, pois o polo contrário ao impeachment nomeou-o como “golpe”, muitas vezes acrescido das qualificações “midiático”, “parlamentar” e “jurídico”. Ver, por exemplo: Luis Felipe Miguel, “Golpe”, disponível em: <<https://jornalgnn.com.br/noticia/golpe-por-luis-felipe-miguel>>; <<https://jornalgnn.com.br/tag/blogs/golpe-juridico-midiatico>>. Acesso em 06/12/2018. Já aqueles que se manifestaram a favor da destituição da presidenta se empenharam em defender que não se tratava de um golpe. Ver: Bolívar Lamounier, “Lula e Dilma, uma farsa em cinco atos”, disponível em: <<https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,lula-e-dilma-uma-farsa-em-cinco-atos,10000049737>>. Acesso em 06/12/2018.

[3] Adotamos neste artigo um sentido relacional dos termos “direita” e “esquerda”. Nesse sentido, não nos interessa tomar parte na infundável e costumeira discussão sobre conceitos substancialistas de esquerda e direita. Consideramos tais categorias agregadoras de polos em disputa de um campo de força, englobando diferentes correntes de pensamento e grupos — como conservadores, neoliberais, anarquistas, socialistas, comunistas etc. Desse modo, não nos referimos a um conjunto homogêneo, mas às posições relacionais que vão desde um extremo até o centro, variando de acordo com o referencial tomado, construído *a posteriori* à pesquisa. Conforme Bourdieu (2012, p. 439), “as técnicas modernas de análises de correspondências [múltiplas] são muito úteis para estudar ao mesmo tempo esses espaços ideológicos, vagos e frouxos, e no entanto nem um pouco indeterminados, e também os grupos correspondentes”. É justamente o que propomos neste artigo. Para um inventário das diferentes formas de construir o conceito de direita, ver Morrei (2015). Para discussões tradicionais sobre o assunto, ver Messenberg (2017, pp. 622-3) e a definição clássica de Bobbio (1995).

[4] A ocupação das ruas por movimentos identificados como à direita do espectro político remonta em alguma medida às manifestações de 2013 no Brasil. Os protestos inicialmente organizados pelo Movimento Passe Livre contra o aumento das tarifas de transporte público se transformaram em grandes manifestações com demandas, teor ideológico e composição diversos, a ponto de o fenômeno se tornar alvo de disputas discursivas acerca de seu significado. Naquele momento, surgiu, por exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL), autodefinido como de direita.

[5] Messenberg (2017) analisou os discursos proferidos por agentes associados à direita, como movimentos sociais (MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online), líderes desses movimentos (Kim Kataguirí, Fernando Holiday, Rogério Chequer, Marcello Reis e Beatriz Kicis), jornalistas (Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Rachel Sheherazade, Felipe Moura Brasil e Rodrigo Constantino) e políticos com mandato (Jair Bolsonaro e Marco Feliciano). A partir da sistematização do que chamou de “ideias-força”, a autora propôs três principais campos semânticos que organizam o conjunto desses discursos: o antipetismo, o conservadorismo moral e os princípios neoliberais, sendo o primeiro priorizado por esses agentes.

[6] Além da referência constante à esquerda, esses colonistas também recorrem a artigos em jornais e revistas para estabelecer oposições a nomes identificados àquele polo do espectro político. Para citar um exemplo, há os debates entre o economista Samuel Pessôa e o filósofo Ruy Fausto e a detração do economista Alexandre Schwartzman contra Laura Carvalho. Ver: Samuel Pessôa, “A armadilha em que a esquerda se meteu”, *Piauí*, n. 123, dez. 2016, disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/armadilha-em-que-esquerda-se-meteu>>; idem, “Utopia e pragmatismo”, *Piauí*, n. 126, mar. 2017, disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/utopia-e-pragmatismo>>; Ruy Fausto, “Ainda a esquerda”, *Piauí*, n. 125, fev. 2017, disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/ainda-a-esquerda>>; Alexandre Schwartzman, “Quando a conclusão precede a análise, a lógica é sempre sacrificada”, *Folha de S.Paulo*,

detidas pelos intelectuais em voga, bem como os demais trunfos que conferem alta ressonância e/ou credibilidade a suas opiniões no sistema midiático e em meio a setores da sociedade civil, como empresariado, formuladores de política pública, terceiro setor etc.

Sem entrar na disputa ideológica e, assim, reverberar os lugares-comuns empregados na contenda simbólica daqueles que ocupam um ou outro lado do espectro político, por um lado, nem tomar os colonistas analisados como indivíduos singulares (Bourdieu, 2011, pp. 45-6), por outro, este artigo propõe um mapeamento analítico inicial das posições que compõem o espaço de tensões entre alguns dos principais formuladores ideológicos que atuaram em favor do impeachment. Por conseguinte, oferece-se aqui uma análise sociológica relacional das posições desses intelectuais e de suas intervenções (Bourdieu, 1996; Sapiro, 2015, p. 25). Partimos da sociologia dos intelectuais de matriz bourdieusiana para tentar compreender a forma pela qual aspectos e atributos sociais cristalizados em instituições determinadas, incorporados pelos agentes, podem vir a dirigir as representações do jogo estabelecido nas arenas política, econômica e midiática. Busca-se, assim, elaborar uma análise distinta das já empreendidas, dando o devido enfoque ao sistema objetivo de relações que enlaça as produções e tomadas de posições de importantes atores sociais.

Para tanto, selecionamos os personagens a ser analisados a partir destes critérios, cumulativos e diferentes dos adotados nos artigos mencionados: 1) ter defendido explicitamente o impeachment da presidenta Dilma Rousseff — focando no polo vitorioso da disputa aqui abordada; 2) ter atuado como colunista em veículos de comunicação tradicionais, seja no presente seja no passado recente; 3) ter publicado livros focados em críticas à esquerda, ao PT e a seus seguidores, com propostas de salvação do país ou com a defesa de ideias conservadoras e de uma tomada de posição categórica à direita. Esses critérios permitem limitar o universo a um número razoável de investigados, qual seja, o de 24 indivíduos, entre ativistas, intelectuais midiáticos, formuladores de políticas e acadêmicos. Tal conjunto abrange nomes de variadas relevância e posição, desde os que se declaram abertamente como “de direita” até os refratários a tal caracterização — embora, em determinados momentos, contraponham-se ao que vislumbram como “esquerda”, “socialismo”, “comunismo” etc.⁶ A seleção foi realizada a partir de pesquisa prévia nos principais jornais, revistas e emissoras do país conjuntamente com o levantamento dos livros publicados nos últimos anos que atendessem aos princípios mencionados. Consideramos os principais veículos de comunicação nacional, tais quais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *A Gazeta do Povo*, *Vêja*, *Época*, *IstoÉ*, *Jovem Pan*, *BandNews FM*, *CBN*, *Rede Globo*, *SBT*, *Record* e *Band*. Há de se ressaltar, porém, que o conjunto não se pretendeu exaustivo, e sim

sociologicamente representativo. Certamente outros recortes seriam válidos, e nomes tão ou mais relevantes que os presentes nesse universo estarão ausentes.

Cabe ainda frisar que o contencioso em torno de quem seriam os mais adequados para compor o conjunto — tanto pela definição do conceito de “intelectual” quanto do termo “direita” — remete, de certa maneira, a estratégias de distinção a que recorrem não apenas os próprios intelectuais, mas também suas clientelas. Conforme aponta Miceli, a definição de “intelectual” é um dos “móveis centrais que impulsionam a concorrência entre os diversos tipos de produtores em luta pela monopolização da autoridade de legislar em matéria cultural” (Miceli, 2001, p. 247). O incômodo gerado pela composição de um objeto de estudo com personagens dotados de diferentes níveis de prestígio e capital específico pode também dar à mostra a eficácia simbólica que essas estratégias de distinção exercem sobre alguns. Aceitar de antemão as definições que os intelectuais fazem de si próprios seria, como Miceli afirma:

lidar apenas com as representações que os intelectuais dominantes oferecem de si mesmos, logrando o tento de reduzir as relações que mantêm com seus patrocinadores e com seu público aos modelos de perfeição ética, estética e política, de que se valem no trabalho de administrar sua imagem oficial. (Miceli, 2001, p. 247)

Compõem o objeto de análise, por conseguinte, o doutor em economia Alexandre Schwartzman, o doutor em ciência política Bolívar Lamounier, o mestre em ciência política Bruno Garschagen, o doutor em geografia humana Demétrio Magnoli, o doutor em filosofia Denis Rosenfield, o escritor Diogo Mainardi, a jornalista Dora Kramer, o antropólogo Fernando Gabeira, o doutor em filosofia Fernando Schüler, o escritor Guilherme Fiuza, a jornalista Joice Hasselmann, o mestre em filosofia Leandro Narloch, o doutor em filosofia Luiz Felipe Pondé, o doutor em história social Marco Antonio Villa, o jornalista Merval Pereira, a jornalista Miriam Leitão, a doutora em economia Monica de Bolle, o doutor em estudos comparados sobre as Américas Murillo de Aragão, o escritor Olavo de Carvalho, a jornalista Rachel Sheherazade, o jornalista Reinaldo Azevedo, o economista Ricardo Amorim, o economista Rodrigo Constantino e o doutor em economia Samuel Pessoa (para a visualização dos vínculos profissionais mais relevantes desses articulistas, consultar o Quadro sinóptico).

No intento de traçar o mapeamento inicial, foram coletados dados acerca da idade, da formação acadêmica e de possíveis mensuradores das relações que tais figuras estabelecem ou estabeleceram com os poderes político e econômico, com a universidade e com *think tanks*, além

19/6/2017, disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandreschwartzman/2017/07/1902219-quando-a-conclusao-precede-a-analise-a-logica-e-sempre-sacrificada.shtml>. Acesso em 06/12/2018.

dos livros que publicaram, dos veículos de comunicação em que trabalharam e/ou trabalham e dos prêmios que receberam. Registramos tais informações a partir das descrições fornecidas por eles mesmos em currículos *online* — em plataformas como Lattes ou LinkedIn —, textos de apresentação de seus *blogs*, em suas páginas de redes sociais ou nos veículos em que escrevem. Na próxima seção, daremos operacionalidade estatística a tais atributos, bem como esboçaremos uma análise do espaço social conformado.

2. O ESPAÇO SOCIAL DOS COLUNISTAS “DE DIREITA”

Com base nos dados e informações levantados sobre o universo de colunistas analisado, empregamos o método da análise de correspondências múltiplas, a ACM (Duval, 2015, p. 218; Bertonecelo, 2019; Le Roux; Rouanet, 2010)⁷ e observamos três principais polos que se organizam por meio dos princípios e atributos arrolados a seguir: 1) o polo dos *especialistas*, formado pelos colunistas que detêm um volume maior e mais diferenciado de capital escolar e, conseqüentemente, menor volume de capital midiático; 2) o polo dos *polemistas*, que têm formação em economia, administração ou ciências humanas, mas não dispõem do título nem do prestígio dos doutores. Eles ostentam certo capital midiático, mas não equivalente ao dos jornalistas; 3) o polo dos *jornalistas*, constituído por aqueles que são graduados em jornalismo ou têm anos de experiência na profissão e contam com amplo reconhecimento do público e/ou dos pares.

Esperamos deixar claro por meio dessa forma de organização o *modus operandi* que envolve a divisão do trabalho intelectual nesse circuito, bem como as colaborações, as detrações, os embates etc. entre os diferentes atores. Vale ressaltar que a leitura dos gráficos de ACM inscreve-se em uma interpretação ideal-típica (Duval, 2015, p. 230), de modo que o fato de uma figura se situar mais próxima de determinado polo não significa que ela não possa apresentar características de outro. Além disso, a inserção de dados que não foram aqui considerados pode deslocar determinados nomes de um polo a outro. Assim, o objetivo principal deste trabalho é demonstrar como esse espaço social se estrutura, e não vincular de maneira estanque um nome a um polo ou outro. Aliás, no gráfico 1, é possível perceber que entre os jornalistas e os polemistas há certa continuidade, dificultando a distinção entre os nomes que comporiam um ou outro grupo. Já os especialistas aparecem no gráfico em posições claramente opostas aos outros dois polos.

A ACM foi elaborada por meio do programa SPAD,⁸ tendo como variáveis ativas a ocupação de cargos políticos (cargopol+; cargopol-: neste caso, assim como nas outras variáveis dicotômicas, o

[7] A ACM é um método de análise fatorial, utilizado para a construção de “zonas teóricas”. Muito utilizado por Bourdieu, em livros como *Homo academicus*, *A distinção*, *La Noblesse d’État*, esse tipo de estatística se relaciona com a teoria dos campos e possibilita “representações estenográficas” de regiões do ‘campo social’ (*A distinção*) ou ‘microcosmos’” (Duval, 2015, p. 218). Como Bertonecelo afirma: “Uma das principais vantagens dessa técnica está na minimização dos riscos de uma leitura substancialista da relação entre uma dada prática e uma dada categoria social [...]. Em vez disso, e por permitir reconstruir indutivamente as principais divisões que estruturam o espaço social e o espaço simbólico, essa abordagem é mais adequada a uma leitura relacional (por meio da observação das proximidades ou distâncias relativas das modalidades no espaço de correspondências) do sentido e do valor, sempre mutáveis porque disputados, das propriedades e das práticas dos agentes” (Bertonecelo, 2019, p. 236). Para uma explicação detalhada da técnica, ver Le Roux e Rouanet (2010).

[8] Coheris SPAD é um programa largamente empregado na sociologia para a análise de correspondências múltiplas. Os dados empregados na análise foram coletados até maio de 2018, sendo possível que tenham sofrido variações desde então, sem, no entanto, trazer prejuízos para a argumentação geral.

símbolo “+” indica a posse de tal propriedade e o “-”, a ausência dela); a sociedade em agências de consultoria (consult+; consult-); o vínculo com alguma emissora de TV (TV+; TV-); a passagem por empresas que adotam o viés de direita como estratégia de negócio — *Gazeta do Povo*, Editora Record e Jovem Pan (VPOL+; VPOL-); a atuação como colunista dos jornais *Folha de S. Paulo* ou *O Estado de S. Paulo* (FolhaEst+; FolhaEst-); a presença constante ou o vínculo com o Grupo Globo (Globo+; Globo-); a experiência como docente de ensino superior (Prof+; Prof-); o volume de seguidores no Twitter e no Facebook (A; B; C; D; E — indo dos que têm mais seguidores aos que têm menos); o prestígio, com base nos prêmios recebidos (Premio+++ : prêmios acadêmicos, literários ou jornalísticos concedidos pelos pares; Premio+ : prêmios de audiência; Premio- : sem prêmios relevantes). As variáveis suplementares foram: a formação acadêmica (CienHum+++ : doutorado em algum curso de ciências humanas; Eco+++ : doutorado em economia; EcoCH: graduação ou, no máximo, mestrado em economia, administração ou algum curso de ciências humanas; Jor+ : graduação em jornalismo; Semform: sem formação superior); a idade (40+; 50+; 60+; 70+ - progressivamente conforme a faixa etária em décadas); a participação em *think tanks* (Think+; Think-); a atuação em bancos, na indústria ou no mercado financeiro (banco+; banco-); a posse de canal no YouTube (Youtube+; Youtube-). Foram consideradas suplementares as variáveis de caráter explicativo (como a formação acadêmica e a idade), bem como as que contribuíram menos para os eixos 1 e 2. Desse modo, seguimos um dos requisitos estatísticos da ACM, qual seja, o de aplicar um número de categorias ativas inferior ao número de indivíduos.

Os critérios estatísticos comumente considerados nesse tipo de análise foram respeitados, na medida em que 97,9% de variância total foi explicada pelos primeiros dois eixos (89,2% no eixo 1 e 8,7% no eixo 2, de acordo com a taxa modificada de Benzécri), o que nos faculta desconsiderar a pertinência explicativa de um possível terceiro eixo. O eixo 1 tem como variáveis ativas mais importantes a ocupação ou não de cargos políticos, o volume de seguidores nas redes sociais, o exercício ou não da atividade de consultoria e a presença ou não em veículos polemistas, ao passo que o eixo 2 se organiza prioritariamente por meio das variáveis recebimento de prêmios (assim como tipo de premiação), volume de seguidores nas redes sociais, presença constante ou trabalho no Grupo Globo e coluna ou programa em canais de TV. A diferença entre a origem dos atributos das coordenadas das categorias ativas e a das suplementares esteve sempre acima de 0,5, o que expressa haver correlação interna satisfatória entre os atributos propostos.

Quadro sinóptico das características da amostra

Nome	Data de nascimento	Última formação universitária	Exercício de docência	Cargos políticos	Cargos em bancos	Consultoria	Prêmios	Envolvimento com "Think Tanks"	Envolvimento profissional com Grupo Globo (jornalistas contratados, columnistas ou convidados)	Participação em veículos "polêmicos"	Colunas nos jornais "Folha" e/ou "Estadão"	Colunas e programas em canais de TV	Canal no Youtube	Nível de seguidores em redes sociais
Alexandre Schwartsman	1963	doutor em economia (UCLA – EUA)	sim (foi professor do Insper, da USP e da PUC-SP)	sim (foi diretor de assuntos internacionais do Banco Central)	sim (foi economista chefe do Santander Brasil, do Banco ABN Amro Real, da Indosuez WI Carr Securities)	sim (sócio da Agência Schwartsman & Associados)	não	sim	sim	não	sim	não	não	pouco
Bolívar Lamounier	1943	doutor em ciência política (UCLA – EUA)	sim (foi professor da USP e da PUC-SP)	sim (foi membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais - Afonso Arinos)	sim (foi conselheiro do Conselho de Orientação Política e Social - FIESP)	sim (sócio da Augurium Consultoria)	sim	sim	sim	não	sim	não	não	raro
Bruno Garschagen	1975	mestre em ciência política (UC – Portugal)	sim (é professor da pós-graduação Escola Austríaca; foi professor do IESES)	não	não	não	não	sim	não	sim	não	não	sim	pouco
Demétrio Magnoli	1958	doutor em geografia (USP)	não	não	não	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	não	raro

Nome	Data de nascimento	Última formação universitária	Exercício de docência	Cargos políticos	Cargos em bancos	Consultoria	Prêmios	Envolvimento com "Think Tanks"	Envolvimento profissional com Grupo Globo (jornalistas contratados, colunistas ou convidados)	Participação em veículos "polêmicos"	Colunas nos jornais "Folha" e/ou "Estado"	Colunas e programas em canais de TV	Canal no Youtube	Nível de seguidores em redes sociais
Denis Rosenfield	1950	doutor em filosofia (Paris I – França)	sim (é professor da UFRGS)	sim (consultor informal de Michel Temer; foi diretor do CNPq)	não	sim (consultor político)	sim	sim	sim	não	sim	não	não	raro
Diogo Mainardi	1962	sem formação	não	não	não	não	sim	não	sim	sim	não	sim	sim	muito
Dora Kramer	1955	Jornalista (Fundação Cásper Líbero)	não	não	não	não	sim	não	não	não	sim	não	não	médio
Fernando Gabeira	1941	antropólogo (Universidade de Estocolmo – Suécia)	não	sim (foi deputado federal - RJ)	não	não	sim	não	sim	não	sim	não	não	médio
Fernando Schüller	1965	doutor em filosofia (UFRGS)	sim (é professor do Insper - titular da Cátedra Insper e Palavra Aberta)	sim (foi Secretário de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul)	não	sim (diretor da Pádua Consultores Associados)	sim	sim	sim	não	não	não	não	raro
Guilherme Fiuzza	1965	sem formação	não	não	não	não	sim	sim	sim	sim	não	não	não	médio
Joice Hasselmann	1978	jornalista (UEPG)	não	não	não	não	sim	não	não	sim	não	não	sim	muito

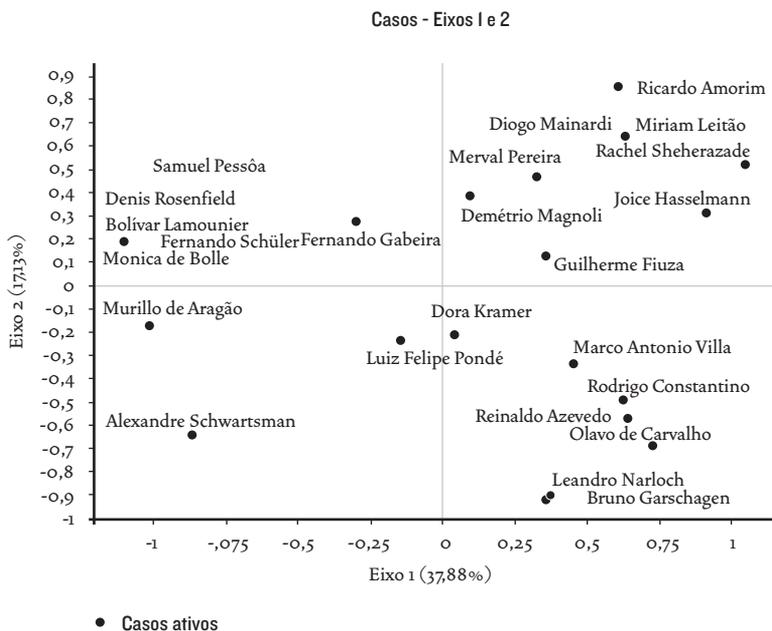
Nome	Data de nascimento	Última formação universitária	Exercício de docência	Cargos políticos	Cargos em bancos	Consultoria	Prêmios	Envolvimento com "Think Tanks"	Envolvimento profissional com Grupo Globo (jornalistas contratados, colunistas ou convidados)	Participação em veículos "polêmicos"	Colunas nos jornais "Folha" e/ou "Estado"	Colunas e programas em canais de TV	Canal no Youtube	Nível de seguidores em redes sociais
Leandro Narloch	1978	mestre em filosofia (UL – Inglaterra)	não	não	não	não	não	sim	não	sim	não	não	pouco	
Luiz Felipe Pondé	1959	doutor em filosofia (USP)	sim (é professor da FAAP, da PUC-SP; da UNIFESP)	não	não	não	não	não	sim	não	sim	sim	médio	
Marco Antonio Villa	1955	doutor em história social (USP)	sim (foi professor da UFSCAR e da UFOP)	não	não	não	não	não	sim	sim	não	não	bastante	
Merval Pereira	1949	jornalista	não	não	não	não	sim	sim	sim	sim	não	não	raro	
Miriam Leitão	1953	jornalista (UnB)	não	não	não	não	sim	não	sim	sim	não	não	muito	
Monica de Bolle	1971/1972 (?)	doutora em economia (LSE – Inglaterra)	sim (é professora da PUC-Rio)	sim (foi economista do FMI)	sim (chefeou a área de Pesquisa Macroeconômica Internacional do banco BEM)	sim (sócia da Galanto Consultoria)	sim	sim	sim	não	sim	não	raro	

Nome	Data de nascimento	Última formação universitária	Exercício de docência	Cargos políticos	Cargos em bancos	Consultoria	Prêmios	Envolvimento com "Think Tanks"	Envolvimento profissional com Grupo Globo (jornalistas contratados, columnistas ou convidados)	Participação em veículos "polêmicos"	Colunas nos jornais "Folha" e/ou "Estação"	Colunas e programas em canais de TV	Canal no YouTube	Nível de seguidores em redes sociais
Murillo de Aragão	1958	doutor em estudos comparados sobre as Américas (UnB)	sim (é professor visitante na Columbia University; foi professor da UnB)	sim (é conselheiro do Tribunal de Contas da União; foi conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional)	sim (foi consultor do Banco Mundial)	sim (sócio da Arko Advice)	não	sim	sim	não	sim	não	não	raro
Olavo de Carvalho	1947	sem formação	não	não	não	não	não	não	não	sim	não	não	sim	bastante
Rachel Sheherazade	1973	jornalista (UFPE)	não	não	não	não	sim	não	não	sim	não	sim	não	muito
Reinaldo Azevedo	1961	jornalista (Universidade Metodista)	não	não	não	não	não	não	não	sim	sim	sim	não	bastante

Nome	Data de nascimento	Última formação universitária	Exercício de docência	Cargos políticos	Cargos em bancos	Consultoria	Prêmios	Envolvimento com "Think Tanks"	Envolvimento profissional com Grupo Globo (jornalistas contratados, columnistas ou convidados)	Participação em Veículos "polêmicos"	Colunas nos jornais Folha e/ou Estação	Colunas e programas em canais de TV	Canal no Youtube	Nível de seguidores em redes sociais
Ricardo Amorim	1971	economista (USP)	não	não	sim (atua no mercado financeiro; foi economista do BankBoston)	sim (sócio da Ricam Consultoria)	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	muito
Rodrigo Constantino	1976	economista (PUC-RJ)	não	não	sim (atua no mercado financeiro; foi diretor da Graphus Capital e analista do banco FonteCindam)	não	não	sim	não	sim	não	não	sim	médio
Samuel Pessoa	1962/1963 (?)	doutor em economia (USP)	sim (é professor da FGV; foi professor da USP e da Unicamp)	sim (formulador da campanha de Aécio)	não	sim (sócio da Reliance)	sim	sim	sim	não	sim	não	não	raro

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 1
Nuvem de indivíduos

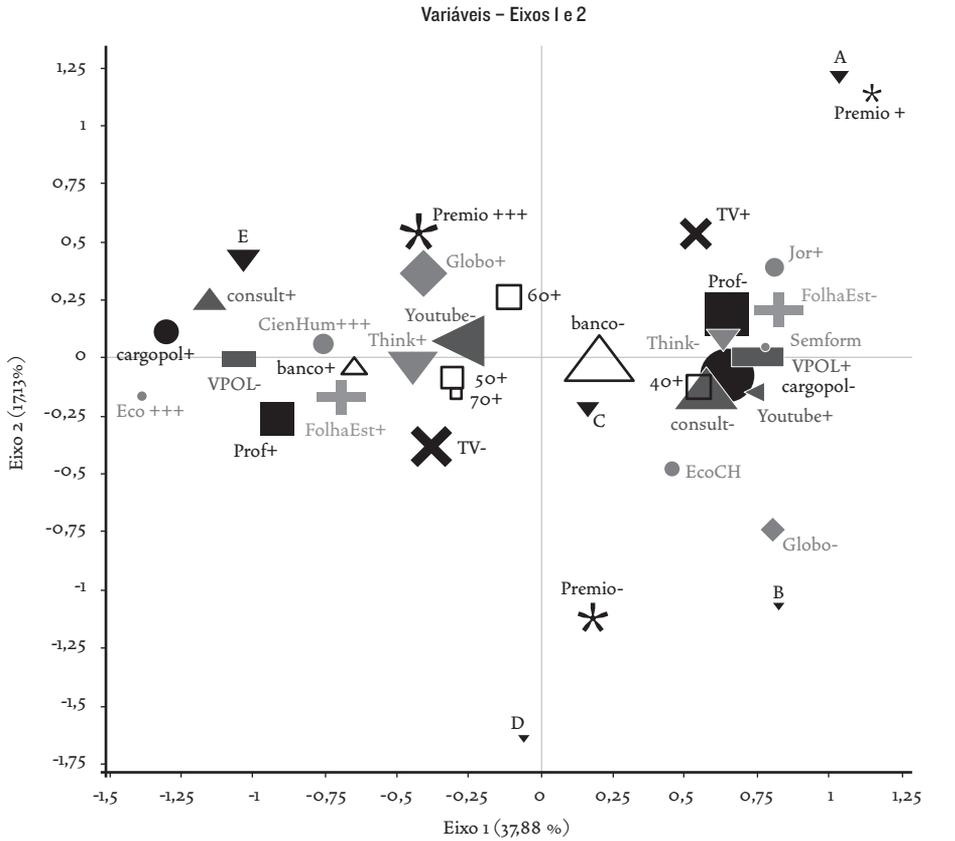


Fonte: Elaboração própria.

Tendo como principal variável explicativa a formação acadêmica, a análise elaborada aponta para algumas relações de oposição. A mais forte delas diz respeito ao eixo horizontal, que opõe os colunistas com doutorado aos demais (Gráficos 1 e 2). Os primeiros, posicionados nos quadrantes à esquerda, são também os que ocuparam ou ocupam cargos políticos de importância; possuem agências de consultoria; são ou foram professores universitários; detêm prestígio e prêmios acadêmicos ou literários; organizam-se em *think tanks*; escrevem principalmente nos jornais *Folha de S. Paulo* ou *O Estado de S. Paulo*; e são frequentemente convidados dos programas e debates da Globo News. Em contrapartida, têm atuação pouco expressiva nas redes sociais e em empresas de comunicação e edição de livros que adotaram a polêmica como estratégia de negócio.

Por outro lado, os ocupantes dos quadrantes à direita do gráfico se caracterizam pela baixa ligação com cargos políticos, agências de consultoria e docência. Têm forte atuação na TV, no rádio ou em canais do YouTube; contam com mais seguidores nas redes sociais; e passaram com frequência pelos meios aqui mencionados como polêmicos.

GRÁFICO 2
Nuvem de categorias



- Docência ● Cargos políticos ▲ Agência de consultoria ✱ Prêmios ◆ Relações com Grupo Globo
- ▒ Publicações ou colunas em veículos polêmicos + Colunas na *Folha* ou no *Estadão*
- ✕ Colunas ou programas na TV ▼ Volume de seguidores no Facebook e no Twitter □ Idade ● Formação acadêmica
- △ Cargos em bancos e no mercado financeiro ▽ *Think Tank* ◀ Canal no Youtube

Fonte: Elaboração própria.

TABELA I

Número absoluto e percentual de indivíduos por categoria

Docência

Categorias	Número de indivíduos	% do total de indivíduos
Prof-	14	58,3
Prof+	10	41,7

Relação com o Grupo Globo

Categorias	Número de indivíduos	% do total de indivíduos
Globo-	8	33,3
Globo+	16	66,7

Cargos políticos

Categorias	Número de indivíduos	% do total de indivíduos
cargopol-	16	66,7
cargopol+	8	33,3

Relação com veículos polêmicos

Categorias	Número de indivíduos	% do total de indivíduos
VPOL-	10	41,7
VPOL+	14	58,3

Agência de consultoria

Categorias	Número de indivíduos	% do total de indivíduos
consult-	16	66,7
consult+	8	33,3

Colunista da "Folha" e do "Estadão"

Categorias	Número de indivíduos	% do total de indivíduos
FolhaEst-	11	45,8
FolhaEst+	13	54,2

Prêmios

Categorias	Número de indivíduos	% do total de indivíduos
Premio-	9	37,5
Premio+	3	12,5
Premio+++	12	50,0

Coluna ou programa na TV

Categorias	Número de indivíduos	% do total de indivíduos
TV-	14	58,3
TV+	10	41,7

Redes sociais - Facebook e Twitter

Categorias	Número de indivíduos	% do total de indivíduos
A	5	20,8
B	3	12,5
C	5	20,8
D	3	12,5
E	8	33,3

Há ainda outra oposição, explícita no eixo vertical, entre os ocupantes dos quadrantes à direita: acima, os que atuam em canais de TV, receberam prêmios a partir da votação do público e ostentam um número elevado de seguidores no Facebook e Twitter; abaixo, os que não contam com exposição regular em emissora de televisão, têm menos seguidores nas redes sociais e também menos prêmios concedidos pela audiência. Além disso, acima, estão alguns dos jornalistas vinculados de algum modo ao Grupo Globo, ao passo que, abaixo, posicionam-se aqueles que se valem mais dos veículos polêmicos e dos canais no YouTube.⁹ Nos próximos subitens deste artigo, aprofundaremos a análise dos três polos desse conjunto: os especialistas *versus* os jornalistas *versus* os polemistas.

[9] Há que se ressaltar novamente que a ACM trabalha por meio de relações. Sendo assim, uma figura como Joice Hasselmann — a despeito de não trabalhar no Grupo Globo nem em outro canal de TV, valendo-se atualmente apenas de veículos polêmicos e canais no YouTube para sua sobrevivência, o que certamente a auxiliou a se eleger deputada federal em 2018 — localiza-se no eixo de cima, dada a determinação do seu número de seguidores ao estabelecimento de sua distância em relação aos demais colunistas. Além disso, Joice Hasselmann já atuou em veículos da grande mídia, como SBT, e na revista *Véja*.

2.1. OS ESPECIALISTAS

A principal variável explicativa das oposições estabelecidas na nuvem de categorias (Gráfico 2) e, conseqüentemente, na nuvem de indivíduos (Gráfico 1) é a formação acadêmica. De um lado, prevalecem os doutores em economia ou em ciências humanas — como ciência política, sociologia, filosofia e história social — e, portanto, portadores de um capital específico para a abordagem de temas sociais; de outro, predominam os jornalistas, com formação mais generalista e sem um diploma que denote sua especialização em determinado assunto — ou ainda aqueles que não têm formação de nível superior, como os “escritores”. Se os primeiros legitimam suas opiniões com base nos diplomas — muitos deles auferidos em instituições de renome internacional — e nos cargos de importância que ocuparam em decorrência desses títulos, os segundos necessitam, em alguma medida, das explicações ofertadas pelos *especialistas* para basear suas análises e dependem mais diretamente do sucesso imediato de público, o que os vincula a um polo deslegitimado perante os pares (Bourdieu, 1996, pp. 162-8). Há ainda aqueles que concluíram apenas a graduação — ou, em menor número, o mestrado — em administração, economia ou cursos de ciências humanas. Por não ter a trajetória acadêmica dos primeiros — e, portanto, não deter a mesma legitimidade nos meios especializados —, situam-se mais próximo à posição da formação de jornalista, como é possível perceber pela análise do eixo horizontal dos gráficos.

A posse de um diploma de doutorado diferencia também os colunistas que ocupam ou já ocuparam a posição de professor e/ou pesquisador em instituições públicas — com destaque para Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) — ou

privadas — especialmente, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), o Insper e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) — dos que nunca passaram pelo exercício da docência. Tal experiência configura-se, para determinada parcela do público e dos pares, como um “selo de qualidade” ou distinção, ainda que tais professores até expressem certo antiacademicismo, com críticas frequentes às universidades — especialmente as públicas —, caracterizadas como espaços de “ideologização do ensino”, imposição do “politicamente correto” e má gestão. Tais críticas, ao fim, servem justamente para, de modo contraditório, legitimar a imagem que buscam cultivar, a de “intelectuais de direita”, um difícil equilíbrio em corda bamba que carece de racionalizações mil (Bourdieu, 1996, pp.312-6). Atuam seja como “libertos”, isto é, professores que não se deixaram cooptar ideologicamente em um ambiente carregado de esquerdismo; seja como “autoridades”, ou pessoas que conhecem bem o que estão falando, pois convivem ou conviveram com os alvos de detração, tendo-se “redimido”, por vezes, das hostes de esquerda de que tomaram parte em suas juventudes; seja, ainda, como “especialistas neutros”, pretensamente distantes dos “engajados”, pois mais preocupados em ofertar análises puramente técnicas que posições político-ideológicas.¹⁰ Percebe-se que a repetida referência ao outro espectro ideológico é constitutiva da autoimagem cultivada por esses intelectuais, em embate e disputa direta de visões de mundo com seus pares consagrados, geralmente postados para além de suas fronteiras políticas.

Além da docência, o título de doutor suscitou que parte desses colunistas ocupasse relevantes cargos políticos e econômicos; em outras palavras, esses atores originam-se do polo economicamente dominante do espaço social, retraduzindo em meio a suas palavras e ações o desdobramento de tal pertencimento (Bourdieu, 2011). Alexandre Schwartzman foi diretor de assuntos internacionais do Banco Central durante o governo Lula, tendo sido indicado por Henrique Meirelles e Antonio Palocci; Bolívar Lamounier foi membro da comissão provisória de Estudos Constitucionais (conhecida como Comissão Afonso Arinos) nomeada pela Presidência da República, em 1985, para preparar o anteprojeto da Constituição; Denis Rosenfield presta consultorias informais a Michel Temer¹¹ e foi cotado para ocupar o cargo de ministro da Defesa em sua gestão;¹² Fernando Schüller foi secretário de estado da Justiça e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, de 2007 a 2010; Murillo de Aragão é conselheiro do Tribunal de Contas da União (TCU), do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República; Monica de Bolle foi economista do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 2000 a 2005; e Samuel Pessôa participou da formulação do programa econômico para a campanha à Presidência da República de

[10] Tais posturas podem ser claramente conferidas nos excertos de alguns artigos publicados por esses colunistas doutores, como em Luiz Felipe Pondé, “Algoritmos e idiotas corretos”, *Folha de S.Paulo*, 26/3/2018, disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2018/03/algoritmos-e-idiotas-corretos.shtml>, acesso em 27/4/2018; Marco Antonio Villa, <www.facebook.com/villamarcoantonio/videos/1326325700734513>, acesso em 27/4/2018; Bolívar Lamounier, “Parece loucura, mas tem método”, *O Estado de S. Paulo*, 16/7/2016, disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,parece-loucura-mas-tem-metodo,10000063209>>, acesso em 27/4/2018; Fernando Schüller, “A universidade e o espírito de partido”, *Folha de S.Paulo*, 7/3/2018, disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-schuler/2018/03/a-universidade-e-o-espírito-de-partido.shtml>, acesso em 27/4/2018.

[11] Ver: <www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/temer-escala-consultor-pessoal-para-ter-linha-direta-com-cupula-militar.shtml>. Acesso em 26/4/2018.

[12] Ver: <<https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2018/04/03/temer-analisa-nomes-para-o-ministerio-da-defesa.ghtml>>. Acesso em 26/4/2018.

Aécio Neves (PSDB), em 2014. Como é possível perceber no Gráfico 2, a experiência em cargos políticos é uma das variáveis mais atuantes nas posições estabelecidas no eixo horizontal.

Seguindo a mesma lógica, os nomes citados acima mais Ricardo Amorim são/foram sócios e/ou diretores de agências de consultoria econômica e política. Fica evidente, assim, que a atuação de tais figuras não se restringe ao convencimento de seguidores na internet ou à disputa voraz por leitores de jornais e revistas, mas se produz principalmente sobre formuladores de políticas públicas, empresários e outros jornalistas — ou seja, em maior ou menor grau, tomadores de decisão e influenciadores. Ademais, a posse do diploma de economia e de administração facultou amiúde o emprego em altos cargos em bancos ou no mercado financeiro.

Essas figuras costumam, ainda, orbitar *think tanks*, em especial o Instituto Millenium.¹³ Fundado em 2005 pela economista Patrícia Carlos de Andrade, apresenta-se como uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária, guiada, segundo seu site, pela garantia de “uma sociedade livre, com liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo”.¹⁴ Mantido por empresas de comunicação como Editora Abril, Grupo Estado, Grupo Globo e Grupo RBS — além de outros importantes conglomerados empresariais, como Gerdau —, o instituto promove palestras em redações jornalísticas e em salas de aula, visando a consolidar sua presença nesses locais.

Segundo Rocha, os *think tanks* podem ser caracterizados como “instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (Rocha, 2015, p. 262). Assim, os *think tanks* atuam como uma ponte entre a academia e a esfera pública, traduzindo os resultados de pesquisas especializadas para uma linguagem acessível a seu público-alvo: os agentes responsáveis pela formulação e pela implementação de políticas públicas.

Fazem parte do Millenium Alexandre Schwartzman, Bolívar Lamounier, Denis Rosenfield, Fernando Schüler, Monica de Bolle, Murillo de Aragão, Samuel Pessôa, Demétrio Magnoli, Guilherme Fiuza, Merval Pereira, Ricardo Amorim, Bruno Garschagen, Leandro Narloch e Rodrigo Constantino. Há ainda que se ressaltar a atuação de Constantino, Fiuza e Rosenfield como cofundadores. Os especialistas e convidados do Instituto Millenium têm atuação recorrente em grandes veículos de comunicação — como os principais jornais do país, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, além de programas televisivos, como os telejornais e programas da Globo News. Nesses espaços, aparecem seja como fontes *experts* das notícias, seja como colunistas,

[13] Segundo o 2016 *Global Go To Think Tank Index Report*, o Instituto Millenium está entre os cinquenta principais *think tanks* da América Latina (34º lugar). Esse *ranking* é elaborado pelo Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade da Pensilvânia, cuja proposta, segundo o site do programa, é estudar o papel dos *think tanks* nos governos e na sociedade civil de diferentes países, fortalecendo a rede de instituições e ampliando a conexão entre o conteúdo produzido por elas e as políticas públicas implementadas nesses países. Assim, esse *ranking* ao mesmo tempo confere certo prestígio às instituições perante a rede de *think tanks* e contribui para a própria formação dessa rede.

[14] Cf. site oficial do Instituto em: <www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em 20/6/2017.

seja, ainda, como palestrantes em eventos de formação e atualização dos profissionais da imprensa.

Um dos pontos em que esses *think tanks* têm se concentrado é em influenciar reformas no sistema de ensino brasileiro. No site de outra organização, o Instituto Liberal — que tem Rodrigo Constantino como presidente —, há artigos com títulos como “Empreendedorismo muda mais vidas do que a educação”, “Uma solução para salvar o país: o empreendedorismo” e “Educação para o empreendedorismo”, todos voltados à crítica ao que chamam de “estatismo” e ao elogio à educação como formação para o mercado, supostamente “neutra”, meritocrática e focada nos resultados. Esse discurso é sustentado, ainda, por instituições do terceiro setor voltadas à educação, como a Fundação Estudar, o Movimento Empresa Júnior etc. Um dos principais influenciadores de políticas públicas dentre os colunistas selecionados para esta pesquisa, Samuel Pessôa, publicou, em junho de 2014, um artigo intitulado “Universidade paga”, no qual defende que o ensino universitário não deve ser gratuito. Segundo ele, “além dos impactos orçamentários positivos, a instituição de cobrança de mensalidade para os cursos universitários públicos teria efeito importante sobre a eficiência das universidades. O tempo médio de graduação seria reduzido e a vinculação do aluno ao curso aumentaria”.¹⁵

2.2. OS POLEMISTAS

Em fevereiro de 2017, o livro *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* — uma compilação de artigos escritos por Olavo de Carvalho e organizados por Felipe Moura Brasil — atingiu a expressiva marca de 100 mil exemplares vendidos. A obra compõe o conjunto de títulos lançados nos últimos anos pela editora Record dedicado à defesa de ideais considerados conservadores e/ou liberais, assim como à oposição ao — e até à depreciação do — Partido dos Trabalhadores (PT), à “esquerda”, ao “socialismo”, ao “marxismo” e a seus seguidores, chamados de “petralhas”, “esquerdistas”, “patrulha do politicamente correto”, “bolivarianos” etc.

O investimento da Record em obras com esse conteúdo se deve à entrada do jornalista Carlos Andreazza como editor de não ficção (desde 2012) e de literatura brasileira (desde 2013).¹⁶ Carioca, graduado em jornalismo pela PUC-Rio, Andreazza é neto de Mário David Andreazza, militar, político e militante antigetulista que foi ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici. Ao assumir o cargo na Record, Andreazza apostou em uma fatia do mercado editorial até então pouco atendida, segundo ele: o público “de direita”. Em notícia do jornal *O Globo*, Sergio Machado, então presidente do Grupo Record, afirmou:

[15] Os artigos citados encontram-se disponíveis nos seguintes links: <www.institutoliberal.org.br/blog/empreendedorismo-muda-vidas-mais-que-educacao>; <www.institutoliberal.org.br/blog/uma-solucao-para-salvar-o-pais-o-empendedorismo>; <www.institutoliberal.org.br/blog/educacao-para-o-empendedorismo>; <www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/06/1478158-universidade-paga.shtml>. Acesso em 10/5/2018.

[16] Cf. reportagem de Mateus Campos, “Editor de nomes conservadores, Carlos Andreazza se firma como voz dissonante do mercado de livros”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 31/7/2015, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/editor-de-nomes-conservadores-carlos-andreazza-se-firma-como-voz-dissonante-do-mercado-de-livros-17021179#ixzz4kvpH3GU>>. Acesso em 24/6/2017.

— *Dá para identificar uma certa guinada para a direita — confessa, aos risos. — A teoria que a Luciana [Villas Bôas, ex-diretora editorial] defendia era que a esquerda lê mais do que a direita. E, para mim, isso sempre fez um certo sentido. O Andreazza apostou no contrário e, para nossa surpresa, deu certo. Ficou provado que a direita também lê. Ele percebeu um crescimento do pensamento liberal. Essa diversidade é boa para a democracia.*¹⁷

[17] Idem.

Pela editora, além da compilação de Olavo de Carvalho, foram publicados os seguintes livros de colunistas que compõem o objeto de análise deste estudo: *Pare de acreditar no governo: por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado*, de Bruno Garschagen; *Não é a mãe: para entender a era Dilma e Que horas ela vai? O diário da agonia de Dilma*, de Guilherme Fiuza; *Liberdade versus igualdade: o mundo em desordem e Liberdade versus igualdade: o Leviatã desafiado*, de Demétrio Magnoli; *Atapas e pontapés, Contra o Brasil e Lula é minha anta*, entre outros, de Diogo Mainardi; *Década perdida: 10 anos de PT no poder*, de Marco Antonio Villa; *Mensalão: o dia a dia do mais importante julgamento da história política do Brasil* e *O lulismo no poder*, de Merval Pereira; *Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda*, de Miriam Leitão; *O país dos petralhas I, O país dos petralhas II* e *Máximas de um país mínimo*, de Reinaldo Azevedo. Com títulos sugestivos, os livros constroem um balanço histórico extremamente negativo e depreciativo dos anos do PT no governo federal, assim como traçam soluções políticas, econômicas e morais para o país.

A virada à direita como tática de negócio não se restringe ao mercado editorial. Em 2015, a revista *Piauí* publicou uma reportagem intitulada “A nova sinfonia paulistana: como a rádio Jovem Pan se reinventou ao dar voz para o sentimento antipetista em São Paulo”,¹⁸ na qual explicitou a estratégia do empresário Antonio Augusto Amaral de Carvalho Filho, conhecido como Tutinha, neto do fundador da emissora, para alavancar sua audiência. Percebendo a existência de uma fatia do mercado que não era plenamente contemplada, a dos antipetistas, o empresário investiu na contratação de nomes como Rachel Sheherazade — autora do livro *O Brasil tem cura*, publicado pela Mundo Cristão — e Marco Antonio Villa para a apresentação do *Jornal da Manhã*, e Reinaldo Azevedo para o programa *Pingos nos Is*. Em 2017, Azevedo foi substituído por Joice Hasselmann — autora de *Sérgio Moro: a história do homem por trás da operação que mudou o Brasil*, pela Universo dos Livros — e Felipe Moura Brasil. Em 2018, Hasselmann também saiu da emissora de rádio.

A Gazeta do Povo, um dos principais periódicos do Paraná, também passou por uma reorganização institucional recente. Segundo informações do *Portal Comunique-se*, a empresa se reestruturou por 36 meses e investiu 23 milhões de reais no processo, adotando o conceito *mobile first*, que prioriza o jornalismo digital, chegando a encerrar sua

[18] Julia Duailibi, “A nova sinfonia paulistana: como a rádio Jovem Pan se reinventou ao dar voz para o sentimento antipetista em São Paulo”, *Piauí*, n. 106, jul. 2015.

versão impressa diária ao fim de maio de 2017. Dentre os investimentos, contratou articulistas como Ricardo Amorim, Rodrigo Constantino, Leandro Narloch, Demétrio Magnoli e Bruno Garschagen.

Essas estratégias de negócio, em alguma medida, expressam as transformações suscitadas no jornalismo e no mercado editorial pelo desenvolvimento da internet. As redes promoveram uma reorganização do mercado de bens simbólicos, levando tanto redações de jornais e revistas como emissoras de TV e rádio a modificar suas rotinas de produção noticiosa, suas relações com as fontes e o público, seus procedimentos de coleta, checagem e publicação de conteúdo, suas estratégias de negócio e sustentação econômica. Certamente, essas transformações não ocorreram de forma homogênea e definitiva em todos os veículos de comunicação, mas suas consequências podem ser notadas, em maior ou menor medida, em diferentes empresas e experiências individuais.

Ao optar por tais estratégias de negócio, essas instituições deram primazia ao capital midiático do qual os colunistas são portadores, rebaixando, assim, ao segundo plano o prestígio alcançado na área de atuação puramente jornalística ou em instâncias intelectualmente legítimas (Bourdieu, 1997; Champagne, 1996); importam-se muito mais com o número de seguidores que seus contratados alavancam na internet. Se, por um lado, os jornalistas que ocupam o espaço opinativo dos veículos de comunicação sempre dependeram, em alguma medida, de um público leitor fiel, por outro, é possível perceber atualmente uma relação ainda mais visceral com seu alvo, muitas vezes até mesmo sem a intermediação de uma empresa de comunicação.¹⁹ O número de seguidores nas páginas do Facebook e do Twitter torna-se um ativo importante, seja na obtenção de novos empregos, na venda de seus blogs e páginas pessoais aos anunciantes, nas disputas com os pares, seja ainda na sedução de novos seguidores. A audiência nas redes se torna, em alguma medida, a garantia econômica — pois, no caso de demissão, ela tende a se transferir para os blogs pessoais “independentes” e, no caso de novas contratações, serve como moeda de troca. Ainda assim, tal dependência evidencia a instabilidade profissional que esses colunistas enfrentam, na medida em que precisam a todo tempo trabalhar para a manutenção de alto número de seguidores.

Dessa forma, a relação com esses veículos polemistas também é uma variável que opõe os principais polos de análise (Gráfico 1 e 2) e abre um flanco para visualizarmos com nitidez uma inflexão interna bem delimitada nesse espectro de intelectuais. De um lado, há os “doutos” ou especialistas, com sua polidez e neutralidade no tratamento das questões públicas, bem como no modo de se apresentarem ao público: terno e gravata, quando homens, *tailleur*, quando mulheres, modo sistemático e equilibrado de exposição, voz entoada sem espas-

[19] Esse novo empreendedorismo midiático, aliás, já atraiu antigos nomes de peso de redações glamorosas, como Diogo Mainardi — que foi colunista da revista *Véja* e tornou-se responsável pelo site *O Antagonista* — e Joice Hasselmann, entre outros.

mos ou berros, escrita em conformidade com a norma culta, visando ao “debate”, geralmente centrado em questões pretensamente neutras de economia, filosofia moral e história. De outro, os “polemistas”, muito mais devotados à divulgação, à radicalização da linguagem por meio da dotação de apodos, da redução a clichês e da participação em “barracos” e xingamentos, ao extremismo, ao didatismo, ao simplismo, à demonstração de virilidade, à busca de reconhecimento por um grande público, à detração pura e simples de seus inimigos e à vulgarização política, o que certamente corresponde às expectativas de seu público-alvo.²⁰

[20] Há inúmeros exemplos de discussões grosseiras entre essas figuras. Algumas célebres são as que envolvem Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, Olavo de Carvalho e Joice Hasselmann. Geralmente eles se insultam uns aos outros de forma extremamente agressiva e disputam quem é mais conhecido e seguido pelo grande público, quem é mais consistentemente de direita, quem é mais liberal, quem é mais conservador etc. Disponíveis em: <www.youtube.com/watch?v=teCUtnKpkjs>, acesso em 20/6/2017; <www.youtube.com/watch?v=oSMTivjsUzg>, acesso em 20/6/2017; <https://youtu.be/i8_U5GGekYo>, acesso em 14/5/2018; <www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/olavo-de-carvalho-mente-meu-respeito-uma-vez-mais-nao-passa-de-um-embusteiro>, acesso em 14/5/2018.

[21] Miriam Leitão é comentarista do *Bom Dia, Brasil*, da Rede Globo, e da Rádio CBN, além de comandar um programa de entrevistas na Globo News. Rachel Sheherazade é apresentadora do *SBT Brasil*, principal telejornal do SBT. Ricardo Amorim e Diogo Mainardi participam do *Manhattan Connection*, da Globo News. Fernando Gabeira comanda um programa especial na Globo News. Marco Antonio Villa e Luiz Felipe Pondé são comentaristas do *Jornal da Cultura*, da TV Cultura. Além disso, Villa apresenta um programa na Jovem Pan, por onde Reinaldo Azevedo e Joice Hasselmann também já passaram.

2.3. OS JORNALISTAS

Seguindo uma lógica similar ao vínculo a empresas voltadas ao abrigo da polêmica, a investida nas redes sociais, sobretudo no Twitter e no Facebook, também constitui elemento diferenciador do conjunto de colunistas. Dentre os intelectuais midiáticos abordados, apenas Samuel Pessôa e Denis Rosenfield não possuem contas no Twitter — ambos professores de universidades, no primeiro caso, da FGV-RJ, e no segundo, da UFRGS.

Segundo consulta efetuada nas redes sociais desses intelectuais no dia 19 de abril de 2018, a apresentadora do *SBT Brasil* Rachel Sheherazade ostentava o maior número de seguidores no Facebook (mais de 2,2 milhões) e o segundo maior no Twitter (mais de 1,4 milhão). No *microblog*, quem detinha o maior número de seguidores era Miriam Leitão, com mais de 2,7 milhões. Ainda nessa rede social, Diogo Mainardi e Ricardo Amorim também têm mais de 1 milhão de seguidores.

Já no Facebook, depois da *fanpage* de Sheherazade, os mais seguidos são: Joice Hasselmann, quase empatada (mais de 2,2 milhões de pessoas); Ricardo Amorim (mais de 690 mil); Olavo de Carvalho (mais de 580 mil); Marco Antonio Villa (mais de 470 mil); Reinaldo Azevedo (mais de 310 mil); Luiz Felipe Pondé (mais de 240 mil); e Fernando Gabeira (mais de 160 mil). Esses números evidenciam, em alguma medida, não apenas o alcance das mensagens propaladas por esses colunistas, como a diferença entre eles no que concerne à divisão do trabalho intelectual.

A despeito da relevância das redes sociais como meio de comunicação direto entre colunistas e leitores e/ou espectadores, esses números nos mostram também como a televisão e o rádio ainda são centrais na formação de audiência. Dos mais seguidos no Twitter e no Facebook, a maior parte atua em programas de rádio e TV.²¹ Acima de tudo, o que se percebe atualmente é que esses canais vão se retroalimentando, de modo que as audiências obtidas nos veículos de comunicação garantem uma maior repercussão na internet, enquanto a manutenção de

altos números de seguidores nas redes sociais atraindo o interesse das empresas de mídia.

Associada às crises financeiras e às mudanças contemporâneas no mercado editorial, a rotatividade nos quadros de colunistas dos veículos impressos torna-se cada vez maior. Depois de se consolidarem em órgãos de imprensa e serem dispensados deles, esses colunistas tendem a migrar para blogs e outros espaços da internet, nos quais se tornam mais independentes de uma cultura organizacional; em contrapartida, acabam mais atrelados a seu público e, em alguma medida, mais dependentes da polêmica e do extremismo como formas estratégicas de *marketing* — seja para os seguidores, seja para os concorrentes. Apesar de, por um lado, tais colunistas exaltarem essa independência, por outro, ainda valorizam o vínculo empregatício com grandes veículos de comunicação.

A tensão entre a busca por uma suposta independência e a garantia do vínculo empregatício perpassa a trajetória de muitos deles. De maneira geral, esses jornalistas — em especial os não consagrados — lidam constantemente com as oscilações do mercado de trabalho. Essa situação, porém, não afeta de maneira tão direta — ou, ao menos, não da mesma maneira — jornalistas consagrados, como Miriam Leitão. Ela é a jornalista mais premiada do Brasil, ao lado da repórter Eliane Brum, segundo o Portal dos Jornalistas.²² De acordo com as informações do site, somam-se na trajetória de Miriam Leitão 31 prêmios — destes, treze do *Portal Comunique-se*, nove do *Mulher Imprensa*, um do Clube dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira (ACIE) e um Personalidade da Comunicação. Ela já recebeu também o Maria Moors Cabot (2005), da Columbia Journalism School, o mais antigo prêmio internacional de jornalismo. Além disso, conquistou, em 2012, o Prêmio Jabuti de não ficção; em 2013, o Prêmio Esso de Informação Científica; e, em 2012, o Prêmio Vladimir Herzog, na categoria Reportagem de TV. O volume de premiações pode ser considerado um dado objetivo e um indício significativo do prestígio que esses colunistas detêm diante de seus pares.

Estão em condição análoga os jornalistas Merval Pereira, Dora Kramer e Fernando Gabeira. No *ranking* elaborado pelo Portal dos Jornalistas, +Premiados Jornalistas da História, de 2017, com mais de 8 mil profissionais, Merval Pereira ocupa o 117º lugar. Em 2009, ele recebeu o Maria Moors Cabot e, em 1979, o Prêmio Esso, além de fazer parte da Academia Brasileira de Letras. Dora Kramer, na 271ª posição nesse *ranking*, ficou em 3º lugar no Troféu Mulher Imprensa, de 2014. Outros nomes que aparecem na lista são os de Joice Hasselmann, em 2.354º, e Diogo Mainardi, em 7.239º. Já o jornalista Guilherme Fiuza se destaca na área de cinema: conquistou o Grande

[22] Informações disponíveis em: <<http://maispremiados.com.br/eliane-brum-e-miriam-leitao-entram-2017-como-as-premiadas-da-historia>>. Acesso em 20/6/2017.

Prêmio do Cinema Brasileiro, na categoria Melhor Roteiro Adaptado, em 2009, e foi indicado ao Emmy Internacional, na categoria Melhor Série Dramática, em 2013, com a minissérie *O brado retumbante*, da qual foi coautor.

Enquanto alguns jornalistas se consagram por colegas e organizações ligadas à profissão, outros são notabilizados pelos telespectadores ou seguidores da internet. Se, em alguns campos, o sucesso de público se opõe ao prestígio perante os pares (Bourdieu, 1996), no jornalismo — marcado pela heteronomia — a aclamação pelo público pode, em alguns casos e até certa medida, contribuir para a legitimação dos profissionais diante de seus colegas. Miriam Leitão e Dora Kramer, por exemplo, são premiadas nos dois sentidos. Já Joice Hasselmann, Rachel Sheherazade e Ricardo Amorim se destacam especialmente nas premiações advindas da votação do público. Em 2017, Joice ganhou o prêmio de principal influenciadora digital na categoria Economia, Política e Atualidades, pelos votos técnico e popular. Rachel Sheherazade foi eleita melhor apresentadora de telejornal pelos votos dados via internet para o Troféu Imprensa do SBT. E Ricardo Amorim recebeu o prêmio de maior influenciador do LinkedIn, além de ter sido escolhido como um dos mais admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças.

Os nomes que se situam no quadrante superior direito do Gráfico 1 destacam-se também por, em sua maioria, trabalhar no Grupo Globo. Além dos *experts* com presença garantida nos programas e debates da Globo News, Miriam Leitão, Fernando Gabeira, Alexandre Schwartzman, Monica de Bolle e Merval Pereira atuam como comentaristas da CBN. Outro programa de encontro é o *Manhattan Connection*, apresentado por Lucas Mendes, Caio Blinder, Pedro Andrade, Ricardo Amorim e Diogo Mainardi. Nesse último programa, Fernando Gabeira já foi entrevistado. No braço impresso do Grupo Globo estão presentes os colunistas Miriam Leitão, Merval Pereira, Demétrio Magnoli, Fernando Gabeira, Denis Rosenfield e Murillo de Aragão, no jornal *O Globo*, e Fernando Schüler e Guilherme Fiuza, na revista *Época*. Premidos pela organização institucional, os personagens que ocupam esse polo tendem a censurar o polemismo puro e simples na medida em que seus padrões e o campo jornalístico permitem, extravasando quanto mais inexperientes e *outsiders* forem na empresa jornalística ou à medida que conquistam a condição de “radical” consentido, controlado e aceito pela instituição. Já os mais assentados tendem a demonstrar certo equilíbrio e distanciamento nas análises, aproximando-se muitas vezes dos especialistas tanto no afã de legitimar suas posições como para confirmar intelectualmente seus vereditos.

3. OS ADVERSÁRIOS CÚMPLICES

A análise apressada da conjuntura política brasileira, bem como da atuação dos atores referidos contra o PT e a esquerda e a favor da destituição de Dilma Rousseff, fez saltar aos olhos dos acadêmicos e do público em geral a abordagem de apenas uma parte desse conjunto de colunistas, qual seja, a mais polêmica e barulhenta, portanto, a socialmente mais evidente. Desse modo, oculta-se uma série de figuras que compõem a rede de relações e os intercâmbios que ocorrem entre essas posições e que dão inteligibilidade a esse subcampo como um todo. Os polemistas atuam na ponta de lança do processo, transformando diagnósticos econômicos e políticos pretensamente especializados em clichês e lugares-comuns que passam a ser repetidos em forma de artilharia a atingir inimigos irreconciliáveis nas redes sociais. Os jornalistas, em especial os mais prestigiados, ocupam uma posição intermediária, falando para públicos específicos — principalmente, assinantes de jornais, revistas e canais a cabo — e negando qualquer proximidade com os polemistas.²³ Por fim, no polo mais intelectual desse sistema de relações, estão aqueles que, detendo posições mais elevadas de poder — por atuarem diretamente na formulação de planos e estratégias políticas e econômicas —, agem no intuito de influenciar formuladores políticos e outros jornalistas.

Como é possível notar nos gráficos apresentados, o espaço social que esses colunistas ocupam se estrutura a partir do volume e do tipo de capital que tais figuras detêm — especialmente a partir da oposição capital acadêmico *versus* capital midiático. Do lado esquerdo do Gráfico 1, estão situados os colunistas que trilharam uma carreira para além dos veículos midiáticos, tanto em universidades quanto em agências de consultoria, bancos e cargos políticos de escola; do lado direito, localizam-se aqueles cujas carreiras se atrelam à atuação midiática. Essa distinção pode ser compreendida também pela divisão entre aqueles cuja formação foi mais prolongada — com doutorado — e aqueles sem formação especializada, com o diploma de jornalista ou apenas graduação em economia, administração ou ciências humanas, conforme pode ser verificado no Quadro. Os primeiros, em sua maioria, atuam pouco nas redes sociais ou mesmo estão ausentes delas, ao passo que os segundos ostentam números elevados de seguidores em suas páginas ou perfis.

Tais distinções sociais engendram posicionamentos divergentes, os quais configuram diferentes modos de expressão de uma “direita” — tanto ideológica como performaticamente. Não temos espaço aqui para aprofundar a divisão social do trabalho nas fileiras pensantes identificadas à direita. No entanto, sublinhamos que, no polo mais intelectualizado, os agentes defendem que seus posicionamentos

[23] Em artigo publicado em 3 de novembro de 2013, intitulado “Amiséria do debate”, Miriam Leitão fez referências indiretas a Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino, depois de ambos terem publicado críticas a ela. No artigo, chamou-os de “direita hidrófoba”. Ver <<https://blogs.oglobo.com/miriam-leitao/post/miseria-do-debate-513932.html>>. Acesso em 20/6/2017.

constituem uma análise técnica, neutra, embora empreguem adjetivações morais; no polo polemista, valem-se de posturas mais agressivas, ainda que levantem alguns argumentos. No discurso destes últimos, é mais comum observar o desprezo por questões relacionadas aos direitos humanos e a ênfase em políticas de segurança pública; já os outros se ocupam predominantemente com a defesa do Estado mínimo e de valores como meritocracia. A defesa de ideias, de um lado, ligadas aos princípios denominados neoliberais e, de outro, associadas a um conservadorismo moral foi, aliás, observada por Messenberg (2017). Isso não significa, porém, que as agências em torno de tais questões ou as formas de seu exercício sejam excludentes.

Ademais, essas distinções não eliminam o fator que os enlaça: o antipetismo renitente (Messenberg, 2017, p. 634). A repetição de lugares-comuns demonstra quanto o discurso intelectual midiático se recicla com diferentes aparências e em variados espaços. Certamente, a forma de oposição ao PT não é homogênea entre esses colunistas. Por um lado, percebe-se que alguns deles sugerem processos de auto-crítica e renovação da esquerda, em geral, e do PT, em particular, assim como outros toleram, em alguma medida, a figura do contraditório, aceitando, por exemplo, que o PT teve acertos — como Miriam Leitão considerou²⁴ — e que “há gente decente no PT, capaz de revigorar a legenda” — como afirmou Dora Kramer.²⁵ Por outro, os mais polemistas veem o PT como espécie de mal maior, que deveria, portanto, ser eliminado em suas mais diferentes formas de expressão.²⁶

A despeito dessa diferença de tomada de posição, o discurso dos primeiros embasa e, muitas vezes, legitima a posição dos segundos. As ideias de que o governo Dilma foi o pior da história; de que o PT é um antro de roubalheira e corrupção; de que o partido, Lula e Dilma seriam autoritários, antidemocráticos, mentirosos e arrogantes; de que os eleitores e simpatizantes do PT seriam ingênuos, manipulados e ignorantes ou cúmplices e criminosos perpassam os discursos dos intelectuais mais prestigiados do grupo e, em alguma medida, reforçam as ideias dos mais extremistas. Assim, esses intelectuais estudados conquistam corações e mentes entre o conjunto de leitores, espectadores e seguidores, bem como empreendem investidas no campo do poder, seja na política, na economia ou no judiciário.

[24] Ver Miriam Leitão, “PT e suas fases”, disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/pt-e-suas-fases.html>>. Acesso em 20/6/2017.

[25] Ver Dora Kramer, “Cena de cinema”, *O Estado de S. Paulo*, 28/8/2016, disponível em: <<https://politica.estado.com.br/noticias/geral,cena-de-cinema,10000072474>>. Acesso em 20/6/2017.

[26] Ver Bruno Garschagen, “O necessário processo de despetização”, *Gazeta do Povo*, 15/5/2016, disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/opiniaocolumnistas/bruno-garschagen/o-necessario-processo-de-despetizacao-adn13q3hbfkxhpkqv5jcnqlhi>, acesso em 20/6/2017; Olavo de Carvalho, Facebook, 2/12/2014, disponível em: <www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/411842038967876:0>, acesso em 20/6/2017.

Recebido para publicação
em 29 de maio de 2018.

Aprovado para publicação
em 30 de novembro de 2018.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

113, jan.–abr. 2019
pp. 157-182

DMITRI CERBONCINI FERNANDES [<https://orcid.org/0000-0002-4584-8625>] é professor adjunto do departamento de ciências sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Preconceito, Autoritarismo e Ideologia (NUPPAL/UFJF). Foi responsável pelos argumentos do artigo, pela organização dos dados e pela redação.

ALLANA MEIRELLES VIEIRA [<https://orcid.org/0000-0001-9925-8965>] é doutoranda em sociologia em cotutela entre a Universidade de São Paulo e a École des Hautes Études en Sciences Sociales. Foi igualmente responsável pelos argumentos do artigo, pela organização dos dados e pela redação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Avritzer, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- Bertoncelo, Edison. "Consumo cultural e manutenção das distâncias sociais no Brasil". In: Pulici, Carolina; Fernandes, Dmitri (orgs.). *As lógicas sociais do gosto: condicionantes das preferências, hierarquias simbólicas e legítimidades culturais*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2019.
- Bobbio, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- Bourdieu, Pierre. *La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Sobre a televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Contrafogos 1: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2007.
- _____. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- Carlotto, Maria Caramex. "Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita para além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos think tanks latino-americanos". *Plural: Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 1, 2018, pp. 63-91.
- Chaloub, Jorge; Perlatto, Fernando. *Intelectuais da "nova direita" brasileira: ideias, retórica e prática política*. Anais do XXXIX Encontro Anual da Anpocs, 2015. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gt19/9620-intelectuais-da-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/file>>. Acesso em 10/6/2016.
- Champagne, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- Cruz, Sebastião Velasco et al. (orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Duval, Julien. "Analisar um espaço social". In: Paugam, Serge (org.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2015. pp. 218-37.
- Fernandes, Dmitri Cerboncini; Messenberg, Debora. "Apresentação: um espectro ronda o Brasil (à direita)". *Plural: Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 1, 2018, pp. 1-12.
- Hochschild, Arlie Russell. *Strangers in their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. Nova York: The New Press, 2016.
- Le Roux, Brigitte; Rouanet, Henry. *Multiple Correspondence Analysis*. Londres: Sage, 2010.
- Messenberg, Debora. "A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros". *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017, pp. 621-47.
- Miceli, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Ortellado, Pablo; Solano, Esther. *Pesquisa manifestação política 12 de abril de 2015*. 2015. Disponível em: <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2015/04/Pesquisa-12-04-2015.pdf>>.
- Pierucci, Antônio Flávio. "A direita mora do outro lado da cidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, 1989, pp. 46-64.
- _____. *Cidades da diferença*. São Paulo, Editora 34, 2013.
- Queiroz, Antônio Augusto de. "As razões da eleição de um Congresso conservador". 2014. Disponível em: <www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24542:as-razoes-da-eleicao-de-um-congresso-conservador&catid=46:artigos&Itemid=207>. Acesso em 15/1/2018.
- Rocha, Camila. "Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina". In: Cruz, Sebastião Velasco et al. (orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 261-78.
- Sapiro, Gisèle. "Notables, esthètes et polémistes: manières d'être un écrivain 'reactionnaire' des années 1930 à nos jours". In: Durand, Pascal; Sindaco, Sarah (orgs.). *Le Discours "néo-reactionnaire": transgressions conservatrices*. Paris: CNRS Éditions, 2015, pp. 23-46.
- Singer, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Tatagiba, Luciana et al. "Protestos à direita no Brasil (2007-2015)". In: Cruz, Sebastião Velasco et al. (orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- Telles, Helcimara de Souza. "O que os protestos trazem de novo para a política brasileira?". *Em Debate*, v. 7, n. 2, 2015, pp. 7-14.





BOLSONARO PRESIDENTE

Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010010>

RONALDO DE ALMEIDA*

RESUMO

O artigo analisa a articulação entre evangélicos e conservadorismo na crise brasileira. Minha hipótese é de que uma parte significativa desse segmento religioso compõe, de diferentes maneiras e intensidades, o processo social mais amplo que tem sido denominado no debate público nacional e internacional como uma *onda conservadora*, cujo desdobramento mais recente foi a eleição, em 2018, de um presidente com retórica de extrema direita: Jair Bolsonaro.

PALAVRAS-CHAVE: *Bolsonaro; conservadorismo; evangélicos; eleição 2018; crise política.*

Bolsonaro President: Conservatism, Evangelism and the Brazilian Crisis

ABSTRACT

The article analyzes the articulation between evangelicals and conservatism in the Brazilian crisis. My hypothesis is that a significant part of this religious segment composes, in different ways and intensities, the broader social process that has been termed in the national and international public debate as a *conservative wave*, whose most recent deployment was the election, in 2018, of a president with extreme-right rhetoric: Jair Bolsonaro.

KEYWORDS: *Bolsonaro; evangelicals; conservatism; 2018 elections; political crisis.*

[*] Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: ronaldormalmeida@gmail.com

[1] Agradeço aos amigos Gustavo Rossi, Rodrigo Toniol e Gabriel Feltran a leitura comentada de um texto mais amplo a partir do qual elaborei este artigo.

INTRODUÇÃO¹

Este artigo analisa o conservadorismo e os evangélicos na crise brasileira desencadeada com os protestos de rua de junho de 2013, polarizada nas eleições de 2014, aprofundada com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e cujo desdobramento mais recente foi a eleição de um político de extrema direita, em 2018. Parcela significativa desse segmento religioso compõe o processo social de alcance mais amplo denominado no debate público de *onda conservadora*, a qual articula, em níveis diferentes, pelos menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, secu-

ritariamente punitiva e socialmente intolerante. Nem todos os conservadores são evangélicos, nem todos os evangélicos são conservadores, mas em quais momentos, entre quem, onde e como conservadorismo e evangelismo articularam-se na crise brasileira contemporânea, que teve como um dos decantados principais a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República?

Conservadorismo é um conceito associado a processos e contextos históricos específicos.² Todavia, o termo tornou-se comum nos debates públicos brasileiro e mundial contemporâneos, sendo constantemente acionado nos noticiários de televisão, na imprensa escrita e nas redes sociais digitais com uma profusão de sentidos razoavelmente elásticos; por vezes, é identificado de modo excessivo e impreciso com fascistas, se na política, ou com fundamentalistas, quando na religião. Parafraseando Geertz, quando escreveu que no mundo contemporâneo “há coisas demais a que se quer dar o nome de ‘religiosas’” (Geertz, 2001, p. 151), muitas coisas são chamadas de conservadoras ou arroladas enquanto tais em um mesmo grande movimento.

Olhando de sobrevoos aquilo que é percebido no debate público como fazendo parte da *onda*, as alternativas são bastante variadas e possuem velocidades diferentes conforme as nacionalidades e regiões do mundo. Diversas análises tendem a concordar quanto ao declínio da democracia liberal e ao endurecimento repressivo de regimes políticos escolhidos via procedimentos democráticos (Castells, 2018; Levitsky; Ziblatt, 2018; Runciman, 2018). Nas recentes eleições na Europa, destacaram-se partidos de direita ou extrema direita, os quais, se não chegaram a vencer os pleitos, tiveram um bom desempenho nas urnas, como na França, onde o Partido Socialista praticamente colapsou, e no Reino Unido, cuja saída da Comunidade Europeia (o Brexit) foi um fechamento protecionista contra, sobretudo, a chegada de imigrantes europeus e não europeus. Sem falar dos Estados Unidos e da eleição de Donald Trump, com seu discurso antiglobalista (Hochschild, 2016) e pós-fascista (Bianchi, 2018).

Cabe destacar também a própria derrocada dos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, onde, durante os anos 2000, alguns países, agindo em bloco e com relativa liderança do Brasil, procuraram construir uma posição menos alinhada com a política externa dos Estados Unidos. Os governos à esquerda, que dominaram a cena política sul-americana, começaram a declinar nos anos 2010 pela corrupção e também como consequência de rupturas com o *status quo* social, econômico e cultural por meio de políticas inclusivas e de diversidade. Isso gerou reações regressivas e de distinção social, sobretudo entre as classes médias, como encontrado em outros países.

[2] A crítica conservadora à Revolução Francesa — especificamente as reflexões de Edmund Burke — é a referência canônica do pensamento conservador moderno (Kirk, 2016; Huntington, 1957). No sentido inverso ao da revolução, a conservação das instituições, por meio da prudência e em nome da ordem, foi o cerne do moderno pensamento político conservador.

Segundo Kurlantzick (2013), em análise do contexto mundial, as políticas de proteção social tenderam a empoderar os mais pobres, gerando pressão e revolta das classes médias.

Entendo conservadorismo como a principal resultante de diferentes forças políticas atuais da crise brasileira, isto é, o vetor que tem apontado a direção e o sentido do processo social em curso — como um corredor inclinando para a próxima passada, conforme a bela imagem do historiador François Hartog, ao qual voltarei adiante (Hartog, 2014). A metáfora da *onda*, por sua vez, significa um movimento que arrasta o fluxo histórico em determinado sentido, mas, evidentemente, isso não ocorre sem contraforças e pontos de fuga, de tal modo que a situação política tem sido de persistente e reificada polarização, que se intensificou a cada novo evento eleitoral, tanto no sistema político como na população.

Contudo, antes de analisar o recente processo eleitoral, cabe uma reflexão inicial sobre a crise brasileira iniciada com as manifestações de junho de 2013 e que se estendeu pelo menos até as eleições de 2018. Em suma, como chegamos até aqui?

FATIANDO A CRISE

Jargão do debate público, o termo “crise” é muitas vezes utilizado de maneira genérica, sem precisão ou reduzido a conflitos políticos rotineiros — para os que se encontram no poder instituído, “incêndios” são desafios constantes. Fugindo desse sentido mais ordinário, compreendo o termo a partir de sua excepcionalidade, da alta instabilidade e pouca previsibilidade, além da capacidade de inflexões e mudanças, sendo mais desestruturante do que as situações de tensão próprias da dinâmica política.

Em uma tomada mais geral, conforme a crise no Brasil se aprofundou, prolongando-se aos dias atuais, ampliaram-se também as suas dimensões. Já não se trata tão somente de uma crise política, que em parte decorreu e é paralela à crise econômica, mas de algo também com implicações jurídicas (na medida em que está em jogo o pacto democrático consagrado na Constituição de 1988), societárias (uma vez que têm sido frequentes as fissuras nas relações interpessoais em parcelas da população) e culturais (posto que o jogo de forças tem levado a choques identitários, de valores e comportamentos). Em outras palavras, um fato social total *stricto sensu*.

Nomeei esse subitem de “fatiando a crise” por entender que sua complexidade exige como procedimento a decomposição dos espaços de interação política e das temporalidades do processo social que são permeáveis e atravessados pelas linhas de forças sociais comuns citadas no início. Esses vetores têm se desenrolado em escalas e ritmos

distintos, porém conectados entre si. Não parto, no entanto, de uma conceituação específica de crise, mas articulo algumas noções para referenciar a análise do processo social pelo qual passa o país.

EM TABULEIROS

Para começar, valho-me de uma imagem formulada pelo helenista francês Jean-Pierre Vernant a propósito da dinâmica do mundo dos deuses gregos, a saber: a imagem de um jogo não somente com muitos jogadores, mas também com vários tabuleiros.

O primeiro tabuleiro, ou arena de interação política, compreende os sistemas político e jurídico, que em boa medida estão sujeitos à mediação dos grandes veículos de comunicação com a população mais geral. Trata-se da esfera estatal onde ocorre a atuação dos agentes práticos da política institucional e do ordenamento jurídico. No que diz respeito aos poderes Executivo e Legislativo, um dos resultados mais indiscutíveis da atual conjuntura tem sido a desqualificação da representação política, que, por princípio, seria corrupta ou leniente com a corrupção. A crise, até agora, desgastou de modo consistente a legitimidade dos políticos e da própria política.

Não que ela tenha um valor consolidado na história brasileira. O contrário é mais verdadeiro. A atividade política em poucos momentos gozou de prestígio na opinião pública nacional, que sempre a viu com desconfiança, quando não de modo incriminador. A novidade mais recente foi a perda da bandeira da ética pelo campo político à esquerda, sobretudo pelo papel desempenhando pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O discurso dos setores à esquerda sobre ética na política — que já se encontrava sob suspeita em alguns governos estaduais e municipais anteriores às eleições de 2002 — começou a ser demolido de maneira consistente ainda durante o primeiro governo Lula (2003-06), em torno do escândalo do Mensalão, cujo julgamento, em 2011 e 2012, foi sucedido por outro escândalo de corrupção na Petrobras (o Petrolão). Tudo isso aprofundou o descrédito dos políticos e da política (à esquerda, ao centro e à direita) a ponto de gerar em parte da população nas duas últimas eleições o desejo por opções vindas de fora do sistema político ou, de maneira mais radical, contrárias a ele.³

Em contrapartida ao descrédito da política, o julgamento do Mensalão conferiu ao Poder Judiciário significativa legitimidade junto à população, em especial pela atuação do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Joaquim Barbosa. Como corolário, até meados de 2015, especulou-se muito sobre a possibilidade de o Judiciário funcionar como uma espécie de poder moderador,⁴ principalmente no conflito entre o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e a então chefe do Executivo, Dilma Rousseff.

[3] Por exemplo, a campanha de João Doria (PSDB) à Prefeitura de São Paulo, em 2016, que enfatizou a figura do gestor em detrimento da do político; e a de Jair Bolsonaro (PSL), em 2018, que se apresentou como alguém crítico da “velha política” e admirador do regime militar.

[4] Ver <https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/stf-e-o-novo-poder-moderador-da-republica-diz-toffoli/>.

[5] Merecem destaque os juizes Sérgio Moro e Marcelo Bretas e os procuradores Rodrigo Janot, Raquel Dodge e Deltan Dallagnol.

Entretanto, se a alta corte estava inicialmente em uma posição distante do núcleo da crise, tornou-se parte do problema conforme ela se aprofundou, principalmente frente ao descompasso entre os ministros do STF e os juizes de primeira instância associados a procuradores públicos⁵ (Mendes, 2019). Ainda na esfera estatal, destacaram-se as ações da Procuradoria Geral da República (Ministério Público) e da Polícia Federal, que se notabilizaram pelo protagonismo político e midiático por meio de investigações e indiciamentos de empresários da construção civil, políticos do Executivo e do Legislativo, burocratas de partidos e diretores de empresas estatais. Tudo isso construído no processo político-jurídico da Lava Jato, iniciado em 2014.

O segundo tabuleiro de interação política refere-se ao plano da mobilização nas ruas e nas redes sociais digitais. Penso aqui nas manifestações de rua que até o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, conforme Alonso (2017), passaram por pelo menos três grandes ciclos de protestos (junho de 2013, 2015 e 2016). Várias pesquisas feitas a partir de 2013 indicaram que as manifestações, regra geral, eram formadas por estratos sociais com características razoavelmente uniformes dos pontos de vista de renda, escolaridade e cor, fossem contrárias à Dilma, fossem a seu favor. Acrescente-se ainda que, segundo o estudo de Tatagiba (2018) sobre o período do governo Dilma (2011-16), antes de junho de 2013 já estavam ocorrendo vários protestos com pautas variadas e não unificadas.

Paralela e virtualmente, os que se mobilizaram para ir às ruas utilizaram com regularidade as redes digitais como plataforma de expressão, informação e discussão política por meio de opiniões e compartilhamentos. Porém, ir às ruas e debater nas redes digitais são participações de qualidades e efeitos distintos. Por uma série de características da comunicação virtual — a não copresença, a construção de uma face virtual, a pouca oralidade, os limites da escrita digital, enfim, a mediação tecnológica —, as convicções pessoais nas redes digitais são mais contundentes e excessivas do que quando em situações face a face. Penso nos militantes virtuais que não se dispõem a sair do algoritmo no qual estão circunscritos. Sua eficácia está mais no reforço da rede na qual se encontram do que nas manifestações políticas públicas. Diga-se, no entanto, que, mesmo sendo menor o engajamento presencial dos mobilizados pelas redes sociais, a militância virtual foi fundamental na convocação às ruas durante os protestos, além de favorecer a formação de correntes de opinião alternativas às linhas editoriais da grande imprensa.

Por fim, o terceiro tabuleiro é o nível da casa, da família, dos laços vicinais, religiosos e de trabalho, em suma, o plano das relações interpessoais cotidianas. Penso aqui no brasileiro mais ordinário, que participa pouco da vida política do país e pouco se informa sobre os atores

e a dinâmica da política. Preocupa-se com ela sazonalmente, conforme ocorrem as eleições e os escândalos. Diferentemente do segundo tabuleiro, entendo que nesse terceiro boa parte da população não tem vivenciado a intensificação da política tal como a outra, mais engajada e participativa. Trata-se do universo de pessoas com menos atenção na rotina política, mas que está atento aos efeitos concretos das ações dos governos, sobretudo na economia cotidiana e nos serviços públicos.

Contudo, ressalte-se, os canais de comunicação abertos na TV compõem o cenário doméstico para boa parte dessa população, principalmente as camadas mais pobres. A TV aberta ainda é no Brasil uma forte fonte de informação e legitimação das narrativas políticas. Assim, se nesse terceiro tabuleiro a participação é pouco encontrada, a conjuntura da crise de permanente instabilidade produziu nos últimos anos uma “audiência da política” generalizada que gravitou mais detidamente em torno de um mesmo tema: o *combate à corrupção*. Entretanto, e isso é o fundamental nesse tabuleiro, com a obrigatoriedade do voto, essa audiência da política é convocada à participação no período eleitoral, quando é alcançada pelo horário eleitoral gratuito e, cada vez mais, pelas redes sociais digitais.

Merecem destaque nessa arena de interação política os efeitos crescentes da plataforma digital WhatsApp, por meio da qual circulam informações, *fake news* e *memes* em múltiplos grupos fechados que se sobrepõem às pequenas redes sociais: núcleo familiar, família extensa, grupos de trabalho, de amigos, de comunidades religiosas ou temporários com propósitos pontuais etc. Em resumo, o WhatsApp favorece uma interatividade mais instantânea, próxima e circunscrita. Uma socialidade mais ampla quantitativamente do que as relações face a face e, no entanto, fechada e menor do que a proporcionada pelo Twitter e pelo Facebook. Não é por acaso o esforço cada vez mais crescente de políticos e partidos para alcançar principalmente em período eleitoral as microrredes de interação virtual extremamente capilares. A campanha de 2014 foi a primeira a adotar a tecnologia, mas foi em 2016 que ela começou a ser utilizada pelos políticos, tanto em eleições como para manter a comunicação com apoiadores e parcelas da população durante os mandatos. Porém, em 2018, a plataforma teve papel decisivo na construção da (i)legitimidade dos candidatos.

Na verdade, o instrumento tecnológico foi usado preferencialmente para deslegitimar adversários, aumentando-lhes a rejeição. O principal efeito, que ainda precisa ser mais bem investigado, foi colocar em suspeição as informações dos grandes meios de comunicação e dar crédito às informações vindas das redes fechadas e ancoradas em relações de confiança e proximidade. Sobreposta aos vínculos pelos quais se propagam mais eficazmente rumores e fofocas, a comunicação via WhatsApp valeu-se de *fake news*, termo em inglês rapidamente

[6] Curiosamente, a expressão foi apropriada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para desqualificar as matérias jornalísticas que lhe eram desfavoráveis, embora tenha sido ele quem mais se valeu da tecnologia digital na eleição (Benkler; Faris; Roberts, 2018).

popularizado em todos os diferentes estratos sociais, para desconstruir adversários ou gerar dúvidas sobre eles.⁶

Em síntese, esses três tabuleiros ou arenas de interação política são também uma forma de organizar a literatura recente sobre a conjuntura atual: mais focada ora no sistema político-jurídico (Nobre, 2013; Singer, 2018; Limongi, 2017); ora nos protestos e nos movimentos sociais (Alonso, 2017; Pinto, 2017; Tatagiba, 2018); ora na vida cotidiana das pessoas e suas extensões (Pinheiro-Machado, 2018; Solano, 2019).

EM TEMPORALIDADES

Se os tabuleiros significam planos nos quais se desenrola a crise, ela também implicou uma duração temporal específica razoavelmente limitada por um antes e um depois minimamente rotineiros; em outros termos, uma temporalidade de inflexões imprevistas. A atividade política, embora oscilante por princípio, conta com certo grau de estabilidade que lhe propicia um movimento inercial a partir do qual é possível estabelecer previsões; contudo, na conjuntura brasileira dos últimos anos, o futuro está muito dependente do desempenho das disputas do presente — do jogo sendo jogado.

O conceito de drama social de Victor Turner parece-me profícuo para demarcar a temporalidade do processo político pelo qual passa o Brasil.⁷ Como uma extensão metafórica, “drama” e “crise” são termos parcialmente reversíveis, na medida em que são experiências vividas intensamente em termos cognitivos e emotivos. Em primeiro lugar, ambos têm implícita uma temporalidade excepcional, conjuntural, não rotineira, fruto de uma desarmonia que tende à aceleração dos eventos significativos e ao adensamento das reflexões e dos afetos mobilizados. Essa intensificação torna a conjuntura mais absorvente pela percepção de insegurança quanto ao futuro.

Desorientação e imprevisibilidade têm ditado a dinâmica política desses anos. Inúmeros foram os momentos de incapacidade tanto de compreensão do que se passava quanto de previsibilidade em relação a um futuro próximo. Entre 2013 e 2018, foram frequentes os momentos nos quais acadêmicos, políticos, burocratas estatais, jornalistas, militantes, entre outros, pouco ousaram traçar cenários, mesmo os de curta duração, tal o grau de instabilidade política, em período eleitoral ou fora dele.

Guardadas as devidas importâncias dos eventos, a afirmação do historiador François Hartog a propósito da Revolução Francesa e da queda do Muro de Berlim poderia ser usada para refletir sobre a temporalidade pós-2013 até as eleições de 2018:

[7] Situações de crise e mudança social são temas clássicos da teoria antropológica e do método etnográfico, particularmente trabalhos desenvolvidos pela tradição da Escola de Manchester (Beck; Knecht, 2016).

Esses cortes [1789 e 1989], vamos chamá-los ainda de brechas no tempo, retomando o diagnóstico feito por Hannah Arendt, isto é, esses intervalos totalmente dominados pelas coisas que não são mais e pelas coisas que não são ainda. Brechas, pois há uma pausa e esse tempo parece desorientado. (Hartog, 2014, p. 138, grifos meus)

Tenho em mente os eventos críticos pontuais que causaram momentos de alta instabilidade nos últimos anos, como: as delações premiadas contra políticos e empresários; as manifestações de rua em 2013, 2015, 2016 e 2018; o impeachment de Dilma Rousseff; o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da chapa Dilma-Temer; os dois pedidos de impeachment contra Michel Temer; a intervenção federal no Rio de Janeiro com as Forças de Segurança; o assassinato da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), e de seu motorista Anderson Gomes; a prisão de Lula; o locaute dos caminhoneiros que paralisou o país; a ameaça autoritária nas eleições de 2018; entre outros. Tudo tem se passado como se estivéssemos em um mesmo processo social que se desdobrou em duas grandes coordenadas: na horizontal, o movimento de perda de legitimidade do sistema político com a judicialização da política e a politização da justiça, e, na vertical, o descompasso entre esse sistema e a sociedade. Duas dimensões ortogonais do mesmo processo, cuja temporalidade é caracterizada pela percepção coletiva de insegurança, incertezas, imprevisibilidade, insubordinações, intensidade e inflexões políticas.

Na medida em que a crise se desenrolou em frequências específicas, podemos pensar também em uma diacronia interna a ela, o que fica mais evidente quando nos situamos no horizonte de possibilidades de cada momento crítico. Por exemplo, e como já destacado anteriormente, o Poder Judiciário foi percebido de início na opinião pública como uma instância moderadora até meados de 2015, mas tornou-se parte do problema com a perda da aura de imparcialidade, cujo ápice se deu, a meu ver, no julgamento da chapa Dilma-Temer pelo TSE em junho de 2017. O processo foi movido pela candidata Marina Silva, derrotada nas eleições de 2014. A acusação foi de uso de dinheiro de corrupção na campanha da chapa petista. Como no momento do julgamento Dilma já havia sofrido o impeachment e Temer já era presidente, o TSE, contrariando o pedido de cassação proposto pelo relator, Herman Benjamin, absolveu a chapa por 4 votos a 3, mantendo Temer na Presidência. O ministro Gilmar Mendes foi o principal opositor do relator e defensor da absolvição da chapa.

Do mesmo modo, as Forças Armadas foram paulatinamente deslocando-se para o centro do poder durante a crise. Durante 2013 e 2014, era bastante consensual no debate público a opinião de que não havia condições políticas nem disposição dos militares para uma in-

tervenção. Quando grupos intervencionistas celebravam o regime militar nas manifestações de rua, à direita, quase sempre havia conflitos, chegando algumas vezes a serem expulsos do evento. Para a maioria dos manifestantes, protestar contra o governo Dilma não significava adesão à intervenção militar. Contudo, no transcorrer da crise, os militares foram ocupando espaços no sistema político com a aprovação da opinião pública, já muito afetada pela insegurança causada pela criminalidade. Em início de 2018, os militares foram convocados por Temer para combater o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, o que recebeu forte apoio popular. E, no segundo semestre de 2018, eles passaram a ser alternativa de poder, via eleitoral, com o capitão reformado Jair Bolsonaro e o general da reserva Hamilton Mourão, ambos do Exército brasileiro. Na manifestação de rua de eleitores de Bolsonaro em resposta ao evento #elenão,⁸ a uma semana da votação do primeiro turno, havia um grande boneco inflável do general Mourão percorrendo a avenida Paulista, em São Paulo. Naquele momento, no tabuleiro das ruas e das redes, Mourão já não era mais um intervencionista, mas candidato à Vice-Presidência, que posteriormente foi eleito pelo voto popular. Além dele e de Bolsonaro, muitos militares e policiais também foram eleitos para os legislativos estaduais e para o federal.

Ainda na diacronia da crise, as eleições de 2018 produziram de forma oscilante diferentes expectativas depois do impeachment de Dilma. Primeiro, elas foram consideradas a possibilidade de repactuação do país, desde que dessa vez o resultado das urnas fosse respeitado. Depois, conforme a popularidade do ex-presidente Lula aumentava, temeu-se que as eleições poderiam não acontecer devido a uma possível intervenção militar ou a uma eventual manobra parlamentar para instituir o parlamentarismo ou o semipresidencialismo — proposta ensaiada, especialmente, pelo senador José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-SP), pelo presidente Michel Temer e pelo ministro do STF Gilmar Mendes. Essa última possibilidade foi descrita por setores à esquerda como “o golpe dentro do golpe”. Basicamente, tratava-se da expectativa de que Michel Temer seria nada mais do que um passo para o retorno do PSDB ao poder, via eleição em 2018 ou pela mudança do regime para o parlamentarismo. Contudo, na eleição de 2018, o PSDB praticamente implodiu, principalmente a ala histórica do partido.⁹ Por fim, ainda no início do período eleitoral, temeu-se que, em caso da quinta vitória do PT com Fernando Haddad, a posse pudesse ser impedida por uma intervenção militar.

Após tantas especulações e muitos temores em relação às eleições de 2018, o resultado final foi a entrada dos militares no centro do poder político via voto popular. Apesar das ameaças camufladas,¹⁰ o espectro militar materializou-se por meio do processo democrático e não por intervenção, a ponto de a questão política candente hoje ser a

[8] Movimento de caráter feminista criado na internet para condenar a postura de Bolsonaro com as mulheres que culminou em manifestações de rua nas grandes cidades brasileiras, a uma semana da votação do primeiro turno.

[9] Confirmando a trajetória de alguns anos, o PSDB paulista, com a eleição de João Dória como governador de São Paulo, tornou-se um partido de direita com flertes com a extrema direita de Jair Bolsonaro.

[10] Como a insinuada pressão exercida pela cúpula das Forças Armadas (por meio de uma postagem do general Eduardo Villas Bôas) sobre o STF no julgamento do habeas corpus de Lula, em início de abril de 2018. Ou a especulação de Bolsonaro de possível fraude eleitoral nas urnas eletrônicas caso perdesse a eleição.

sutil e fundamental distinção entre um governo militar e um governo com militares na ordem democrática.

Esses exemplos, e tantos outros, podem ser lembrados para demonstrar a constante oscilação das previsões sobre o que se apresentava como futuro nos momentos críticos. O importante a reter é a pouca capacidade de previsibilidade dos atores, o que conferiu dramaticidade à crise e uma temporalidade específica. No entanto, para ser fiel ao modelo de Victor Turner, crise é um dos momentos do drama social que compreende, na verdade, quatro fases: *ruptura, crise, ação corretiva e reintegração* (conciliação ou a consolidação da ruptura). Não pretendo aplicar de forma estrita o modelo de Turner, mas refletir a partir de alguns dos seus demarcadores temporais. Interessada e seletivamente, destaco o intervalo entre ruptura e crise e entre crise e ação corretiva.

De acordo com diversos institutos de pesquisa de opinião pública, houve uma alteração drástica na percepção dos brasileiros quanto à situação política do país após as manifestações de junho de 2013. “Não me representam [os políticos]!” foi um dos slogans nascidos durante as manifestações.¹¹ À direita ou à esquerda, as interpretações daquele momento expressaram o caráter disruptivo de 2013 (Nobre, 2013; Alonso, 2017; Singer, 2018), sobretudo em relação à representação política.

Entendendo que “as causas imediatas de junho de 2013 continuam misteriosas”, André Singer descreve, um tanto atônito, o seguinte contexto:

Para coroar o êxito do primeiro biênio, em março de 2013, Dilma recebia 65% de bom e ótimo na pesquisa Datafolha. Em junho, entretanto, a conjuntura sofre uma inesperada reviravolta [...]. Como raio em céu azul, gigantescos protestos invertem a tendência. (Singer, 2018, p. 25, grifos meus)

Mesmo que tenham ocorrido protestos durante os dois primeiros anos do mandato de Dilma, como mostra Tatagiba (2018), junho de 2013 foi uma irrupção social de proporção e abrangência não previstas, o que gerou também a consciência na maior parte da população de que algo havia se rompido. Os mais ufanistas, à direita do cenário ideológico, ao verem as ruas cheias, disseram que o “gigante adormecido se levantou”. Já à esquerda, e no calor da hora, Nobre (2013) compreendeu que aqueles eventos (“revoltas”, nos seus termos) tinham potencial político para o aprimoramento da democracia com ampliação do bem-estar social e da participação política, ao mesmo tempo que significavam uma quebra no sistema “pemedebismo”. No entanto, um ano e meio depois, em 2014, os resultados das urnas indicaram o deslocamento do eleitorado para a direita no Congresso Nacional,

[11] A expressão “Não nos representam” foi criada no movimento social iniciado em 15 de maio de 2011 nas principais cidades espanholas em protesto contra as consequências da crise financeira de 2008-14 na Europa e nos Estados Unidos (Castells, 2017, p. 99).

o que se aprofundou nas eleições de 2016, tanto nos executivos como nos legislativos municipais. No mesmo movimento, em 2018, o discurso político vencedor foi construído em oposição à *velha política* ou ao pemedebismo, nos termos de Nobre, em 2013. Entretanto, diferentemente de suas expectativas naquele momento, a resultante do processo político apontou para a (extrema) direita.

A despeito das previsões feitas no calor da hora, junho de 2013 provocou uma profunda fenda no sistema político e na percepção da população em relação a ele. Uma ruptura política, contudo, dificilmente ocorre a partir de um fato histórico isolado, mas em articulação com eventos anteriores e posteriores que ampliaram e aprofundaram a rachadura. No caso brasileiro, não penso ruptura e crise propriamente como tempos distintos e sequenciais, conforme poderia sugerir uma leitura muito esquemática do modelo de Turner. A crise política está se dando como uma sequência de fissuras, ora na sociedade, ora entre os agentes políticos, ou, enfim, nas próprias instituições, sobretudo na relação entre os poderes.¹²

Junho de 2013 funcionou como um gatilho gerador de outra percepção coletiva sobre a realidade brasileira, e outros eventos, como os já listados anteriormente, ampliaram a trinca, de tal maneira que a possibilidade de alguma recomposição não se colocou no horizonte durante as eleições de 2018. E isso me leva ao segundo intervalo do modelo de Turner: entre a crise e a ação corretiva.

Durante as eleições de 2018, qual foi o horizonte de correção? Alguma repactuação ou mediação política se apresentou aos atores naquele momento? Em que medida a partir de uma nova eleição seria possível o processo político entrar em um movimento normalizador? De modo geral, a avaliação durante a campanha eleitoral era que, a despeito do vencedor, Fernando Haddad ou Jair Bolsonaro, o país continuaria fraturado politicamente e o pleito não apontaria para alguma forma de superação ou para a normalização do sistema político. Antes ainda do primeiro turno, o jornalista político Josias de Souza retratou a percepção de muitos para quem o país não entraria no curso da correção da crise. Ao contrário:

A sociedade brasileira está traumatizada e dividida. A sucessão presidencial seria um remédio para sarar os dois flagelos. Mas é improvável que algo seja remediado. São pequenas, muito pequenas, diminutas as chances de as urnas de 2018 produzirem a superação de traumas e a reunificação do país [...]. Em qualquer hipótese, a cizânia nacional sobreviverá à abertura das urnas. (Souza, 2018)

Foi sintomático o apelo à reunificação por parte dos candidatos e, depois, dos eleitos. Quanto mais falaram de reunificação, mais ficava

[12] Segundo uma das declarações de Ciro Gomes, candidato à Presidência em 2018, que gerou muita polêmica, “cada um [dos poderes] deveria voltar para o seu quadrado”. Basicamente, ele se referia ao ativismo político de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

explícito o nível de desarmonia. As primeiras expectativas quanto ao futuro após as eleições de 2018 não foram de reconciliação, ajustes ou acomodação, mas de tensionamento entre polos de força que ficaram bastante desproporcionais, tanto nos poderes executivos como nos legislativos federal e estaduais.

Com a finalidade de complexificar ainda mais a dinâmica da crise, volto a François Hartog e sua formulação sobre regimes de historicidade, segundo a qual a experiência social pode compreender a simultaneidade de várias temporalidades no presente — ele mesmo um regime do tempo: o presentismo. “Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é, concluindo, uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo — modos de articular passado, presente e futuro — e de dar-lhes sentido.” (Hartog, 2014, p.139)

O recorte empírico central deste artigo compreende o que denomino de *tempo da crise* — eclodida nos protestos de junho de 2013, polarizada nas eleições de 2014, aprofundada com o impeachment em 2016 e não corrigida, a princípio, pelas eleições de 2018. Essa temporalidade teve um ritmo intenso, específico e sem perspectiva de arrefecimento. Entretanto, na duração da crise, duas outras marcações do tempo estavam implicadas.

Além do *tempo da crise*, a disputa política remeteu à reflexão sobre a democracia hoje e a ditadura militar, espectro que sempre sombreou os momentos críticos dos últimos anos. Esse tempo mais estendido denomino de *tempo da democracia*; afinal, o que está em jogo são, de um lado, os direitos civis e sociais assegurados pela Constituição de 1988 e, de outro, a tentativa de desconstrução da memória histórica oficial do que foi o regime militar.

Por fim, além dos *tempos da crise e da democracia*, ainda há outra temporalidade, mais curta, sazonal e preestabelecida, quando os processos políticos se aceleram ainda mais. Refiro-me basicamente ao período eleitoral, que Moacir Palmeira denominou de o *tempo da política* (Palmeira, 1995; Goldman, 2006). Suas pesquisas etnográficas no Nordeste do Brasil, em particular em regiões rurais, descrevem como as eleições modificam o ritmo social com a circulação de bens, prestígios, traições, fofocas, rumores, alianças, conflitos etc.

Em resumo, as eleições aceleram e intensificam o já dinâmico e bastante imprevisível *tempo da crise*. No *tempo da política*, aqueles que se encontram no sistema político precisam retornar às suas bases para prestar contas e pedir aos eleitores novos mandatos. E aqueles que pouco se interessam pela atividade política são atingidos pelo horário eleitoral gratuito e pelas redes digitais, além de convocados pelo voto obrigatório a se manifestarem. Assim, as eleições produzem um achatamento e uma permeabilidade maior entre os tabuleiros descritos anteriormente. Eleições e voto obrigatório, em que pese o argumento

liberal da não obrigatoriedade, produzem participação política generalizada. Em síntese, o *tempo da política* intensificou ainda mais as propriedades do *tempo da crise* (imprevisibilidade, instabilidade, violência política, fraturas etc.), ao colocar em jogo a qualidade, a consistência e o futuro do *tempo da democracia* no Brasil. E, nesse sentido, é mais frutífero refletir não só sobre os vencedores das eleições, mas sobre a configuração das disputas eleitorais.

LULOPETISMO x BOLSONARISMO: A NOVA POLARIZAÇÃO

As eleições de 2018, como já dito, foram aguardadas com muitas incertezas e especulações. Dentre as várias projeções sobre o pleito, talvez a mais generalizada tenha sido a de que teríamos uma eleição semelhante à de 1989, em razão da quantidade de candidatos viáveis, da esquerda à extrema direita, passando pelo centro.¹³ Por algumas semanas antes do primeiro turno, a corrida eleitoral esteve aberta para pelo menos cinco candidatos; depois, tornaram-se quatro; e, a duas semanas da votação, essa fase já estava praticamente definida entre os dois que passaram para o segundo turno.

[13] Além dos cinco principais candidatos (Bolsonaro, Haddad, Ciro, Alckmin e Marina), pelo menos mais cinco candidatos (Cabo Daciolo, João Amoêdo, Henrique Meirelles, Guilherme Boulos e Álvaro Dias) com baixa votação conseguiram alguma repercussão com sua participação.

Apesar dessa dispersão inicial, o polo lulopetista havia mantido seu eleitorado mesmo com a prisão de Lula, em abril daquele ano, que permanecia o líder das pesquisas. Além disso, segundo pesquisas de opinião, o PT continuava a ser o partido com o qual as pessoas mais se identificavam, mesmo com os escândalos de corrupção. Com um piso eleitoral consistente, a estratégia foi manter Lula na disputa eleitoral até quando o TSE permitisse, para só então indicar como substituto o candidato a vice-presidente, Fernando Haddad, também do PT. Isso só se concretizou a praticamente um mês da votação do primeiro turno.

Entre as várias articulações partidárias para a composição das chapas à Presidência, as forças políticas ficaram distribuídas da seguinte forma. Em um primeiro momento, o PT lançou a chapa Lula e Haddad. Quando a candidatura de Lula foi indeferida, Haddad assumiu a sua posição e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ocupou a candidatura à Vice-Presidência, com Manuela d'Ávila. O PSOL, aliado certo do PT no segundo turno, lançou Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que teve como vice a liderança indígena Sonia Guajajara. O Partido Socialista Brasileiro (PSB), que não obteve êxito em convencer o ex-ministro Joaquim Barbosa a ser o candidato, negociou com o PT o não apoio ao candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Ciro Gomes. Em troca, o PT apoiou a reeleição do governador Paulo Câmara, do PSB de Pernambuco. Com a finalidade de limitar o crescimento de Ciro no campo à esquerda e centro-esquerda, Lula e o PT operaram para o PCdoB e o PSB não o apoiarem. Sobrou a Ciro escolher como vice-presidente uma alterna-

tiva interna ao PDT: a ex-senadora ruralista Kátia Abreu, do Tocantins. O movimento do PT para isolá-lo foi fundamental na sua decisão de não declarar voto em Haddad no segundo turno. Limitou-se apenas a afirmar que sua luta seria pela democracia e contra o fascismo.

Do centro à extrema direita, dentre aqueles com mais de 1% dos votos no primeiro turno, foram lançadas as candidaturas de Geraldo Alckmin (PSDB), Henrique Meirelles (Movimento Democrático Brasileiro [MDB]), João Amoêdo (Partido Novo [NOVO]), Cabo Daciolo (Patriota), Marina Silva (Rede Sustentabilidade [REDE]) e Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal [PSL]). Apesar do tempo de televisão e dos recursos financeiros, os dois primeiros não foram bem votados. Isso já era esperado de Henrique Meirelles, que trazia para si alta rejeição por ter sido ministro da Fazenda do governo Temer. Em relação a Alckmin, esperava-se que ele incorporasse o sentimento antipetista, como sempre fora feito pelo PSDB, beneficiando-se do grande tempo de televisão garantido pelo amplo acordo com os partidos do chamado “Centrão” (Partido Trabalhista Brasileiro [PTB], Partido Republicano Brasileiro [PRB], Partido Progressista [PP], Partido da República [PR], Democratas [DEM], Solidariedade [SD], Partido Popular Socialista [PPS] e Partido Social Democrático [PSD]).

Contudo, diversos erros, más avaliações e imprevistos prejudicaram Alckmin. Primeiro, o duplo palanque no estado de São Paulo entre sua cria política, João Doria, do PSDB, e seu vice-governador, Márcio França, do PSB. Segundo, a contaminação da candidatura a deputado federal de Aécio Neves, atingido pela divulgação de gravações comprometedoras. Terceiro, o vínculo do PSDB com o governo Temer, embora Alckmin tenha se posicionado desde o início contrariamente à entrada do partido no governo, ainda que fosse favorável ao apoio do PSDB às reformas. Quarto, a menor importância do horário eleitoral na televisão frente ao alcance e à capilaridade das redes sociais digitais, tecnologia dominada pela campanha de Bolsonaro. Quinto, e por fim, a fachada sofrida por Bolsonaro lhe conferiu proteção de imagem e, como consequência, impediu Alckmin e o seu marketing político de um confronto mais agressivo, pois os dois candidatos disputavam faixas comuns do eleitorado. Sem poder explorar a rejeição de Bolsonaro, Alckmin perdeu a bandeira do antipetismo no campo à direita e ao centro. A polarização entre PT e PSDB, que havia estruturado todas as eleições desde 1994, era enfim interrompida.

Dos menos votados à direita, João Amoêdo e Cabo Daciolo foram os que mais se beneficiaram da exposição midiática. João Amoêdo veio de posições centrais do setor financeiro. Rico, apresentou-se declaradamente como um liberal, cuja imagem é a de um *self-made man*, “descolado”, jovial e mais refinado do que Bolsonaro, que também já havia acenado com uma política econômica neoliberal. As características

socioeconômicas dos principais nomes do NOVO são de classe média alta e muito alta. Ao fim das eleições, o partido teve, em sua primeira participação, um bom desempenho, elegendo oito deputados federais e o governador do segundo maior estado do país, Minas Gerais.

Dos candidatos à Presidência, três estavam implicados diretamente com o segmento evangélico: Cabo Daciolo, Marina Silva e Jair Bolsonaro. Cabo Daciolo é um decantado do crescimento pentecostal da periferia do Rio de Janeiro: um misto de performance e de discurso dos pastores da Assembleia de Deus e da Igreja Universal. Ele faz uma exegese literalista, demoniza o secular e prega, como fundamentalista, que devemos submeter a política ao comando do verdadeiro Deus da Bíblia. Em síntese, o registro do discurso de Daciolo não faz a distinção entre um palanque eleitoral, um púlpito religioso e uma tribuna legislativa.

Marina, por sua vez, teve como estratégia não chamar a atenção para si no período entre eleições. Antes do início do período eleitoral, minha expectativa (e, com certeza, a de outros pesquisadores do evangelismo no Brasil) era de que, quando Marina entrasse na disputa, o tema da religião afloraria no debate público, como ocorreu com ela em 2010 e 2014 e com Anthony Garotinho em 2002. Desde a redemocratização, em todas as eleições presidenciais nas quais existiam candidatos evangélicos, a religião foi densamente tematizada. Curiosamente, em 2006, o tema foi abordado muito tangencialmente, mesmo existindo naquele momento uma versão bastante difundida de que Geraldo Alckmin, que foi para o segundo turno, era católico e membro do Opus Dei. O catolicismo Opus Dei de Alckmin e o segmento da Teologia da Libertação do PT pouco repercutiram em 2006 pelo efeito de invisibilidade do catolicismo na esfera pública (Almeida, 2010).

A campanha presidencial de 2018 colocou Marina novamente na cena pública, mas sua posição de terceira via de 2010 e 2014 diluiu-se com a não polarização PT × PSDB. Por outro lado, Marina também pouco polarizou com os dois principais concorrentes: Bolsonaro e Lula/Haddad. Com o pouco tempo de televisão, além dos problemas de financiamento da campanha, sua candidatura foi definhando durante a corrida para o primeiro turno. Em pesquisa realizada pelo Datafolha em 20 e 21 de agosto de 2018, Marina aparecia com 16% das intenções de voto, atrás apenas de Lula e Bolsonaro, ambos com 22%. Quase cinquenta dias depois, na votação do primeiro turno, Marina ficou em oitavo lugar, recebendo apenas 1% dos votos.

Foram vários os motivos que a levaram a essa perda de eleitores. Marina deu alguns passos que a indispueram com o eleitor, como demonstraram os altos índices de rejeição apresentados na pesquisa Datafolha divulgada em 2 de outubro de 2018, a menos de uma semana da votação do primeiro turno. Do ponto de vista econômico

e político, vale lembrar alguns fatos. Em 2014, aproximando-se de uma agenda neoliberal, Marina foi a única candidata a declarar-se a favor da autonomia do Banco Central. No segundo turno de 2014, declarou apoio a Aécio Neves. Em 2016, posicionou-se a favor do impeachment de Dilma, contrariando a decisão de seu partido, a REDE. Apesar de o início de sua carreira política ter ocorrido nos movimentos sociais da Amazônia, de matriz política católica, a cada eleição Marina Silva consolidou a posição de centro e perdeu a confiança do campo político à esquerda.

Se essas são razões propriamente políticas, Marina também sempre foi questionada em relação à sua religiosidade, embora não tenha obtido muitas vantagens por causa dessa identidade. Nunca foi uma porta-voz de pautas conservadoras relativas a comportamentos e costumes. Pelo contrário, sempre procurou afirmar o caráter laico do Estado e preservar a sua fé na dimensão privada. Nos temas críticos, propõe mais discussão e plebiscitos. Ela tanto necessitou fazer a defesa do Estado laico que, como efeito colateral, sua identificação com os evangélicos foi ficando progressivamente mais fraca, pois não viam nela uma militante da família tradicional — embora Marina mantenha a aura de honestidade, o que tem forte valor religioso.

As pautas dos costumes, enfim, foram assumidas por Jair Bolsonaro, agradando às forças cristãs do Congresso Nacional. Bolsonaro vinha construindo um vínculo com o segmento evangélico que remonta a alguns episódios de sua vida mobilizados na campanha, como o batismo no rio Jordão — o mesmo onde Jesus foi batizado por João Batista —, ministrado pelo Pastor Everaldo, da Assembleia de Deus e candidato à Presidência em 2014 pelo Partido Social Cristão (PSC). Os evangélicos fizeram o movimento do púlpito ao palanque nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 1986. Bolsonaro, no entanto, assim como o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (MDB-RJ), fez o movimento no sentido inverso.

Se a quantidade de candidatos torna parecidas as eleições de 1989 e 2018, outras semelhanças foram detectadas durante a corrida para o primeiro turno. O discurso contra a corrupção de Jair Bolsonaro remetia à “caçada de marajás” de Fernando Collor, que igualmente lançou mão dos símbolos nacionais como a bandeira e as cores verde e amarela. O discurso também foi de superação da velha política, à época, a de José Sarney e a do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além disso, o pertencimento a um novo e pequeno partido: PSL e Partido da Reconstrução Nacional (PRN), respectivamente. Traçar esses paralelos com a eleição de Collor não tem a intenção de projetar um destino semelhante para Bolsonaro. Afinal, diferenças não faltam também. Diferentemente de Collor, Bolsonaro tem como base de sustentação as Forças Armadas. A Rede Globo já não é o canal

de televisão aliado, mas sim a concorrente evangélica, a Rede Record. Collor projetou sua religiosidade na padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Para Bolsonaro, as referências religiosas principais foram a Bíblia e o cristianismo.

A despeito dessas semelhanças e diferenças, o que parece um contínuo da vida política brasileira são esses momentos de expiação ética acentuados no *tempo da política*, como resposta ao consenso de que a corrupção é o maior dos males da política ou, mais grave ainda, constitutiva da atividade política. Nessa perspectiva, a possibilidade de superação da corrupção encontra-se fora do sistema político. E, para parte da opinião pública, a corrupção é combatida mais com a ação das “pessoas de bem” do que por meio de controle social e mecanismos institucionais. “Pessoas de bem” foi um mote bastante empregado por Bolsonaro para identificar brasileiros honestos e trabalhadores que são vítimas da violência do crime e da corrupção no Estado. Apresentando-se como uma pessoa de bem, Bolsonaro buscou justificar sua retórica reacionária.

De modo geral, todos os candidatos diziam preferir enfrentar Bolsonaro no segundo turno, sobretudo o PT, que necessitava enfrentar um oponente também com alto índice de rejeição. Foram frequentes as análises de que Bolsonaro já havia alcançado seu teto eleitoral, mas a cada semana ficava claro que ele já possuía um piso alto o suficiente para colocá-lo no segundo turno, principalmente com o atentado sofrido, quando recebeu uma facada em 6 de setembro, a um mês da votação de primeiro turno. Na época, alguns especularam que o esfaqueador, Adélio Bispo de Oliveira, agisse em nome do PSOL, partido ao qual fora filiado anos antes, enquanto outros se perguntavam se o atentado não teria sido planejado pelo próprio Bolsonaro. Até o momento, as duas linhas de investigação policial não se mostraram consistentes.

A expectativa inicial, da esquerda à direita, era de que a facada o vitimaria o suficiente para levá-lo ao segundo turno. De fato, o atentado sensibilizou muitas pessoas, e vários vídeos foram produzidos contando sua determinação e superação, tudo isso com um acentuado léxico político-religioso. Outros, no entanto, diziam que ele tinha parcela de culpa pela violência sofrida. Na verdade, os efeitos mais consistentes do atentado foram, por um lado, a visibilidade nos telejornais para quem tinha um ínfimo tempo de horário eleitoral gratuito e, por outro, a ausência nos debates.

A facada aconteceu no dia 6, e a substituição de Lula por Haddad, no dia 11 de setembro. Apesar de sua alta rejeição variar pouco, Bolsonaro começou a crescer mais alguns dias após o atentado, enquanto Haddad também crescia rapidamente ao receber a transferência de votos de Lula, deixando os outros candidatos estacionados ou em fase

de perda de intenções de voto. No entanto, o que pareceu uma jogada política brilhante do PT, e sobretudo de Lula, revelou-se um cálculo que não previu os efeitos colaterais. Lula transferiu intenção de voto, mas também rejeição. Em boa medida, o uso das redes sociais pelos apoiadores de Bolsonaro foi fundamental na transferência da rejeição ao PT e a Lula para Haddad — pouco conhecido, mas rapidamente muito odiado.

Com o discurso contra a corrupção da *velha política*, a bandeira do antipetismo consolidou-se na candidatura Bolsonaro. Por esses e outros motivos, o cenário a duas semanas da votação do primeiro turno já estava praticamente consolidado e a dúvida passou a ser qual seria a diferença de votos entre Bolsonaro e Haddad, ou, para muitos bolsonaristas otimistas, se haveria ou não necessidade de segundo turno.

Em relação aos evangélicos, quando as lideranças religiosas declararam apoio a Bolsonaro, como fez o bispo Edir Macedo a uma semana da votação no primeiro turno, os fiéis já haviam migrado para sua candidatura. As declarações de apoio foram mais uma chancela a um voto já mobilizado pelas sinalizações de Bolsonaro do que um direcionamento dado pelas lideranças. Vale lembrar que a Igreja Universal, primeiro por meio do Partido Liberal (PL) e depois pelo PRB, entrou no governo petista em 2002 e lá permaneceu até poucas semanas antes do impeachment. Marcelo Crivella foi ministro da Pesca e Aquicultura de Dilma entre 2012 e 2014. Logo depois do impeachment, o PRB estava no Ministério da Indústria, Comércio e Serviços do governo Temer. Com o apoio dado pela Record, qual papel o grupo religioso-midiático-político liderado pelo bispo Edir Macedo terá no governo Bolsonaro? Uma coisa é certa: a relação tende a ser mais orgânica do que foi com os governos Lula, Dilma e Temer.

Se esse foi o enredo do primeiro turno, o resultado das eleições proporcionais nos âmbitos federal e estadual refletiu o sentimento de insatisfação da sociedade com a classe política. O efeito mais explícito foi a renovação de quase 50% na Câmara dos Deputados, enquanto no Senado Federal, das 54 vagas em disputa, somente 8 foram reeleições. Em relação aos parlamentares evangélicos, houve um aumento para 84 deputados federais e para 7 senadores.

ANTIPETISMO × ANTIBOLSONARISMO: O CÓDIGO DA MORALIDADE

O segundo turno foi disputado por Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, que tiveram, respectivamente, 46,03% e 29,28% dos votos no primeiro turno.¹⁴ Com a mudança das regras para 2018, o intervalo entre o primeiro e o segundo turnos durou apenas três semanas. A primeira votação aconteceu no dia 7, e a segunda, em 28 de outubro.

[14] Porcentagens obtidas por outros candidatos: Ciro Gomes, 12,47%; Geraldo Alckmin, 4,76%; João Amoêdo, 2,50%; Cabo Daciolo, 1,26%; Henrique Meirelles, 1,20%; Marina Silva 1,0% dos votos.

Bolsonaro entrou com folgada vantagem, não só pelo resultado expressivo do primeiro turno, mas também pela influência surpreendente que teve sobre as eleições proporcionais e para governador. Seu partido, o PSL, elegeu 52 deputados, a segunda maior bancada da Câmara (atrás apenas da do PT), além de quatro senadores e três governadores. Ademais, nos estados, vários candidatos que associaram sua imagem à de Bolsonaro saíram vencedores, como foi o caso dos governadores eleitos em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O discurso era de condenação da corrupção praticada principalmente pelo PT, pelo PMDB e pelo PSDB (o candidato de São Paulo atacava só PT e PMDB); de renovação dos quadros políticos; e de manutenção da ordem pública com repressiva ação policial.

Após a votação do primeiro turno, foi possível compreender a influência das redes sociais digitais na produção de notícias, narrativas e versões. Surpreendeu o fato de Bolsonaro ter conseguido tanta aprovação, apesar do ínfimo tempo de horário eleitoral. As razões para seu excelente desempenho, na verdade, foram várias: o forte antipetismo, o apelo das candidaturas consideradas antissistêmicas e o desejo por novos nomes, entre outras. O que pareceu inesperado a todos os concorrentes, contudo, foi o uso intensivo e estratégico das redes sociais, sobretudo da plataforma WhatsApp, para a geração e difusão de *fake news*.

Seria equivocado e ingênuo dizer que apenas Bolsonaro se valeu desse expediente durante a campanha. Notícias falsas foram produzidas por todos os lados. Elas não são propriamente novidade em campanhas eleitorais; ao contrário, fazem parte delas. Porém, sem dúvida, o uso das redes sociais na campanha de Bolsonaro destoava das demais pela intensidade, pelas inversões de sentido e pela divulgação de falsas notícias, a exemplo da suposta distribuição do chamado *kit gay* em escolas públicas por Fernando Haddad quando ministro da Educação do governo Dilma. Durante o primeiro turno, a campanha de Bolsonaro chegou a ser condenada pelo TSE.¹⁵

Ainda são necessários estudos mais aprofundados sobre o papel das redes sociais na eleição de 2018 com a finalidade de compreender a forma e os efeitos do bombardeio de informações recebidas pelo eleitorado. Como já foi dito, sua eficácia não se encontrou propriamente na gravidade da notícia, mas na sua plausibilidade, por um lado, e no grau de confiança nas pessoas que a faziam circular, por outro. O que se percebeu durante a campanha foi que o bombardeio de informações em redes fechadas, entre pessoas com vínculos de proximidade, logo, de confiança, criou um ambiente concorrente com os grandes meios de comunicação, que foram colocados parcialmente em suspeição.

À exceção de Bolsonaro, todos os outros candidatos apostaram no tradicional marketing político, que por meio de um processo de assep-

[15] Ver: <https://www.valor.com.br/politica/5918149/tse-manda-carlos-bolsonaro-tirar-do-ar-fake-news-contra-haddad>.

sia simbólica purifica os candidatos e projeta neles desejos e expectativas. A propaganda de Bolsonaro, ao contrário, ocorria de forma mais espontânea, por meio de transmissões ao vivo via internet feitas por assessores e participantes dos eventos. Funcionando como uma estação repetidora, os eleitores se sentiram empoderados por não serem apenas receptores de notícias, mas propagadores dos movimentos da campanha. O resultado foi uma explosão de informações, parte delas descontextualizadas ou mesmo falsas. Coube principalmente ao candidato do PT — e a Bolsonaro, em menor grau — buscar desmentir-las. Não foi por acaso que o programa de TV de Fernando Haddad gastou demasiado tempo denunciando que a campanha de Bolsonaro se valia da consultoria do estrategista da campanha de Donald Trump nos Estados Unidos, Steve Bannon, em 2016 (Benkler; Faris; Roberts, 2018).

Se o primeiro turno desenhou a oposição entre petismo e antipetismo (que foi capturado pelo bolsonarismo), no segundo, quase como um espelhamento, opuseram-se, na mesma medida, antipetismo e antibolsonarismo. Como as duas candidaturas tinham alta rejeição, parte do eleitorado mais atacou o oponente do que propriamente defendeu a sua opção. Já ao centro, uma parte significativa do eleitorado rejeitava ambos; mas, diante da necessidade de uma escolha, outras derivadas da polaridade apareceram nas redes digitais: os “antipetistas contra Bolsonaro” e os “antibolsonaristas contra o PT”.

Ao fim e ao cabo, apuradas as urnas, o resultado confirmou a tendência do primeiro turno: lulopetismo + antibolsonarismo < antipetismo + bolsonarismo em cerca de 10% dos votos válidos. Por sua vez, 30% dos eleitores não votaram em nenhum dos dois candidatos (21,3% de abstenções, 2,14% de votos brancos e 7,43% de nulos).

Em linhas gerais, a discussão no segundo turno ficou enredada no campo das moralidades. Primeiro, para religiosos e seculares, o *combate à corrupção* — que foi reafirmado em todo o *tempo da crise* como o mal maior da política — deslegitimou o discurso das esquerdas. Para essa moralidade, a corrupção é combatida com pessoas de bem, de preferência de fora do poluente sistema político. A campanha de Haddad, nesse sentido, tinha uma mácula: o mentor de sua candidatura estava na cadeia, acusado de corrupção. Em que pesem as ações ilegais do juiz Sérgio Moro e o questionável julgamento da suposta compra do triplex por Lula, não havia como negar que a cúpula do Partido dos Trabalhadores cometera atividades de corrupção regulares e estruturadas.

Se, no primeiro turno, a estratégia do programa eleitoral do PT foi produzir a transferência de intenção de voto de Lula para Haddad, no segundo, prevaleceu a tentativa de desconstrução de Bolsonaro, que estava até então mais ou menos protegido do confronto de imagem

em razão da facada recebida. Após a recuperação do pós-operatório, Bolsonaro passou a ser mais atacado nos últimos programas de Alckmin antes do primeiro turno, função que coube a Haddad durante a campanha do segundo turno. No entanto, temas progressistas, críticas ao machismo, ao racismo e à homofobia, todos vinculados à ideia de direitos humanos, pouco sensibilizavam o eleitor de Bolsonaro, que pareceu, mais do que qualquer outro eleitor, convicto e fechado a contra-argumentos.

A partir de determinado momento, o programa eleitoral de Haddad começou a explorar o tema da tortura durante o regime militar. Cenas cinematográficas fortes foram intercaladas com depoimentos de torturados durante a ditadura e declarações de Bolsonaro favoráveis à tortura. O objetivo era atingir a sensibilidade do eleitor, constrangendo-o moralmente a não votar nele. O programa, no entanto, teve pouco efeito sobre a rejeição a Bolsonaro, cuja intenção de voto caiu levemente, em particular entre os evangélicos, mas não o suficiente para tirar a grande vantagem que ele tinha já no início da corrida para o segundo turno.

Nas redes digitais, os bolsonaristas divulgaram *memes* contrapondo às cenas de tortura as de fetos abortados, como forma de neutralizar a investida também moral dos progressistas. Associado a essa linha de discurso, Bolsonaro abraçou a pauta dos costumes, articulando-se, de um lado, com uma base parlamentar evangélica e, por outro, com o eleitor evangélico, que sempre foi sensível às questões relativas ao corpo e aos comportamentos. Seu discurso foi contrário a praticamente todas as mudanças concernentes à sexualidade, gênero e reprodução das últimas décadas. É contra o aborto e as causas LGBT. Combateu a chamada “ideologia de gênero”, maior espectro que assombra a população mais conservadora, gerando uma espécie de pânico moral. “O PT é uma ameaça, um perigo”, ouviu-se dos que votaram em Bolsonaro, principalmente entre os evangélicos.

As sinalizações de Bolsonaro foram fortes em direção ao segmento evangélico, que, além de expressivo demograficamente, pode ser, em boa medida, alinhado eleitoralmente. Em síntese, até a composição do novo governo, Bolsonaro identificou-se na grande chave “cristã”, o que não incluiu as referências específicas das religiões afro-brasileiras e espírita, mas incorporou o judaísmo como compreendido pelo evangelismo de matriz fundamentalista norte-americana (Bruce, 2003). Enfim, cristão sem acentuar as cores católicas e sempre indicando aos evangélicos que pode ser, parecer ou tornar-se evangélico. E isso teve efeito eleitoral.

A Tabela 1 projeta as intenções de voto da pesquisa Datafolha sobre o número de eleitores no país e muda o entendimento do papel que jogaram as diferentes filiações religiosas.¹⁶

[16] Ver: <http://www.ihu.unisinos.br/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro?fbclid=IwAR3ifglw6QJubHUhMI133z-Wx5L4v8VZBTnu3n9DMJZriESIo2KXfMjzfGo>.

TABELA I
Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do DataFolha

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-brasileiras	312.975	755.887	- 442.912
Espírita	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	- 871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	- 315.527
Total de votos	57.796.074	47.080.987	10.715.087

Fonte: Pesquisa DataFolha divulgada em 25 de outubro de 2018.

Em linhas gerais, impressiona o equilíbrio na religião católica em números absolutos. Tendo em vista a média geral dos candidatos, o universo católico representou uma leve contracorrente da opinião mais generalizada pró-Bolsonaro, mesmo tendo votado mais nele. O catolicismo ainda é, apesar do declínio contínuo, o grande mediador cultural deste país. Entretanto, quem fez, de fato, a diferença a favor de Bolsonaro em números absolutos foram os evangélicos. Mobilizados pelas pautas dos costumes, pelo medo da ameaça comunista e pelo apelo à honestidade das pessoas de bem, muitos evangélicos votaram nele. Outras razões também estavam em jogo e eram do interesse mais amplo da população: a crise econômica, a demanda por um “novo” e uma “nova política”, o antipetismo cujas raízes antecedem a crise e a insegurança diante da crescente violência são alguns exemplos. No entanto, a tabela sugere que se configurou em Bolsonaro um “voto evangélico”, qual seja: aquele mobilizado em torno de identidades, interesses, atores, pautas em congregações de fiéis-eleitores.¹⁷

Cabe ressaltar que um terço dos evangélicos votou em Fernando Haddad, o que revela um universo religioso com diversidade interna, apesar de existirem vetores predominantes. A candidatura de Haddad mobilizou o discurso pela democracia ante a ameaça de um governo de militares; a defesa dos direitos humanos e das diferenças; a menor desigualdade social; a importância do Estado para aquecer a economia e oferecer proteção social; entre outros. Porém, a articulação dessas correntes de opinião, sobretudo pelo passivo criminal dos seus representantes políticos, foi derrotada pelo voto e Bolsonaro tornou-se presidente do Brasil.

[17] São inúmeros os equipamentos urbanos — os templos — que capilarmente ocupam a paisagem das cidades brasileiras, sobretudo nas regiões periféricas (Almeida, 2004). Nos casos das “candidaturas oficiais”, aquelas encampadas pelos líderes das denominações, a rede de templos constitui pontos de difusão da campanha eleitoral (Lacerda, 2017; Tanaka, 2018).

A eleição de Bolsonaro, como tantas outras eleições, foi o resultado de situações conjunturais e de processos estruturais — ou, em outros termos, de performance individual e de dinâmicas coletivas. Restrinjo-me agora menos ao processo eleitoral e ao eleito, e mais às condições de possibilidade do seu discurso. Mais precisamente, interessa-me elencar alguns vetores sociais que vêm configurando parte da conjuntura brasileira pelo menos desde 2013, a partir de quando “recrudescer uma sinergia entre atores sociais, um amálgama de valores culturais e uma concertação de forças políticas que configuram o que tem sido nomeado de *onda conservadora*” (Almeida, 2019). Quatro linhas de forças sociais atravessam a conjuntura brasileira na qual conservadorismo e evangélicos estão implicados, a saber: econômica, moral, securitária e societal. Não as trato como as causas da eleição do novo presidente, mas como vetores que encontraram na sua candidatura a melhor representação.

A primeira linha de força refere-se a qual papel deve ter o Estado na economia. Cresceu nos últimos anos a crítica a ele, mais especificamente às políticas de proteção social. A despeito do reconhecimento parcial dos benefícios destas últimas, elas teriam gerado acomodação das pessoas e fidelização a um partido político. A ideia de esforço individual e a iniciativa privada são valorizadas em contraposição às políticas compensatórias e identitárias. A crítica veio, principalmente, dos setores médios que não se viram contemplados por diversas políticas dos governos petistas por não possuírem certos atributos de vulnerabilidade (cor da pele ou condições materiais, por exemplo). Ressalte-se, contudo, que esses setores foram atingidos indiretamente pelos efeitos de uma economia aquecida pelo consumo, mas quando a crise econômica se acentuou a frase mais recorrente foi: “O governo não fez nada por mim”.

Em grande medida, esse entendimento do esforço individual tem uma afinidade de sentido com a orientação da Teologia da Prosperidade dos neopentecostais, que se expande pelo meio evangélico e além dele. Trata-se, principalmente, de estimular a postura empreendedora com o objetivo não só de sobrevivência financeira, mas de acúmulo material e mobilidade social. Com certeza, alguns dos efeitos mais concretos das Igrejas evangélicas nos fiéis são encorajamento e estímulo. Ante as adversidades da vida, não cabem desistência e desânimo, mas fé e atitude. Isso não significa que os evangélicos não tenham usufruído das políticas compensatórias e afirmativas dos governos petistas, mas sim que o discurso da prosperidade material, resultante de sacrifícios rituais monetários e de atitude individual empreendedora, é valorizado pela religião e adotado como ética econômica.

Diga-se, contudo, que a crítica ao Estado feita pelas camadas média e baixa, entre as quais está a maior parte dos evangélicos, não dispensa as exigências de serviços públicos na saúde, educação, segurança, saneamento etc. O discurso a favor do “Estado mínimo” ancora-se, em grande medida, na recusa da corrupção, dos privilégios e da morosidade do setor público mais do que no apoio às agendas neoliberais, que têm pouco apelo popular. Não por acaso, são frequentes as alianças estratégicas entre liberalismo econômico e conservadorismo moral como forma de melhorar o desempenho eleitoral (Pierucci, 1987; Almeida, 2019).

A segunda linha de força se refere à moralidade e aos costumes. O Brasil, principalmente com a redemocratização, experimentou mudanças consideradas progressistas em termos de direitos reprodutivos e sexuais. Em contraposição, recrudescer a reação para conter o secularização, de um lado, e os comportamentos e os valores mais liberais, de outro. Esse contexto tem resultado na disputa pela moralidade pública, que encontrou nas religiões cristãs os principais promotores da sacralização da família e da reprodução da vida (Duarte, 2017). Família tradicional é, sem dúvida, o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários. Atualmente, no Brasil e na América Latina, o que se destaca são setores religiosos, à direita, com ênfase em temas como aborto, sexualidade, gênero, casamento, técnicas reprodutivas e adoção de crianças por casais do mesmo sexo. De um lado, um movimento de manutenção da tradição cristã fortemente marcada pelo catolicismo, de outro, um movimento mais proativo e transformador dos comportamentos feito pelo evangelismo.

Entretanto, o conservadorismo dos costumes, sobretudo os propagados pelo evangelismo, não pretende se limitar aos seus fiéis, ao universo da congregação religiosa weberiana,¹⁸ e sim alcançar a sociedade como um todo, disputando no plano da norma jurídica os conteúdos da moralidade pública. A religião que parecia ter se restringido à esfera privada e individual pelo processo de secularização reconfigurou-se e atua sobre aquilo que se define como público, mais especificamente as normas em forma de lei ou de costumes. O problema atravessa os três tabuleiros: emerge no plano da família como a primeira transmissora da pertença religiosa; manifesta-se nos espaços públicos como as Marchas para Jesus, por exemplo; e atua no plano do Estado por meio de mandatos eletivos no Legislativo e no Executivo. Diante dessa situação, como a laicidade brasileira, construída tendo o catolicismo como a religião de referência, reage a um novo ator — os evangélicos —, que se comporta como religião pública com pretensão reguladora do mundo secular (Montero, 2006)?

[18] No sentido de associação voluntária formada por vínculos puramente religiosos, o que em muitos casos implicará o rompimento dos vínculos primários com a família dita biológica ou com os laços clânicos (Weber, 1971).

A terceira linha de força refere-se a uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que apontam para posturas e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado. A redução da maioria penal, a revisão da lei do armamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, entre outros, são ações que ampliam a violência legítima do Estado sobre a população criminoso ou não, sobretudo os mais apartados do universo dos direitos (Feltran, 2011).

Em boa medida, essa linha de força do sistema político tende a encontrar um considerável apoio popular. A demanda por segurança amplia a oferta de serviços privados, que não raro são prestados por agentes públicos. A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República foi a principal, mas não a única, expressão dessa linha de força. No Congresso, o número de deputados e senadores pertencentes a corporações ligadas à segurança pública saltou de 18 para 73 (entre bombeiro militar, policial civil, policial militar, militar reformado e membro das Forças Armadas).

Boa parte dos que falam em nome dos evangélicos apoia uma maior ação repressiva dos aparelhos de segurança do Estado. Cerca de dois terços dos deputados evangélicos votaram a favor da redução da maioria penal, projeto que contou com uma manobra regimental do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB-RJ), para refazer a votação perdida. A atuação da bancada evangélica tem servido como linha auxiliar dos interesses dos aparelhos de segurança pública e privada. Em resumo, o conservadorismo religioso oscila entre resistir às mudanças (só existem famílias heterossexuais, por exemplo), provocar mudanças regressivas (o aborto é criminalizado em qualquer situação, o que retroage à legislação de 1943) e aderir a certos valores deste mundo (a ética empreendedora e o aumento da violência do Estado).

Por fim, a última linha refere-se à qualidade e à intensidade das interações sociais em situações de forte antagonismo político. A crise pela qual passa o país tanto ocorre no plano do sistema político como também deslizou para as relações interpessoais, sobretudo da população mais mobilizada politicamente. Na conjuntura atual, muitos brasileiros — pelo menos entre aqueles que acompanham com maior atenção a política nacional — têm experienciado por um tempo prolongado divergências políticas e morais que tensionaram laços de amizade, de trabalho e de família. Em especial, as redes sociais digitais potencializaram ainda mais os conflitos interpessoais.¹⁹

A recorrência frequente nos últimos anos, sobretudo em 2015, ao termo “intolerância” para descrever situações de conflito social é um dos indicadores de como as tensões políticas desceram capilarmente para as relações interpessoais. Intolerância tem como referência o campo das

[19] Após as eleições, ouvi muitos relatos que diziam que a grande expectativa era como seria o Natal em família.

religiões (Fonseca; Adad, 2016), mas seu uso foi ampliado. Assim como família tradicional abarca vários temas em um amplo campo moral, intolerância tornou-se um termo genérico que compreende afetos sociais acentuados no *tempo da crise*, como vingança, fobia e ódio.

O termo “vingança” contra o menor infrator foi evocado no debate público em torno do projeto de redução da maioria penal, cuja legitimidade se baseou demasiadamente na temperatura da opinião pública.²⁰ “Fobia” por gerar repulsa dissimulada em relação à diversidade sexual e de gênero, podendo atingir níveis de pânico moral como a suposta “erotização das nossas crianças” que deve ser combatida pelas “pessoas de bem”. Por fim, o ódio político se manifestou na estigmatização de políticos a simples eleitores de esquerda e na criminalização dos movimentos sociais. Esses são alguns dos atuais afetos mobilizados pela lógica do inimigo: o menor infrator, o gay ou a feminista e o esquerdista. Tais afetos sociais são pouco abertos às diferenças, muito voltados sobre si mesmos como medida para a vida pública e, por vezes, simbólica e fisicamente agressivos com o que renegam.

Em síntese, a *onda conservadora* é um emaranhado de vários jogadores em diferentes tabuleiros e ritmos atravessado pelas linhas de força elencadas acima. Daí sugerir pensá-la como uma onda quebrada que resulta de processos sociais desiguais, assimétricos e com temporalidades distintas, mas que, na conjuntura atual, concertaram-se politicamente em torno de inimigos comuns. Por características próprias e por outras adotadas no processo eleitoral, a candidatura Bolsonaro articulou desigualmente essas linhas de força: a demanda securitária; a moralidade dos costumes; a desqualificação do Estado por ser corrupto e paternalista; e a intolerância interpessoal. A candidatura de Haddad, por sua vez, também operou algumas conexões com parcelas da sociedade: o discurso da democracia, os direitos humanos, a igualdade social. Porém, entre a narrativa de combate à corrupção econômica e moral promovida nos treze anos do governo do PT e aquela informada pelos valores da democracia liberal, as urnas optaram pela primeira.

DIGRESSÃO FINAL

Retomo, para encerrar, o *tempo da democracia*.

Em 1987, um ano após a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte e um ano antes da promulgação da Constituição, Antônio Flávio Pierucci publicou um artigo na *Novos Estudos* cujo título é de imediato intrigante nos dias atuais: “As bases de uma nova direita” (Pierucci, 1987). No artigo, analisou em torno de 150 entrevistas com janistas e malufistas. Sua qualidade está em circunscrever o que chamou de uma constelação de ideias e valores políticos de direita no contexto pós-ditadura militar.

[20] Ver: <https://www.revistaforum.com.br/reducao-da-maioridade-penal-justica-ou-vinganca/>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-04/boff-reducao-da-maioridade-penal-seria-uma-especie-de-vinganca-da>; e <https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2018/11/30/no-debate-sobre-reducao-da-maioridade-penal-e-falso-dizer-os-adolescentes-que-cometem-crimes-ficam-impunes/>.

O efeito da leitura do artigo é a percepção de que os temas controversos de hoje e do final dos anos 1980 são muito semelhantes, praticamente os mesmos. O que, de fato, se deslocou profundamente foi a configuração das legitimidades. No contexto da Constituinte, “direita”, escreveu Pierucci, era um nome que não se dizia. O famoso “voto envergonhado” em Jânio Quadros, em 1985, expressava o que era tolerado dizer publicamente no contexto da redemocratização. Hoje, no entanto, esquerda é o nome que não se diz.

O discurso do mérito e do empreendedorismo também estava na constelação da direita, mas, como hoje, não havia uma sustentação para o discurso econômico neoliberal entre janistas e malufistas. Ambos não abriam mão dos serviços públicos e esperavam muito do Estado, principalmente na área da segurança, que deveria ser, para eles, mais repressiva e punitiva: do encarceramento prolongado e sofrido à pena de morte. Esta última, no entanto, parece ter saído de pauta já há alguns anos após certa hegemonia do discurso dos direitos humanos. Contudo, o tema da redução da maioria penal tornou-se a principal bandeira punitiva com forte apoio parlamentar e popular.

Em termos de costumes e comportamentos, o problema colocado nos anos 1980, segundo o artigo, era a pornografia dos cinemas e das bancas de revistas que “poluíam” a paisagem urbana. Hoje, o mundo da internet permitiu o amplo acesso a esse material e a outras práticas sexuais de maneira mais privada. A questão que se coloca nos dias atuais é como lidar com manifestações de afeto entre casais homossexuais e performances de gênero em espaços públicos. Olhando retrospectivamente, as questões de gênero conquistaram muita visibilidade e legitimidade nas três últimas décadas no Brasil. Assim, em relação aos costumes, mais do que uma onda, houve uma reação conservadora. A julgar pelas declarações regressivas de Bolsonaro em toda a sua carreira política e durante a campanha, o problema colocado ao segmento LGBT, em especial, será como não retroagir na nova configuração de poder.

Por fim, o que mais chama a atenção no longo artigo de Pierucci é a pouca presença dos evangélicos, muito inferior à dos católicos. As referências religiosas principais para aquele momento eram a Teologia da Libertação, dom Paulo Evaristo Arns e o discurso dos direitos humanos. Contra eles praguejavam janistas e malufistas. Embora já se soubesse do crescimento demográfico dos evangélicos nos anos 1970 e 1980, eles haviam acabado de iniciar uma investida forte na política institucional na eleição para a Constituinte. Pierucci — meio sociólogo, meio profeta, e um tanto hiperbólico no uso da classificação “extrema direita” e “fundamentalista” — fez dois comentários certos sobre os parlamentares evangélicos, os quais chamou de “um bloco bem barulhento no Congresso Constituinte” na defesa intransigente

da moralidade da família tradicional, apesar do curto tempo de atuação como religião pública.

É que sua [o moralismo] penetração na massa é enormemente facilitada por sua dupla e vantajosa aliança: com a extrema direita da mídia policial e com a extrema direita evangélica, esta igualmente midiática (linhagens estas da extrema direita que também se fazem representar no parlamento) [...]. Este novo espaço sociocultural para a extrema direita, representado por denominações cristãs fundamentalistas, converge no seu anticlericalismo específico com o outro, o anticlericalismo-de-caserna-e-delegacia para acusar a arquidiocese de São Paulo de pactuar com os delinquentes através da política dos direitos humanos. (Pierucci, 1987, p. 44, grifos meus)

Lido como algo do calor da hora, o efeito final do artigo é que a constelação conservadora tem camadas mais profundas e longevas, antecedendo e ultrapassando a atuação dos evangélicos como religião pública no Brasil. Assim como nem todos os evangélicos são conservadores, deve-se igualmente destacar que a pauta conservadora vai além dos evangélicos conservadores. Dela participam também católicos, outras religiões e atores não religiosos. Contudo, este artigo procurou entender qual é a novidade para o conservadorismo no Brasil atual trazida pela expansão desse segmento religioso, que teve importância significativa na eleição de Jair Bolsonaro. Desse modo, o foco nos evangélicos se dá não como causa ou resultado do processo mais geral, mas em articulação a ele. Permanecendo na metáfora líquida, muitos evangélicos e o conservadorismo moral e político são como água dentro d'água.

RONALDO DE ALMEIDA [<http://orcid.org/0000-0003-0068-2585>] é professor do departamento de antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Ronaldo de. "Religião na Metrópole Paulista" In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 15-27, 2004.
- _____. "Religião em transição". In: Martins, Carlos B. (coord.); Duarte, Luiz F.D. (org.). *Horizontes das ciências sociais: antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010.
- _____. "A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo". *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 50, 2017.
- _____. "Deus acima de todos". In: Vários autores. (Org.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, v. 1, p. 23-33.
- Alonso, Angela. "A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. especial, pp. 49-58, jun. 2017.
- Beck, Stefan; Knecht, Michi. "'Crisis' in Social Anthropology: Rethinking a Missing Concept". In: Schwarz, Andreas; Seeger, Matthew W.; Auer, Claudia (orgs.). *The Handbook of International Crisis Communication Research*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2016.
- Benkler, Yochai; Faris, Robert; Roberts, Hal. *Network Propaganda: Manipulation, Desinformation, and Radicalization in American Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- Bianchi, Alvaro. "Donald Trump é fascista?". In: Almeida, Ronaldo de; Toniol, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

Recebido para publicação
em 13 de fevereiro de 2019.

Aprovado para publicação
em 20 de março de 2019.

NOVOS ESTUDOS

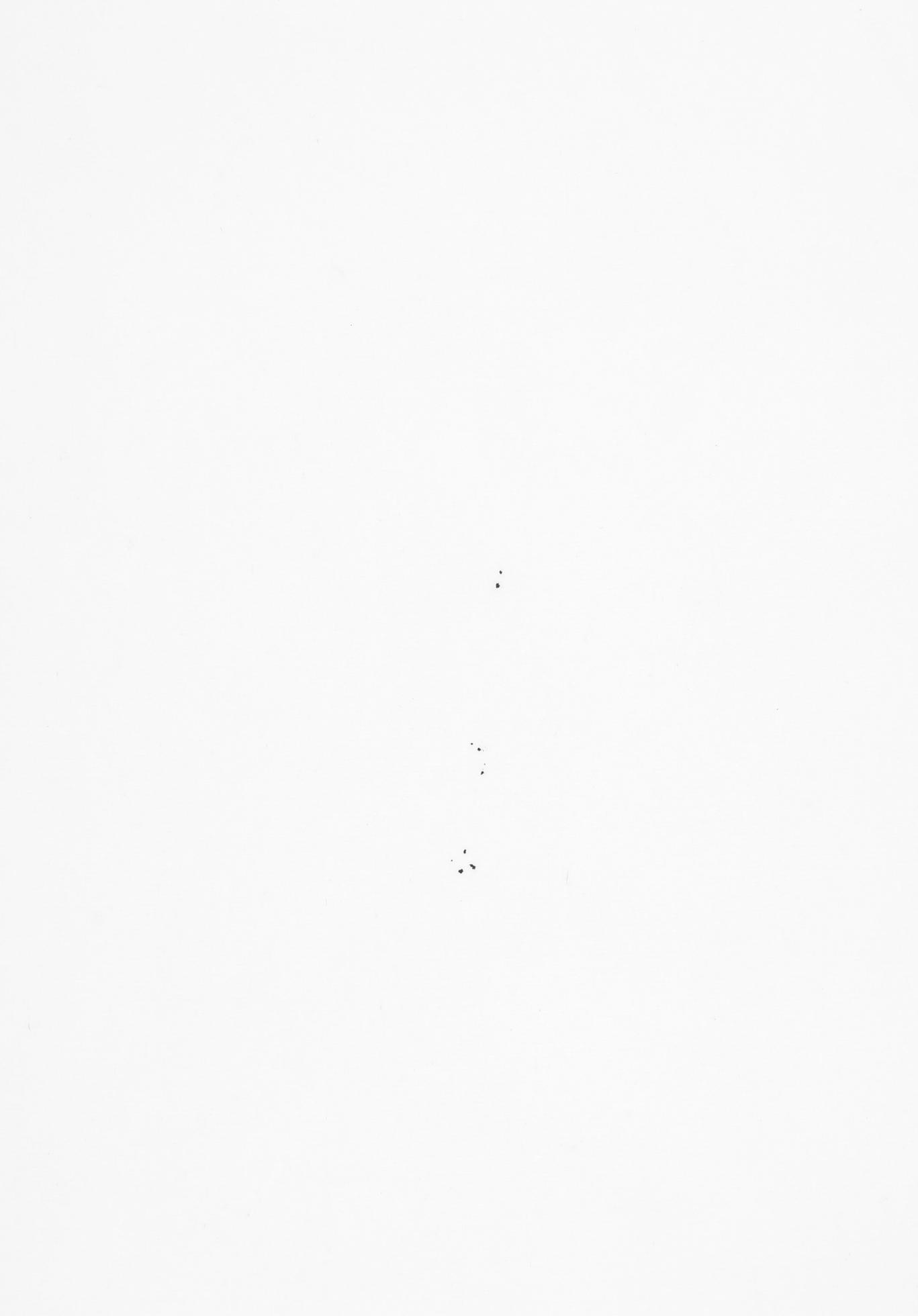
CEBRAP

113, jan.–abr. 2019

pp. 185-213

- Bruce, Steve. "El fundamentalismo en Estados Unidos". In: *Fundamentalismo*. Madri: Alianza, 2003.
- Burke, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: Edipro, 2014.
- Casanova, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- Castells, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*, Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- Duarte, Luiz Fernando D. "Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da presidente da República". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, pp. 145-66, 2017.
- Feltran, Gabriel. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2011.
- Fonseca, Alexandre Brasil; Adad, Clara Jane (orgs.). *Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015): resultados preliminares*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016.
- Geertz, Clifford. "O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder". In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Goldman, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- Hartog, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- Hochschild, Arlie Russell. *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. Nova York: The New Press, 2016.
- Huntington, Samuel. "Conservatism as a ideology" In: *The American Political Science Review*, v. 51, n. 2, Jun, pp. 454-473, American Political Science Association, 1957.
- Kirk, Russell. *Edmund Burke: redescoberto um gênio*. São Paulo, É Realizações Editora, 2016.
- Kurlantzick, Joshua. *Democracy in Retreat: The Revolt of the Middle Class and the Worldwide Decline of Representative Government*. New Haven: Yale University Press, 2013.
- Lacerda, Fabio. *Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo* (tese de doutorado), Ciência Política/FFLCH, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.
- Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- Limongi, Fernando. "O passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 103, pp. 99-112, nov. 2015.
- _____. "Impedindo Cunha". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. especial, pp. 5-13, jun. 2017.
- Mendes, Conrado Hubner. "A política do pânico e circo". In: Vários autores. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Montero, Paula. "Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 74, mar. 2006.
- Nobre, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Palmeira, Moacir; Heredia, Beatriz M. A. "Os comícios e a política de facções". *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n. 94, 1995.
- Pierucci, Antonio Flávio. "As bases da nova direita". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 19, pp. 26-45, dez. 1987.
- Pinheiro-Machado, Rosana; Scalco, Lucy M. "Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista". In: Solano, Esther (org.). *O ódio como política*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 53-63.
- Pinto, Céli Regina Jardim. "A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)". *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, pp. 119-153, 2017.
- Runciman, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.
- Singer, André. *Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Solano, Esther. "A bolsonarização do Brasil" In: Vários Autores (org.) *Democracia em crise? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*, São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- Souza, Josias de. "Lula tornou-se candidato ao posto de assombração do próximo presidente". Blog do Josias, 2/9/2018. Disponível em: https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2018/09/02/lula-virou-candidato-ao-posto-de-assombrao/?fbclid=IwAR18mTbWnu_tMrdtq8IuGLyHvQOz_dVZRUSmBrJrykvQXTWyeJGhIKSDZw. Acesso em: 8/4/2019.
- Tatagiba, Luciana. "Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2012-2016)". In: Almeida, Ronaldo de; Toniol, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.
- Tanaka, Marcela Gimenes. *O voto da fé: comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados estaduais evangélicos em São Paulo (2002-2014)*. Dissertação de mestrado (Ciência Política), Campinas, Unicamp, 2018.
- Weber, Max. "Considerações intermediárias: rejeições religiosas do mundo e suas direções". In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.





O BRASIL DE BOLSONARO¹

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010012>

PERRY ANDERSON

TRADUÇÃO JAYME DA COSTA PINTO

[1] Este artigo foi publicado originalmente na *London Review of Books* (<https://www.lrb.co.uk/>), v. 41, n. 3, em 7 de fevereiro de 2019. Esta versão foi revista pelo autor, que incluiu notas, referências bibliográficas e fez alguns acréscimos e correções. [N.E.]

A teratologia da imaginação política contemporânea — já bastante pródiga: Trump, Le Pen, Salvini, Orbán, Kaczyński, ogros vários e variados — acaba de ganhar um novo monstro. Destacando-se em meio à lama, o presidente eleito do Brasil enalteceu o mais notório torturador na história de seu país; afirmou que a ditadura militar deveria ter eliminado 30 mil adversários; disse a uma deputada que ela não merecia ser estuprada por ser feia demais; anunciou que preferia perder um filho em um acidente de carro a descobrir a homossexualidade dele; declarou aberta a temporada de exploração na Floresta Amazônica; e, no dia seguinte à eleição, prometeu a seus seguidores banir do país os marginais vermelhos. Na opinião de seu indicado para o Ministério da Justiça, Sérgio Moro — que está longe de ser um magistrado qualquer: é saudado mundo afora como epítome de integridade e independência —, Jair Bolsonaro é um “moderado”.

Ao que tudo indica, o veredito das urnas em outubro passado trazia uma mensagem clara: depois de governar o país por catorze anos, o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Lula e Dilma, foi amplamente rejeitado, e sua sobrevivência pode agora estar em risco. Encarcerado por Moro, o governante mais popular da história do Brasil aguarda novas sentenças de prisão. Sua sucessora, despejada do cargo a meio caminho do segundo mandato, transformou-se praticamente em uma pária, reduzida que foi a um humilhante quarto lugar na disputa estadual por um assento no Senado. Como pôde ocorrer tal virada? Houve ali algo de contingente? Ou esse desfecho já era líquido e certo? O que explica o radicalismo do resultado? Comparadas ao nível de revolta pelo qual o Brasil passou nos últimos cinco anos — e a gravidade de seu possível desenlace —, as reações teatrais diante do Brexit, no Reino Unido, e as demonstrações de aversão a Trump, nos Estados Unidos, soam mais como mero ruído.

A política brasileira tem caráter italianizado: é intrincada e tortuosa. Contudo, sem conhecer um pouco da política local, é difícil entender o que aconteceu ao país. Quando Lula deixou a Presidência, em 2010, a economia registrava crescimento de 7,5%, a pobreza havia sido reduzida pela metade, novas universidades se multiplicavam, a inflação era baixa, o orçamento e a conta-corrente apresentavam superávit, e o índice de aprovação do presidente superava 80%. Para sucedê-lo, Lula escolheu sua ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, participante da guerrilha contra a ditadura militar, nos anos 1960, que nunca havia ocupado — nem mesmo concorrido a — um cargo eletivo. Com Lula a seu lado, Dilma venceu com facilidade, obtendo maioria de 56% dos votos válidos, e tornou-se a primeira mulher a chegar à Presidência do Brasil. No início, foi bem recebida por uma classe média que detestava Lula e, durante dois anos, gozou de ampla popularidade, exibindo tranquilidade e competência. Seu legado, porém, era menos róseo do que parecia. A alta no preço das *commodities* havia sustentado a bonança econômica da era Lula sem que as taxas historicamente modestas de investimento e produtividade se alterassem. Assim que Dilma assumiu o cargo, em 2011, esses índices começaram a ruir, derrubando a taxa de crescimento para 1,9% em 2012. Em 2013, o Federal Reserve [banco central dos Estados Unidos] decidiu interromper a compra de títulos, desencadeando uma crise no mercado de capitais e empurrando financiamentos estrangeiros para fora do Brasil. O balanço de pagamentos se deteriorou. A inflação subiu. Os anos de prosperidade e euforia acabaram.

Politicamente, o governo do PT tinha as mãos amarradas desde o início. Após a redemocratização do país no fim dos anos 1980, três partidos ganharam corpo e destaque: no campo da centro-direita, o PSDB, que posava de “social-democrata” e se apresentava como opção para o grande negócio e a classe média; em posição intermediária, o teoricamente “democrático” PMDB (mais tarde apenas MDB), uma extensa rede de clientelismo espalhada por áreas rurais e pequenas cidades, onde distribuía benesses com generosidade ora federal, ora estadual; e à esquerda, o PT, único partido formado por algo mais que um amontoado de figurões regionais e seus subordinados. À margem desse trio, no entanto, em consequência do sistema de representação proporcional de lista aberta dividido em amplos colégios eleitorais, proliferou uma infinidade de pequenos partidos sem orientação ideológica, criados apenas para drenar fundos públicos e obter favores para seus líderes. Nesse contexto, nenhum presidente jamais liderou um partido com mais de um quarto das cadeiras do Congresso, instância por onde passa toda a legislação relevante do país, o que faz das coligações uma condição necessária para governar, e da farta distribuição de sinecura uma premissa incontornável para a formação dessas mesmas coligações.

Durante vinte anos, a Presidência foi ocupada por apenas dois partidos, PSDB e PT. O primeiro, comprometido em promover no país o que chamou de “choque de capitalismo” salutar, teve pouca dificuldade em encontrar aliados nas oligarquias tradicionais do Nordeste e entre os eternos predadores do PMDB, aliados naturais de um regime liberal-conservador. Quando Lula chegou ao poder, porém, o PT não queria depender desses grupos e, então, passou a trabalhar para construir uma maioria no Congresso a partir daquele lamaçal de pequenos partidos, um mais venal que o outro. Para evitar que controlassem muitos ministérios — a contrapartida financeira geralmente oferecida em troca de apoio —, o partido distribuía, por baixo do pano, pagamentos mensais em dinheiro. Quando esse sistema, que ficou conhecido como “mensalão”, foi exposto em 2005, houve uma primeira impressão de que ele poderia até derrubar o governo. Porém, Lula continuou popular entre os pobres e, ao se livrar de assessores próximos e buscar no PMDB um apoio mais ortodoxo para garantir maioria no Congresso, sobreviveu à comoção do momento e acabou por ser triunfalmente reeleito. No segundo mandato, o PMDB já se tornara um braço estável do governo, recebendo em troca uma série de nomeações na máquina estatal, nas esferas federal e locais, desde o nível ministerial até os escalões inferiores. Quando seu mandato chegava ao fim, Lula escolheu o então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer — personificação dos procedimentos e da perspectiva do partido —, para ser vice-presidente de Dilma, unindo, dessa forma, um veterano de esquemas e intrigas de bastidor a uma política novata.

A herança econômica foi a primeira a derreter. Em 2013, a relação entre classe média e governo já tinha azedado, e aumentos de preços alimentavam a tensão popular nas grandes cidades. Lula havia repassado recursos para os mais pobres — aumentou o salário mínimo, barateou o crédito e implementou políticas de transferência de renda —, mas privilegiou o consumo, não os serviços públicos, que de modo geral continuaram péssimos. Em meados do ano, uma alta nas tarifas de transporte público desencadeou protestos liderados por jovens ativistas de esquerda em São Paulo. A repressão policial amplificou os atos, que se tornaram enormes manifestações de rua Brasil afora. Com crescente participação da direita e apoio dos meios de comunicação mais poderosos do país, as reivindicações iniciais logo se tornaram um vale-tudo contra os políticos, em geral, e o PT, em particular. Em quinze dias, os índices de aprovação de Dilma despencaram de 57% para 30%. Combinando cortes de gastos e iniciativas de bem-estar social pouco dispendiosas, ela conseguiu recuperar respaldo nos meses seguintes. No início de 2014, contudo, minas terrestres de conteúdo político, há muito enterradas, começaram a explodir. Escutas feitas pela Polícia Federal para investigar operações de lavagem de dinheiro

em um lava-rápido de Brasília revelaram um esquema de corrupção generalizado na Petrobras, empresa cujas ações estavam entre as mais valorizadas do mundo na época. Uma série de vazamentos relativos a essa investigação, explorados com interesse crescente pela mídia, indicava conexões com o PT que datavam do governo Lula. A notícia repercutiu com força em um ambiente já altamente carregado, em consequência do julgamento, encerrado no fim de 2012 (ou sete anos após a denúncia), dos principais quadros petistas envolvidos no mensalão.

Assim, quando Dilma se candidatou à reeleição, em 2014, enfrentou uma oposição muito mais agressiva do que em 2010. E teve, novamente, um candidato do PSDB a enfrentá-la no segundo turno. Desta vez, tratava-se de um rebento da classe política mineira tradicional: Aécio Neves, neto *playboy* de Tancredo Neves, que teria sido o primeiro presidente da era pós-militar, em 1985, se não tivesse morrido antes de tomar posse. Confiante na vitória, acusou Dilma de incompetência e esbanjamento de gastos, levantou suspeita de delitos e, assim, chegou perto de derrotá-la. Conduzindo uma campanha combativa, mas desajeitada, na qual teve fraco desempenho nos debates, Dilma venceu por margem estreita, sustentada pelo compromisso de nunca aceitar a austeridade que, segundo ela, seu adversário queria infligir à população. Antes mesmo de assumir o cargo, porém, a presidente já enfrentava dificuldades. Pensando, talvez, em repetir o lance inicial de Lula, que logo ao assumir a Presidência apostou na rígida ortodoxia econômica a fim de tranquilizar os mercados, expandindo os gastos sociais apenas depois de consolidar as finanças públicas, Dilma escolheu para o comando do Ministério da Fazenda um executivo de banco treinado em Chicago, sinalizando que haveria um novo período de austeridade, e com isso traiu suas promessas de campanha com um arrocho que atingia diretamente a renda popular. Tendo afastado a esquerda, ela então se indispôs também com a direita ao tentar impedir que o PMDB mantivesse o influente assento, anos antes ocupado por Temer, de presidente da Câmara, cuja cooperação é em geral necessária para a aprovação de seus projetos de lei, e acabou clamorosamente derrotada pelo candidato do partido, Eduardo Cunha, nome que é sinônimo de manipulação implacável e ausência de escrúpulos. O PT, que havia conquistado apenas 13% dos votos para a Câmara, tornava-se extremamente vulnerável no frente legislativo.

O PSDB, por sua vez, não aceitou facilmente a derrota no pleito presidencial. Furioso por ver escapar o triunfo que dava como certo, Aécio apresentou, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acusações de despesas de campanha ilegais por parte da chapa vencedora, na esperança de anular o resultado e provocar uma nova eleição, na qual — haja vista a decepção popular com o rumo econômico dado por Dilma — dessa vez ele poderia ter certeza de vitória. Contudo,

dentro do PSDB, um conglomerado de notáveis endinheirados e com ambições próprias, não havia consenso com relação a apoiar Aécio. O candidato derrotado do partido à Presidência em 2002 e 2010, José Serra, agora senador por São Paulo, enxergou uma via alternativa para o despejo de Dilma, um caminho que poderia ampliar o apoio à derrubada da presidente e ainda favorecê-lo. A desvantagem da rota adotada por Aécio era que, por ameaçar tanto Temer quanto Dilma, tinha pouco apelo para o PMDB. Serra era próximo de Temer; na política de São Paulo, colaboravam mutuamente há tempos. Melhor então seria lançar o processo de impeachment contra Dilma no Congresso, onde se poderia esperar que Cunha desse um encaminhamento favorável. O êxito dessa estratégia automaticamente faria de Temer presidente e daria a Serra o ponto de partida ideal para sucedê-lo, deixando Aécio para trás.

Temer, claro, viu esse esquema com bons olhos, e então os dois começaram, sorratamente, a se mexer para executá-lo. Por trás da dupla pairava, de forma ainda mais discreta, outro nome do PSDB, o veterano estadista Fernando Henrique Cardoso, um amigo íntimo e conselheiro de Serra que nunca gostara de Aécio. Restava então elaborar o pretexto para o impeachment. Chegou-se a um consenso de que seria uma questão técnica: Dilma teria infringido a lei ao postergar pagamentos de contas públicas a fim de se beneficiar, nas eleições, da aparência de que elas estavam em ordem. Que isso fosse prática antiga, comum a governos anteriores, pouco importava. Assim, em meados de 2015, a paisagem política havia sido chacoalhada por um terremoto que trágou manobras corriqueiras em Brasília.

Desde o início, as investigações da Lava Jato ficaram sob a jurisdição do estado de onde vinha o doleiro Alberto Youssef, primeiro acusado de relevo a ser preso: o Paraná, uma sociedade provinciana e atipicamente de classe média no sul do Brasil. Sérgio Moro, um paranaense que ganhara experiência trabalhando como assistente no julgamento do mensalão, atuava como juiz na capital, Curitiba. Como deixou claro em artigo publicado uma década antes do início da Lava Jato, seu modelo operacional seria o processo anticorrupção *Mani Pulite* [Mãos Limpas], que foi conduzido por um grupo de magistrados em Milão e destruiu os partidos que estavam no poder na Itália no início dos anos 1990, marcando o fim da Primeira República. Moro deu destaque positivo a duas características do processo italiano: o uso da prisão preventiva para garantir delações, e o vazamento estratégico, para a imprensa, de informações relativas a investigações em andamento, a fim de despertar a opinião pública e pressionar alvos e tribunais. O teatro da mídia importava mais que a presunção de inocência, pois esta — explicou Moro — estava sujeita a considerações pragmáticas (Moro, 2004).

Responsável pela Lava Jato, Moro se revelou um empresário para artista nenhum botar defeito. As sucessivas operações — batidas policiais, prisões em massa, uso de algemas, confissões — ganhavam enorme publicidade, com direito a alertas antecipados para a mídia impressa e a televisão. Cada ação era cuidadosamente numerada (até agora, foram 57 operações, que resultaram em sentenças que somam mais de mil anos) e batizada com nomes escolhidos por seu efeito dramático, remetendo ao imaginário cinematográfico, clássico ou bíblico: Bidone, Dolce Vita, Casablanca, Nessun Dorma, Erga Omnes, Aletheia, Juízo Final, Dejà Vu, Omertà, Abismo etc. Os italianos se orgulham de ter um talento especial para o espetáculo: a atuação de Moro deixou seus mentores milaneses no chinelo.

Durante um ano, as operações da Lava Jato concentraram-se sobretudo em ex-diretores da Petrobras, acusados de receber e distribuir vultosas propinas. Ainda em 2015, derrubaram o primeiro quadro importante do PT, o tesoureiro João Vaccari Neto, preso em abril. Poucas semanas depois, também foram detidos altos executivos das duas maiores construtoras do país, Odebrecht e Andrade Gutierrez, conglomerados continentais com operações em toda a América Latina. A essa altura, manifestações em apoio a Moro, clamando por punição ao PT e pedindo o afastamento de Dilma, se intensificavam, tomando conta dos meios de comunicação e sitiando o Congresso; ali, Cunha, ainda formalmente parte da coalizão governante, abria espaço na pauta para o impeachment. Isolada e enfraquecida, Dilma aceitou o conselho de seus ministros petistas de que deveria convocar Lula, a única pessoa suficientemente familiarizada com os meandros do Congresso — que ela não conseguira dominar — para tentar reverter a situação. Lula rapidamente se pôs a remendar a relação com o PMDB. Nesse meio-tempo, surgiram, de modo repentino e espetacular, informações de que Cunha mantinha milhões de dólares em contas bancárias secretas na Suíça. Vendo-se igualmente ameaçado de destruição pela Lava Jato, Cunha propôs um pacto de proteção mútua: ele bloquearia o processo contra Dilma se o governo bloqueasse o processo contra ele. Lula pediu a aceitação do acordo, e a cúpula, em Brasília, chegou a um entendimento. Porém, a liderança nacional do PT, em São Paulo, temendo que a notícia desse acordo apenas respaldasse a percepção pública de que o partido era extremamente corrupto, instruiu seus deputados a votar pela abertura da ação contra Cunha. Em retaliação, ele imediatamente abriu caminho para que as acusações do PSDB contra Dilma fossem levadas à deliberação no Congresso.

Moro, enquanto isso, preparava seu golpe de misericórdia. Na primeira semana de março de 2016, a Operação Aletheia apreendeu Lula nas primeiras horas da manhã e o conduziu para depoimento. Fotografos da mídia impressa e equipes de TV, avisados com antecedência,

cercavam o ex-presidente, agitando câmeras e holofotes em meio à escuridão. Lula estava, enfim, sob investigação formal da Lava Jato. O sensacionalismo não parou ali. Um telefonema de Dilma para Lula, em que discutiam procedimentos para nomeá-lo ministro-chefe da Casa Civil, foi interceptado por Moro e instantaneamente vazado para a imprensa. Como políticos de nível ministerial e membros do Congresso gozam de imunidade parlamentar — salvo interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) —, houve um grande alvoroço. Seria, pura e simplesmente, uma maneira de manter Lula fora da prisão. A nomeação foi suspensa por dois juízes de Brasília; o primeiro, notório por vociferar publicamente contra o PT no Facebook; o segundo, por ser uma conhecida marionete do PSDB no STF.

A pressão das ruas em favor do impeachment era enorme: em todo o Brasil, 3,6 milhões de manifestantes clamavam pela retirada de Dilma já em meados de março. Ainda não estava claro, no entanto, se a maioria de dois terços, necessária para o impeachment, poderia ser alcançada no Congresso. Em pouco tempo, porém, uma operação da Lava Jato apreendeu *laptops* da Odebrecht com registros codificados de pagamentos feitos, segundo os boatos, a cerca de duzentos políticos brasileiros, oriundos de praticamente todos os partidos. A descoberta fez disparar um alarme entre a classe política. Em poucos dias, Romero Jucá, ex-líder do governo no Senado e homem forte do PMDB, foi gravado dizendo a um colega que era preciso “estancar essa sangria”. Como “os caras do Supremo” haviam dito a ele que isso seria impossível enquanto Dilma estivesse no poder e a mídia inteira pedisse a cabeça dela, continuou Jucá, era preciso substituí-la imediatamente por Temer e, em seguida, instituir um governo nacional com apoio do Supremo e do Exército — Jucá mantinha conversas com generais. Só assim a Lava Jato poderia ser freada antes que os atingisse (Valente, 2016). Quinze dias depois da conversa, a Câmara aprovou o impeachment de Dilma, com Cunha presidindo a sessão. Com a missão cumprida, Moro poderia, enfim, prendê-lo. O Supremo determinou que o Congresso o afastasse do posto de presidente da Câmara e, algum tempo depois, ele teve o mandato cassado e acabou na prisão. Após um intervalo protocolar, o Senado condenou Dilma no processo aberto pela Câmara e Temer assumiu a Presidência em definitivo. Em abril de 2018, Lula foi preso sob acusação de corrupção na intenção de compra de um apartamento à beira-mar, do qual ele nunca se tornara proprietário. Julgado em Curitiba meses antes, fora condenado a nove anos de prisão; ao recorrer, vira a pena subir para doze. Com seu primeiro presidente atrás das grades e a segunda arrancada de forma ultrajante do cargo, além de registrar uma baixa recorde de popularidade, o PT parecia ver seu desmanche completo.

A prova de que não era bem o caso veio com as reações ao encarceramento de Lula. Inimigos no PSDB apostavam que ele seguiria para o exílio, e não para a cadeia, num voo em busca de segurança que selaria sua derrocada. Tomados de surpresa com o estoicismo de Lula ao aceitar a detenção, esses adversários não atentaram para o sentimento de solidariedade que isso poderia despertar. Em poucos meses, as pesquisas mostravam que ele permanecia o líder mais popular do país e, embora impedido de concorrer por ter sido condenado em segunda instância, seguia à frente de todos os outros pré-candidatos na disputa pela Presidência em 2018. O apelo pessoal de Lula, no entanto, era uma coisa; o futuro do PT, outra. O partido sofrera uma debacle sem precedentes na história do Brasil. Que tipo de ajuste de contas seria necessário para uma reparação? Em seus anos no poder, o partido pouco fizera para criar uma cultura de análise autocrítica ou de reflexão acerca dos próprios rumos ou do destino do país: nenhum jornal, nenhum periódico, nenhuma estação de rádio ou TV. Os intelectuais haviam sido úteis como ponte para a visibilidade pública no começo. Quando o partido chegou ao poder, embora muitas dessas figuras — talvez a maioria — continuassem a apoiá-lo, ele basicamente as ignorou, num filistinismo míope que só valorizava cálculos eleitorais.

Ainda que fosse pouco reconhecido e algo injustiçado, um pensador político de primeira linha compunha os quadros do partido. Filho de um imigrante judeu austríaco que se tornou um dos mais importantes economistas de esquerda do Brasil, André Singer foi membro fundador do PT em São Paulo, em 1980. Começou a carreira como jornalista e logo ascendeu a uma posição de comando no menos conservador dos dois grandes jornais da cidade, a *Folha de S. Paulo*, antes de se tornar secretário de imprensa e porta-voz presidencial de Lula durante o primeiro mandato, ao fim do qual pediu demissão para retomar sua carreira acadêmica como cientista político. Em 2012, Singer produziu o primeiro estudo sério da trajetória do partido no governo e do apoio social por ele recebido durante o governo Lula. Embora escrito com admiração respeitosa em relação ao que foi realizado, era demasiado lúcido e objetivo acerca da natureza e das causas do “reformismo fraco” em que o partido se ancorou para ser bem recebido internamente, e teve, portanto, pouca ressonância ali. No ano passado, Singer publicou uma sequência, *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*, que, espera-se — ainda que seja cedo para afirmar —, terá maior repercussão. De tempos em tempos, em diferentes países, alguns livros são comparados ao *18 de brumário*, de Marx, mas como síntese extraordinária de análise de classe, narrativa política e imaginação histórica, nenhum volume chegara perto dele até surgir este *tour de force* saído do Brasil. O tom de Singer, frio e sóbrio, de paixão mais contida que explicitada, difere bastante da ironia cáustica e da intensi-

dade metafórica de Marx, e os eventos em questão têm sido, ao menos até agora, menos sangrentos. O tipo de inteligência mobilizada e seu alcance são, porém, equivalentes.

A pergunta que Singer tenta responder é: por que a fórmula de poder construída com tanto sucesso por Lula se desintegrou de forma tão espetacular? O argumento inicial é de que não se trata de um caso comum de entropia no cargo. Dilma não era apenas uma imitação desajeitada que meteu os pés pelas mãos ao investir nas mesmas políticas de seu antecessor. Ela tinha objetivos próprios, que diferiam dos dele. Singer define esses objetivos como uma combinação de “desenvolvimentismo” e “republicanismo”. O primeiro, afirma, foi uma tentativa de acelerar o crescimento por meio de um uso mais ambicioso das ferramentas à disposição do Estado: controle da taxa de juros, empréstimos públicos, incentivos fiscais, tributos sobre importações, gastos sociais — em suma, um conjunto de políticas econômicas mais intervencionista que o aplicado pelo PT até então. Quanto ao segundo item, Singer se refere ao republicanismo no sentido clássico, reconstruído por J. G. A. Pocock: a crença, comum nos séculos XVII e XVIII, de que a corrupção era um perigo perpétuo para a integridade do Estado e a segurança dos cidadãos. Vigiar os corruptos seria uma condição para a liberdade. Nos pontos em que o reformismo de Lula fraquejou, o projeto de Dilma buscou ser mais forte.

Seu efeito, no entanto — segundo o argumento de Singer —, foi derrubar dois pilares críticos do sistema de Lula: a aliança com o capital financeiro e o pacto com o clientelismo. Com o objetivo de estimular investimentos, a “nova matriz econômica” de Dilma buscou favorecer a indústria nacional — que há muito reclamava das altas taxas de juros, da moeda sobrevalorizada, da fraca proteção aos fabricantes locais e dos dispendiosos insumos energéticos — na crença de que os interesses subjacentes dela a diferenciavam de bancos, corretoras de valores mobiliários e fundos de pensão que se beneficiavam desse quadro. No entanto, no Brasil, os diferentes setores do capital estavam embaralhados demais para que essa estratégia de separação funcionasse. Descrita pela mídia como estatismo antiliberal e intervencionista, foi mal recebida pelo setor privado. Novos investimentos não se concretizaram, o crescimento desacelerou, os lucros recuaram e as greves se multiplicaram. A federação patronal tornou-se extremamente hostil.

Enquanto isso, ao se recusar a participar do tradicional to-ma-lá-dá-cá da política brasileira e excluir do governo os ministros mais descaradamente comprometidos com esse esquema, Dilma passou a antagonizar com forças do Congresso das quais sua maioria parlamentar dependia e para as quais a corrupção era condição de existência. Após uma análise minuciosa das frações do capital, Singer situa essas tensões ao longo de uma impressionante visão de *longue*

durée da estrutura partidária no Brasil entre o pós-guerra e o presente. Nesse período todo, três componentes persistiram. De 1945 a 1964, ano em que os militares tomaram o poder, houve um partido na direita liberal do espectro, a União Democrática Nacional (UDN), representando banqueiros, classes médias urbanas e uma parte da oligarquia rural; um partido popular à esquerda do espectro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com apelo junto à classe trabalhadora e aos pobres urbanos; e um partido intermediário, o Partido Social Democrático (PSD), ligado à classe latifundiária tradicional e a seus dependentes no campo e nas pequenas cidades. Singer chama esta última porção de “partido do interior”, uma força disforme, sem identidade ideológica que se possa distinguir — seja para a direita, seja para a esquerda ou para o centro —, que se move na mesma direção que apontarem o poder e os favores temporários, quer sejam estes democráticos, quer não. Vinte anos depois, após a saída dos militares, esse trio reapareceu na forma de PSDB, PT e PMDB. Nenhum dos dois primeiros poderia governar sem a assistência parasitária do terceiro, com sua rede abrangente e capilarizada de autoridades locais e controle quase ininterrupto da todo-poderosa Presidência do Senado. Qualquer indício de republicanismo iria frontalmente contra isso.

E o eleitorado do PT? Embora desde 1945 os polos vinculados a capital e trabalho fossem claramente discerníveis um do outro no sistema político, o conflito entre eles era determinado principalmente por um vasto subproletariado, urbano e rural, que vivia em condições pré-modernas e cuja existência afastava o sistema de um confronto de classes, de modo a empurrá-lo para uma oposição populista entre ricos e pobres na qual estes últimos estavam disponíveis para captura demagógica ou clientelista por parte tanto de políticos conservadores como de radicais. Em 2006, as políticas sociais de Lula já haviam reduzido drasticamente a pobreza, transformando essa massa — que em grande parte subsistia na economia informal — em bastião eleitoral do PT, depois herdado por Dilma. Milhões foram retirados da pobreza extrema e sabiam a quem deviam essa mudança. Instigado por jornalistas interessados e pela ideologia da época, o regime alardeava sua realização, no entanto, como sendo a criação de uma “nova classe média” no Brasil, quando na realidade a promoção social da maioria dos afetados era não só mais modesta — empregos formais e salários mínimos melhores alçaram essas pessoas a algo próximo de uma nova classe trabalhadora — mas também mais precária. Politicamente, argumenta Singer, o tiro da propaganda oficial saiu pela culatra: teve o efeito de estimular a identificação com o individualismo consumista da classe média real, e não com a classe trabalhadora.

Quando o crescimento passou a ser negativo, a mobilidade social inverteu o sinal para baixo, atingindo muitos daqueles que tinham

acabado de melhorar de vida. A frustração com essa quebra de expectativas foi particularmente acentuada entre os jovens que se favoreceram da expansão popular — ainda que não necessariamente refletida em aumento de qualidade — do ensino superior, outro dos benefícios trazidos pelo PT aos pobres, que agora percebiam ter sido levados a aspirar a empregos que lhes eram, de fato, inacessíveis. Ali estava a massa inflamável que teve papel fundamental no grande levante de rua de junho de 2013 — cerca de 1,5 milhão de pessoas em um único dia no auge dos protestos —, divisor de águas no destino de Dilma e de seu partido. A meticulosa decomposição que Singer faz dos participantes — com dados estatísticos nem sequer imaginados no tempo de Marx — mostra que 80% daqueles que marcharam nas manifestações eram jovens ou adultos jovens, abaixo de 40 anos de idade. Oitenta por cento tinham algum tipo de educação superior, contra 13% da população como um todo; no entanto, metade tinha renda na faixa de dois a cinco salários mínimos, sendo a linha de pobreza definida pelo limite inferior. Aqueles abaixo da linha, o subproletariado propriamente dito — que corresponde a metade da população —, participaram de forma marginal nos eventos, perfazendo menos de um sexto do total de manifestantes. O fator decisivo na evolução e no resultado dos protestos, porém, foi a capacidade do outro terço dos manifestantes, a verdadeira classe média, de conseguir que a metade que acreditava — ou aspirava a — também ser de classe média a apoiasse em uma indignação generalizada contra o governo e, mais ainda, contra a classe política em geral. Eram ativistas dinâmicos de uma nova direita juvenil mobilizando as mídias sociais para uni-los em uma só força. Estruturalmente, embora não sociologicamente, pode-se dizer que a insurreição de 2013 ocupa, na vívida narrativa de Singer, um lugar não muito diferente de *la pègre* no relato de Marx sobre 1848.

Os vencedores que capturaram o movimento e fizeram dele um trampolim para o que dois anos depois se transformaria em um ataque muito mais letal ao governo compunham as mais novas parcelas da classe média urbana das grandes cidades do centro-sul do país. As grandes empresas, a classe trabalhadora e os pobres haviam se beneficiado com os governos do PT. Profissionais liberais, gerentes de nível médio, prestadores de serviço e pequenos empregadores não. A renda destes aumentou proporcionalmente menos que a dos pobres, e seu *status* foi corroído por novas formas de consumo popular e mobilidade social, inspirando menor deferência. Acostumado a uma hierarquia social tradicional, com conotações fortemente baseadas na cor, e à disponibilidade do maior número de empregados domésticos *per capita* no mundo (mais de 7 milhões), esse estrato sempre foi um terreno fértil para a reação. Englobando, em termos formais, o setor “moderno” da sociedade brasileira, essa camada há muito tempo tinha

tamanho suficiente para vetar mudanças que pudessem tornar o restante do país menos atrasado. Se era grande o bastante para frustrar a inclusão social dos pobres no desenvolvimento nacional, era, em contrapartida, pequena demais para conseguir dominar as eleições desde que o sufrágio para o pleito presidencial se expandira no pós-guerra. Por isso, sempre se sentiu tentada a atropelar pleitos por meio de golpes. Em 1964, grande parte da classe média urbana havia conspirado com oficiais militares nesse sentido. Em 2016, montou um golpe parlamentar e derrubou a presidente segundo os termos da Constituição, em vez de rasgá-la.

Desta vez não foram as Forças Armadas, mas o Judiciário quem atuou como alavanca para uma virada de mesa que esse estrato não conseguiria promover se organizado apenas em termos eleitorais, fosse como partido, fosse como conjunto de partidos. Os magistrados, mais próximos da classe média civil do que dos militares em termos de carreira e cultura, eram aliados mais orgânicos nessa causa comum. Divergindo de ambas as caracterizações predominantes no Brasil, opostas uma à outra, quanto ao papel dos juízes na Lava Jato — para uns, destemidos algozes da corrupção que defendem imparcialmente o Estado de Direito; para outros, manipuladores implacáveis desse mesmo Estado de Direito, movidos por objetivos político-partidários —, Singer enxerga as ações do Judiciário como, ao mesmo tempo, genuinamente republicanas na prática, mas inequivocamente facciosas no direcionamento. Republicanas: de que outra maneira seria possível descrever o encarceramento dos mais ricos e poderosos magnatas da nação? Não sem razão, outra das operações da Lava Jato foi batizada de “Que País É Esse?”, em razão da resposta indignada de um chefe da Petrobras ao ser preso. Facciosas: como descrever a caçada sistemática ao PT, enquanto outros partidos eram poupados, até que Dilma enfim caísse? Sem falar no compartilhamento desenfreado de simpatias e antipatias políticas no Facebook, das fotos sorridentes de Moro com penduricalhos do PSDB e de todo o resto. A incoerência se revelava um nó inextricável, entrelaçado às contradições do próprio PT: os juízes seriam “facciosos e republicanos”, o partido foi “criado para mudar as instituições e engolido por elas” (Singer, 2018, p. 295).

Tendo exposto o curso que Dilma tomou ao assumir o poder, os obstáculos econômicos e legislativos que se lhe impuseram, o sistema partidário que o envolvia, o conjunto de forças de classe que o confrontavam e o cerco judicial que acabou por interrompê-lo, Singer conclui com uma bem delineada narrativa da sequência de movimentos e contramovimentos de atores políticos individuais durante a azáfama que precedeu o impeachment. Nesse ponto, as personalidades ganham peso. Dilma tinha intenções mais que honrosas: queria fomentar, e não apenas preservar, os ganhos sociais alcançados pelo PT sob Lula e

descolá-los das maquinações que os viabilizaram. Passou a compen-sar com rigidez o desconforto que sentia com a política, e, embora em particular se mostrasse descontraída e simpática, no exercício do cargo não tolerava críticas nem conselhos. Para Singer, ela deve ser responsa-bilizada por dois equívocos fatais e evitáveis, ambos em ocasiões em que se recusou a dar ouvidos a seu mentor. O primeiro foi a decisão de concorrer a um segundo mandato presidencial, em 2014, em vez de abrir espaço para a volta de Lula, que esperava e desejava isso. Vaidade condenável ou orgulho natural da autonomia de seu projeto? A certa altura, Lula admitiu publicamente que seria candidato se houvesse pe-rigo de o PSDB voltar, o que logo se anunciou. A indelicadeza, porém, não fazia parte do estilo pessoal do ex-presidente: Lula nunca tratou da questão diretamente com ela. A convenção política no Brasil, como nos Estados Unidos, diz que um presidente em exercício concorre a um segundo mandato, e Lula respeitou isso.

O segundo erro atribuído à Dilma foi rejeitar um acordo com Cunha para se salvar do impeachment, algo que Lula acreditava ser necessário e buscou concretizar. Para Singer, aí reside uma diferen-ça fundamental de personalidade. Politicamente, Lula verga, mas não quebra; já Dilma quebra, mas não verga. Os chantagistas, disse ela, nunca se satisfazem: quem cede a chantagista uma vez acaba tendo de ceder sempre. Sem ser tão explícito, Singer fica do lado de Lula. A política como vocação, escreveu Weber, requer a aceitação de “parado-xos éticos”. Citando o sociólogo alemão, Singer sugere que se tratava de uma “obrigação” — palavra dele — que Dilma recusou. Obrigação porque as consequências de não ceder seriam gravíssimas. Ao resistir obstinadamente, Dilma abriu as portas para um “retrocesso nacional de tamanho imprevisível” (Singer, 2018, p. 295).

De resto magistral, essa reconstrução da queda de Dilma traz con-clusões que soam questionáveis. Pode-se dizer que Singer é, ao mesmo tempo, acrítico e crítico demais em relação a Dilma. Algo que depõe contra a atribuição, à ex-presidente, de um republicanismo inequívoco, ao menos no início, são os dois conselheiros-chave que ela escolheu na primeira corrida presidencial e que assentou a seu lado assim que venceu. O primeiro, responsável por sua campanha e depois nomeado ministro-chefe da Casa Civil em Brasília, foi o político mais notoriamente corrupto das fileiras do PT, Antonio Palocci. Xodó dos empresários quando ministro da Fazenda de Lula, foi forçado a renunciar depois de um escândalo particularmente desagradável em 2006.² Sua reparação em 2010 foi saudada com entusiasmo pela *The Economist*, mas logo se descobriu que, no meio-tempo, ele havia amealhado uma enorme for-tuna com serviços de consultoria e operações imobiliárias, e Dilma pre-cisou se livrar dele. Previsivelmente, essa figura abjeta foi o único líder do PT a se transformar, mais tarde, em delator da Lava Jato. Depois de

[2] Lula negou ser responsável pela escolha de Palocci para a Casa Civil em 2014: teria sido uma opção de Dilma, da qual ele discordava (Silva, 2018, p. 35).

sua partida, João Santana permaneceu ao lado dela: foi seu conselheiro mais íntimo e, segundo vários relatos, tinha grande influência sobre suas decisões. Ex-compositor de um grupo que chegou a tocar como banda de apoio de Caetano Veloso, depois um reconhecido repórter investigativo, tornando-se, enfim, um marqueteiro muito bem pago — gerente de campanhas comerciais e criador de marcas de todo tipo —, Santana foi lançado na órbita do *marketing* por Palocci na cidade natal deste e passou a prestar serviços em escala internacional; teve, entre seus clientes, o bilionário presidente saqueador de Angola, José Eduardo dos Santos. Santana durou seis anos com Dilma, até que a Lava Jato o pegasse por uma propina de 10 milhões de dólares depositada no Panamá. Como mercenário que é, Santana também trocou leniência por delação. Em ambos os casos, a avaliação de Dilma foi pouco republicana. Embora não fosse ela própria um produto do PT, ao qual só se filiou em 2001, ela não conseguiu escapar ao *habitus* do partido.

Por outro lado, as críticas de que Dilma teria prejudicado o partido ao não passar o bastão para Lula em 2014 e colocado o país em risco ao recusar o pacto com Cunha, pedido pelo ex-presidente em 2016, implicam dois contrafatuais que seriam desafiados pela lógica da situação histórica. Se Lula, em vez de Dilma, tivesse concorrido contra Aécio em 2014, certamente venceria por uma margem mais ampla e dificilmente promoveria uma guinada tão abrupta e desajeitada à austeridade como a que ela fez, afastando-se dos pobres. Porém, a conjuntura econômica não permitia repetir o estímulo que lhe possibilitou surfar a onda da crise financeira global de 2008 como se fosse uma “marolinha” no Brasil. O superciclo das *commodities* havia se encerrado, e todos os índices econômicos apontavam para baixo: as *poison pills* deixadas por sua própria administração estavam sendo consumidas. Além disso, a tempestade da Lava Jato teria atingido sua presidência com uma força ainda maior que no caso de Dilma. Pessoalmente, ele estava muito mais exposto ao ataque. Não haveria necessidade de recorrer a técnicas orçamentárias para aprovar um impeachment: a torrente de injúrias seria certamente mais furiosa, alimentada por um clamor ainda mais ensurdecido das ruas e telas. As habilidades políticas de Lula para lidar com o Congresso talvez o salvassem de um destino de que já fora poupado antes, na época do mensalão. No melhor cenário, conseguiria se arrastar até o fim do mandato, mas ao preço de passar três anos “algemado” a Cunha em meio a tamanha reprovação moral e política que a retribuição nas urnas em 2018 seria ainda mais devastadora. Não só Dilma como o próprio PT tinham boas razões para rejeitar o pacto com Cunha. O preço em termos de credibilidade, já muito abalada, era demasiado alto, e o retorno, demasiado fugaz.

Os juízes, é claro, reservavam a Cunha um nível de tolerância apenas minimamente superior — e só enquanto ele fosse o guardião das

chaves do impeachment — ao concedido à figura pública que tinham como alvo principal. O relato que Singer faz da perspectiva e do impacto dos magistrados da Lava Jato é um exemplo de análise equilibrada. Ainda assim, deixa duas questões em aberto. Republicano, mas faccioso, sim: qual seria, no entanto, o equilíbrio final entre os dois polos — teriam igual efeito? Além disso, seriam esses os únicos elementos presentes na composição do Judiciário brasileiro? Singer enfoca o grupo de Curitiba. Este, porém, operava dentro de um sistema jurídico que o antecedia e o superava. Ali, a importância decisiva recaiu sobre a relação entre polícia, promotores e juízes. Formalmente, essas instâncias são independentes umas das outras. A polícia reúne indícios, os promotores apresentam acusações, os juízes emitem veredictos (no Brasil, os júris existem apenas para casos de homicídio). Na prática, porém, a Lava Jato fundiu essas três funções em uma, com promotores e policiais trabalhando sob a supervisão de um juiz que controlava investigações, definia acusações e emitia sentenças. A negação de princípios básicos de justiça em um sistema assim, mesmo que Moro não tivesse descartado a presunção de inocência, é patente: não há mais distinção entre os poderes de acusação e de condenação.

A esses poderes, além disso, somaram-se outros três. A delação premiada introduziu a prática, estendida a promotores, de ameaçar pessoas presas preventivamente com a aplicação de sentenças pesadíssimas, a menos que impliquem indivíduos de interesse para a investigação: na prática, chantagem judicial. A escala de abuso à qual um poder dessa magnitude dá margem pode ser avaliada a partir do tratamento concedido ao mais rico magnata capturado pela Lava Jato. Marcelo Odebrecht foi condenado a dezenove anos de prisão por envolvimento em um esquema de corrupção da ordem de 35 milhões de dólares. Depois de se tornar informante, cumpriu apenas dois anos e meio e foi libertado sem mais delongas. O incentivo para fornecer quaisquer acusações que possam ser úteis em outros casos em que o magistrado esteja trabalhando é óbvio. Os juízes podem até oferecer anistia. Outra mudança foi a abolição da regra segundo a qual um acusado só poderia ser preso depois que todos os níveis de recurso fossem esgotados.

Por último, mas não menos importante, a partir do julgamento de mensalão adotou-se o conceito do domínio do fato — condenação na ausência de qualquer prova direta de participação em um crime, sob a alegação de que o acusado foi necessariamente responsável por ele. Essa foi a base para a condenação do ministro da Casa Civil de Lula, José Dirceu: sua posição hierárquica como chefe da administração política em Brasília. O conceito origina-se no princípio de *Tatherrschaft*, desenvolvido pelo jurista alemão Claus Roxin para crimes de guerra nazistas. Roxin, porém, protestou contra o mau uso do conceito no Brasil: em sua definição, a posição organizacional não bastaria para

imputar o crime; seria preciso haver algum indício conclusivo de comando (Scocuglia, 2014). Moro, no entanto, ignorou até mesmo a hierarquia organizacional ao recorrer ao domínio do fato para condenar Lula pela intenção de receber um apartamento da Odebrecht, imóvel que ele nunca usou e do qual nunca foi proprietário. O bem pelo qual Lula foi condenado a doze anos de cadeia valia 600 mil dólares: mais de dois terços da punição de Odebrecht por menos de 2% do valor pelo qual o empreiteiro foi condenado. As proporções falam por si.

Em tais casos, processados em Curitiba, valeu a combinação de zelo republicano e viés faccioso. Subindo a escada legal até chegar a Brasília, onde o Supremo Tribunal Federal ocupa o degrau mais alto, não se pode dizer o mesmo. Lá, nem o rigor ético nem o fervor ideológico estão à vista: as motivações são de ordem por completo diversa, mais sórdida. Diferentemente de seus homólogos em qualquer lugar do mundo, o STF reúne três funções: interpreta a Constituição, atua como última instância de recursos em casos civis e criminais e, ponto crucial, é o único com poder para julgar autoridades — membros do Congresso e ministros —, que, de resto, gozam de imunidade em todos os outros tribunais do país — o chamado foro privilegiado. Seus onze membros são indicados pelo Executivo, e a confirmação deles pelo Legislativo, ao contrário do que ocorre no Estados Unidos, é mera formalidade. Não se exige experiência anterior na magistratura — apenas três dos ministros atuais a têm. A mera prática como advogado ou promotor, mais um leve verniz acadêmico, é o histórico mais habitual.

Embora feita pelo governo em exercício, a seleção tradicionalmente se baseia menos em afinidade ideológica do que em conexões pessoais: do lote atual, um ministro é ex-advogado de Lula, outro é velho amigo de FHC, um terceiro, primo de Fernando Collor de Mello — mais um presidente da República caído em desgraça. O volume de casos a cargo do tribunal é grotesco: mais de 100 mil novos casos apenas em 2017, distribuídos por sorteio para consideração preliminar de um juiz individual, investido com poderes — e nenhuma outra corte máxima no mundo tem algo parecido — para interromper ou apressar um caso como bem entender, atrasando alguns por anos e acelerando outros vertiginosamente. Na prática, não há prazos. Quando um caso é liberado para decisão pelo plenário, as audiências são não apenas públicas, como também — outra característica única — televisionadas ao vivo, caso o presidente do tribunal ache adequado. Nessas sessões, sai o decoro, entra o exibicionismo.

No período em que a pressão pelo impeachment começava a aumentar, oito dos onze juízes do tribunal haviam sido escolhidos por Lula ou Dilma. Como, no entanto, as nomeações raramente eram políticas em sentido partidário, apenas um dos ministros — o amigo íntimo de FHC, Gilmar Mendes — tinha perfil ideológico bem definido: defensor

do PSDB. O restante não apresentava coloração política específica; egoísmo e oportunismo os definiriam melhor que qualquer outro “ismo”. Quando, a partir do mensalão, a terceira função do tribunal — o julgamento de políticos — ganhou importância inédita, aqueles que deviam sua nomeação a Lula e Dilma passaram a se empenhar para demonstrar independência do PT. Foi o primeiro negro a integrar a corte, Joaquim Barbosa, colocado lá por Lula, quem proferiu sentenças de dureza sem precedentes contra membros do PT no julgamento do mensalão. Os eventos depois mostraram, porém, que se tratava não de independência como busca de uma justiça imparcial, e sim da substituição de uma dependência de caráter meramente nominal em relação aos padrinhos por uma submissão mais sintomática à mídia.

Desde o início, o grupo em Curitiba recorreu a vazamentos e histórias plantadas na imprensa para interferir no devido processo legal, de modo que seus alvos fossem condenados pelo tribunal da opinião pública, segundo a sabedoria popular brasileira — válida, claro, no mundo todo — de que “opinião pública é aquilo que é publicado”. Tais vazamentos são juridicamente proibidos. Moro os empregou impune e sistematicamente. E pôde fazê-lo porque a mídia, usada por ele como megafone, intimidava os juizes do STF, que temiam denúncias contra si mesmos caso criassem dificuldades. Ao ser instruído por um ministro do Supremo para que libertasse, com base em um *habeas corpus*, um diretor da Petrobras que estava preso, Moro simplesmente afirmou à mídia que, se assim fosse, também deveria libertar traficantes de drogas. O superior imediatamente recuou. E quando cometeu nada menos que três infrações legais ao grampear o telefonema entre Lula e Dilma e, depois, vazar o conteúdo da conversa, Moro recebeu uma reprimenda leve do mesmo juiz e rebateu que havia agido no interesse público. Como àquela altura já era saudado pela imprensa como herói nacional, Moro não levou sequer um tapinha na mão.

Covarde no trato de ilegalidades ocorridas em instâncias inferiores, o tribunal não exibia melhor desempenho quando atuava no andar de cima — servilismo e corporativismo pareciam competir entre si. Quando o procurador-geral apresenta uma acusação contra um membro do Congresso ou do governo, o tribunal determina se deve levá-la a julgamento ou não, decisão que exige ratificação do Congresso para ser executada. Acusações foram apresentadas contra Cunha assim que suas contas suíças foram reveladas. O Supremo não se mexeu por seis meses, esperando que ele fizesse o impeachment andar. Então, não só aceitou a acusação da noite para o dia como, ansioso por disfarçar a própria inação, ordenou que o político fosse sumariamente deposto da Presidência da Câmara, ação para a qual carecia de autoridade constitucional. Como Cunha observou com precisão cínica: “Se havia urgência, por que levou seis meses?” (Prazeres, 2016). Quando um senador do

PT — antes filiado ao PSDB — foi flagrado em uma gravação discutindo maneiras de livrar da prisão um diretor da Petrobras, o tribunal agiu com a velocidade da luz, prendendo-o em 24 horas. Por quê? Para encobrir o próprio constrangimento: o senador tinha dado a entender que fizera um acordo com os juízes. Seu destino? Depois de oferecer uma delação, viu as acusações contra ele serem silenciosamente engavetadas e voltou ao Senado. Ao mostrar total falta de princípios, um tribunal que deveria ser o poder moderador de tensões na Constituição tornou-se — conforme observou um crítico, mas usando uma palavra mais forte que a dele — o abcesso que as gerava (Mendes, 2018).³

Dilma seguiu-se no cargo por menos de dezoito meses antes de ser despejada do Palácio do Planalto. Seu segundo mandato passara em branco em termos de realizações. A fase tomada por Temer durou o dobro e foi, de modo geral, mais consequente. Agindo com rapidez e determinação que escancararam o grau de planejamento por trás do impeachment, o novo regime em pouco tempo conseguiu a aprovação de projetos exemplares de política neoliberal, alterando a constituição econômica do país de uma tacada só. Um mês após o afastamento provisório de Dilma, uma lei que congelava gastos sociais por vinte anos — sem aumento além da taxa de inflação — seguiu para avaliação do Congresso. Uma vez aprovada, com maioria de dois terços, foi a vez de a legislação trabalhista do país ir parar no lixo: o limite legal da jornada de trabalho passou de dez para doze horas, o intervalo de almoço pôde ser reduzido de uma hora para trinta minutos, a proteção dos funcionários — tanto para o regime de tempo integral como para meio período — diminuiu, e as contribuições sindicais obrigatórias foram abolidas, entre várias outras desregulações do mercado de trabalho. As novas regras deram sinal verde à terceirização de atividades-fim e a contratos de trabalho intermitente. Seguiu-se a isso a proposta para uma reforma radical das aposentadorias, que elevava contribuições e a idade mínima a fim de cortar custos de previdência social determinados constitucionalmente. Tudo em nome da redução da dívida pública. Como os beneficiários dos pagamentos mais polpudos no sistema vigente vêm dos altos escalões da burocracia e da classe política, essa era uma proposta mais capciosa.

Antes que a reforma fosse votada, contudo, Temer esteve muito próximo de seguir o mesmo caminho de Dilma. No primeiro semestre de 2017, ele foi gravado na garagem do Palácio do Jaburu em uma reunião secreta com Joesley Batista, homem forte da megacorporação JBS que estava colaborando com a polícia; eles discutiam um pagamento para calar Cunha, que acabara de ser sentenciado e poderia denunciá-lo por envolvimento em uma série de esquemas de corrupção. A gravação foi transmitida em rede nacional pela Globo, causando alvoroço sem precedentes. Na mesma semana, um as-

[3] Trata-se do melhor retrato do atual Supremo.

essor de Temer foi mostrado recebendo uma mala contendo 500 mil reais de um emissário de Batista. Para que o Supremo Tribunal pudesse agir em relação às acusações imediatamente imputadas ao presidente pelo procurador-geral, dois terços da Câmara deveriam autorizar a abertura de processo. Sem o menor sinal de constrangimento, a maioria livrou Temer de qualquer investigação.

Dois meses depois, o procurador-geral enviou ao Supremo uma denúncia muito mais ampla contra Temer e seis outros líderes do PMDB, três dos quais já trancafiados — um dos quais capturado com o maior volume de dinheiro da história, 51 milhões de reais em espécie, em casa. Mais uma vez, a Câmara bloqueou qualquer ação. Em outubro de 2018, um ano depois da rejeição da denúncia, explodiu um terceiro grande escândalo: a Polícia Federal acusou Temer de envolvimento em um esquema de corrupção de longa data no porto de Santos. Naquela altura, paralisado politicamente após mais de um ano tentando se proteger, e mesmo tendo sobrevivido a todas essas revelações, Temer não tinha mais agenda de governo. O plano de estabilização convencional que acompanhou suas medidas neoliberais iniciais havia posto fim à recessão iniciada sob Dilma, mas a retomada era fraca — crescimento anêmico, padrão de vida achatado, 13 milhões de desempregados. Com a credibilidade de Temer abaixo de zero, seu partido escolheu o ministro da Fazenda que havia comandado a recuperação para concorrer à Presidência em 2018. Ele obteve 1% dos votos. No entanto, esse intervalo silencioso também havia aberto o caminho para o *obbligato* agudo que viria a seguir.

II.

Em meados de 2016, o governo do Partido dos Trabalhadores havia afundado sob o duplo fardo da deterioração econômica e da corrupção política. No fim de 2017, porém, o MDB havia caído ainda mais baixo nas pesquisas, pelas mesmas razões. Como o PSDB fazia parte da base de apoio a Temer e tinha membros proeminentes no governo, também não escaparia do mau cheiro — Aécio, seu presidente, também havia sido gravado exigindo uma grande propina da JBS e, assim como Temer, só havia se esquivado de um julgamento pelo STF porque contou com a proteção de um Congresso cheio de aliados. Nesse cenário de terra arrasada, Lula — apesar da sentença que lhe pesava, ainda em fase de recurso — continuou sendo, com folga, o político mais popular do país e, se nada fosse feito a respeito, o provável vencedor na eleição presidencial que se aproximava. Com uma velocidade nunca vista — o tempo médio para se julgar um recurso foi reduzido em 75% para afastar qualquer perigo —, o veredito que não apenas confirmou a sentença como a aumentou foi emitido em janeiro de 2018. Os advogados conseguiram adiar a prisão de Lula por pouco mais de dois

meses, período em que o ex-presidente concedeu um conjunto de três longas entrevistas depois publicadas em livro, *A verdade vencerá*. O título é enganoso, pois sugere uma possível refutação das acusações contra Lula — pouco mencionadas em um volume que acaba se revelando um autorretrato memorável, muitas vezes comovente, de um político com intuição excepcional e inteligência pragmática, que explica por que havia tanta resistência das elites brasileiras a seu retorno ao poder.

Como governante, o estilo operacional e o credo político de Lula eram um só. Tratava-se de um sindicalista que tinha aprendido no início dos anos 1980, como ele mesmo diz, “a não fazer pauta de reivindicação dizendo: ‘80% ou nada’. Porque a gente ficava sem nada”. Ao se tornar presidente de uma sociedade imensa e complexa, em 2003, Lula tinha consciência de que não podia “lidar com um país querendo que ele seja o que eu sou” (Silva, 2018, p. 85). Resulta daí que governar é negociar. Na oposição, era possível ter princípios. Quando, porém, se vence a eleição e não se tem maioria no Parlamento — algo de que nenhum presidente brasileiro desfrutou em anos —, “você tem que colocar os teus princípios na mesa para torná-los exequíveis” (Silva, 2018, p. 136). Isso significava lidar tanto com adversários como com aliados, que sempre queriam algo em troca — cargos, principalmente. Todos os predecessores tiveram de fazer o mesmo. O PMDB nem era o pior desses parceiros; vinte partidos intermediários menores, que poderiam se somar e formar uma maioria no Congresso, precisavam ser afagados. “Você faz acordo com quem está lá, no Congresso. E, se quem está lá é ladrão, mas tem voto, ou você vai ter coragem de pedir, ou vai perder” (Silva, 2018, p. 137). Dilma deveria ter feito um acordo com Cunha. Não havia alternativa viável.

Porém, negociação era uma coisa, conciliação, outra. Perguntado se não teria sido excessivamente conciliatório como presidente, Lula respondeu de forma enfática. “Eu sempre entendi que um governo de conciliação é quando você pode fazer mais e não quer fazer. Agora, quando você só pode fazer menos e acaba fazendo mais, é quase que o começo de uma revolução — e foi o que fizemos neste país” (Silva, 2018, p. 28). Lula cedeu apenas quando a situação exigiu. O PT detinha menos de um quinto dos assentos no Congresso. Se tivesse controlado o governo de 23 estados e a maioria da Assembleia Constituinte, como o PMDB em 1988, Lula teria concedido menos e realizado muito mais. Mesmo assim, “demos um padrão de vida para o povo que muitas revoluções armadas não conseguiram — e em apenas oito anos” (Silva, 2018, p. 144). Lula terminou seu segundo mandato com a popularidade nas alturas. Seu orgulho, no entanto, não foi ter sido um presidente popular. “Eu tenho mais orgulho é do fato de ter mudado a relação do Estado com a sociedade e do governo com a sociedade. O que eu quis como presidente foi fazer com que os mais pobres deste país se imaginassem no meu lugar. E isso foi conseguido” (Silva, 2018, p. 141).

É uma declaração impressionante. Sua amplidão de mente e de senso, além da sagacidade, emerge vívida nas entrevistas. Autocrítica não há. Lula elegeu o sucessor errado? Escolheu Dilma porque era dura e eficiente como chefe da Casa Civil, o que garantia ao presidente paz e tranquilidade no Palácio do Planalto. Lula sabia que Dilma era politicamente inexperiente, mas acreditava que ela acabaria aprendendo, por ter mais instrução que ele. Só depois percebeu que ela não gostava de política — ainda assim, a escolha não fora um equívoco. Uma possível suposição que ele não admite nas entrevistas é a de que, como novata, Dilma seria mais fácil de controlar que os quadros mais experientes do partido. Tampouco deixa transparecer, sintomaticamente, que o estratagema de obter apoio de mercenários no Congresso impôs, mais que limites à ação de Lula (o que ele admite), custos ao próprio partido, na medida em que a legenda se infectou com esse contato (o que ele não admite). Aplicado ao plano da política nacional, o modelo de negociação econômica trazido por Lula de sua origem sindical perdeu inocência e gerou ilusão. Acordos salariais não envolvem pagamento de propinas para empregadores. Além disso, onde o poder está em jogo, é improvável que os adversários apostem contra a banca.

Em um último e pungente diálogo ao fim das entrevistas, quando Lula disse que, se voltasse ao poder, faria mais — iria mais longe — e que seus oponentes sabiam disso, perguntaram-lhe se acreditava que um retorno ainda era possível àquela altura — Lula estava a um mês de começar a cumprir a pena de doze anos. Sua resposta foi melancólica: “Ah, eu quero voltar. Depende de Deus me deixar vivo, me dar saúde. E depende da compreensão dos membros do Poder Judiciário que vão votar, de se preocuparem em ler mesmo os processos para saberem a sacanagem que está sendo feita” (Silva, 2018, p. 143). Até o fim, Lula acreditou que seria possível chegar a um acordo que lhe permitisse concorrer à Presidência: foi isso que encerrou as negociações. Ele havia subestimado os inimigos, o que foi fatal. Estavam determinados a destruí-lo. Em abril de 2018, chegou ao Supremo um pedido final de *habeas corpus*, que teria permitido sua participação nas eleições. A Constituição brasileira afirma que nenhuma condenação criminal pode ser executada até que seja definitiva — ou seja, até que se tenham esgotado todas as instâncias de apelação —, e no caso de Lula ainda havia dois níveis de recurso possíveis. Um comandante do Exército alertou que lhe conceder *habeas corpus* ameaçaria a estabilidade do país, cuja defesa era dever das Forças Armadas. Depois disso, os juízes cumpriram, solertes, sua obrigação: derrubaram o princípio constitucional por seis votos contra cinco, barrando a candidatura de Lula.⁴

Com a arena desimpedida, o novo favorito à Presidência passou a ser o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, governador de São Paulo havia anos. Figura insossa e sem carisma, Alckmin perdera para Lula

[4] O sexto e decisivo voto veio de Rosa Weber, juíza indicada por Dilma. A ministra explicou que sua “convicção individual” deveria dar lugar à “razão institucional”: a caserna se fizera ouvir.

em 2006, mas estava menos comprometido com Temer que seus rivais no partido, além de contar com ampla aceitação do empresariado. O PT estava paralisado, incapaz de subir ao ringue por seguir insistindo, apesar da clara impossibilidade, em que Lula fosse candidato. Nas primeiras pesquisas de opinião, um nome inesperado liderava com modestos 15%: Jair Bolsonaro, deputado de atuação individualista, tão isolado que recebeu apenas 4 votos, de 513, quando disputou a Presidência da Câmara em 2017. Sua posição marginal no Congresso, porém, não era necessariamente uma desvantagem na disputa pela Presidência do país. Sem ter pertencido a nenhum dos principais partidos do Congresso — transitou entre sete menores — nem ocupado cargos no governo, Bolsonaro não podia ser responsabilizado por apuros econômicos nem por participar de velhos esquemas de corrupção, estando livre, portanto, para associar uma coisa à outra e culpar toda a classe política por ambas. No entanto, seus elogios à ditadura militar e aos torturadores a ela ligados, permeados por insultos generalizados, pareciam empecilhos tão evidentes que havia consenso de que, uma vez iniciada a campanha, Bolsonaro seria relegado ao grupo dos candidatos nanicos.

Alckmin, por outro lado, tinha apoio não apenas do PSDB mas de todo o chamado “centrão”, um atoleiro de partidos menores de que Lula reclamara; esse grupo lhe oferecia metade do tempo total de TV destinado à propaganda eleitoral gratuita — no passado, algo tido como um recurso valiosíssimo. Esperava-se que, com isso, Alckmin superasse Bolsonaro e os outros rivais com folga. Sete debates televisivos envolvendo todos os candidatos com representação mínima no Congresso estavam agendados para acontecer durante a campanha. Ao começarem, em agosto, desnudaram as fraquezas de Bolsonaro: mal preparado, pouco à vontade, ineficaz. Quanto mais exposto, mais precário se revelava. Na primeira semana de setembro, porém, esse perigo foi subitamente afastado. Esfaqueado por um homem com transtornos psiquiátricos durante um comício no interior e levado às pressas ao hospital para uma operação de emergência, Bolsonaro passou o resto da campanha eleitoral em segurança, acamado durante a recuperação e protegido não apenas de debates e entrevistas como da demolição que os marqueteiros de Alckmin haviam preparado para as inserções televisivas — a solidariedade por alguém que quase perdera a vida agora impossibilitava ações que pudessem soar deselegantes.

O PT, por sua vez, desperdiçara meses protestando à toa para que Lula continuasse candidato, o que impediu o partido de ter ao menos presença simbólica nos primeiros debates. Apenas cinco dias depois de Bolsonaro ter sido afastado dos debates é que o partido decidiu aceitar a realidade e apresentar um candidato apto a concorrer. A escolha foi ditada por Lula. Fernando Haddad havia sido, por seis anos,

ministro da Educação, cargo em que obteve amplo reconhecimento, tendo sido responsável por uma das maiores conquistas do governo petista: a expansão do sistema universitário e do acesso a ele pelos mais pobres. Jovem e afável, poderia ter sido um sucessor muito melhor e mais lógico do que Dilma. No entanto, começava em desvantagem: era de São Paulo, onde velhos e poderosos pesos-pesados do PT detinham muita influência e zelavam pela própria primazia; vinha de um campo do partido à esquerda do centrismo de Lula; e era um acadêmico — formado em filosofia e economia, lecionava ciência política — em meio a sindicalistas que desconfiavam de professores universitários.

Em 2012, porém, Haddad havia sido eleito prefeito de São Paulo. E logo se desentendeu com Dilma, que se recusou a ouvir seus apelos para elevar o preço dos combustíveis em vez de levá-lo a impor tarifas de ônibus mais altas na cidade, fato que desencadeou os protestos de 2013 — em viagem oficial a Paris quando as manifestações começaram, Haddad de início reagiu a elas com críticas e algum descaso. Ali começava a ruína de Dilma e terminavam as chances de Haddad se reeleger (Haddad, 2017, pp. 28-37).⁵ O então prefeito continuou sem nenhuma base significativa dentro do PT, cujos membros tinham motivos para desconfiar dele. Já em 2003, num artigo profético escrito quando o partido assumiu o poder, Haddad alertava que, em vez de livrar o Estado brasileiro daquele patrimonialismo antigo e profundamente enraizado, o PT corria o risco de ser capturado por ele. Não se trataria, então, ao contrário do que pensavam FHC e outros, de um cenário em que o capitalismo moderno faria uso dos arcaísmos de uma sociedade de origem escravista, mas do oposto: um sistema oligárquico arcaico que se apropriava do capitalismo moderno naquilo que lhe fosse de uso instrumental, preservando o padrão tradicional de poder ao saturar a autoridade pública com seus interesses privados (Haddad, 2003). Em 2018, em meio ao naufrágio patrimonial que havia arrastado o PT, a presciência e a honestidade do ex-prefeito se sobressaíam. Ciente de sua integridade e visão, Lula o impôs ao partido.

A campanha que se seguiu foi estranhamente assimétrica. Além de entrar tarde na disputa, Haddad sofria com as circunstâncias da nomeação. Faltando menos de um mês para o primeiro turno, ele precisava estabelecer um perfil nacional próprio, para rebater acusações de que seria um mero “poste” de Lula e, ao mesmo tempo, beneficiar-se ao máximo da popularidade e do prestígio que o ex-presidente ainda carregava. Logo ficou claro que ele e Bolsonaro se enfrentariam no segundo turno, mas não houve confrontação direta entre os dois. Haddad percorreu o país, dirigindo-se a multidões, enquanto Bolsonaro ficou em casa, twitando. A quinze dias do primeiro turno, ocupavam o mesmo patamar nas previsões para o segundo. Então, na reta final, Bolsonaro disparou, chegando a uma

[5] Ver relato detalhado e revelador das relações com Dilma quando Haddad era prefeito em Haddad (2017), pp. 28-37.

vantagem de 46% a 29%. Com uma diferença tão grande, o desfecho do segundo turno já estava definido. O *establishment* brasileiro se uniu em torno do futuro vencedor. Haddad lutou bravamente e chegou a diminuir a diferença pela metade. O resultado final, porém, não deixou dúvidas quanto à dimensão do triunfo de Bolsonaro. Venceu por 55% a 45%, sendo vitorioso em todos os estados e todas as grandes cidades do país, exceto no Tocantins, no Pará e no Nordeste, reduto do PT; em todas as classes sociais, salvo as mais baixas, com renda inferior a dois salários mínimos mensais; em todas as faixas etárias, exceto na coorte entre 18 e 24 anos; e cerca de metade dos votos entre as mulheres. Em todo o país, a direita comemorou nas ruas. Isso não quer dizer que tenha havido grande corrida às urnas. Ainda que o voto seja obrigatório no Brasil, cerca de um terço do eleitorado — 42 milhões de eleitores — optou por se abster, o maior índice em vinte anos (*O Globo*, 2018). O número de votos nulos foi 60% maior que em 2014. Alguns dias antes, uma pesquisa de opinião consultou os eleitores sobre seu estado de espírito: 72% responderam estar “desanimados”; 74%, “tristes”; e 81%, “inseguros” (Angiolillo, 2018).

Essa última resposta trazia, muito provavelmente, a chave para entender a avalanche de votos em favor de Bolsonaro. A partir de 2014, a recessão foi decisiva para esvaziar o apoio ao PT; e a corrupção, que pouco incomodou os pobres enquanto seus padrões de vida subiam, passou a incomodar quando o nível de vida caiu e uma coisa pôde ser ligada diretamente à outra, com o auxílio diário de animações televisivas que mostravam grandes tubulações de esgoto vertendo dinheiro — metáfora da Lava Jato para os recursos desviados de hospitais, escolas e creches. O substrato das reações populares a esse discurso, no entanto, era a insegurança física e existencial. Sabidamente, a violência cotidiana — tradicional no Nordeste feudal, moderna no Sudeste desde a chegada do tráfico de drogas — ceifa 60 mil vidas por ano, uma taxa de homicídios que excede a do México. A polícia é responsável por 10% dessas mortes. Menos de 10% dos assassinatos são elucidados, mais de 90% são cometidos com impunidade. Mesmo assim, as prisões estão apinhadas: são 720 mil encarcerados. Dois quintos dos condenados à prisão provisória aguardam julgamentos que podem levar dois, três ou mais anos para acontecer. Quase metade da população é branca; 70% dos assassinados e 70% dos presos, não. Com as drogas, vieram as facções criminosas, entre as mais poderosas do mundo. Em 2006, o Primeiro Comando da Capital (PCC) fez com que grandes áreas da cidade de São Paulo baixassem as portas durante um levante contra a polícia, organizado a partir das celas dos líderes. Com a disseminação das drogas, o crime de rua de tipo mais artesanal que organizacional também se alastrou. São poucas as famílias de classe média que nunca tiveram contato com alguma forma de violência ur-

bana. Ainda assim, estão mais bem protegidas: nas regiões onde os assaltos armados são ocorrências comuns, pobres roubam de pobres.

Nessa selva, a polícia é o mais implacável dos predadores. Dividida em um ramo militar e outro civil, numa proporção de cerca de três policiais para um, é uma força estadual, não federal. À sua margem, proliferam as “milícias” informais, compostas por ex-policiais que atuam como seguranças privados ou à custa do tráfico de drogas. A Polícia Federal — um grupo menor, com um décimo do efetivo da Polícia Militar à disposição dos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro — é destinada principalmente ao controle de fronteiras e de crimes do colarinho branco. A promoção na carreira depende do número de prisões feitas, com base em práticas policiais que mal diferenciam venda de consumo de drogas nem exigem testemunhas para a detenção em flagrante, de modo que se cria uma via rápida para a criminalização da pobreza, com jovens negros — para estes fins, pardos e pretos indistintamente — sendo presos e enviados a cadeias onde há duas vezes mais detentos que vagas. Como a miscigenação foi muito difundida ao longo da história brasileira, impossibilitando uma diferenciação de cor pela herança genética, o racismo no Brasil difere do padrão norte-americano, mas não é menos brutal. Quando combinado a uma urbanização muito acelerada, impulsionada tanto pela expulsão dos camponeses da terra como pela atração exercida pelas grandes cidades, criaram-se ambientes de enorme desigualdade com pouca ou nenhuma estrutura de recepção, tendo como efeito a transformação do conflito social em violência anômica. Para a juventude negra, o crime pode se tornar uma tentativa desesperada de reconhecimento, em que uma arma se torna passaporte para dignidade; alugado por algumas horas e apontado para a cabeça de um motorista ou transeunte, o revólver se torna um meio de forçar essas pessoas a voltar os olhos para — em vez de desviá-los de — aqueles que, de resto, são tratados como invisíveis. Sucessivos presidentes, convenientemente poupados da responsabilidade pela segurança pública, que continua sob a esfera dos governadores, tiveram pouco incentivo para mudar o que, na prática, representa uma justificativa para a inação. No máximo, podem declarar estado de emergência e enviar tropas para ocupar favelas, em um exercício temporário de relações-públicas que mal deixa vestígios para além de centenas de mortes.

Para as classes populares, a convivência e o relacionamento em um ambiente de violência cotidiana levaram a uma desintegração de normas tradicionais da vida cotidiana, familiar e sexual, insuflada não apenas pela disseminação das drogas, mas pela mídia — a televisão, acompanhando modelos norte-americanos, mandou pelos ares velhas restrições morais. As mulheres são as principais vítimas. O estupro é tão comum quanto o assassinato no Brasil: 60 mil são registrados

por ano, 164 por dia.⁶ Em meio a tudo isso, as ansiedades econômicas são naturalmente constantes e intensas — a insegurança em seu nível mais fundamental, por comida e abrigo. Em tais condições, o desejo desesperado por algum tipo de ordem foi sendo gradualmente atendido pela religiosidade pentecostal, cujas igrejas oferecem um arcabouço ontológico que busca dar sentido a vidas que correm à margem da existência. Sua marca registrada é uma teologia não da libertação, mas da “prosperidade” como meio de salvação terrena. Com trabalho duro, autodisciplina, comportamento correto e apoio comunitário, os fiéis podem melhorar a si mesmos — e pagar dívidas à organização pastoral que os ajuda. Geralmente, as igrejas neoprotestantes são ao mesmo tempo uma corporação financeira escusa, que transforma os ministros que compõem sua cúpula em milionários, e a única forma organizacional que conseguiu implantação efetiva em bairros pobres, aos quais nenhum partido secular chega. Em 2010, a congregação evangélica somava cerca de 42 milhões de brasileiros. As iniciativas pentecostais formavam uma potência no país: um quinto dos deputados no Congresso achava vantajoso declarar afiliação às igrejas. Passados quatro anos, porém, as condições para adesão tinham mudado. O sucesso da Teologia da Prosperidade coincidia com os anos de sucesso econômico do governo Lula, dando credibilidade àquele otimismo de ascensão material. Em 2018, a promessa de melhoria constante evaporara. Para muitos, tudo parecia estar desmoronando.

Em nenhum outro lugar essas tensões eram mais agudas e concentradas do que na segunda cidade do país. O Rio, com metade da população de São Paulo, tem uma taxa de homicídios duas vezes maior. Isso se deve, em boa medida, ao imenso controle exercido pela principal facção criminosa paulista, o PCC, na cidade. Em uma cidade erguida sobre um planalto, o PCC se encontra em posição privilegiada para desestimular, com a ajuda do armamento pesado que tem à disposição,⁷ pequenos crimes que complicariam a gestão ordenada e muito lucrativa do tráfico de drogas. A topografia do Rio — uma faixa costeira estreita e sinuosa, segmentada por montanhas cobertas de florestas que se projetam até as praias, com favelas encravadas nos interstícios, muitas das quais coladas em bairros ricos — dificulta o exercício desse poder centralizado. Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e outras facções rivais lutam ferozmente por domínio territorial sem se importar com baixas entre a população. Em meio a níveis crescentes de pobreza, um movimentado comércio de armas potencializa o caos aleatório causado por ataques individuais. No início de 2018, Temer enviou o Exército para abafar a violência — e ele lá permaneceu, como no passado, sem nenhum efeito duradouro. Nesse ambiente, o PT nunca conseguiu criar raízes, tampouco o PSDB ou qualquer outra configuração partidária estável. Os três últimos governadores do esta-

[6] O número de casos relatados dobrou nos últimos cinco anos, mas o único estudo sociológico real, realizado nas capitais do Nordeste, deixa claro que continua alto o nível de subnotificação (Cerqueira *et al.*, 2018, pp. 56-8 e seg.).

[7] Embora seu comando esteja em São Paulo e no Sudeste, o PCC tem ampla presença no Nordeste e em alguns estados fronteiriços na Amazônia; para dados acerca de seu crescimento e topografia, ver Manso e Dias (2018, *passim*).

do estão presos ou sob custódia por corrupção. A instância que de fato conseguiu se estabelecer politicamente, e o fez com um controle mais rígido que em qualquer outra grande cidade, foram as igrejas evangélicas. Cunha, por muito tempo o principal político do Rio, atuou como pastor leigo na Assembleia de Deus. O prefeito atual é pastor da rival Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho de seu *capo*, Edir Macedo, a (tonificada) contraparte brasileira ao Reverendo Moon.

Bolsonaro foi gestado nessa placa de Petri. Nascido no interior de São Paulo, em 1955, formou-se profissionalmente no estado do Rio de Janeiro, onde, aos 18 anos, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, no sul do estado, e se preparou para ser paraquedista. Era a época da ditadura. Dez anos depois, chegou ao posto de capitão e, em 1986, publicou um artigo reclamando dos baixos salários do Exército. Foi preso por indisciplina. Ao ser solto, planejou uma série de pequenas explosões em vários quartéis para demonstrar o descontentamento dominante na tropa com as condições materiais. Provavelmente por gozar de certa proteção de oficiais superiores, simpáticos a seus objetivos, quando não a seus métodos, uma investigação entendeu que as evidências contra Bolsonaro — embora incluíssem mapas de próprio punho — eram inconclusivas. Ele foi forçado a se aposentar, porém, e com apenas 33 anos de idade. Entretanto, não parou: foi eleito vereador no Rio cinco meses depois. Passados dois anos, saltou para o Congresso, empurrado pelos votos da Vila Militar, uma área no oeste da cidade, construída para soldados e suas famílias, que abriga a maior concentração de militares da América Latina, e também por eleitores do entorno da academia militar onde ele fora cadete.

Em Brasília, Bolsonaro logo passou a clamar por um regime de exceção e pelo fechamento temporário do Congresso. Um ano depois — isso foi em 1994 — declarou que preferiria “sobreviver no regime militar a morrer nesta democracia”. Nas duas décadas seguintes, sua carreira parlamentar consistiu basicamente em discursos que exaltavam a ditadura e as Forças Armadas; pediam pena de morte, diminuição da maioria penal e acesso mais fácil a armas; e atacavam esquerdistas, homossexuais e outros inimigos da sociedade. Reeleito seis vezes, manteve sua base eleitoral nos quartéis, praticamente no mesmo nível — cerca de 100 mil votos —, até 2014, quando ela subitamente quadruplicou. O salto, pouco notado na época, era mais que simples efeito geral da crise econômica, embora claramente amplificado por ela. O antipetismo já há muito representava uma forte influência na cultura política brasileira:⁸ servia de contraponto da classe média à ascensão do partido de Lula e se intensificara conforme a mídia — sobretudo a *Veja*, principal revista semanal do país — incitava revolta contra a corrupção a fim de impulsionar as campanhas presidenciais do PSDB. Contudo, ninguém conseguia competir com a

[8] Ver o importante estudo de Samuels e Zucco Jr. (2018), que enfatiza os níveis consistentes de antipetismo no país, anteriores à chegada do partido ao poder e pouco afetados pelas taxas de crescimento durante o governo Lula ou mesmo — na visão deles — pelos marcadores de classe, e motivados essencialmente por uma antipatia conservadora a qualquer mudança política ou social muito brusca.

virulência de Bolsonaro. Além disso, ele tinha aprendido algo com os protestos de rua de 2013 que escapara ao PSDB: os jovens ativistas de uma nova direita paulista — muito à frente das gerações anteriores e da classe política em geral — haviam sido pioneiros no uso das mídias sociais para mobilizar milhares de pessoas em imensas manifestações contra o governo. Eram neoliberais radicais, o que Bolsonaro não era, e havia pouco contato entre esses dois campos. O ex-capitão, porém, soube entender o que aqueles jovens tinham alcançado e estabeleceu sua própria operação pessoal no Rio, antes de qualquer concorrente. No fim de 2017, já deixava os oponentes muito para trás, com 7 milhões de seguidores no Facebook, duas vezes mais que o principal jornal do país (Dieguez, 2016).⁹

O sucesso da imagem projetada nas redes sociais não refletia apenas a violência dos pronunciamentos de Bolsonaro. A imagem passada pela imprensa no exterior, de um fanatismo feroz e incansável, é enganosa. A personalidade pública é mais ambígua. Tosca e violenta, certamente, mas também com um lado juvenil e jocoso, capaz de um humor grosseiro e até autodepreciativo, muito distante da atitude carrancuda de Trump, com quem agora é frequentemente comparado.¹⁰ Sua criação foi menos sofrida e pobre que a de Lula, mas bastante plebeia para os padrões da elite brasileira. O pai era dentista — sem diploma — e exercia o ofício pulando de uma cidadezinha a outra. Agora já bem de vida (tem cinco propriedades, obtidas sabe-se lá como), adquiriu naturalmente certo apelo ao homem comum. Seu carisma é de um tipo que reverbera principalmente entre os jovens, tanto os de classe mais popular quanto os mais instruídos.

Casado três vezes, Bolsonaro teve três filhos com a primeira esposa, um com a segunda e uma filha (“dei uma fraquejada”, ele gosta de brincar) com a terceira, fiel de um ramo da Assembleia de Deus cujo líder tele-evangelista, Silas Malafaia, terceiro pastor mais rico do Brasil (fortuna estimada em 150 milhões de dólares), celebrou o casamento dos dois. Após o pastor ter sido investigado pela Polícia Federal, a esposa passou a frequentar a igreja batista Atitude, perto do condomínio onde moram. Embora originalmente católico, Bolsonaro adquiriu ótimas credenciais evangélicas ao viajar com um pastor para ser batizado em Israel. A família é sua fortaleza política. Ao contrário dos Trump, os três filhos mais velhos de Bolsonaro construíram carreiras políticas bem-sucedidas: um se elegeu senador pelo Rio, outro é o deputado federal mais votado da história de São Paulo, um terceiro, vereador carioca. Costumam ser vistos como uma mistura de conselheiros e guarda-costas, e estão sempre perto do pai, enquanto a esposa, Michelle, é a guardiã que o protege do mundo exterior.

Por muito tempo solitário e sem muitos amigos no Congresso, Bolsonaro compreendeu que precisava de aliados para chegar à Pre-

[9] Devemos a Consuelo Dieguez o melhor perfil de Bolsonaro como pré-candidato à Presidência.

[10] “Gargalha [...] num misto de leão de chácara do submundo e bufão”, na frase lapidária de Marcus Giraldes (2018a), cuja análise do apelo popular de Bolsonaro, escrita antes da vitória no segundo turno, continua essencial.

sidência, e mostrou habilidade para atraí-los. Para companheiro de chapa, escolheu um general de quatro estrelas, Hamilton Mourão, que acabara de se aposentar após ter falado demais — atacou abertamente o governo Dilma, declarou que, se o Judiciário não conseguisse restaurar a ordem no Brasil, os militares deveriam intervir e ainda lançou no ar a ideia de um presidente em exercício cometer “autogolpe”, se necessário. Em outros apartes, observou que o país precisava melhorar sua linhagem, pois os índios eram indolentes, os negros, malandros, e os portugueses, afeitos a privilégios. Dado que os militares sempre compuseram a base política primária de Bolsonaro, a escolha de Mourão era lógica e foi bem recebida pelo Exército. Contudo, Bolsonaro também precisava tranquilizar os empresários, que desconfiavam dele por ser não apenas uma incógnita, mas também um parlamentar com histórico “estatista”, opositor de privatizações e avesso a investimentos estrangeiros. Assim, com um sorriso de franqueza cativante, confessou-se ignorante em economia, embora capaz de aprender com quem conhecesse o assunto, e não precisou ir muito longe para encontrar um mentor econômico.

Paulo Guedes se formou em Chicago, lecionou no Chile sob Pinochet e voltou ao Rio para se tornar um financista de sucesso.¹¹ Os colegas economistas não o tinham em alta conta, e sua atuação acadêmica no Brasil não chegou a chamar atenção, mas Guedes cofundou o maior banco de investimentos do país, BTG Pactual, e com ele fez fortuna. Depois, partiu para outros empreendimentos, muito antes de o negócio inicial ser enquadrado pelas investigações da Lava Jato. Um neoliberal puro-sangue, cujos principais remédios para os males econômicos do Brasil são a privatização de todas as empresas e ativos estatais para pagar a dívida pública e a desregulamentação de todas as transações possíveis. Com promessas como essas — mesmo que de execução encarada com desconfiança por alguns céticos —, o grande capital tinha pouco a reclamar. Os mercados financeiros estavam sob controle. Com segurança e economia bem atendidas, sobrava a corrupção. A caminho da vitória, Bolsonaro despachou Guedes para conversar com Moro depois do primeiro turno das eleições e trazê-lo a bordo. Não precisou investir em muita persuasão: poucos dias após o segundo turno, Bolsonaro anunciou que o juiz-troféu havia aceitado seu convite para se tornar ministro da Justiça no novo governo. Os magistrados da operação *Mani Pulite*, com a intenção de sanear o sistema político italiano, aniquilaram os partidos governantes da Primeira República e se horrorizaram ao descobrir, em seguida, que haviam aberto caminho para Berlusconi. No Brasil, o juiz-estrela da Lava Jato, depois de realizar praticamente o mesmo feito, ficou feliz em se juntar a alguém igualmente torpe.

Empossado em janeiro, o novo regime marca uma ruptura mais radical com a era do PT do que os operadores da queda de Dilma — cujos

[11] Para um retrato contundente de Guedes, ver Gaspar (2018).

partidos foram dizimados nas urnas — jamais poderiam imaginar. Central para sua composição é o retorno das Forças Armadas ao centro das atenções políticas, trinta anos após o fim da ditadura militar. Nenhum ajuste institucional foi necessário. Nos anos 1980, a democracia brasileira não foi arrancada dos generais via revolta popular, mas devolvida ao Parlamento quando eles consideraram cumprida sua missão — erradicar qualquer ameaça à ordem social. Não houve acerto de contas com conspiradores e torturadores do período entre 1964 e 1985. Além de receberem imunidade judicial, que os absolveu de qualquer ato que tenham cometido, ainda assistiram à sanção constitucional da derrubada que haviam promovido da Segunda República, o que resultou no reconhecimento legal de seus governantes como presidentes legítimos do Brasil e na aceitação de leis por eles aprovadas como uma continuidade jurídica normal do período anterior. Em todos os casos, as tiranias sul-americanas dos anos 1960 e 1970 fizeram da anistia a seus crimes uma condição necessária para que voltassem aos quartéis. Uma vez consolidada a democracia, essas anistias foram total ou parcialmente anuladas nesses demais países. A exceção foi o Brasil. Em todos os outros países, num prazo de um a cinco anos, uma comissão da verdade foi criada para examinar o passado. No Brasil, foram necessários 26 anos, e nenhuma ação foi tomada contra os perpetradores por ela citados.¹² De fato, em 2010, o Supremo declarou que a lei de anistia era um “alicerce da democracia brasileira”. Oito anos depois, em um discurso comemorativo do trigésimo aniversário da Constituição promulgada após a saída de cena dos generais, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli — ex-menino de recados legais do PT e indiscutivelmente a figura mais desprezível do cenário político atual, em que pese a concorrência —, abençoou formalmente a tomada à força do poder, dizendo à plateia: “Hoje não me refiro nem mais a golpe nem a revolução. Eu me refiro a movimento de 1964”.

Em 2018, o Exército declarou seu voto logo no início do ano. Em abril, o comandante do Exército, general Villas Bôas, alertou contra a concessão de *habeas corpus* a Lula, em nome do que, como ele explicou mais tarde, seria o valor mais caro às Forças Armadas: a estabilidade do país. Depois, com Bolsonaro eleito, o militar saudou a vitória do novo presidente como um grande alívio para a nação e, ao se aposentar em janeiro, agradeceu Bolsonaro por libertar o país “da amarra ideológica que sequestrou o livre pensar”. Discutir 1964 hoje era ridículo, afirmou o general, e a Comissão da Verdade prestara um desserviço ao país. Questões de segurança pública também eram questões de segurança nacional. Villas Bôas participara de uma das intervenções militares periódicas para restaurar a ordem nas favelas do Rio e vira quão inúteis a incompetência civil as havia tornado. Nesse sentido, lembravam a intervenção das Forças Armadas brasileiras no Haiti em

[12] Para mais detalhes, ver Pereira (2018), pp. 152-71.

2004, que havia sido curta demais, segundo o general. O caos voltou tão logo as tropas partiram (Gielow, 2018; Bilenky; Uribe; Valente, 2019). A lição não passou despercebida a Bolsonaro, cuja primeira nomeação-chave foi a do general Augusto Heleno, comandante das forças brasileiras enviadas ao Haiti — por Lula, vergonhosamente, para agradar a Washington — a fim de assegurar a derrubada de Aristide. Nomeado ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Heleno atua no Palácio do Planalto. Outro general, Floriano Peixoto, também veterano do Haiti, é secretário-geral da Presidência, uma espécie de chefe de gabinete. Um terceiro, Santos Cruz, igualmente atuante do Haiti, foi encarregado das relações com o Congresso; dois outros oficiais foram destacados para os ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia. Heleno, o mais poderoso do grupo, não fez segredo de suas convicções, expressas na sentença: “Direitos humanos são para humanos direitos” — e para mais ninguém. Em seu primeiro pronunciamento no governo, comparou armas a carros, como algo que todo cidadão tem o direito de possuir.

A ala econômica do governo, fonte de maior preocupação para os mercados financeiros, é mais frágil. Guedes formou uma equipe principalmente com neoliberais radicais — recebida com entusiasmo pelos empresários — para incrementar o processo de desregulamentação iniciado por Temer. A prioridade é o desmantelamento do atual sistema previdenciário. Indefensável sob qualquer ponto de vista que leve em conta a justiça social, o sistema absorve um terço das receitas tributárias e destina mais de metade dos pagamentos de benefícios — que começam aos 55 anos de idade, na média, para os homens — aos 20% mais ricos (juizes, autoridades e burocratas de alto escalão) e menos de 3% aos mais pobres.¹³ É claro, porém, que a desigualdade não é o que move os esquemas-padrão de reforma previdenciária, cuja prioridade no Brasil, como em outros lugares, é não a correção desse desequilíbrio, mas a redução do peso das aposentadorias no orçamento, enquanto outros cortes de gastos públicos esperam na fila. As privatizações — a outra peça de resistência do programa de Guedes — são anunciadas como o caminho para fazer a conta fechar. Uma centena de ativos estatais variados — o filé-mignon está na infraestrutura: estradas, portos, aeroportos — foram listados para venda ou fechamento sob a direção de um engenheiro militar, mais um veterano do Haiti; obviamente, também em nome da eficiência e do melhor serviço. Como nos tempos de FHC, os negócios mais lucrativos acabarão nas mãos de investidores estrangeiros. A reação entusiasmada do *Financial Times* ao pacote econômico anunciado é compreensível. Por que se preocupar com algumas gafes políticas? “López Obrador ameaça mais a democracia liberal que Bolsonaro”, decretou o editor da seção latino-americana do jornal (Rathbone, 2018).

[13] Ver a Tabela 2 em Siqueira e Nogueira (2014) e o Gráfico 3 em Secretaria de Acompanhamento Econômico (2017), trabalho que precisaria ser muito mais conhecido no país do que é.

Uma revisão “austeritária” da economia exige, naturalmente, aprovação do Congresso. É onde comentaristas preveem certa resistência, dada a dependência de muitos parlamentares em relação à alocação de fundos federais para suas regiões de origem, algo que o controle anunciado reduziria. As privatizações também são consideradas em tal desacordo com o nacionalismo estatista dos militares brasileiros — como deputado, o próprio Bolsonaro se opunha veementemente a elas — que, na prática, o processo provavelmente acabará diluído. Tanto num caso como no outro, justifica-se o ceticismo. Nos governos do PT, a legislatura constituiu uma barreira fundamental às intenções do Executivo, limitando o que podia ser feito e comprometendo-o com o que de fato era realizado, com resultados bem conhecidos. Foi a consequência previsível das tensões que emergem quando se tem no comando de um dos poderes um partido radical e no de outro uma salada mista de partidos conservadores. Quando não houve esse tipo de queda de braço entre o presidente e o Congresso, como no governo de centro-direita de FHC, o Poder Executivo raramente saía frustrado — as privatizações, por exemplo, aconteceram de vento em popa. Bolsonaro promete um tipo de neoliberalismo consideravelmente mais drástico, mas a cobrança popular por mudanças é muito maior, e a oposição a esse projeto, no Congresso, bem mais fraca.

Lá, seu obscuro Partido Social Liberal (PSL), um amontoado de interesses difusos reunidos às vésperas da eleição, será a maior força da Câmara, principalmente depois de preenchido até a tampa com as deserções vindas do atoleiro de legendas menores — e venais. Os outrora poderosos PSDB e MDB, com a representação no Congresso reduzida pela metade, não passam de meras sombras do passado. A derrocada do PSDB e de seu patriarca foi especialmente notável. Depois de fracassar em persuadir um anódino apresentador de TV a concorrer à Presidência, FHC viu o candidato de seu partido ficar com menos de 5% dos votos e se recusou a apoiar Haddad contra Bolsonaro no segundo turno, ignorando apelos aflitos de amigos no Brasil e no exterior com um petulante “vá para o inferno”.¹⁴ Acabou por entregar o PSDB de São Paulo e, em breve, o nacional para João Doria, outro misto de apresentador de TV e empresário, ex-apresentador da edição brasileira de *O Aprendiz*, de Trump. Essa figura reptiliana tentou colar sua imagem à de Bolsonaro, anunciando, descaradamente, uma chapa “Bolsodoria”: justiça poética. No Congresso, as adesões devem continuar em ritmo acelerado, com a aproximação de deputados que, por medo ou ganância, se apresentam dispostos a garantir, ao menos no início, as maiorias de que o Executivo precisa. Quanto à resistência fardada à privatização ou a aquisições estrangeiras, Castello Branco, primeiro general a governar o país depois da tomada do poder pelos militares em 1964, não era avesso a essas iniciativas. Seu ministro do Plane-

[14] “Ah, vá para o inferno. Não preciso ser coagido moralmente por ninguém” (*apud* Venceslau, 2018).

jamento, depois embaixador do Brasil em Londres, foi um célebre defensor do livre-mercado e do capital estrangeiro: Roberto Campos. Bolsonaro nomeou o neto de Campos para a presidência do Banco Central. Acreditar que a venda de bens públicos seria uma barreira entre Bolsonaro e seus pretorianos pode se revelar otimismo excessivo.

O verdadeiro risco de atritos dentro do novo regime recai em outro lugar: nas ações ainda por vir da Lava Jato. Assim como o anterior, o novo Congresso está repleto de agenciadores de subornos, distribuidores de propinas, detentores de fortunas de origem mal explicada, vidas inteiras de corrupção desbragada. Não são poucos os que usaram o Parlamento como refúgio por já estarem na mira da polícia e que se elegeram simplesmente para obter imunidade: destaca-se entre esses o nome de Aécio Neves, contra quem se acumulam múltiplas acusações. Tampouco Bolsonaro e sua família estão livres de problemas. Após as eleições, investigadores descobriram não só transações suspeitas nas contas de seu filho Flávio como, pior ainda, conexões que o ligam a um ex-capitão da Polícia Militar do Rio de Janeiro: um bandido foragido, com histórico de duas detenções sob acusação de homicídio e envolvimento com milícias, que pode estar implicado no assassinato da vereadora e ativista negra Marielle Franco, em março de 2018, crime de repercussão internacional. Será que Moro, como ministro da Justiça, passará uma esponja sobre delitos que, em sua época de magistrado, lhe garantiram a fama de implacável? Ele já explicou que as Dez Medidas contra a Corrupção, em que tanto insistira durante anos e que deveriam ser aprovadas se o país quisesse ser passado a limpo, precisavam ser “repensadas”: nem todas continuam tão importantes. Entretanto, desativar a dinâmica da Lava Jato por completo destruiria a imagem do ex-juiz. Se o Congresso tentasse aprovar uma anistia geral para casos de corrupção — movimento já tramado no governo Temer —, estaria armado o palco para um intenso conflito entre poderes. O mesmo aconteceria se, inversamente, Moro pressionasse o Supremo a suspender o foro privilegiado de um grande número de deputados. É nessa frente que o potencial de combustão é mais real.

Acima desses segmentos do regime, paira o círculo composto pelo próprio Bolsonaro, por seus filhos e seus assessores imediatos. A chegada desse grupo ao ápice do Estado marca uma mudança significativa na geografia do poder no país. Pouco depois de Getúlio Vargas se suicidar no Palácio do Catete, em 1954, o Rio — capital brasileira por cerca de duzentos anos — perdeu a posição de centro político nacional. A construção de Brasília começou em 1957 e foi concluída em 1960. A partir de então, os presidentes vieram de São Paulo (Jânio, FHC, Lula), do Rio Grande do Sul (Jango, Dilma), de Minas Gerais (Itamar) ou do Nordeste (Sarney, Collor). Rebaixado

politicamente, o Rio decaiu — alguns diriam apodreceu — econômica, social e fisicamente.¹⁵ Nem PT nem PSDB conseguiram se firmar na cidade, que por muito tempo se manteve como terra de ninguém em termos ideológicos e com pouca influência na política nacional. O quadro começou a mudar com a ascensão parlamentar de Cunha, o arquétipo do carioca, que trazia no bolso um bando de deputados a seu dispor. O novo regime consumava a virada. Após seis décadas em posição marginal, o poder voltava para o Rio. Os ocupantes dos três cargos mais importantes do governo construíram a carreira no estado — Bolsonaro na Presidência, Guedes no Ministério da Fazenda e o rotundo articulador Rodrigo Maia na Presidência da Câmara, no lugar de Cunha. No gabinete ministerial, que pela primeira vez na história da república não exibe um único nome do Nordeste ou do Norte do país, os ministros vêm de apenas 6 dos 26 estados do Brasil, sendo o maior contingente — um quarto — oriundo do Rio. É uma mudança de sinal.

Como, então, classificar Bolsonaro? É comum a opinião, entre a esquerda brasileira e a imprensa liberal europeia, de que sua ascensão representa uma versão contemporânea de fascismo. O mesmo, claro, vale para a descrição-padrão de Trump nos círculos liberais e esquerdistas nos Estados Unidos e no Atlântico Norte, ainda que geralmente acompanhada de reservas — “muito parecido”, “lembra”, “semelhante” — deixando claro que a afirmação não passa de crítica preguiçosa.¹⁶ O rótulo tampouco é plausível no Brasil. O fascismo foi uma reação ao perigo da revolução social em um momento de desemprego ou depressão econômica. Mobilizou quadros dedicados, organizou movimentos de massa e estava vinculado a uma ideologia definida. O Brasil teve sua versão na década de 1930, com os integralistas ou camisas-verdes, que, no auge, ultrapassaram a marca de 1 milhão de membros. Contavam com um líder articulado, Plínio Salgado, cobertura na imprensa, um programa de publicações e um conjunto de organizações culturais, tendo chegado perto de tomar o poder em 1938, após o fracasso do levante comunista de 1935. Não existe nada remotamente comparável no Brasil hoje, seja em termos de uma ameaça esquerdista à ordem estabelecida, seja na forma de um movimento direitista organizado e de massas. Em 1964, ainda havia um partido comunista forte, com influência dentro das Forças Armadas; um movimento sindical militante; e crescente inquietação no campo, tudo sob o comando de um presidente fraco que pedia reformas radicais. Foi o suficiente para provocar não o fascismo, mas uma ditadura militar convencional. Em 2018, o partido comunista de antigamente desaparecera há tempos, sindicatos combativos haviam se tornado coisa do passado e a classe pobre se encontrava passiva e dispersa, enquanto o PT se revelara um partido moderadamente reformista, com anos e anos de boas relações

[15] Até a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, a Presidência, sob a oligarquia civil da Velha República, se alternava a maior parte do tempo entre São Paulo e Minas, na então chamada república do café com leite — as exceções vinham do Rio e da Paraíba.

[16] Para uma demolição completa do rótulo, e da literatura em torno dele, ver Riley (2018), pp. 5-31.

com o grande capital. Soltando fogo pelas ventas, Bolsonaro conseguiu ganhar uma eleição. Não há, porém, praticamente nenhuma infraestrutura organizacional abaixo dele. Tampouco existe necessidade de repressão em massa: já não há massa opositora a ser reprimida.

Bolsonaro seria mais bem categorizado como populista? O termo, usado atualmente pela mídia bem-pensante para descrever toda sorte de vilão, foi tão inflado que perdeu utilidade. Sem dúvida, a atitude de valoroso inimigo do *establishment*, somada ao estilo rústico, de homem do povo, pertence ao repertório do que geralmente se entende como populismo. Bolsonaro se espelha no presidente dos Estados Unidos, mas consegue superá-lo ao se enrolar na bandeira nacional e vomitar *tweets* sem parar — 70% a mais que Trump em sua primeira semana no cargo. Bolsonaro, no entanto, não se encaixa no padrão da galeria dos populistas de direita atuais em ao menos dois aspectos. A imigração não é uma questão de debate no Brasil, onde apenas 1,8 milhão de pessoas, de uma população de 204 milhões, são nascidas no exterior (Arantes, 2015) — 0,9%, contra 14% nos Estados Unidos e no Reino Unido, e 15% na Alemanha. O racismo, claro, é uma questão a respeito da qual Bolsonaro, assim como Trump, já fez declarações dissimuladas, além de ter incentivado práticas policiais violentas contra negros. Ao contrário de Trump, porém, ele conquistou um grande eleitorado preto e pardo nas urnas, e é improvável que arrisque essa posição por algo análogo à retórica xenofóbica vigente no Atlântico Norte. Um terço de seu partido no Parlamento, aliás, não é branco — uma porcentagem maior que a do muito alardeado contingente democrata e progressista recém-eleito para a 116ª legislatura do Congresso dos Estados Unidos.

Uma segunda diferença importante está no caráter do nacionalismo de Bolsonaro. O Brasil não é um país ameaçado por perda de soberania, como a União Europeia, nem pelo declínio de um império, como os Estados Unidos ou o Reino Unido, e esses são os dois principais vetores do populismo de direita no hemisfério norte. Quando bate no peito para afirmar o patriotismo, Bolsonaro está sendo apenas teatral. Assim, hoje, ele não é inimigo do capital estrangeiro. Seu nacionalismo, hiperbólico na expressão, assume a forma de virulentas imagens de antissocialismo, antifeminismo e homofobia, por ele representadas como excrescências estranhas à alma brasileira. Com o livre-mercado, porém, não há discordâncias. É um nacionalismo pautado pelo paradoxo do populismo entreguista: totalmente disposto, ao menos em princípio, a entregar ativos nacionais a bancos e corporações globais.

A comparação com Trump, o mais próximo análogo político de Bolsonaro, revela um conjunto diferente de pontos fortes e fracos. Pessoalmente, embora tenha um histórico de vida muito mais humilde, o brasileiro é menos analfabeto. A educação recebida na academia

militar lhe possibilitou isso: livros não lhe são um completo mistério. Ciente de algumas de suas limitações, não compartilha com Trump o mesmo grau de egomania. A autoconfiança arrogante do norte-americano vem não apenas de um histórico familiar privilegiado mas também de uma longa e bem-sucedida carreira na especulação imobiliária e no *show business*. Bolsonaro, que nunca administrou nada na vida, carece dessa estrutura existencial. É muito menos seguro. Dado, como Trump, a todo tipo de explosão intempestiva, recua rapidamente, ao contrário de Trump, se as reações se revelarem muito negativas. As primeiras semanas de seu governo exibiram uma cacofonia de declarações conflitantes, retratações e negações.

Não é apenas por personalidade, mas também por circunstância que o brasileiro se apresenta mais frágil. Tanto ele quanto Trump foram catapultados ao poder praticamente da noite para o dia, contra todas as expectativas. Trump assumiu a Presidência com uma porcentagem muito menor de votos válidos (46%) que Bolsonaro (55%). Porém, os partidários do primeiro são ideologicamente fervorosos e o aprovam sem restrições, ao passo que o apoio a Bolsonaro, ainda que mais amplo, é também mais superficial, como mostram pesquisas pós-eleitorais que indicam rejeição a várias de suas propostas. Trump, além disso, chegou ao poder assumindo controle de um dos dois maiores partidos do país, com uma história que remonta a dois séculos, enquanto Bolsonaro ganhou virtualmente por conta própria, sem qualquer apoio institucional ao chegar às urnas. Em contrapartida, uma vez eleito, ele não governará — porque não pode — sem levar em conta as instituições a seu redor, como Trump tentou fazer. Isso não significa que será menos violento, dado que no Brasil muitas dessas instituições são mais autoritárias que nos Estados Unidos. Os povos indígenas da Amazônia são uma vítima certa: diferentemente dos negros, os índios formam um contingente negligenciável nas urnas e serão os primeiros a sofrer, à medida que pecuaristas devastarem seu *habitat*. Da mesma forma, é fácil imaginar — especialmente se a economia não se recuperar e Bolsonaro precisar desviar a atenção do tema — que o governo reprima violentamente protestos estudantis; prenda militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou de seu equivalente urbano, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), jogando essas organizações na ilegalidade; desmantele greves, quando necessário. À parte a violência no campo, porém, essa repressão provavelmente irá se dar no varejo, não no atacado. Mais que isso, no momento, seria exagerar na dose.

Onde isso deixa o PT? Longe de prosperar, mas sobrevivendo, por enquanto. Com 10% dos votos e 11% dos assentos na Câmara dos Deputados, escapou do atropelamento sofrido por PSDB e MDB. Com Lula na cadeia, o que será feito do partido? Aqui, as opiniões se dividem.

Para Singer, a realidade central dos governos do PT foi, como deixam claro os títulos de seus dois livros, o lulismo — a pessoa ofuscando o partido. Para o principal americanista a estudar o Brasil contemporâneo, David Samuels, trata-se do inverso: o fenômeno mais profundo e duradouro foi o petismo — o partido, e não a pessoa. Lula, diz Samuels, não foi um líder carismático da mesma espécie de Vargas ou de seus herdeiros gaúchos, Goulart ou Brizola, políticos sem raízes em partidos. Lula tampouco seria um populista, à diferença dessas figuras. Financeiramente ortodoxo, respeitoso das instituições democráticas, o ex-presidente não criou, segundo Samuels, um sistema político em torno de si nem cedeu à retórica maniqueísta do “eles” contra “nós”. Assim, o próprio lulismo nunca passou de um “leve apego psicológico”, comparado à força organizacional do PT e sua sólida presença na sociedade civil. Singer teria errado tanto ao exagerar a importância de Lula como ao atribuir aos pobres uma perspectiva em geral conservadora, compensada por um investimento pontual em Lula. Em 2014, Samuels e seu colega brasileiro Cesar Zucco puderam escrever: “Olhando para nossa bola de cristal, vemos o PT como o ponto fulcral do sistema partidário do Brasil. Sem ele, será difícil governar”.¹⁷

[17] Em Samuels e Zucco Jr. (2014, pp. 131-3 e 153-4), o lulismo é contrastado ao peronismo. Para o ponto de vista divergente do de Singer, ver: *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans*, op. cit., pp. 34, 167.

As previsões de Singer se revelaram mais acertadas. Os acontecimentos mostraram que o cientista político entendera com exatidão a mentalidade dos despossuídos, o medo que sentiam da desordem e o desejo agudo que nutriam por estabilidade. Ao chamar a atenção para os precedentes de Jânio Quadros e Collor, muitas páginas de *Os sentidos do lulismo* mostram-se clarividentes, parecendo descrever o cenário do triunfo de Bolsonaro em regiões populares do Brasil, seis anos depois. O que isso significou para o relacionamento entre o PT e seu líder desde então? Às vésperas da prisão de Lula, um entrevistador comentou com ele: “Há quem diga que o problema no Brasil é que nunca houve uma guerra, uma ruptura”. Ao que ele respondeu: “Eu acho. É engraçado porque toda vez que a sociedade brasileira esteve a ponto de uma ruptura, houve um acordo. E um acordo feito por cima. Quem está por cima não quer sair” (Silva, 2018, p. 143). A resposta é reveladora, mas exclui a possibilidade de aqueles que estão por cima quererem a ruptura — vinda da direita, não da esquerda.¹⁸ Entretanto, foi exatamente isso que atingiu o PT em 2016-18, algo que o partido ainda não entendeu. No poder, o governo beneficiou os pobres enquanto o vento esteve a favor, mas não os educou nem os mobilizou. Os adversários não apenas se mobilizaram como também se educaram segundo os mais recentes padrões pós-modernos. O resultado foi uma guerra de classes unilateral, em que apenas um dos campos poderia vencer. As grandes manifestações que terminaram por derrubar Dilma resultaram de uma galvanização da classe média inédita na história do Brasil; possibilitada por um amplo domínio das redes sociais, foi transmitida

[18] “O lulismo não preparara sua base para a contrarrevolução, pois isso implicaria abrir um confronto que estava fora de sua receita conciliatória” (Singer, 2018, p. 279).

a Bolsonaro diretamente pela juventude e refletiu uma transformação do país com características de revolução social. Entre 2014 e 2018, apesar da recessão, o número de *smartphones* superou o de habitantes,¹⁹ e o uso que foi feito desses dispositivos ofuscaria com folga ações políticas similares na Europa ou nos Estados Unidos.

Esta não foi, naturalmente, a única realidade fatal e incontornável a escapar à compreensão do PT. No poder, o partido rejeitou a mobilização — Lula foi franco acerca do próprio ceticismo²⁰ — em favor da cooptação; e cooptar as classes política e empresarial brasileiras significava corromper. Fazia parte da lógica estratégica do partido. Escreveu Gramsci: “Entre o consentimento e a força, existe a corrupção, característica de situações em que é difícil exercer a função hegemônica e em que o uso da força é arriscado” (Gramsci, 1975, p. 1.638). Após renunciar à hegemonia, que exigiria esforço sustentado de esclarecimento popular e organização coletiva, e rejeitar a coerção, que nunca se sentira tentado a adotar, restou ao partido a corrupção. Para seus líderes, qualquer outra opção seria demasiado difícil ou arriscada. A corrupção foi o preço a pagar por seu “reformismo fraco”, na expressão de Singer, e pelos benefícios reais que ele havia possibilitado. Porém, depois de exposto, o partido não conseguiu encontrar palavras para descrever e criticar o que havia feito. Em vez disso, recorrendo a um eufemismo revelador — e terrivelmente preciso —, o partido explicou que precisava “superar a adaptação [...] ao *modus vivendi* tradicional da política brasileira” (Singer, 2018, p. 260). *Modus vivendi* — um modo de convívio: bem no alvo.

Recorrer a eufemismos não ajuda a escapar de um passado ao qual o PT segue acorrentado do modo mais doloroso e paralisante possível. A Lava Jato está longe de terminar o serviço com sua vítima estrelada. A sentença de doze anos que Lula recebeu por manifestar interesse em um apartamento à beira-mar é apenas o começo. Um segundo processo, com base numa acusação semelhante — chamar uma empreiteira com contratos firmados durante sua gestão para a reforma de um sítio de propriedade de amigos —, está chegando ao fim, com um veredito parecido à vista. São acusações relativamente triviais, no contexto geral, embora as sentenças não o sejam. Existem, porém, acusações muito mais graves pela frente, referentes à malversação de enormes quantias de recursos públicos — centenas de milhões de dólares postos à disposição da Petrobras quando Lula era presidente. Essas acusações têm por base a delação premiada do Judas número um do partido, o outrora braço direito de Lula e ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que hoje vende a si mesmo como testemunha em outros casos judiciais. O governo garantirá máxima publicidade aos megajulgamentos que estão por vir. Para ele, é preciso acabar com Lula.

[19] São 220 milhões de *smartphones* para 208 milhões de habitantes (Tolledo, 2018).

[20] “Nós fizemos a mobilização mais importante da história deste país, nas Diretas Já, fomos para o Congresso Nacional e perdemos as eleições diretas. E não aconteceu nada. A gente ficou a ver navios e esperou o Colégio Eleitoral em 1985. Não há ninguém fazendo mobilização contra os processos que estão movendo contra mim. As pessoas estão na expectativa de que as coisas funcionem corretamente” (Silva, 2018, p. 144).

O PT e seus simpatizantes, já compreensivelmente indignados com a falta de aplicação de justiça comutativa no caso envolvendo assuntos pessoais de Lula, terão ainda de enfrentar provas que, mesmo estando contaminadas, são potencialmente mais danosas, no que ameaça se tornar um processo de extensão indefinida que visa desacreditar e confinar o ex-presidente até o fim da vida. Como reagir? Lula, que não foi diminuído na prisão, continua sendo o mais importante ativo político do partido, ainda que, para muitos, corra o risco de tornar um passivo igualmente oneroso. Fazer-lhe justiça histórica também parece estar além dos poderes do PT.²¹ O partido depende de Lula para uma liderança firme, mas arrisca perder a credibilidade caso não se mostre independente dele. Âncora ou albatroz? Muitos acreditam que, se ele saísse totalmente de cena, o PT logo racharia. Nesse cenário, a militância pode ser levada a alimentar uma esperança de que, sob Bolsonaro, as condições no Brasil piorarão tanto que pouca gente vai se importar com velhos escândalos de corrupção, cujos rastros seriam obliterados por uma convulsão política ainda maior.

Durante doze anos, o Brasil foi o único grande país do mundo a desafiar os tempos, a recusar o aprofundamento do regime neoliberal do capital e a abrandar o rigor inerente a ele em favor dos menos abastados. Se a experiência precisava terminar como terminou, é um questionamento imponderável. As massas não foram convocadas a defender o que haviam conquistado. Será que os séculos de escravidão que distinguiram o país do restante da América Latina tornaram insuperável a passividade popular? O *modus vivendi* do PT é o melhor que se pôde fazer? Às vezes, Singer sugere algo nessa linha. Em outras, é mais severo. O Brasil não conseguiu promover a inclusão social de todos os seus cidadãos, uma tarefa que, como ele escreveu recentemente, seria de sua própria geração no pós-ditadura. Sem inclusão, porém, nenhum outro projeto é viável.²² De forma um pouco mais otimista, Celso Rocha de Barros — outro observador atento, um pouco à direita de Singer — diz que o lulismo não acabará no Brasil até que algo melhor o substitua (Barros, 2017). Deve-se torcer para que essas avaliações se sustentem. Lembranças, porém, se esvaem com o tempo, e, em outros lugares, a exclusão social mostrou-se impiedosamente viável. A esquerda sempre esteve inclinada a transformar preferências em previsões. Seria um erro esperar que derrotas, com o tempo, redundem em autocorreção.

[21] Assim como, é importante dizer, grande parte da esquerda que atacou o PT no poder. Acerca desse período, Marcus Giraldes (2018b) escreveu muito bem sobre uma afasia compartilhada: “Como a derrota é de toda a esquerda, e todos os setores eventualmente cometeram erros, ainda que proporcionais à influência de cada um, o esforço autocrítico deve ser conjunto. Isso vale para as organizações da crítica de esquerda aos governos do PT e também para a militância dedicada prioritariamente às chamadas pautas identitárias. É hora de passar a limpo, de forma pública, dura, sincera e leal, todos os erros de condução política, de leitura da realidade e de linguagem”.

[22] “Na minha visão, o Brasil ainda não incorporou o conjunto da população a condições mínimas de vida, dignas de vida, o que significa incorporar a economia mais avançada do país, porque ele é muito dispar. Enquanto o Brasil não completar isso, não poderá ter outros projetos. Esse é o problema fundamental, que eu achei, num determinado momento mais otimista, que a minha geração iria ver ser resolvido, e não foi” (Singer *apud* Fujita, 2018).

PERRY ANDERSON é historiador, ensaísta e professor emérito da UCLA (University of California | Los Angeles). É autor de, entre outros, *Teoria, política e história: um debate com E.P. Thompson e Afíndes seletivas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angiolillo, Francesca. "Entre brigas, bolhas e boatos, medo e raiva dominam eleitores". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 out. 2018.
- Arantes, José Tadeu. "O panorama da imigração no Brasil". *Exame*, São Paulo, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-panorama-da-imigracao-no-brasil>.
- Barros, Celso Rocha de. "O companheiro impeachment", *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 out. 2017.
- Bilenky, Thais; Uribe, Gustavo; Valente, Rubens. "Ao passar comando do Exército, general elogia Bolsonaro por 'liberar de amarras ideológicas'". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2019.
- Cerqueira *et al.*, Daniel (org.). *Atlas da violência* 2018. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, jun. 2018.
- Dieguez, Consuelo. "Direita, volver". revista *piauí*, Rio de Janeiro, n. 120, set. 2016.
- Haddad, Fernando. "Um ato expropriatório". *Reportagem*, jan. 2003.
- _____. "Vivi na pele o que aprendi nos livros". revista *piauí*, Rio de Janeiro, n. 129, jun. 2017.
- Fujita, Gabriela. "'Democracia brasileira se esgarçou e pode se romper', afirma André Singer". *UOL*, 4 ago. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/04/a-democracia-pode-se-romper-diz-andre-singer-pesquisador-do-lulismo.htm>.
- Gaspar, Malu. "O fiador". revista *piauí*, Rio de Janeiro, n. 144, set. 2018.
- Gielow, Igor. "'Bolsonaro não é volta dos militares, mas há o risco de politização de quartéis', diz Villas-Bôas". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2018.
- Giraldes, Marcus. "O resultado das eleições e para que serve o fascismo". *Justificando*, 19 out. 2018a.
- _____. "A esquerda depois das eleições: organização, estratégias, resistência". *Justificando*, 8 nov. 2018b.
- Gramsci, Antonio. *Quaderni del carcere*, v. 4. Turim: Einaudi, 1975.
- Manso, Bruno Paes; Dias, Camila Nunes. *Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.
- Mendes, Conrado Hübner. "Na prática, ministros do STF agridem a democracia". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 jan. 2018, Ilustríssima.
- Moro, Sérgio Fernando. "Considerações sobre a operação *Mani Pulite*". *Revista CEJ*, Brasília, n. 26, jul.-set. 2004, pp. 56-62.
- O Globo*. "Eleições 2018". Rio de Janeiro, 28 out. 2018.
- Pereira, Anthony. "Progress or Perdition? Brazil's National Truth Commission in Comparative Perspective". In: Kingstone, Peter; Power, Timothy (orgs.). *Democratic Brazil Divided*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2018, pp. 152-71.
- Prazeres, Leandro. "Por unanimidade, STF afasta Eduardo Cunha da Câmara". *UOL*, 5 maio 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/05/stf-afastamento-eduardo-cunha.htm>.
- Rathbone, John Paul. "López Obrador is Bigger Threat to Liberal Democracy than Bolsonaro". *Financial Times*, Londres, 27 nov. 2018.
- Riley, Dylan. "What is Trump?". *New Left Review*, Londres, n. 114, nov.-dez. 2018, pp. 5-31.
- Samuels, David J.; Zucco Jr., Cesar. "Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics". *Journal of Politics in Latin America*, v. 6, n. 3, 2014.
- _____. *Partisans, Antipartisans and Nonpartisans: Voting Behaviour in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Scocuglia, Livia. "Claus Roxin critica aplicação atual da teoria do domínio do fato". *Boletim de Notícias Conjur*, 1º set. 2014. Disponível em: <www.conjur.com.br/2014-set-01/claus-roxin-critica-aplicacao-atual-teoria-do-minio-fato>.
- Secretaria de Acompanhamento Econômico. *Efeito redistributivo da política fiscal no Brasil*. Brasília, dez. 2017.
- Siqueira, Rozanne Bezerra; Nogueira, José Ricardo Bezerra. *Taxation, Inequality and the Illusion of the Social Contract*, Conferência da World Economics Association, 2014.
- Silva, Luiz Inácio Lula da. *A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Singer, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Toledo, José Roberto de. "Deu no celular". revista *piauí*, Rio de Janeiro, 18 out. 2018.
- Valente, Rubens. "Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter o avanço da Lava Jato". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 maio 2016.
- Venceslau, Pedro. "'Não estou vendendo a minha alma ao diabo', diz FHC", *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 2018.



ESTE NÚMERO FOI FINANCIADO PELA
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS